

COMPETITIVIDADE TERRITORIAL
E
COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

VOLUME 3
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

JULHO DE 2005



FICHA TÉCNICA

Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas.
Região Autónoma dos Açores*

Julho de 2005

Autoria: *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

**VOLUME III -
COMPETITIVIDADE, COESÃO E
CONVERGÊNCIA: A ÓPTICA ESPECÍFICA
DAS REGIÕES PORTUGUESAS**

-

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE.....	15
1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	15
1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.....	19
2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	29
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL.....	30
2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO	40
2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	62
2.3.1. <i>Demografia</i>	62
2.3.2. <i>Capital Humano</i>	71
2.3.3. <i>I&D e Tecnologia</i>	76
2.3.4. <i>Especialização Produtiva</i>	87
2.3.5. <i>Estrutura da Procura</i>	102
2.3.6. <i>Infraestruturas de Suporte</i>	108
3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE	111
3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO	112
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL.....	132
3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA.....	144
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i>	144
3.3.2. <i>Ambiente</i>	154

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão	16
Caixa 2.2.1 - Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial	43
Caixa 2.2-2 – O Crescimento Turístico nos Açores.....	55
Caixa 2.2-3 – Dispersão e Pequena Dimensão do Mercado Regional dos Açores.....	59
Caixa 2.3-1 – A Promoção do Ensino Técnico Profissional nos Açores.....	73
Caixa 2.3.2 - Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica	80
Caixa 2.3.3 - Tipologia de classificação por factores chave de competitividade: A identificação de segmentos competitivos	98
Caixa 3.1-1 – Baixa Participação Feminina no Mercado de Trabalho	128
Caixa 3.1.2 - Metodologia de cálculo dos índices de pobreza	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002.....	20
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002	21
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002)	23
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002)	24
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão: condições, processos e resultados (NUTS II, 2000-2002)	25
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão nas NUTS II, <i>as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*)</i>	27
Figura 2.1.1 – PIB <i>per capita</i> e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu.....	31
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	32
Figura 2.1.3 – Resultado de convergência com a UE nos anos 90 (PIB <i>per capita</i>).....	33
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população nos anos 90	36
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior nos anos 90	37
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90	39
Figura 2.2.1 – PIB <i>per capita</i> e produtividade: posicionamento da região no contexto europeu.....	41
Figura 2.2.2 – PIB <i>per capita</i> e taxa de emprego da população dos 15-64 anos: posicionamento da região no contexto europeu	42
Figura 2.2.3 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90.....	44
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	45
Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	46
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90.....	47
Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90	48
Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial por escalões de dimensão, nos anos 90	49
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90	49

Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000).....	50
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90.....	52
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/1999).....	52
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos anos 90	54
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001)	55
Figura 2.2.15 – Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90.....	60
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90.....	61
Figura 2.3.1 – PIB <i>per capita</i> e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu	63
Figura 2.3.2 – PIB <i>per capita</i> e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu.....	64
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90.....	65
Figura 2.3.4 – Densidade populacional nos anos 90: perspectiva concelhia (2001).....	66
Figura 2.3.5 – Estrutura etária da população residente nos anos 90	67
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90	68
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001).....	69
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90	70
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia	71
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu.....	72
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001).....	73
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90.....	74
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviços com ensino superior em % do total, nos anos 90	75
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviços com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000).....	76
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	78
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> , tecnologia ^(*) e conhecimento: posicionamento da região no contexto europeu.....	79
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000).....	81
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria, nos anos 90.....	81
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % do total dos serviços, nos anos 90	82
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total, nos anos 90.....	83
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) em % do total nos anos 90.....	84
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	84
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	86
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	86
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	87
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu.....	88
Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90.....	91
Figura 2.3.28 – Emprego por sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001)	92
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade nos anos 90.....	94
Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB) nos anos 90	96
Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: análise <i>shift-share</i>	97
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade nos anos 90.....	99

Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000)	100
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90.....	100
Figura 2.3.35 – Intensidade exportadora nos anos 90	101
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90.....	104
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	105
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	106
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001)	106
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001)	107
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu	108
Figura 2.3.42 – Distâncias aos principais mercados	109
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas entidades de suporte em % do VAB nos anos 90	110
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	113
Figura 3.1.2 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001).....	114
Figura 3.1.3 – Dispersão concelhia do rendimento colectável: posicionamento da região do contexto nacional (2001).....	115
Figura 3.1.4 – Capacidade relativa de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001).....	117
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença, nos anos 90.....	118
Figura 3.1.6 – Esperança média de vida à nascença: perspectiva concelhia (1996/1998).....	119
Figura 3.1.7 – Número médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional (2001)	120
Figura 3.1.8 – Número médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001).....	121
Figura 3.1.9 – Taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	122
Figura 3.1.10 – Taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001)	123
Figura 3.1.11 – Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	124
Figura 3.1.12 – Idosos isolados: perspectiva concelhia (2001).....	126
Figura 3.1.13 – Principal meio de subsistência da população residente.....	129
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000).....	131
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000)	131
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu	133
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu	134
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	135
Figura 3.2.4 - Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001).....	136
Figura 3.2.5 - Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia	137
Figura 3.2.6 – Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	138
Figura 3.2.7 – Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamemtno da região no contexto nacional (2001).....	139
Figura 3.2.8 – Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	140
Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	141
Figura 3.2.10 - Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001).....	142
Figura 3.2.11 – Variação da taxa de desemprego e da especialização produtiva nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	143
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por 1000 habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	145

Figura 3.3.2 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação (até ao nível secundário), em % do total (1998).....	147
Figura 3.3.3 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação (até ao nível secundário), em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	148
Figura 3.3.4 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998).....	149
Figura 3.3.5 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	150
Figura 3.3.6 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total (1998).....	151
Figura 3.3.7 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	152
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total (1998).....	153
Figura 3.3.9 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	154
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos (1998 e 2001).....	155
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos: perspectiva concelhia (2001).....	156
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001).....	157
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total (1998 e 2001).....	159
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total: perspectiva concelhia (2001).....	160

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes *outputs*:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

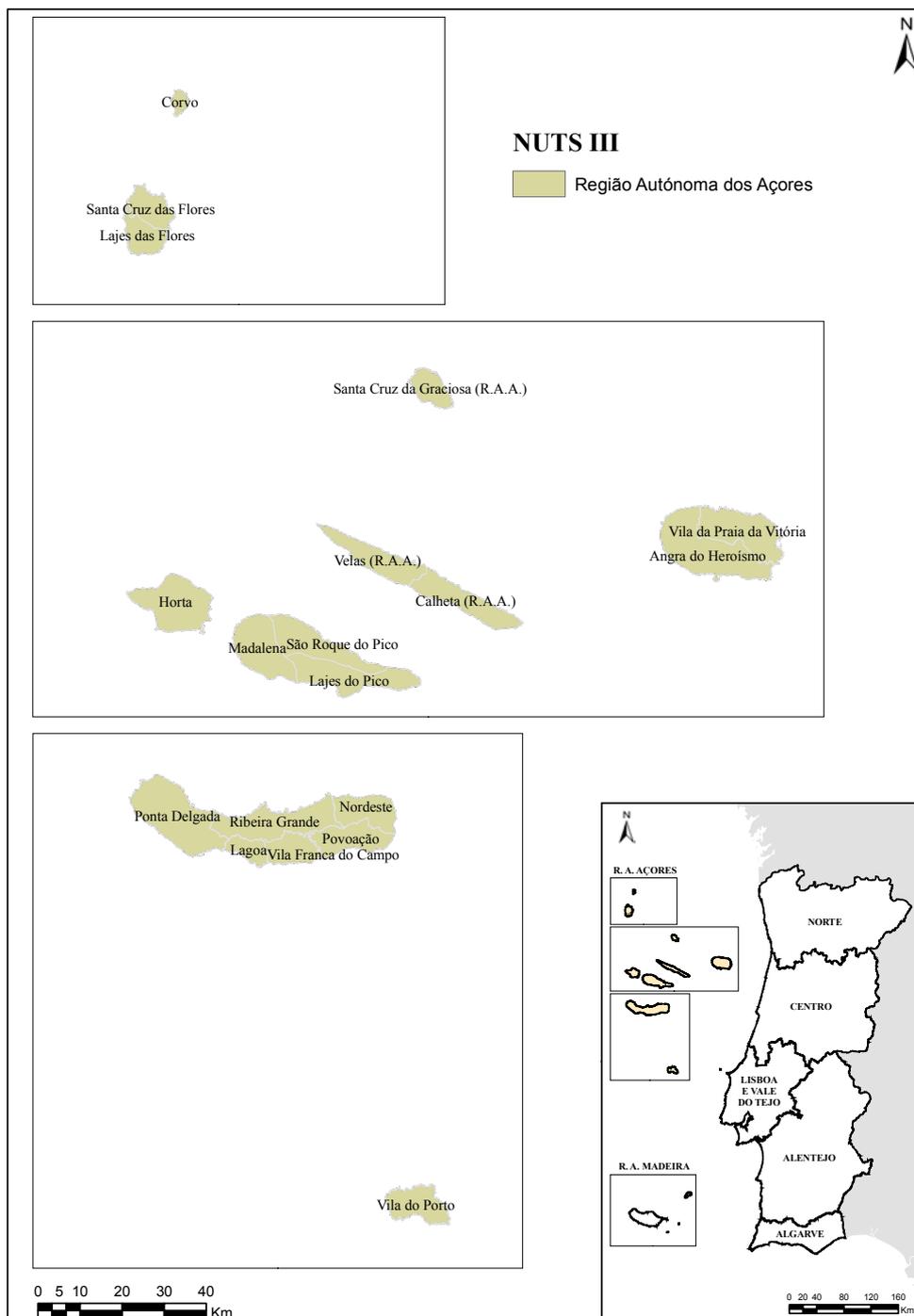
Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procurar-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da Região Autónoma dos Açores.

A este propósito, importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a região Autónoma dos Açores é composta pelos seguintes concelhos:

A Região Autónoma dos Açores



A Região Autónoma dos Açores é constituída por nove ilhas dispersas e alguns ilhéus desabitados e possui uma população de cerca de 241 mil habitantes, 50% da qual se concentra na maior ilha deste arquipélago, a ilha de S. Miguel, cuja cidade capital é Ponta Delgada. É uma região arquipelágica de origem vulcânica, dispersa e que beneficia do estatuto de ultraperiferia consagrado no n.º 2 do artigo 299 do Tratado de Amesterdão de 1997, que estabeleceu uma base jurídica sólida para formular e aplicar derrogações e políticas adequadas (os POSEI - "Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade", REGIS) às desvantagens e especificidades das 7 regiões ultraperiféricas, de que faz parte a Região Autónoma dos Açores, juntamente com a Reunião, a Martinica, Guadalupe, a Guiana, a Madeira e as Canárias.

Uma das características mais marcantes desta Região insular reside no elevado grau de dispersão das suas nove ilhas. A conseqüente fragmentação do mercado que se origina desta repartição do território origina, necessariamente, debilidades estruturais cuja dissipação só se torna possível se efectuada à custa da primazia de critérios de equidade social sobre os critérios de eficiência na utilização e dotação de equipamentos colectivos. Se, por um lado, facilmente se compreende o critério de equidade social subjacente à necessidade de replicar, pelas várias ilhas que compõem o arquipélago dos Açores, as estruturas de apoio social, os equipamentos de base e as infraestruturas necessários ao seu normal desenvolvimento, também se compreende que dificilmente poderão ser atingidos os normais limiares de aglomeração que justificariam a sua dispersão ou os patamares de actividade e dinamismo económico que, com base nos normais critérios de eficiência na afectação de recursos públicos, orientam a provisão e dotação de bens públicos.

Originam-se, como tal, situações de manifesta sub-utilização dos equipamentos, principalmente em algumas ilhas, de que se destacam, com menos de 5.000 habitantes, a Graciosa, Faial e Flores, cujo baixo nível populacional inviabiliza qualquer possibilidade de geração de economias de escala ou aglomeração. Da mesma forma que são muito elevados os níveis de investimento necessários à manutenção em funcionamento das infraestruturas básicas - de transporte (dez portos comerciais e nove infraestruturas aéreas, divididas entre aeroportos e aeródromos), de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos - cuja replicação se torna imperiosa do ponto de vista da oferta de condições de vida idênticas entre ilhas.

Do ponto de vista do exercício da actividade económica, a situação periférica da Região em relação ao mercado mais alargado que constitui o território continental e a própria dispersão inter-ilhas do território que constitui o Arquipélago dos Açores, colocam entraves significativos ao seu desenvolvimento e que, em última análise, ficam patentes nos elevados custos de transportes que têm de ser suportados em qualquer transacção comercial que ultrapasse os contornos físicos de cada uma das ilhas.

O tecido produtivo dos Açores é constituído por empresas de micro e pequena dimensão e quer o nível de qualificação dos recursos humanos activos quer o nível geral de escolarização da população são bastante baixos, sobretudo se inseridos no contexto europeu. O modelo de desenvolvimento assenta essencialmente no aproveitamento e exportação dos recursos naturais, onde se destaca a fileira agro-alimentar, sendo os derivados de leite e as conservas os produtos que sustentam, por enquanto, os principais elementos da base económica de exportação. Esta sofreu alguma diversificação nos últimos anos, com o incremento de várias actividades ligadas ao turismo, cujo aumento significativo deste 1998 resulta da aposta, por parte do Governo Regional, em parceria com entidades privadas, na captação de

turistas nacionais e provenientes dos países escandinavos, tais como a Dinamarca, Finlândia e Noruega.

Tal foi consubstanciado, por um lado, através de uma campanha publicitária de âmbito nacional (visando atingir o mercado nacional, que representa mais de 50% dos turistas que visitam anualmente a Região), lançada em 2003, que assentou na ideia de que os Açores são um local de “natureza viva” e, por outro lado, através do aumento da regularidade de voos com o continente português e do aumento das ligações (nomeadamente de voos regulares e charter) a outros países europeus, onde se destacam as recentes ligações aéreas estabelecidas pela SATA Internacional com a Alemanha (Munique), Espanha (Madrid), Inglaterra (Londres) e Suíça (Zurique), e as ligações previstas a França (Paris), Noruega (Stavanger) e Dinamarca (Copenhaga). Acresce a isto a expansão da capacidade de alojamento, com o aparecimento recente de várias unidades hoteleiras que permitiram a mais que duplicação da capacidade de alojamento ao longo da década de 90.

Atendendo, por um lado, à importância da produção de leite para a economia açoriana e à recente introdução de quotas à produção de leite imposta pela PAC e, por outro lado, à crise que a produção de açúcar tem vindo a sofrer como resultado da incapacidade regional de atingir os níveis de produção de beterraba sacarina que justifiquem a manutenção de uma fábrica de açúcar na Região, a aposta no desenvolvimento do sector turístico e actividades relacionadas, constitui uma solução com vista à resolução da forte dependência da economia açoriana em relação ao sector primário. A aposta privilegiada na actividade turística enquanto motor de crescimento futuro dos Açores não implica, naturalmente, que se descure o desenvolvimento de patamares de produção e níveis de produtividade mais elevados nos sectores tradicionais de especialização da Região, até porque um dos principais atractivos dos Açores na captação de turistas reside na diversidade do cabaz de oferta regional, onde se incluem desde os produtos laticínios e agro-florestais (leite, queijo, frutas sub-tropicais, flores, mel, vinhos e licores,), até à riqueza e diversidade da paisagem natural, passando pela riqueza histórica do seu património arquitectónico e do seu artesanato (a incorporação de maior valor acrescentado na cadeia de valor do leite poderia, constituir, talvez, uma outra alternativa).

O modelo de crescimento da Região é, no entanto, também, sustentado, de forma significativa, pelo volume de transferências provenientes do exterior, nomeadamente do Orçamento de Estado e da União Europeia. A importância deste elemento é facilmente constatada atendendo ao facto de, na sequência da perda das receitas da base das Lajes no final da década de 80 (que constituíam nessa altura uma importante fonte de financiamento do Orçamento Regional), se ter gerado uma intensa crise económica ao longo da década de 90, com a taxa de desemprego a subir de 3,6% em 1992 para 7,9% em 1995. A situação inverteu-se substancialmente a partir da aprovação das Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no início de 1998, que, além de aumentar as transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento Regional, reduziu os encargos com a dívida ao transferir para a República uma parte substancial da dívida regional, no montante de aproximadamente 550 milhões de euros. A economia cresceu e a taxa de desemprego atingiu, em 2001, níveis inferiores à média nacional.

1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE

1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação do desempenho das regiões portuguesas é entendida, no contexto dos vectores de monitorização assumidos no presente trabalho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos e metodologias de ordem técnica seleccionados para a sua concretização, quer numa lógica de complementaridade entre os vectores da competitividade e da coesão territorial, onde se concede destaque particular ao posicionamento regional no equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes do desenvolvimento, quer numa lógica de circularidade entre os aspectos que sustentam a sua análise, onde se destaca a pertinência da internalização de um raciocínio interactivo e dinâmico.

A abordagem adoptada no presente estudo, ao privilegiar uma sistematização de resultados globais centrada nas relações que se estabelecem entre, por um lado, os resultados obtidos e as trajetórias verificadas, e, por outro lado, os processos utilizados e as condições existentes, permite que, do ponto de vista da análise regional específica de cada uma das NUTS II nacionais, seja possível posicioná-las no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes, e que, com base nesta visão, esteja mais facilitado o levantamento de dúvidas metodológicas sobre os aspectos que justificam e sustentam esse posicionamento relativo e se fomente um nível de sensibilidade especificamente orientado para o encadeamento dos factores (na lógica de análise de condições → processos → resultados) que poderão contribuir para a sua clarificação.

Interessa, pois, destacar as características específicas associadas ao modelo de crescimento da região Autónoma dos Açores, que, de um ponto de vista sumário e sintético, são passíveis de tradução nos resultados da aplicação do ISCCT, mas que não podem, contudo, constituir o único instrumento de suporte à (re)formulação de políticas estruturais de desenvolvimento económico e social, uma vez que, a este respeito, se torna particularmente recomendada uma leitura que ultrapasse uma análise centrada, exclusivamente, nos “resultados obtidos” ou nas “condições existentes”, abarcando, igualmente, o “conjunto dos processos” que sustentam, justificam e explicam esse posicionamento.

A estrutura adoptada para o presente relatório apresenta, como tal, em primeiro lugar, uma abordagem inicial centrada no posicionamento quantificado relativo da região dos Açores em matéria de competitividade e de coesão territorial, com base no ISCCT, e, em segundo lugar, um aprofundamento destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão (Caixa 1.1.1), e que traduzem o conjunto de opções metodológicas¹ assumidas no contexto deste trabalho.

CAIXA 1.1.1 – SÍNTESE METODOLÓGICA SUBJACENTE À CONSTRUÇÃO DO ISCCT: OS INDICADORES DA ANÁLISE FINA DAS CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO

O Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, construído com o objectivo de identificação dos diferentes modelos e formas de articulação entre competitividade e coesão, bem como as diferentes capacidades regionais de transformação de condições em resultados, permite que se estabeleçam as seguintes articulações:

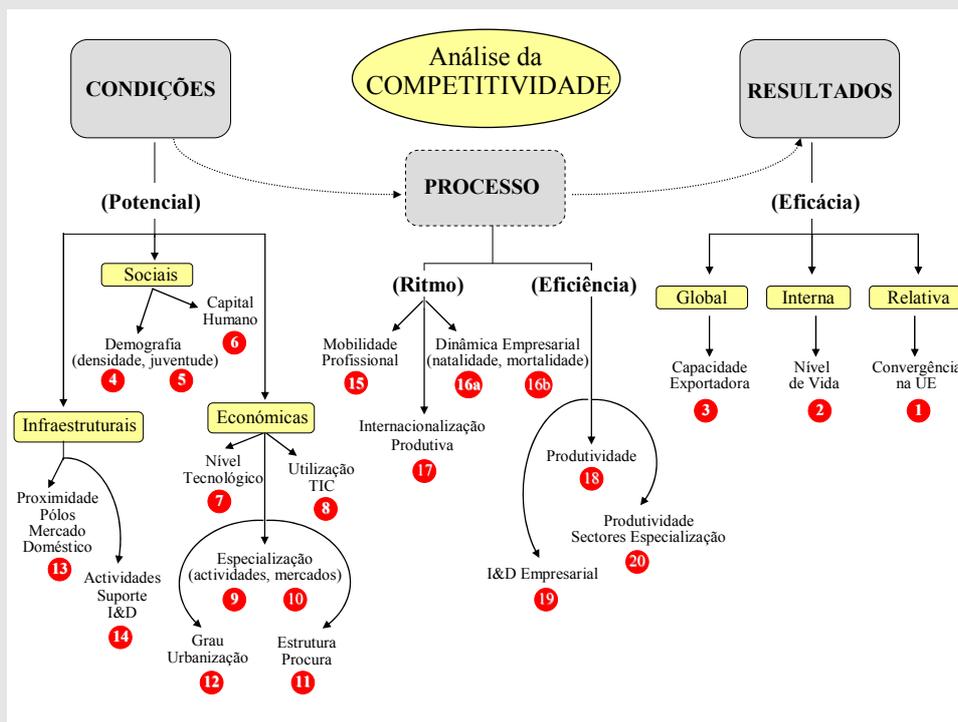
- Decomposição do índice sintético agregado global nos *Índices Sintéticos Parciais de Competitividade e de Coesão*, sendo o primeiro índice orientado por critérios de referência aos níveis de *eficiência* presentes nos *processos de coordenação económica*, e o segundo índice orientado por critérios de *equidade* presentes nos *processos de coordenação social*. No contexto do funcionamento dos mercados e da democracia, a articulação entre ambos tem vindo a assumir-se como instrumento decisivo orientador das reformas estruturais nas políticas públicas;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da competitividade*, das componentes global (criação de valor internacional), interna (poder de compra) e relativa (convergência do poder de compra no espaço europeu), com o objectivo de promoção da articulação complementar entre, por um lado, aspectos estáticos e dinâmicos, e, por outro lado, referenciais internos e externos;
- Decomposição, ao nível das *condições da competitividade*, das condições económicas, sociais e infraestruturais, com o objectivo de introduzir uma visão global e pluridimensional do conceito de competitividade, que ultrapasse o enfoque “económico” que lhe é normalmente concedido;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da coesão*, das componentes de coesão económica e de coesão social, com o objectivo de identificar as diferentes trajectórias, complementares, de construção da coesão territorial;
- Identificação, ao nível das *condições da coesão*, do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos, matéria onde o ordenamento do território assume um papel muito relevante.

Os indicadores de base subjacentes à construção do índice sintético de competitividade e coesão das regiões portuguesas foram seleccionados por referência aos domínios de análise desenvolvidos a propósito do desenvolvimento destes conceitos de competitividade e de coesão, e incorporando (entre diversos outros factores) preocupações acrescidas de robustez estatística, de possibilidade de actualizações periódicas e de equilíbrio na distribuição dos vários indicadores pelas diferentes dimensões e domínios.

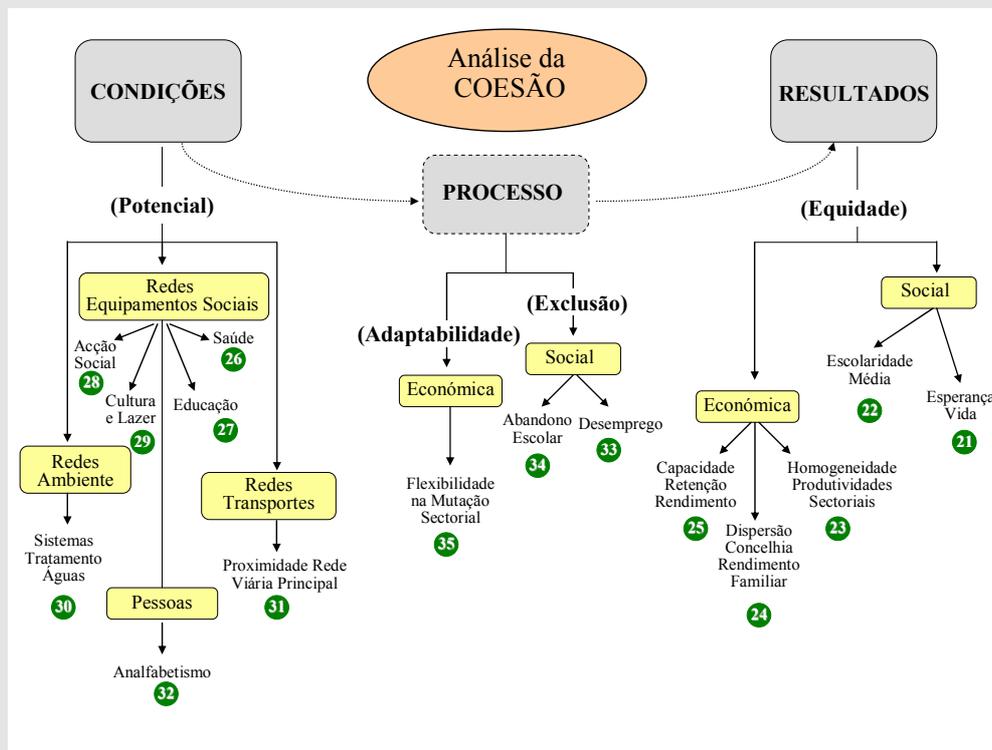
O ISSCT é construído com base em técnicas de tratamento estatístico de dados especificamente orientadas para o efeito, podendo ser subdividido em vários índices específicos parciais - de *competitividade*, de *coesão*, de *coesão económica* e de *coesão social* -, que, por sua vez, podem ser analisados numa lógica de identificação dos contributos em termos de condições, processos e resultados.

¹ Apresentadas de forma sistemática e completa no Volume I, *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Parte II, *Um Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões Portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas*.

O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE



O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



A interpretação do ISCCT, ao permitir estabelecer ópticas de abordagem compartimentadas por domínios de análise - o Índice Sintético Parcial de Competitividade (ISpComp), o Índice Sintético Parcial de

Coesão (ISpCoes) e, em particular, o Índice Sintético Parcial de Coesão Social (ISpCoesS) e de Coesão Económica (ISpCoesE) -, é aqui apresentada numa lógica orientada para o posicionamento específico dos Açores, que, no entanto, não poderá nem deverá ser isolada de uma análise integrada no contexto das restantes regiões portuguesas².

A análise centrada neste posicionamento relativo das diversas regiões portuguesas permitiu que se desenvolvesse uma tipologia³ das sub-regiões NUTS III, com capacidade de reflectir a articulação estabelecida entre o respectivo posicionamento relativo nos índices sintéticos parciais de competitividade e de coesão, face aos valores médios nacionais tomados como termo de referência. A inserção de cada sub-região no grupo das Regiões “*finas*” deverá ser perspectivada no contexto do equilíbrio estabelecido entre o seu posicionamento específico nos referenciais da competitividade e da coesão (ver Quadro 1.1.1).

QUADRO 1.1.1 – AS GRANDES SITUAÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE COMO BASE DE UMA TIPOLOGIA DAS REGIÕES PORTUGUESAS (NUTS III)

<i>Grupo</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Competitividade</i> <i>Valor do ISpComp (*)</i>	<i>Coesão</i> <i>Valor do ISpCoes (*)</i>	<i>Regiões “Finas”</i> <i>(NUTS III)</i>
<i>I</i>	<i>Regiões globalmente “avançadas”</i>	$ISpComp \geq 100$	$ISpCoes \geq 100$	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
<i>II</i>	<i>Regiões “seguidoras”</i>	$100 > ISpComp \geq 75$	$ISpCoes \geq 100$	Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego
			(**)	Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga (<i>Algarve, se considerada</i>)
<i>III</i>	<i>Regiões intermédias</i>	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 80$	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
<i>IV</i>	<i>Regiões menos desenvolvidas</i>	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 70$	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul (<i>Madeira, se considerada</i>)

² No Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, apresenta-se uma análise global do ISCCT e dos Índices Sintéticos Parciais, aplicada ao conjunto das Regiões NUTS II e NUTS III portuguesas.

³ Apresentada de forma sistemática e completa no Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*.

V	Regiões industriais com reduzida coesão	$I_{SpComp} \geq 70$	$I_{SpCoes} < 70$	Cávado e Ave
VI	Regiões globalmente “atrasadas”	$I_{SpComp} < 50$	$I_{SpCoes} < 60$	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores (***)

(*) A notação obtida no respectivo índice sintético parcial (ISp) constitui a base da afectação de cada “região fina” ao respectivo grupo de acordo com os critérios definidos no quadro.

(**) Estas duas regiões, que apresentam notações no índice parcial de coesão ligeiramente acima, respectivamente, de 90 e de 85, constituem como que uma “charneira” entre os grupos II e III, mais próximas do primeiro em matéria de competitividade e do segundo em matéria de coesão.

(***) A região dos Açores é aqui incluída por apresentar a notação mais baixa no índice parcial de coesão, apesar de registar uma notação ligeiramente abaixo de 60 no índice parcial de competitividade.

1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas e, em particular, pelos Açores no índice sintético de competitividade e coesão territorial, para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 2000-2003, que tem em 2001 o seu principal ano de referência, permite obter um primeiro grande resultado da metodologia desenvolvida, que se traduz na elaboração de uma hierarquia consistente das regiões portuguesas, considerando globalmente, no seu conjunto, as dimensões da competitividade e da coesão.

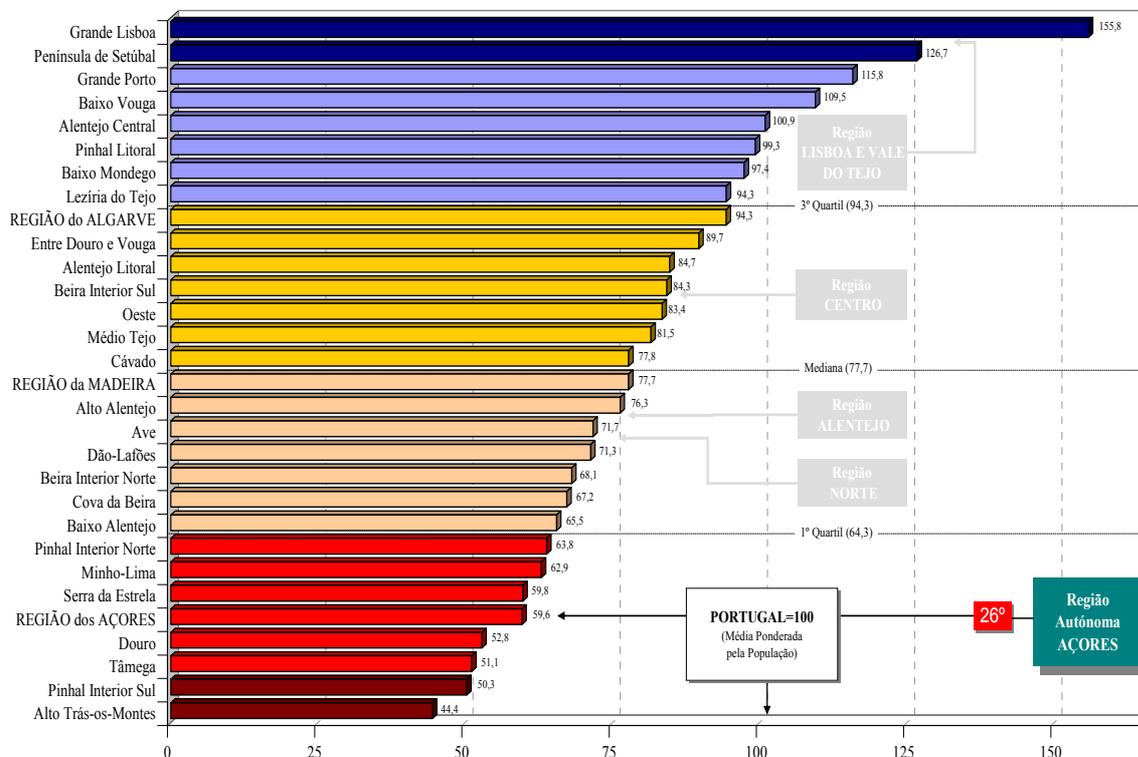
Os valores assumidos pelo ISCCT nas regiões NUTS II e suas sub-regiões, com destaque particular, neste caso, para o posicionamento inter-regional dos Açores, permite, com efeito, traçar um quadro global da organização territorial da economia portuguesa e da região, que surge suficientemente rico e diversificado para poder contribuir para a fundamentação técnica dos processos de tomada de decisão que envolvem as políticas públicas orientadas por objectivos de competitividade e coesão, enquanto alavancas da convergência económica e social na Europa alargada.

As notações apuradas, a este propósito, para o índice sintético global de competitividade e coesão territorial são apresentadas, de seguida (Figura 1.2.1), num referencial hierárquico descendente, onde a sua média ponderada pela respectiva população é tomada como valor de base, isto é, o valor obtido por cada região e sub-região representa, também, a sua posição relativa em relação à situação média do país (Portugal=100).

A região Autónoma dos Açores é, claramente, a região portuguesa com desempenho mais preocupante nos domínios da competitividade e coesão, destacando-se, sobretudo, pelo seu débil posicionamento relativo (corresponde a cerca de 60% da média nacional) neste ranking global, tal como, aliás, sugere a sua inserção no grupo das regiões *globalmente atrasadas*. (Quadro 1.1.1). Esta posição e, mais especificamente, o 26º lugar no ranking da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, traduzem, em certa medida, o resultado agregado da conjugação de um conjunto de fraquezas e pontos fracos que se reconhecem à Região, nomeadamente, em termos do baixo nível de qualificação da sua bacia de recursos humanos, do enfoque sectorial predominantemente primário do tecido produtivo, e da periferidade face ao restante mercado nacional imposta pela insularidade e elevada dispersão do território

açoriano.

FIGURA 1.2.1 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS: OS RANKINGS GLOBAIS EM 2000-2002



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

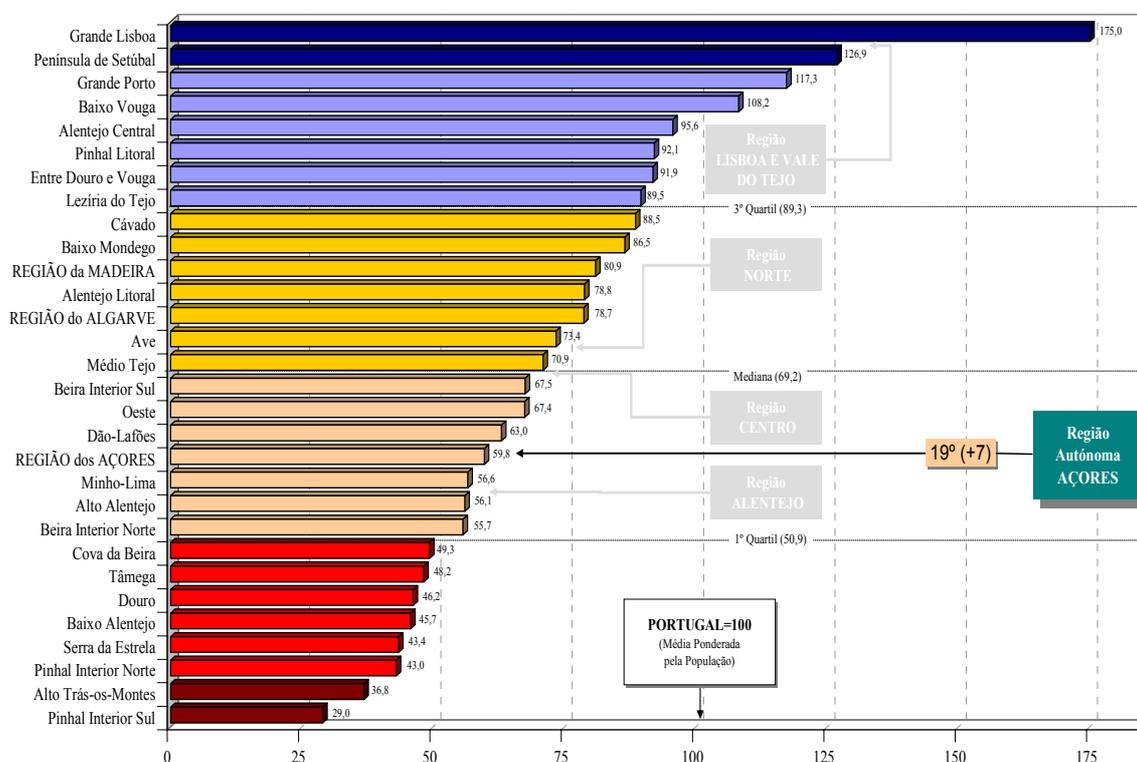
O grande traço da análise das regiões portuguesas em matéria, agora, exclusivamente de posicionamento competitivo, revelado pelos resultados das notações obtidas no respectivo índice sintético parcial, é, por seu lado, o de uma vulnerabilidade significativa e relativamente generalizada, tanto mais, convém não esquecer, que o referencial da média nacional apresenta, também ele, uma particular vulnerabilidade na configuração actual do processo de convergência económica numa União Europeia alargada. Os resultados obtidos no plano da competitividade revelam, por outro lado, que as assimetrias entre as regiões portuguesas são ainda mais significativas que as registadas no plano global da coesão e da competitividade.

A situação das “regiões de coordenação” no plano da competitividade reflecte estas características, que se verificam, também, no caso dos Açores, conforme confirma a subida de sete posições relativas que a região dos Açores evidencia no ranking parcial da competitividade, face ao ranking global (Figura 1.2.2). O 19º lugar no ranking parcial da competitividade que a Região ocupa parece, no entanto, ser mais influenciado pela existência de divergências inter-regionais mais significativas no domínio da competitividade do que no plano conjunto da competitividade e coesão territorial, do que propriamente por uma situação de mérito específico dos Açores em termos competitivos.

Note-se, a este respeito, que a Região apresenta um registo competitivo correspondente a cerca de 60% da média nacional, aliás, à semelhança do verificado no ranking global, sendo a subida relativa de sete posições manifestada em relação a este indicador global justificada pelas assimetrias inter-regionais mais gritantes que são reveladas em termos de competitividade (compare-se a superioridade da amplitude dos registos relativos das regiões com melhor e pior posicionamento relativo no ranking parcial de competitividade, face ao ranking global).

Deve, ainda, salientar-se que esta modificação de posicionamentos relativos evidenciada pelos Açores, quando se considera, ou não, a influência do vector coesão - 26º lugar no ranking global de competitividade e coesão e 19º lugar no ranking parcial de competitividade - permite sustentar a hipótese do seu posicionamento específico em termos de coesão apresentar debilidades consideravelmente mais substanciais do que no domínio da competitividade, mas que se destacam, sobretudo, no posicionamento relativo face às restantes regiões portuguesas.

FIGURA 1.2.2 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS OS RANKINGS PARCIAIS DA COMPETITIVIDADE EM 2000-2002



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Na coesão, produz-se uma hierarquia muito menos vincada e segmentada de forma mais equilibrada do que a verificada ao nível da competitividade, com um pólo de coesão claramente mais elevada, isto é, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de coesão superior em cerca de 1/3 à média nacional (Figura 1.2.3). A posição da região de Lisboa e Vale do Tejo surge muito menos destacada no grupo das sub-regiões mais coesas do que no grupo das sub-regiões mais competitivas.

A este propósito, importa ainda salientar que os resultados obtidos no plano da coesão económica revelam assimetrias muito menos significativas do que as registadas no conjunto das dimensões da coesão, o que se explica, em grande parte, pelo facto da lógica da dispersão dominar o índice parcial de coesão económica⁴, enquanto os índices parciais de coesão social e, também, de coesão, tomada no seu conjunto, são dominados pela lógica do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos.

A leitura, por outro lado, das grandes características e tendências da organização espacial, na economia e sociedade portuguesa, e, em particular, na região dos Açores, baseada nos resultados do índice sintético de competitividade e coesão territorial, permite partir para um aprofundamento analítico valorizando a construção de um sistema de articulações entre as suas grandes dimensões (competitividade versus coesão e coesão económica versus coesão social).

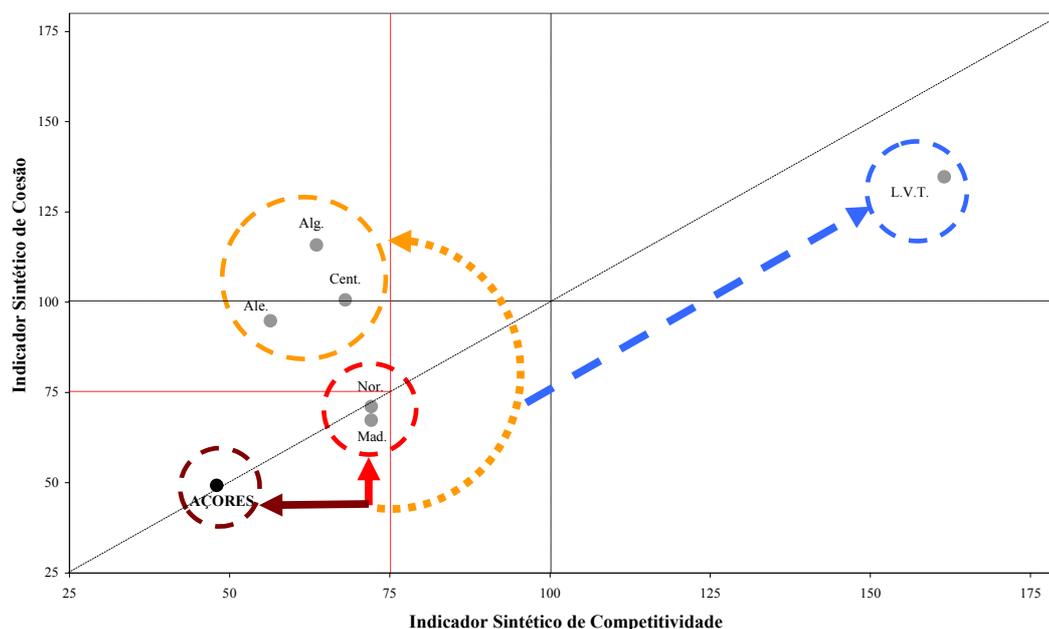
A análise, neste quadro, da articulação entre coesão e competitividade pode ser desenvolvida através da comparação dos níveis relativos alcançados pelas regiões numa e noutra dimensão.

Esta comparação permite confirmar não só a existência de assimetrias regionais significativas no nível de desenvolvimento económico e social, como evidenciar, igualmente, quer a existência de desequilíbrios significativos na promoção daquelas duas dimensões cruciais, quer uma clara preponderância dos desvios para cima e para a esquerda, isto é, a preponderância de situações de vulnerabilidade competitiva, para um determinado nível de coesão considerado, ou de situações de “excesso” de dotação nas condições da coesão, para um determinado nível de competitividade alcançado. Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da “coesão à frente da competitividade”, que pode ser mais “desejada” (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos agentes económicos) ou mais “sofrida” (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização).

Já no caso específico da região dos Açores, o posicionamento relativo face ao contexto médio nacional de competitividade e coesão parece destacar-se deste panorama geral, traduzindo uma situação de relativa homogeneidade (homogeneidade que deve relativizar-se enquanto factor positivo, uma vez que traduz “homogeneidade em baixa”), quando inserida no contexto das “regiões de coordenação” e que, para além de permitir conjecturar um comportamento debilitado dos Açores nos campos da competitividade e da coesão (a Região atinge registos parciais correspondentes a cerca de 50% da média nacional em ambos os domínios), também permite ressaltar a maior significância das “diferenças de amplitude regional” manifestadas ao nível da competitividade, e assim justificar o agravamento da posição dos Açores em termos globais à custa de uma posição relativa mais preocupante na coesão (ainda que mais homogénea em termos nacionais).

4 A dispersão pode ser baixa, lembre-se, tanto na “pobreza” (regiões menos desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica), como na “riqueza” (regiões mais desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica).

FIGURA 1.2.3 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUEASAS (2000-2002)



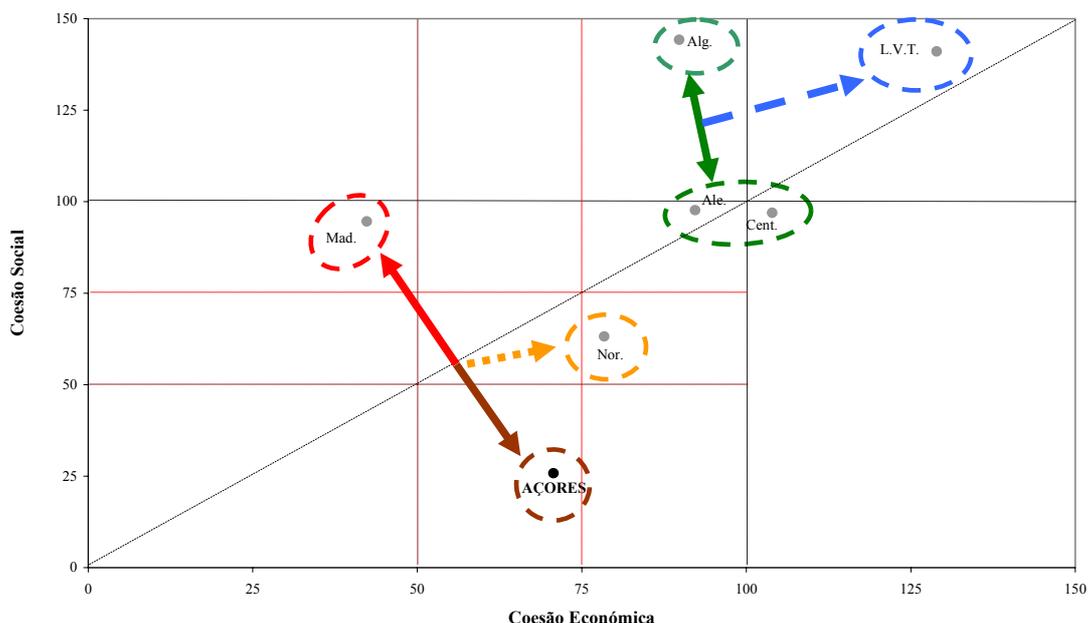
Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Ao nível da articulação mais fina entre coesão económica e social, verifica-se que, na sequência do que foi referido anteriormente, o posicionamento relativo da Região face ao padrão nacional de coesão económica e social manifesta um desequilíbrio significativo em que, novamente, é o vector orientado pelos aspectos de carácter social (sobretudo, na garantia da possibilidade de acesso) que explica as maiores debilidades açorianas em termos de coesão (Figura 1.2.4). De qualquer forma, convém não esquecer a relação de grande proximidade que se estabelece entre estas duas dimensões e, sobretudo, reforçar o ciclo de articulação estabelecido entre a degradação de indicadores típicos de coesão social e o impacto correspondente (ainda que, naturalmente, temporalmente desfasado) em termos económicos.

Vejam-se, por exemplo, e como será reforçado nos pontos seguintes, as correspondências que se estabelecem:

- entre a capacidade de absorção do desemprego que tem sido evidenciada pela Região e o seu impacto conjugado em termos de produtividade e de reorientação do perfil de especialização. E, neste caso, se a capacidade de absorção do desemprego pode ser considerada uma especificidade positiva desta Região, já o facto do seu impacto se manifestar de forma mais expressiva em termos de retrocessos no padrão de especialização do que em melhorias dos níveis de produtividade (evidenciando uma utilização excessiva de mão-de-obra face aos níveis médios de produtividade obtidos), se mostra menos consentânea com um percurso regional no sentido de um desenvolvimento económico e social harmonioso;
- entre a incapacidade de garantir a provisão de níveis mínimos homogéneos de escolaridade à população residente nos Açores e o correspondente impacto em termos da cristalização de uma bacia de mão-de-obra com baixo nível de habilitações e qualificações e da solidificação de uma estrutura produtiva alicerçada em factores pouco avançados de competitividade.

FIGURA 1.2.4 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A metodologia utilizada para a construção do índice sintético de competitividade e coesão territorial permite, ainda, um aprofundamento adicional das conclusões avançadas com base na interpretação do sistema de articulações entre a competitividade e a coesão, através do tratamento mais detalhado do desempenho específico de cada região nas condições, processos e resultados de cada uma dessas grandes dimensões de análise.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da competitividade permite-nos aproximar, respectivamente, o seu potencial competitivo e a eficácia da sua utilização, isto é, a capacidade efectivamente demonstrada na criação de riqueza à escala nacional e internacional. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados em matéria de eficiência produtiva e de ritmo de evolução, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

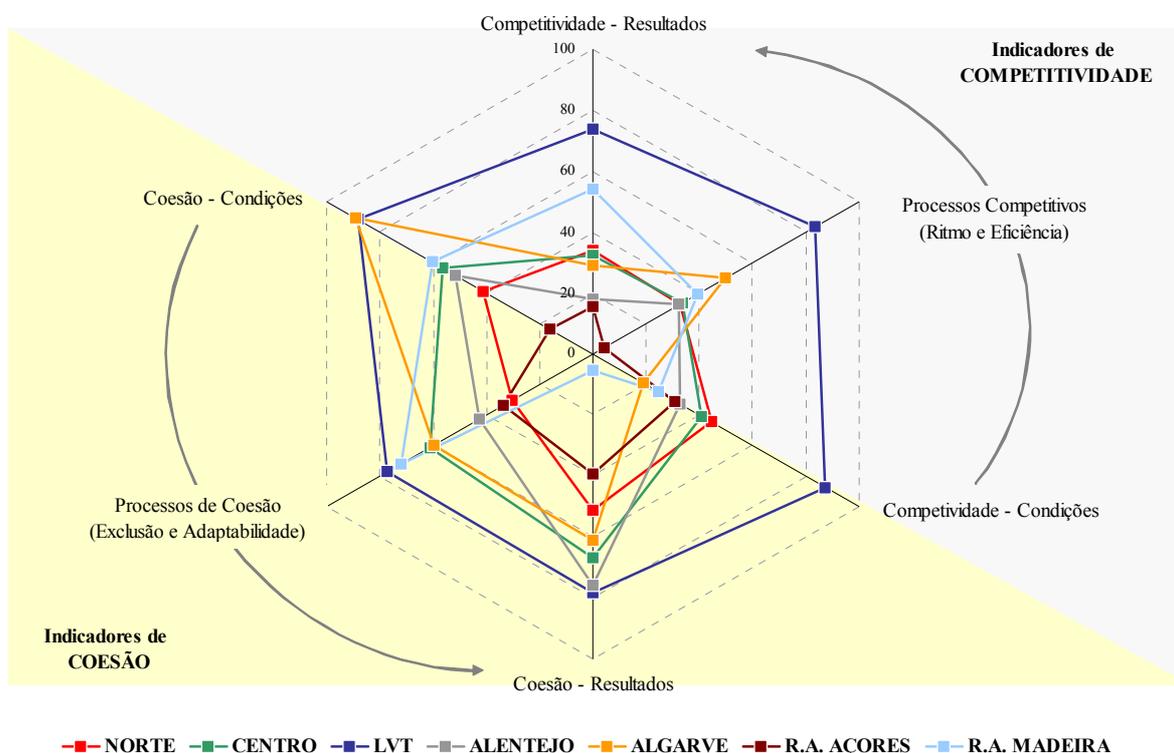
A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da coesão permite-nos, por sua vez, aproximar, respectivamente, o acesso das pessoas às grandes infraestruturas e equipamentos colectivos e o grau de equidade económica e social daí resultante. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados pelos fenómenos de exclusão e adaptabilidade, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A leitura do gráfico em radar (Figura 1.2.5) utilizado permite, nesta linha, evidenciar a posição de clara desvantagem da região dos Açores (veja-se a proximidade ao centro do radar, da linha correspondente à região dos Açores) nos vectores explicativos da sua posição nos domínios da competitividade e da coesão, isto é, nas condições, processos e resultados que sustentam estas duas vertentes de análise.

É possível, também, ensaiar algumas explicações justificativas do posicionamento relativo desta Região no contexto nacional e, em concreto, do contributo que representam os indicadores de condições, processo e de resultados para a avaliação global da Região. Assim,

- no domínio da competitividade percebe-se a existência de um modelo especificamente regional que, se fosse alicerçado num conjunto de processos mais e melhor articulados do ponto de vista da fixação dos objectivos a atingir, poderia garantir uma melhor capacidade de “transformação de condições de competitividade em resultados de competitividade”. Note-se que o posicionamento da Região no radar evidencia uma melhor posição relativa no respeitante às “condições de competitividade” do que no respeitante aos “resultados da competitividade”, o que sugere que seja a acção de um “processo de competitividade” pouco eficiente que coloca a Região numa posição relativamente menos atractiva em termos de “resultados de competitividade” do que as condições à sua disposição poderiam fazer prever;
- no domínio da coesão parece perceber-se a situação contrária. O posicionamento relativo da Região em termos de “condições de coesão” mostra-se menos favorável do que o posicionamento relativo em termos de “resultados de coesão”, o que sugere que seja a acção de um “processo de coesão” notoriamente eficiente que coloca a Região numa posição mais atractiva em termos de “resultados de coesão” do que as condições à sua disposição poderiam fazer prever.

FIGURA 1.2.5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E COESÃO: CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS (NUTS II, 2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A caracterização aprofundada da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, e, em particular, dos Açores, realizada a partir da determinação dos valores assumidos pelo índice sintético, concebido de raiz para o efeito, se permitiu construir uma visão suficientemente rigorosa e detalhada da situação específica de cada região e sub-regiões, dos eixos de convergência e divergência nos respectivos problemas, necessidades e desafios e das grandes diferenças nos seus modelos económicos e sociais, não permitiu, no entanto, construir uma visão das dinâmicas em acção, isto é, da evolução da competitividade e da coesão económica e social nas regiões portuguesas e nos Açores, em particular, no período de vigência dos QCA.

A análise desta evolução exigiu a determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas num índice sintético de competitividade e coesão territorial que fosse comparável em dois períodos suficientemente afastados para cobrir o período de vigência dos QCA (1989-93, 1994-1999, 2000-2006).

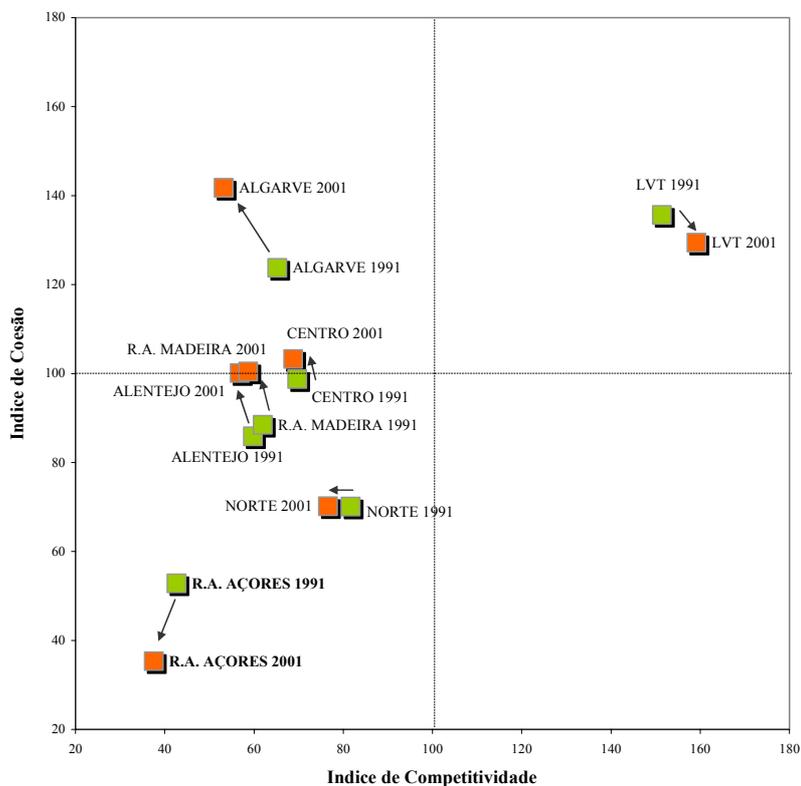
As dificuldades enfrentadas situaram-se, não no plano conceptual, mas no plano da disponibilidade de informação. A solução encontrada consistiu em configurar uma nova estrutura de indicadores de base para o índice sintético, maximizando o número de indicadores a conservar⁵ para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 1990-1995, que tem em 1991 o seu principal ano de referência. Os resultados desta análise, aplicados aos Açores, estão vertidos na Figura 1.2.6.

Assim, os Açores apresentam, ao longo dos últimos dez anos, uma evolução no sentido de perdas conjugadas em termos de competitividade e de coesão. Esta tendência de evolução permite concluir pela necessidade de introdução de medidas reorientadoras do modelo de desenvolvimento em curso na Região, que se tem traduzido num aumento da divergência da região face ao padrão médio nacional de competitividade e de coesão, como demonstra a evolução da sua posição, para baixo e para a esquerda, no gráfico da Figura 1.2.6, e que revela uma propensão para divergir, quer em relação ao posicionamento das restantes regiões de coordenação portuguesas no referencial da competitividade e da coesão, quer, sobretudo, em relação ao referencial médio nacional.

5 O índice sintético de competitividade e coesão territorial utilizado para a análise das dinâmicas de evolução das regiões portuguesas, e da RLVT, em particular, no período de vigência dos QCA é, assim, um “índice depurado” em relação ao que foi possível calcular para caracterizar a situação mais recente, englobando 27 indicadores de base, 18 na dimensão “competitividade” e 9 na dimensão “coesão”. Os indicadores não incluídos, por razões de indisponibilidade estatística directa ou indirecta (casos em que não era possível proceder, com níveis de confiança adequados, a estimativas) foram os relativos à convergência económica no espaço da UE (1), à mobilidade global de mercadorias e pessoas (13), ao nível de escolaridade alcançado (22), à dispersão concelhia do rendimento familiar (24), à capacidade de retenção do rendimento gerado (25), à perifericidade (31), ao abandono escolar (34) e à flexibilidade e adaptabilidade (35).

O ISCTT “depurado”, com base no qual se procede à análise da dinâmica de evolução da competitividade e coesão territorial, penaliza menos, neste quadro, as regiões periféricas, menos coesas no plano económico, com menor nível de educação e com maior desemprego e rigidez na especialização produtiva, quando comparado com o ISCTT “completo”, utilizado para caracterizar a situação mais recente.

FIGURA 1.2.6 – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E COESÃO NAS NUTS II, AS TRAJECTÓRIAS 1991-95 → 2000-02(*)



(*) - Por razões de comodidade na representação gráfica, utilizam-se os anos base para representar os períodos de referência.

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Neste ponto específico do relatório regional, procurar-se-á abordar, de forma relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, toda a temática da competitividade e crescimento da região dos Açores, situando, nesta medida, em primeiro lugar, os principais resultados, no terreno da eficiência e da eficácia, do processo competitivo ao longo dos anos 90, em torno, designadamente, da evolução do nível de vida regional, dos avanços registados em matéria de convergência com a média da União Europeia, da capacidade regional de atracção de população, mormente de quadros qualificados, e da conquista de posições nos mercados internacionais globalizados, traduzida na evolução da dimensão da sua actividade exportadora.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização da trajectória competitiva e do modelo de crescimento seguidos, em termos, nomeadamente, da natureza mais ou menos intensiva/extensiva deste, da sua maior ou menor orientação para o exterior, da dinâmica empresarial e profissional envolvida, dos avanços registados ao nível da eficiência produtiva e da sofisticação das estruturas organizacionais e de gestão facilitada e catalisada pela crescente afirmação do capital estrangeiro na estrutura financeira das unidades empresariais da região.

Analizam-se, por fim, as condições/determinantes de competitividade e crescimento, estruturadas em torno dos seguintes domínios:

- Demografia;
- Capital Humano;
- I&D e Tecnologia;
- Especialização Produtiva;
- Estrutura da Procura;
- Infraestruturas de Suporte às Actividades Económicas.

Neste processo de caracterização, procurar-se-á, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, isto é, regiões com o estatuto de ultraperificidade (consagrado ao abrigo do nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão de 1997), e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

Trabalhada a temática da competitividade, passar-se-á, no ponto seguinte, à abordagem específica das questões da coesão económica social e dos avanços na equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial, uma vez mais, dos resultados para as condições de coesão económica e social.

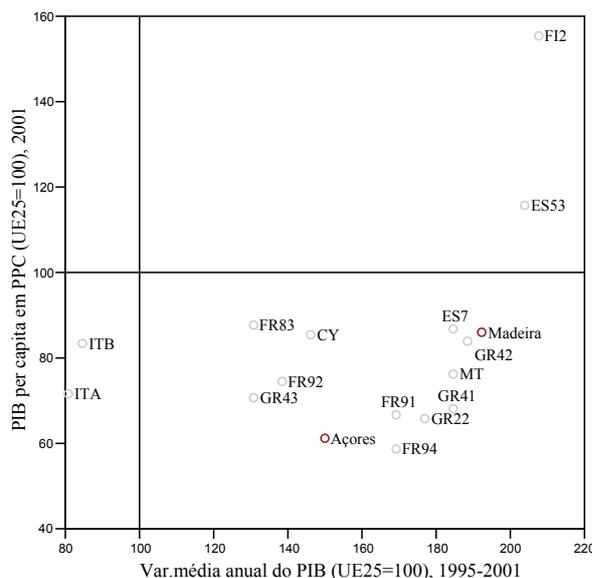
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

Com um nível de PIB per capita correspondente a 78% do valor nacional, segundo dados correspondentes ao período 2000-2001, a década de 90 traduziu-se numa ligeira recuperação da disparidade do valor médio de PIB per capita da Região Autónoma dos Açores em relação à média nacional. O posicionamento da economia açoriana no espaço europeu e, em termos especificamente orientados para a medição do nível de vida relativo da sua população, o posicionamento relativo do nível de PIB per capita da população açoriana no contexto europeu, tem revelado um esforço significativo de aproximação face a esse referencial europeu. Em 2001, o nível de PIB per capita dos Açores correspondia a 60% do valor médio europeu e, ainda que deva, naturalmente, ser contextualizado à luz de outras regiões europeias com perfil insular, a capacidade de convergência em relação a esse nível médio de vida traduziu-se numa taxa média de variação anual do PIB que, na segunda metade da década de 90, foi 50% superior à média europeia.

Esta melhoria do nível médio de vida da população residente nos Açores, que não se processou de forma homogénea, nem no que diz respeito à comparação entre as diferentes ilhas que compõem o arquipélago nem no que diz respeito aos vários concelhos de cada ilha, repercutiu-se na capacidade de atracção e fixação de população residente, que se acentuou particularmente nos concelhos onde a melhoria do nível médio de vida, em termos de coesão económica e social, foi mais notória. A necessidade de captação de recursos humanos tecnicamente mais qualificados constitui, aliás, uma consequência das dificuldades de inserção da economia açoriana nos canais de mercado internacionais que, como resultado das debilidades estruturais que se lhe reconhecem - nomeadamente, a sua reduzida dimensão, a sua situação de perifericidade geográfica e a existência de um padrão de especialização produtiva fortemente orientado para o sector primário -, manifesta uma fraca orientação para a exportação e, principalmente, uma fraca capacidade de adopção de padrões competitivos que permitam melhorar o seu desempenho neste domínio.

A evolução do PIB *per capita* constitui uma medida sintética de comparação relativa de níveis de vida e de convergência real. A informação incluída na Figura 2.1.1 revela que este indicador correspondia nos Açores, em 2001, a cerca de 60% do verificado para a média da União Europeia (UE25). Apesar deste ser um valor substancialmente baixo, a Região Autónoma dos Açores apresentou, entre 1995 e 2001, uma significativa capacidade de convergência do seu nível médio de PIB *per capita* face aos valores médios europeus, conforme comprova a superioridade da variação média anual do PIB da região (cerca de 50%) em relação à média de crescimento europeia. Ainda assim, o esforço de convergência sugerido por estes valores deve ser analisado à luz do realizado por outras regiões europeias insulares, cuja situação de partida, na maioria dos casos, era menos preocupante do que a açoriana e cuja evolução recente tem evidenciado uma capacidade mais expressiva de crescimento e convergência. Em termos globais, assiste-se a um reforço da divergência entre o nível de desenvolvimento dos Açores e os níveis de desenvolvimento de outras regiões insulares europeias.

**FIGURA 2.1.1 – PIB PER CAPITA E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

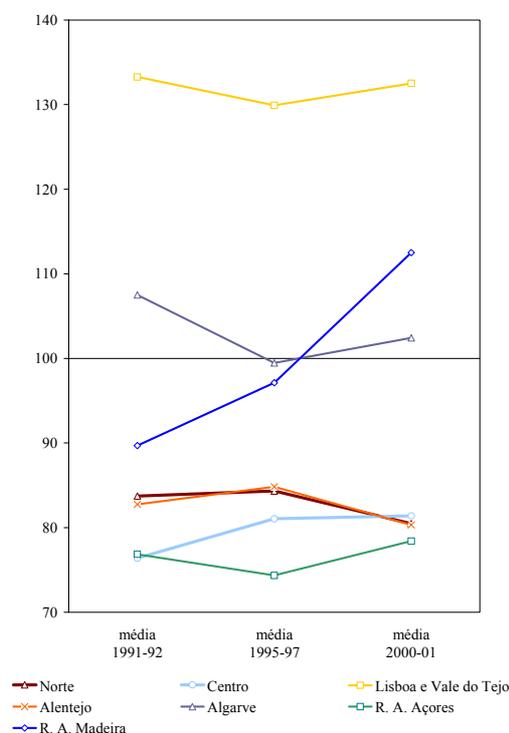
- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: Variação média anual do PIB da UE 25 (1995-2001) = 2,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Os Açores, que concentram cerca de 2,5% da população portuguesa e contribuem com menos de 2% para a formação do VAB nacional, viram diminuir ligeiramente, ao longo da década de 90, a disparidade do seu PIB *per capita* face aos valores nacionais (apesar de se ter acentuado na primeira metade da década: correspondia a 77% da média nacional em 1991-1992 e em 1995-1997 não ultrapassava os 74% - Figura 2.1.2). Este facto ficou a dever-se ao decréscimo da despesa pública regional que, como já foi referido, na sequência da perda das rendas da base das Lajes, conduziu a Região a uma crise económica de grande intensidade. O crescimento do PIB para um valor equivalente a 78% da média nacional em 2000-2001, está relacionado, em larga medida, com a estabilidade dos mercados financeiros e com o montante de transferências originárias do Orçamento de Estado, ao abrigo da lei de Finanças das Regiões Autónomas (de facto, o crescimento mais acentuado do PIB regional ocorreu a partir do ano de 1998). Acresce a isto, obviamente, o bom desempenho da economia Portuguesa na segunda metade da década de 80, assim como a descida das taxas de juro.

**FIGURA 2.1.2 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

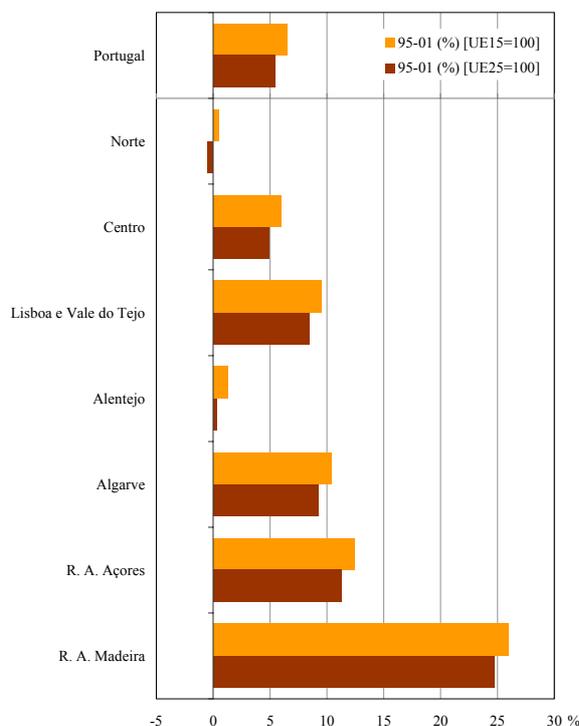
A capacidade de convergência dos níveis médios de PIB *per capita* face à média europeia retrata a evolução da região dos Açores no sentido da concretização de um ritmo de convergência superior ao desempenho nacional - reduzindo, desta forma, a disparidade inter-regional existente em Portugal. No período 1995-2001, a taxa de crescimento do PIB *per capita* da região dos Açores foi, no caso da UE a 15 membros, de 12,4% e reduziu-se, no caso da UE a 25 membros, para 11,3% (Figura 2.1.3). Esta ligeira diminuição relativa do ritmo de convergência dos Açores aquando do Alargamento da UE a Leste justifica-se pelo facto de alguns dos novos países de Leste registarem taxas de crescimento bastante superiores à média europeia e, desta forma, ritmos de convergência também mais significativos. Ainda assim, deve destacar-se a eficácia de redução das assimetrias regionais evidenciada por este maior ritmo de aproximação face ao nível médio de vida europeu por parte das regiões mais desfavorecidas portuguesas, como é o caso dos Açores, onde o ritmo de recuperação da sua disparidade em relação à UE 15 se processou segundo uma taxa de variação média anual do índice de PIB *per capita* de 2 pontos percentuais (com base no ritmo de crescimento da UE 25, reduz-se para 1,8 pontos percentuais).

As orientações de médio-prazo definidas pelo Governo Regional dos Açores para o período 2005-2008⁶ reafirmam a incorporação desta meta nos objectivos de política pública da Região, nomeadamente, porque “... com umas *finanças públicas perfeitamente estabilizadas, com um deficit nulo, com uma*

⁶ Orientações de Médio Prazo do IX Governo Regional dos Açores, 2005-2008, Ante-Proposta, Fevereiro de 2005

dívida pública inferior a 9% do PIB regional e com um investimento público tendencialmente crescente...”, considera o Governo Regional ser possível manter a tendência de convergência com os níveis de PIB nacional e europeu, que tem vindo a ser notória ao longo da segunda metade da década de 90, e canalizar, dessa forma, os meios que garantam a consolidação do esforço de coesão social, económica e territorial que se continua a impor.

FIGURA 2.1.3 – RESULTADO DE CONVERGÊNCIA COM A UE NOS ANOS 90 (PIB PER CAPITA)



Nota: Variação percentual do índice do PIB per capita regional relativamente à média europeia.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A capacidade de atrair população residente noutros concelhos, que pode ser interpretada como um indício da existência de melhores condições de vida ou de um padrão de vida concelhio mais consentâneo com as aspirações da sua população residente, difere bastante entre os concelhos localizados na Região Autónoma dos Açores (Figura 2.1.4⁷) e, globalmente, é inferior à média nacional. Interessante constatação, e ao contrário do que é normalmente entendido pela opinião pública, é o facto do concelho de Ponta Delgada e concelhos limítrofes não apresentarem as maiores taxas de atractividade concelhia, quer em 1991 quer em 2001. Surpreendentemente, os concelhos das ilhas com menor número de

⁷ É importante destacar que, ao longo do relatório, as classes de estratificação utilizadas nos mapas nacionais e regionais variam consoante a perspectiva adoptada, em função do referencial médio utilizado em cada um deles, que, no primeiro caso, corresponde à média nacional do incador respectivo e, no segundo, corresponde à média do mesmo na região em causa. Assim, é possível que um mesmo concelho seja sombreado com cores diferentes de um mapa para o outro.

habitantes, como Corvo e Flores⁸ e, embora com número mais significativo de habitantes, o concelho de São Roque do Pico, apresentam, com base no indicador em causa, taxas elevadas de atractividade populacional. Esta constatação não é, no entanto, fácil de compreender nem de justificar: no caso da ilha do Corvo, a principal justificação reside no acréscimo populacional de 8,1% entre 1991 e 2001; no caso das ilhas das Flores e Pico, onde se registam decréscimos populacionais de 7,7% e 2,6%, respectivamente, entre 1991 e 2001, a principal justificação reside na turbulência dos movimentos migratórios e na significância, quer dos movimentos de mudança de residência entre os concelhos de uma mesma ilha e inter-ilhas, quer de abandono do arquipélago em direcção ao território continental.

A evolução registada ao longo da década traduz um reforço da capacidade de atracção exercida por alguns concelhos, acompanhada por uma diminuição do grau de homogeneidade que se reconhecia em 1991. De facto, o limite máximo do grau de atractividade existente nos concelhos dos Açores, em 2001, é notoriamente superior ao de 1991, o que se pode encarar como um reforço da mobilidade inter-concelhos, detectando-se, em paralelo, uma tendência de hierarquização concelhia do sentido preferencial da mobilidade populacional em cada uma das ilhas. Exactamente porque os entraves e as dificuldades que se colocam à mobilidade inter-ilhas são mais significativos do que os que se colocam à simples mobilidade concelhia em qualquer uma das regiões continentais, facilmente se percebe que, nas ilhas mais dinâmicas, se intensifique, de forma quase natural, o movimento de atracção exercido por alguns concelhos: Praia da Vitória na ilha Terceira, Velas na ilha de São Jorge, São Roque na ilha do Pico e Lagoa na ilha de S. Miguel.

Naturalmente, é necessário ter presente que esta taxa de atractividade populacional é um indicador orientado para a medição do grau de atractividade exercido a nível concelhio, através da representatividade da população residente que há 6 anos atrás vivia noutra concelho. No caso das Regiões Autónomas, são particularmente significativos, também (ou mesmo mais), os movimentos populacionais em sentido contrário, ou seja, de abandono das ilhas em direcção ao território continental. Este facto é, aliás, realçado pela maior significância relativa que assumem os movimentos migratórios na Região dos Açores, quer de imigração quer de emigração, e cujo saldo final tem sido desfavorável para a Região, conforme será desenvolvido no ponto 2.3.1, sobre a sua situação demográfica.

Por outro lado, incluem-se, também, nas taxas de atractividade populacional evidenciadas nos Açores, um conjunto de situações que, do ponto de vista da contabilização da população residente, se traduzem efectivamente em alterações do local de residência em direcção aos Açores, mas que, em rigor, devem ser relativizadas, uma vez que encobrem, nalguns casos, uma componente mais significativa de dinamismo do mercado de trabalho traduzida em situações de residência temporária do que, propriamente, de atractividade absoluta de população. Aqui se incluem os casos de recrutamento específico de pessoas com determinado perfil de competências e/ou de habilitações que, residindo no Continente, aceitam uma situação de residência temporária nos Açores como contrapartida da ocupação de determinado posto de trabalho, mantendo, no entanto, a expectativa de regresso ao Continente.

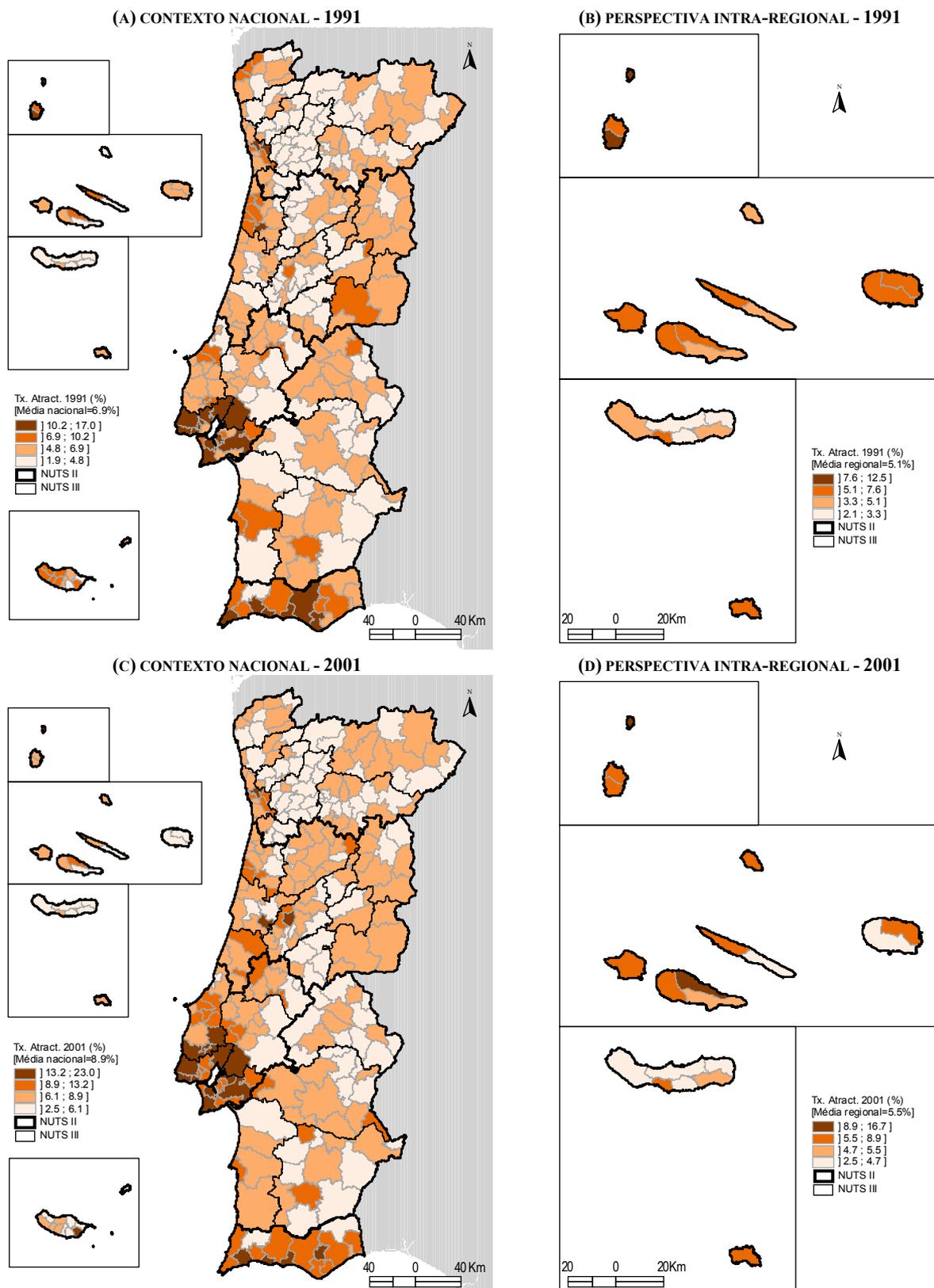
Esta é, exactamente, uma das explicações que justifica o aumento da capacidade de atracção de população com ensino superior por parte de alguns concelhos açorianos. A evolução registada entre 1991 e 2001

⁸ Segundo dados do Recenseamento Geral da População realizado pelo INE em 2001, a ilha do Corvo tem 425 habitantes e a ilha das Flores tem 3.995 habitantes.

aponta no sentido de um aumento da disseminação desta capacidade entre ilhas, principalmente no caso das ilhas Graciosa, São Jorge e Pico (Figura 2.1.5). Note-se que, se em 1991, eram os concelhos de Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo que se destacavam enquanto concelhos mais atractivos à fixação de população com educação superior, mesmo no contexto do referencial de atractividade nacional (0,55%), já em 2001 se mostrava mais esbatida esta capacidade de atracção que, aliás, ficava aquém da média nacional (1,26%).

Poder-se-á explicar esta ligeira diminuição relativa da capacidade de atracção de população com educação superior pelo facto de ter aumentado o número de residentes com este nível de habilitações e de, em paralelo, ter estabilizado a necessidade de captação externa de população com este nível de habilitações. Por outro lado, a homogeneização da atractividade populacional entre outros concelhos das ilhas prende-se com o próprio ciclo de desenvolvimento que têm vindo a atravessar, cuja tentativa de afirmação face aos concelhos mais avançados passa, naturalmente, pelo desenvolvimento da actividade económica e pela fixação de pessoas mais qualificadas.

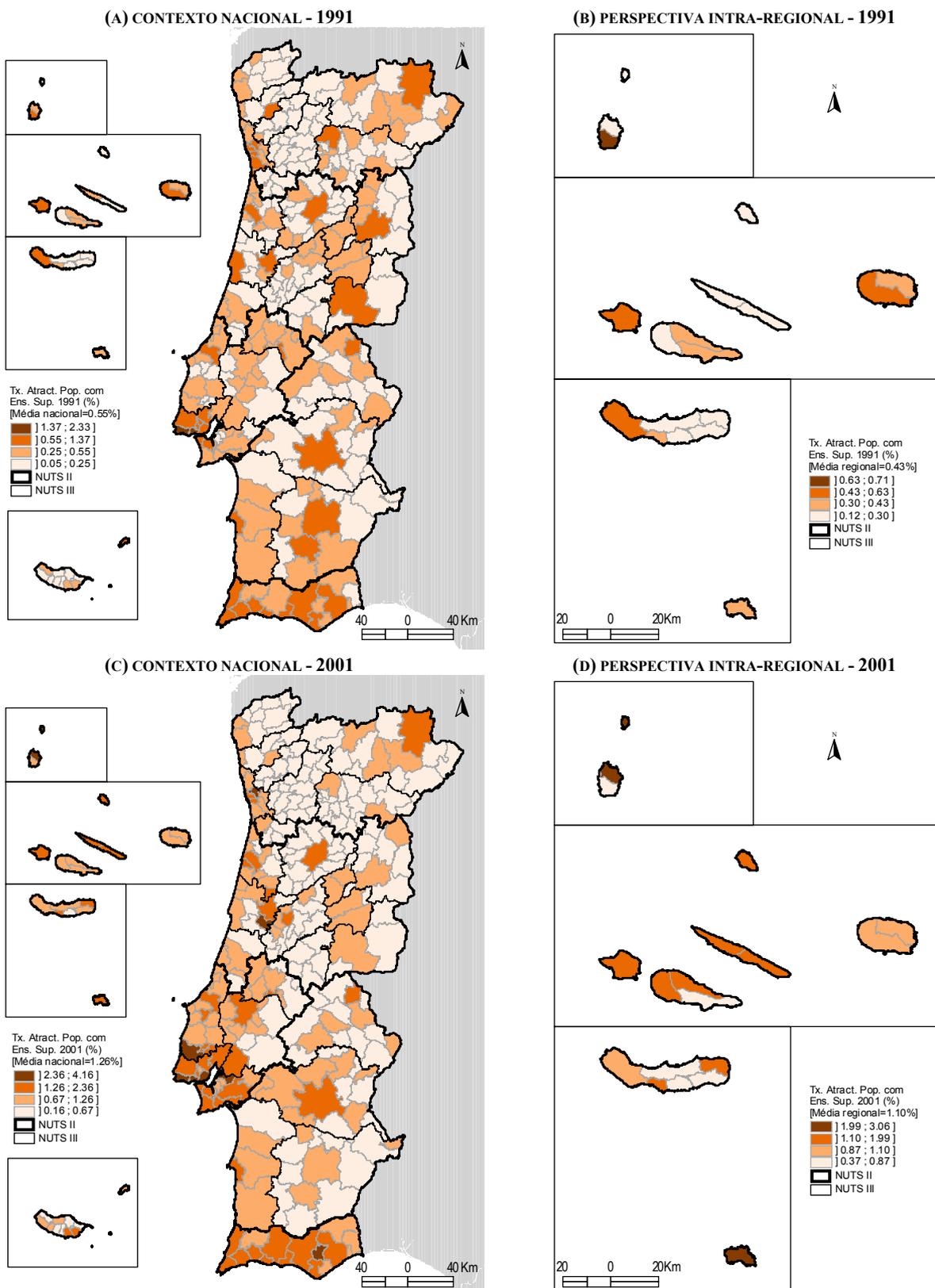
FIGURA 2.1.4 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO NOS ANOS 90



Nota: Taxa de atractividade = % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

FIGURA 2.1.5 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 90



Nota: % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás e que detém habilitações ao nível do ensino superior.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

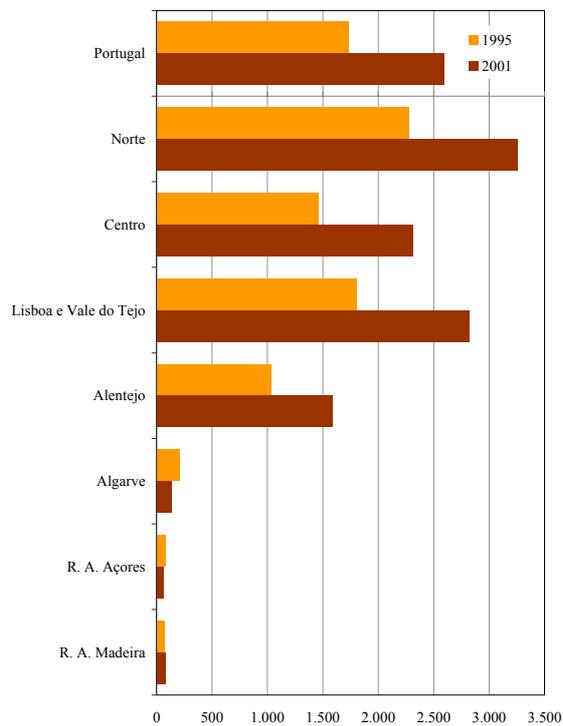
A melhoria do nível de vida que está subjacente ao aumento do grau de atractividade de alguns dos concelhos menos desenvolvidos dos Açores encontra correspondência, em termos económicos, no indicador de PIB *per capita* que, por sua vez, constitui o resultado, medido em termos de qualidade de vida, do grau de dinamismo económico da Região e da sua inserção competitiva no contexto nacional. Por outro lado, este mesmo grau de dinamismo económico influencia, e é influenciado, pela capacidade de inserção da economia regional no contexto económico internacional, nomeadamente, em termos de captação de mercados e de garantia de cumprimento dos padrões de competitividade exigidos para a captação de quotas nos mercados internacionais.

Algumas especificidades da economia açoriana dificultam a sua inserção nos canais de mercado internacionais:

- por um lado, a sua posição geográfica periférica em relação ao mercado europeu e o conseqüente acréscimo de custos resultante da dependência do transporte aéreo e marítimo na realização de trocas comerciais, que aumenta significativamente os entraves à comercialização, quer em termos de custos unitários de transporte quer em termos de tempos de colocação no mercado;
- por outro lado, a fraca orientação da própria economia regional, no domínio da produção física de bens, para a produção de produtos com elevada componente de valor acrescentado;
- e, finalmente, o facto de ser uma economia vocacionada para o turismo e para as actividades de serviços que lhe estão associadas, o que não encontra tradução em termos de capacidade exportadora, uma vez que esta abrange a exportação de bens, sem incluir a prestação de serviços.

A reduzida dimensão da economia açoriana e a sua vertente turística constituem, por isso, os principais factores explicativos da sua fraca orientação para a exportação que, conforme comprova a figura seguinte, perdeu alguma importância relativa no final da década de 90.

**FIGURA 2.1.6 – DIMENSÃO DA ACTIVIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90
(EUROS PER CAPITA)**



Nota: Indicador de exportações *per capita*.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO

O modelo de competitividade da região dos Açores apresenta debilidades estruturais que se tornam particularmente notórias quando analisadas no contexto do modelo global de competitividade português. Factores como a incapacidade de resposta da economia açoriana na melhoria dos respectivos níveis relativos de produtividade e, em paralelo, a sua significativa capacidade de actuação ao nível do respectivo grau de utilização dos recursos humanos, constituem os principais factores explicativos, por um lado, das oscilações do posicionamento relativo dos Açores face ao nível médio de PIB per capita nacional e, por outro lado, da sua evolução em direcção a um equilíbrio mais atractivo entre os níveis regionais de produtividade e de utilização de recursos humanos.

Com um tecido empresarial composto por mais de 80% de microempresas, o fraco dinamismo açoriano na criação de novas empresas encontra correspondência no próprio grau de atractividade da Região à fixação de empresas e actividades de serviços. Critérios orientados para a criação do próprio emprego constituem uma das principais motivações à tomada de iniciativa na criação de novas empresas na Região, enquanto o fraco dinamismo dos concelhos menos desenvolvidos e o baixo grau de competição a que estão sujeitos justificam a existência de maiores níveis relativos de sobrevivência empresarial.

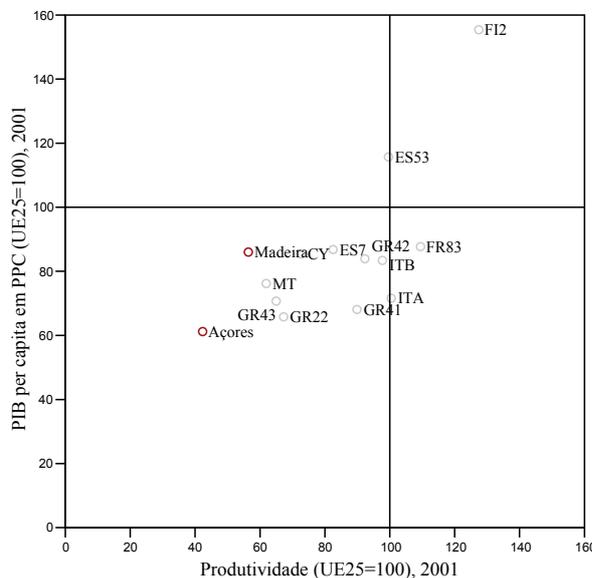
É neste enquadramento que, entre as principais orientações estratégicas definidas para os Açores no PDR 2000-2006, se destaca a valorização concedida à necessidade de “enquadramento e apoio aos agentes económicos no sentido da promoção de mais elevados níveis de competitividade e parceria, procedendo a reajustamentos na base económica regional, através de uma maior diversificação do sistema produtivo”, e que corporizam o objectivo prioritário definido nas orientações de médio prazo definidas pelo Governo Regional para o período 2005-2008 de “aumentar a produtividade e a competitividade da economia”, não apenas no sector do turismo, mas também, nos sectores ligados à agricultura, florestas e pescas.

A clara aposta no sector turístico tem encontrado correspondência no aumento do potencial de mercado reconhecido à Região, que fica patente no reforço dos investimentos realizados por grupos hoteleiros no sentido de aumentar, não só o número de camas disponíveis na Região, mas também a oferta de soluções alternativas e diversificadas de turismo. É, também, muito significativa a percepção da valiosa interligação que se estabelece entre as actividades agrícola e turística, quando se torna indiscutível que a imagem dos Açores enquanto destino turístico surge fortemente associada ao sector primário e ao património natural da Região e que entre alguns dos cartazes turísticos da Região se encontram, para além da indiscutível beleza das suas paisagens, certamente, o queijo da ilha de São Jorge, as produções agrícolas nas áreas da floricultura, da fruticultura e da vitivinicultura.

O reconhecimento da necessidade de aumentar a produtividade e a competitividade da economia açoriana ficam patentes no posicionamento debilitado que a Região apresenta no que diz respeito ao indicador de produtividade. Do conjunto de regiões europeias com características insulares, a Região Autónoma dos Açores é a que apresenta maior divergência face ao nível médio europeu de produtividade (Figura 2.2.1), indiciando o seu posicionamento relativo no referencial de correspondência entre o nível de produtividade e de PIB *per capita* que existem outras variáveis, para além do nível de produtividade, com maior

capacidade de explicação do nível médio de vida açoriano em relação ao europeu (cerca de 60% da média europeia) e que compensam a divergência relativa mais significativa existente no indicador produtividade.

FIGURA 2.2.1 – PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

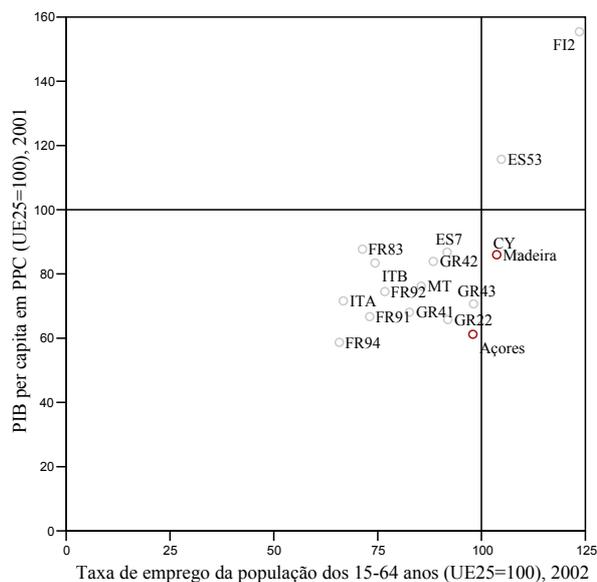
GR22-Ionia Nisia	FR83-Corse	PT2-Açores
GR41-Voreio Aigaio	FR91-Guadeloupe	PT3-Madeira
GR42-Notio Aigaio	FR92-Martinique	FI2-Åland
GR43-Kriti	FR94-Réunion	CY-Kypros
ES53-Illes Balears	ITA-Sicilia	MT-Malta

Nota: Produtividade (VAB/Emprego) na UE25 = 46,52 milhares de euros por indivíduo empregado.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Numa perspectiva de abordagem mais centrada na relação estabelecida entre o nível médio de vida da Região Autónoma dos Açores e o dinamismo do mercado de trabalho, salienta-se a existência, na Região Autónoma dos Açores, de uma taxa de emprego da população em idade activa muito próxima da média europeia (embora com uma tendência ligeiramente inferior), o que constitui, até, um factor de destaque face às regiões seleccionadas para comparação, que apresentam, tendencialmente, taxas de emprego consideravelmente mais divergentes da média europeia (Figura 2.2.2). Enquanto nas restantes regiões europeias insulares os baixos níveis relativos de emprego constituem uma explicação, ainda que parcial, para a existência de baixos níveis médios de vida, nos Açores esta explicação não parece verificar uma tão forte aderência empírica, o que, aliás, é corroborado pelas conclusões que se retiram da decomposição do modelo de competitividade territorial dos Açores que em seguida se apresenta.

FIGURA 2.2.2 – PIB PER CAPITA E TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO DOS 15-64 ANOS: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



- Legenda
- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martiniqne | FI2-Áland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: Taxa de emprego da população dos 15-64 anos na UE25 (2002) = 62,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Os principais factores que caracterizam as diferenças do modelo de competitividade dos Açores face ao padrão nacional consubstanciam-se na combinação de uma menor capacidade relativa de atingir o padrão nacional de produtividade, com uma também menor disponibilidade relativa da população para o trabalho (Figura 2.2.3).

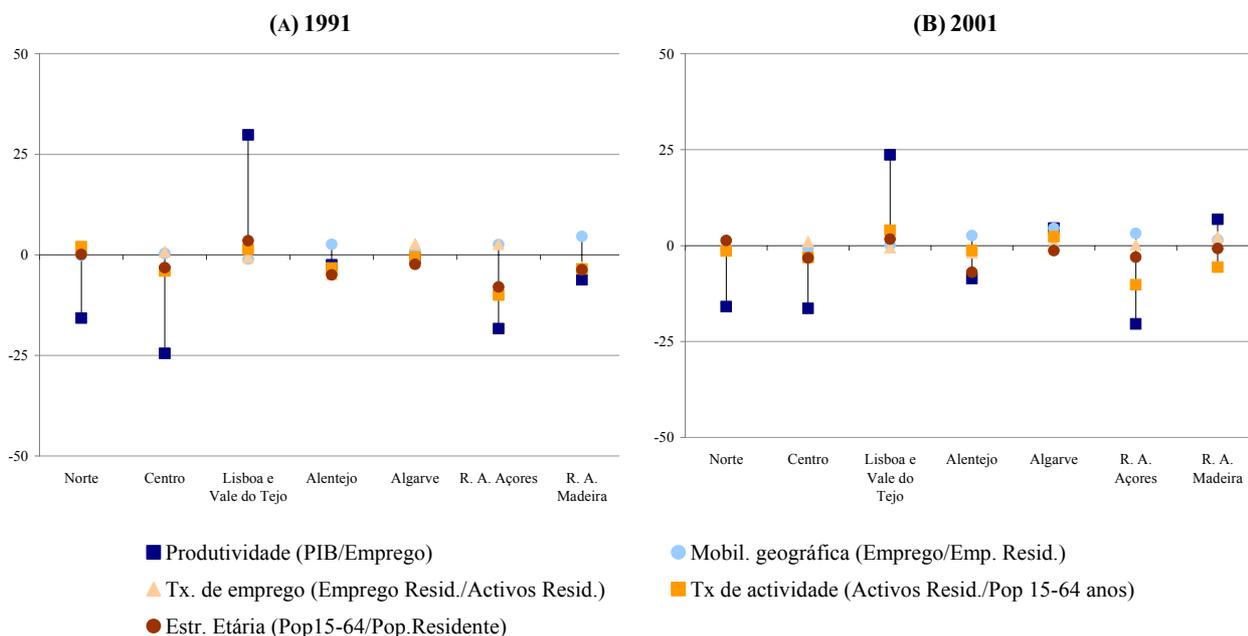
Os resultados da leitura da decomposição do topo da pirâmide de competitividade territorial dos Açores devem ser relativizados, uma vez que as características de insularidade da Região e os consequentes entraves ao normal processo de intercâmbio no mercado de trabalho, nomeadamente, em termos de mobilidade dos recursos humanos inter-ilhas e da impossibilidade (ou, pelo menos, grande dificuldade) de se estabelecerem movimentos pendulares com o Continente, tornam, por um lado, necessariamente mais rígida a estrutura de emprego, grau de actividade e de mobilidade dos recursos humanos e condicionam, por outro lado, a própria evolução das técnicas e processos produtivos utilizados. Ainda assim, é possível constatar que as principais diferenças competitivas evidenciadas pela Região, quando comparada com o conjunto do espaço nacional, se situam na inferioridade da sua taxa de actividade e nos menores níveis relativos de produtividade que apresenta - e que encontram explicação parcial na própria dificuldade de realização de uma afectação eficiente de recursos num contexto em que não existe contiguidade física no território que compõe a região dos Açores e que dificulta, da mesma forma, a maximização do contributo regional para a concretização de objectivos regionais de mercado.

CAIXA 2.2.1 - DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

A decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional (Figura 1.2.3). A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB *per capita* -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;
- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões;
- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfasamentos temporais que se verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

**FIGURA 2.2.3 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

O menor nível de produtividade da região Autónoma dos Açores é, também, confirmado através de uma perspectiva complementar de análise do seu desempenho, centrada na decomposição do PIB *per capita*. O facto do nível de PIB *per capita* dos Açores ser inferior ao verificado no País deve-se, não só, a uma menor produtividade média do trabalho, mas também a uma menor taxa de utilização dos recursos humanos (Figura 2.2.4 e Figura 2.2.5).

É de referir, no entanto, que o processo de convergência do PIB *per capita* da Região Autónoma dos Açores ao longo da segunda metade da década de 90, que passou de 75% em 1995 para 79% em 2001 do PIB *per capita* nacional, fica a dever-se especificamente ao crescimento da margem extensiva (maior taxa de utilização dos recursos humanos), sendo o contributo da margem intensiva, ou seja da produtividade do trabalho, notoriamente negativo. De facto, torna-se visível a ligeira degradação sofrida pelo indicador de produtividade do trabalho ao longo da década de 90. O reforço da capacidade de utilização dos recursos humanos, por sua vez, resulta, no final da década, da redução do desemprego e de um efeito demográfico associado à existência de uma estrutura populacional mais jovem do que a nível nacional, onde o peso da população em idade activa no conjunto da população residente é mais propício à formação de uma bacia de mão-de-obra com elevado grau de actividade.

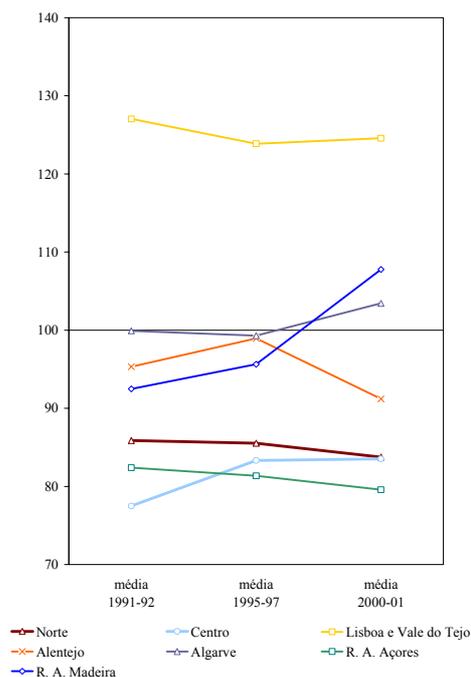
A este respeito é de salientar a evolução da taxa de actividade na Região dos Açores ao longo da década de 90, que aumentou de 36,9% em 1991 para 42% em 2001. Note-se que este aumento ficou a dever-se, quase exclusivamente, ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, cuja taxa de actividade era de 21,1% em 1991 e passou a ser de 32,1% em 2001⁹. O rejuvenescimento da população e

⁹ Com base em dados dos Censos 1991 e 2001 do INE.

a consequente evolução de mentalidades e introdução de hábitos mais modernos no modelo de organização regional do trabalho parecem constituir justificações possíveis para o aumento da disponibilidade feminina para o trabalho. De facto, na faixa etária dos 25 aos 34 anos, a taxa de actividade feminina nos Açores é mais elevada em relação à média nacional em 28 pontos percentuais, o que não encontra correspondência nos estratos etários mais avançados (dos 35 aos 44 anos, esta superioridade reduz-se para 16,6 pontos percentuais e dos 45 aos 54 anos para 8,4 pontos percentuais)¹⁰.

No estrato etário que abrange a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos detectam-se, contudo, taxas de actividade femininas inferiores à média nacional (em 4,8 pontos percentuais), que parecem contrariar esta tendência de aumento da sua disponibilidade para o trabalho como resultado da mudança de hábitos de vida e de mentalidades. Pode, neste caso, ser útil introduzir um outro factor justificativo, que se prende com a tendência notória que se tem vindo a delinear no sentido do reforço tendencial da população feminina no universo da população estudantil universitária. Esta maior proporção de mulheres que prosseguem os seus estudos até níveis mais avançados condiciona, naturalmente, a sua disponibilidade para o trabalho e reduz, nesta faixa etária, a respectiva taxa de actividade.

**FIGURA 2.2.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL
(PORTUGAL=100)**

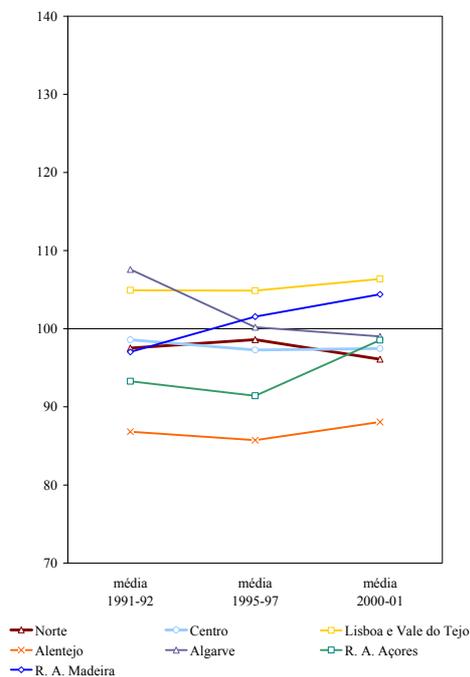


Nota: Produtividade do trabalho = PIB/Emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

¹⁰ Com base em dados do Inquérito ao Emprego do INE, 2001.

**FIGURA 2.2.5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL
(PORTUGAL=100)**



Nota: Taxa de utilização dos recursos humanos = Emprego em % da população residente.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

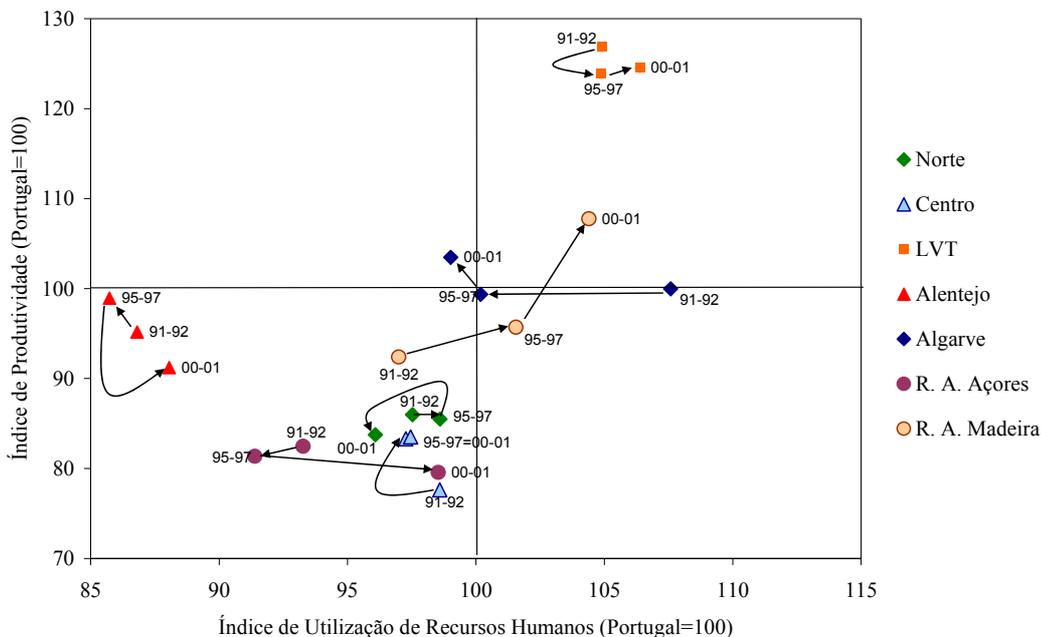
A trajectória de competitividade da Região Autónoma dos Açores na década de 90 esteve essencialmente dependente da evolução do índice de utilização dos recursos humanos (Figura 2.2.6). Assim, na primeira metade da década de 90, o reforço da divergência do nível de PIB *per capita* dos Açores face à média nacional resulta de uma redução do índice de utilização dos recursos humanos, não obstante a ligeira aproximação do índice de produtividade à média nacional. Na segunda metade da década, a sua aproximação à média nacional do PIB *per capita* deriva da melhoria do índice de utilização dos recursos humanos, apesar do acentuar da sua diferença face à média nacional do índice de produtividade.

Não desvalorizando, naturalmente, o significado deste recuo ao nível do indicador de produtividade, o posicionamento competitivo da região no final da década de 90 é mais atractivo do ponto de vista do equilíbrio entre os níveis de produtividade e de utilização dos recursos humanos - note-se que a ligeira divergência regional em termos de produtividade foi compensada por um reforço bem mais expressivo em termos do grau de utilização dos recursos humanos - e traduz uma significativa capacidade regional de adopção de estratégias adequadas na correcção dos desvios identificados, embora este papel pró-activo de actuação ao nível da correcção de desvios deva ser relativizado, já que foram essencialmente causas demográficas (e, portanto, mais rígidas à influência da política regional) e de ordem social (relacionadas com um equilíbrio complexo entre o aumento dos níveis de escolaridade e do grau de disponibilidade para o trabalho) as que estiveram subjacentes à melhoria do grau de utilização dos recursos humanos.

Importa, de futuro, fortalecer esta capacidade de reorientação competitiva, antevendo desde já que, para que o crescimento económico futuro da Região seja equilibrado - este equilíbrio estabelece-se entre os

dois vectores que influenciam o crescimento económico: crescimento económico baseado no incremento do *vector qualitativo* “produtividade” subjacente ao processo produtivo e crescimento económico baseado no incremento do *vector quantitativo* “utilização dos recursos humanos” - , a consolidação do aumento da capacidade regional de criação de emprego deverá ser acompanhada por iniciativas e políticas adequadas de fomento dos níveis regionais de produtividade.

FIGURA 2.2.6 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

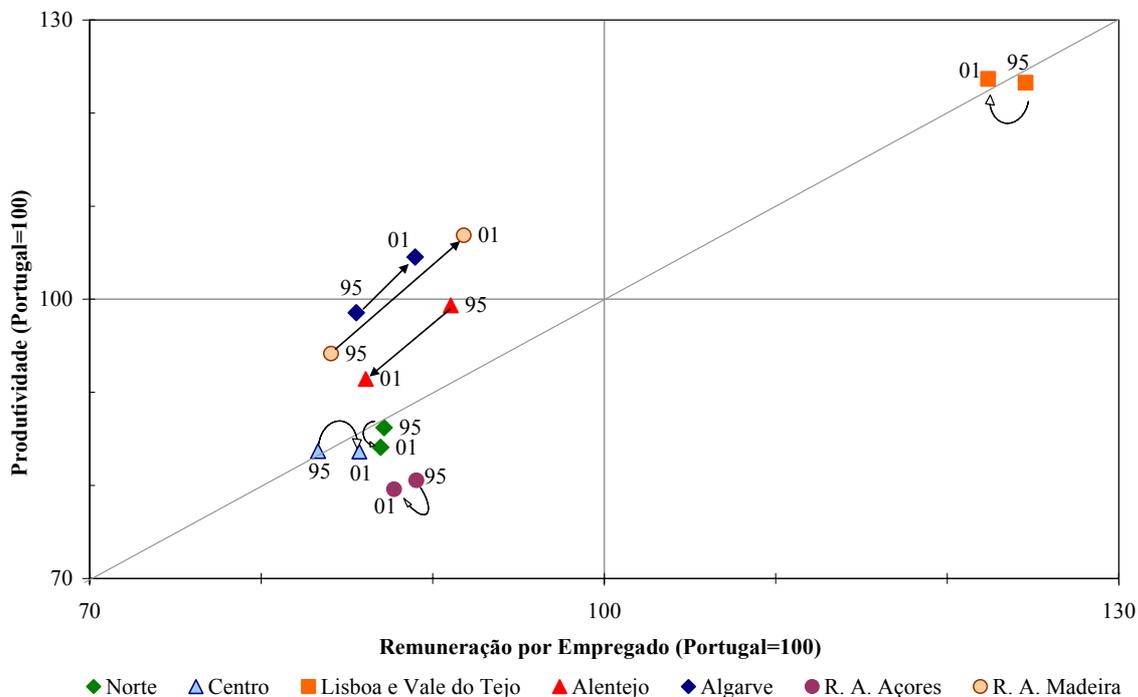
No que respeita ao nível de eficiência produtiva alcançado pelos Açores, é de realçar que quer os níveis de produtividade quer os níveis de remuneração por empregado se encontram abaixo da média nacional. Contudo, a evolução entre 1995 e 2001 indica que em ambos os indicadores se destaca uma evolução divergente face à média nacional, quer da produtividade quer da remuneração por empregado (Figura 2.2.7). Tal deve-se ao facto, tal como já foi anteriormente referido, de o crescimento dos Açores se ter feito essencialmente com recurso à margem extensiva (aumento do emprego).

É também de salientar o desequilíbrio que se detecta entre o nível de produtividade atingido na Região e o nível salarial praticado. O posicionamento relativo da Região neste referencial traduz uma situação em que o nível salarial praticado sofre uma pressão de subida, no sentido da convergência face ao nível médio de remuneração praticado, em média, a nível nacional, que, no entanto, não encontra correspondência nos níveis de produtividade atingidos.

Uma das justificações que se podem avançar para esta pressão dos níveis salariais praticados no sentido da homogeneização face ao padrão médio nacional reside na própria insularidade do território açoriano. Um dos mecanismo encontrados para contrariar o grau de repulsão de população que normalmente se origina em regiões geograficamente mais afastadas dos grandes centros urbanos e que, no caso dos Açores, incorpora uma forte componente agravante de desfragmentação territorial, reside justamente na oferta de condições salariais mais atractivas que, de alguma forma, permitam compensar a sua situação

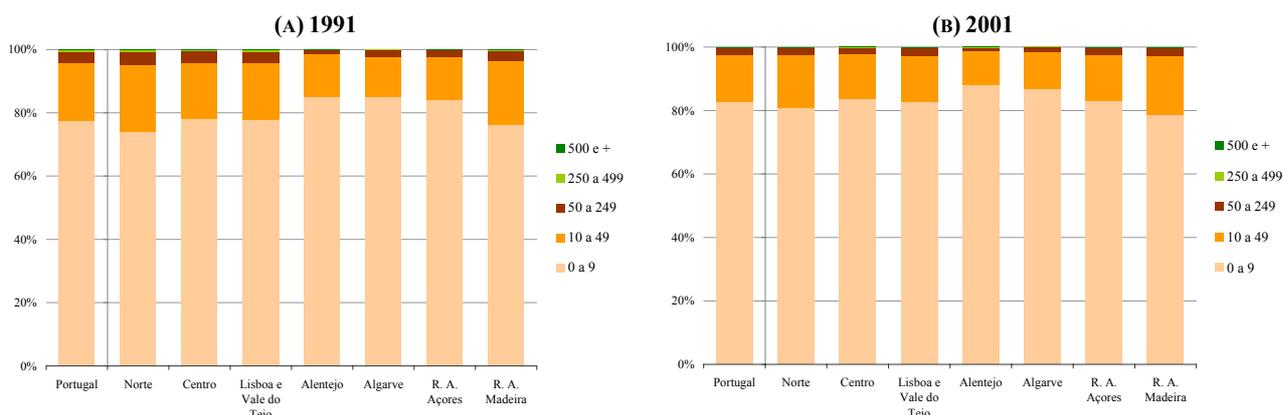
periférica. Esta situação agrava-se, quer no sector público quer no sector privado, à medida que aumentam as exigências em termos de especificidades técnicas e de competências, tornando mais expressivo o desnivelamento existente entre o nível de remuneração compatível com as funções exercidas, nos Açores e no território continental.

FIGURA 2.2.7 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE PRODUTIVIDADE E REMUNERAÇÕES NOS ANOS 90



A estrutura, características e dinamismo do tecido empresarial açoriano desempenham um papel importante enquanto factores potencialmente explicativos das diferenças de desempenho económico face ao padrão nacional. O tecido produtivo dos Açores é maioritariamente formado por micro e pequenas empresas e, à semelhança do que acontece a nível nacional, cerca de 80% das empresas da Região têm menos de 10 trabalhadores (Figura 2.2.8). O tipo de organização e de métodos de trabalho característicos destas empresas - normalmente de tipo familiar, com processos produtivos antiquados e onde se detecta uma considerável resistência à mudança - constitui um dos factores que contribui para o desempenho económico pouco satisfatório da Região.

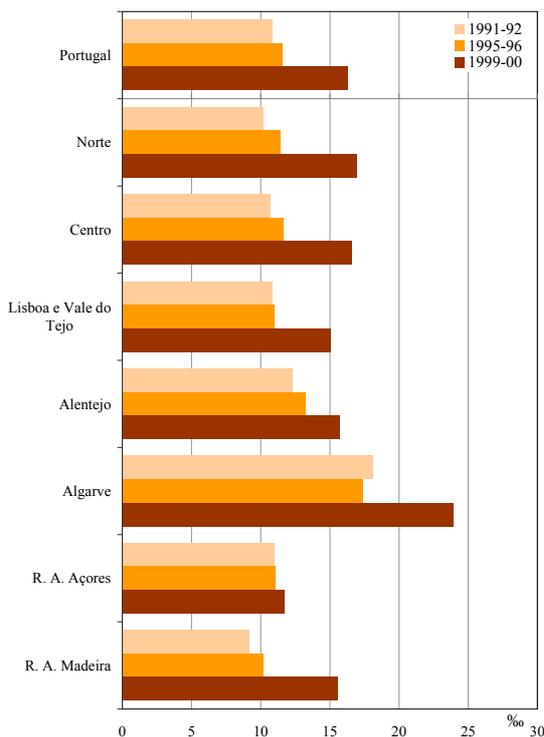
FIGURA 2.2.8 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL POR ESCALÕES DE DIMENSÃO, NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

É de referir, no entanto, que se a taxa de iniciativa empresarial nos Açores, medida como o número de novas empresas em per milagem da população activa, era muito semelhante à verificada para o País em 1991-92 e 1995-96, o cenário alterou-se substancialmente em 1999-00 (Figura 2.2.9). Nesta altura, a taxa de iniciativa é bastante inferior nos Açores (11,7 %, quando a nível nacional é de 16,3 %).

FIGURA 2.2.9 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL NOS ANOS 90



Nota: Taxa de iniciativa empresarial = N° de novas empresas/População Activa (em per milagem).

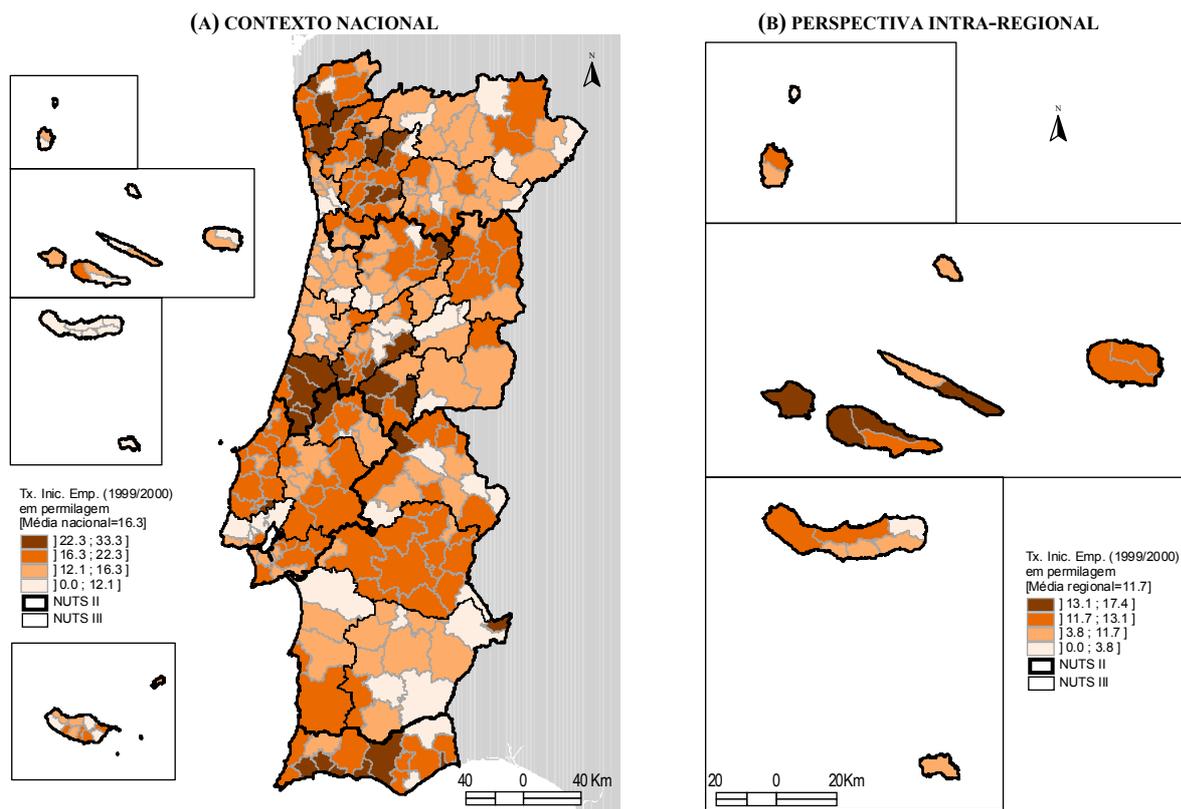
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

De facto, ao contrário do que se verificou em Portugal, este indicador pouco evoluiu ao longo da década de 90 (Figura 2.2.10). Uma avaliação do mesmo na perspectiva concelhia revela, talvez ao contrário do

que seria de esperar, que as maiores taxas de iniciativa empresarial se situaram em 1999-00 nos concelhos de Horta na ilha do Faial, Calheta na ilha de São Jorge, e Madalena e São Roque na ilha do Pico. Seguem-se, embora de forma menos destacada, os concelhos de Lajes do Pico, de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo na ilha Terceira, de Santa Cruz das Flores, e de Ponta Delgada e Ribeira Grande na ilha de S. Miguel. As menores taxas de iniciativa empresarial registaram-se nos dois concelhos mais isolados: Nordeste na ilha de S. Miguel e Vila Nova do Corvo na ilha do Corvo.

Um facto que possivelmente pode explicar este menor nível de iniciativa empresarial dos concelhos mais desenvolvidos da Região é a motivação associada à criação do próprio emprego que está subjacente à iniciativa de abertura de uma parte significativa de empresas. A concentração, nestes concelhos, de um peso expressivo de organismos públicos e de empresas e actividades de serviços que formam, no seu conjunto, um mercado de emprego atractivo à captação de recursos humanos e com capacidade de absorção da mão-de-obra disponível, torna menos significativa a necessidade de criar soluções de emprego alternativas ao trabalho por conta de outrem. Nos concelhos onde a actividade produtiva e a concentração de serviços geradores de postos de trabalho é menos significativa, torna-se decisiva a tomada de iniciativas de criação de empresas como mecanismo alternativo de criação de emprego.

FIGURA 2.2.10 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1999/2000)



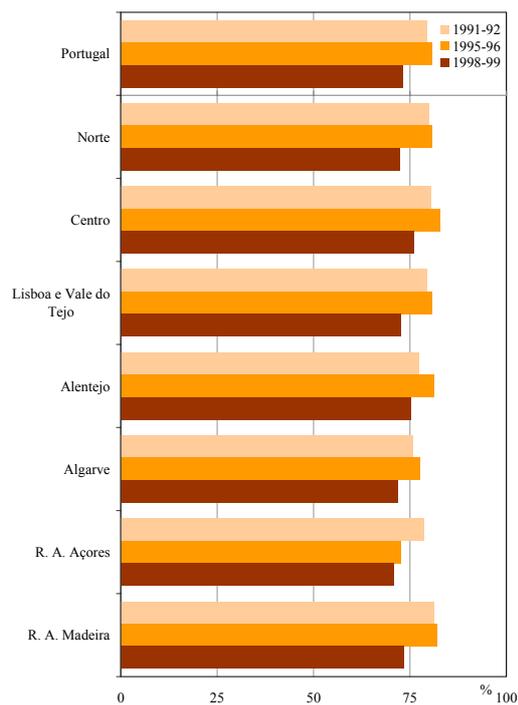
Nota: Taxa de iniciativa empresarial = N° de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A taxa de sobrevivência das empresas localizadas nos Açores, na década de 90, é muito semelhante à verificada a nível nacional, sendo que a mesma verificou, no entanto, uma tendência para diminuir ao longo daquela década (Figura 2.2.11 e Figura 2.2.12). No que respeita aos concelhos com maior taxa de sobrevivência encontram-se concelhos mais remotos como o Nordeste na ilha de S. Miguel, Santa Cruz das Flores e Corvo, que se situam acima da média nacional de sobrevivência empresarial. Tal pode dever-se ao facto desses mercados serem menos competitivos do que o resto da Região e da estrutura empresarial se manter relativamente constante, uma vez que coincidem com os concelhos onde são mais baixos os níveis de iniciativa empresarial, e onde se origina, por consequência, um baixo nível de turbulência empresarial, característico de regiões pouco atractivas à localização empresarial. Com uma taxa de sobrevivência empresarial igual ou superior à média nacional encontram-se ainda os concelhos de Horta na ilha do Faial, de Santa Cruz da Graciosa e de Ponta Delgada na ilha de S. Miguel.

Uma das ilações que podem ser retiradas da relação que se estabelece entre o baixo nível de iniciativa empresarial da Região e o nível relativamente contido de sucesso que se reconhece a estas iniciativas reside, exactamente, na percepção da necessidade de introdução de reorientações estratégicas no modelo de desenvolvimento que tem norteado o espírito empresarial açoriano. Com base neste modelo de desenvolvimento, em que primam factores como a segurança dos postos de trabalho e a garantia de remunerações fixas, ainda que possivelmente inferiores às que poderiam ser usufruídas, gera-se uma dependência de carácter quase estrutural em relação aos investimentos públicos e às iniciativas empresariais externas à Região, empenhando, desta forma, a formação de um espírito empresarial capaz de concretizar iniciativas adequadas à realidade em que se insere e, pior ainda, adoptando uma atitude passiva em relação à situação de atraso estrutural vivida em algumas sub-regiões, possivelmente resultante de um sector empresarial cujo critério de realização de investimentos abrangidos pelos subsídios estatais se sobrepõe ao critério de realização de investimentos com capacidade de gerar retorno produtivo.

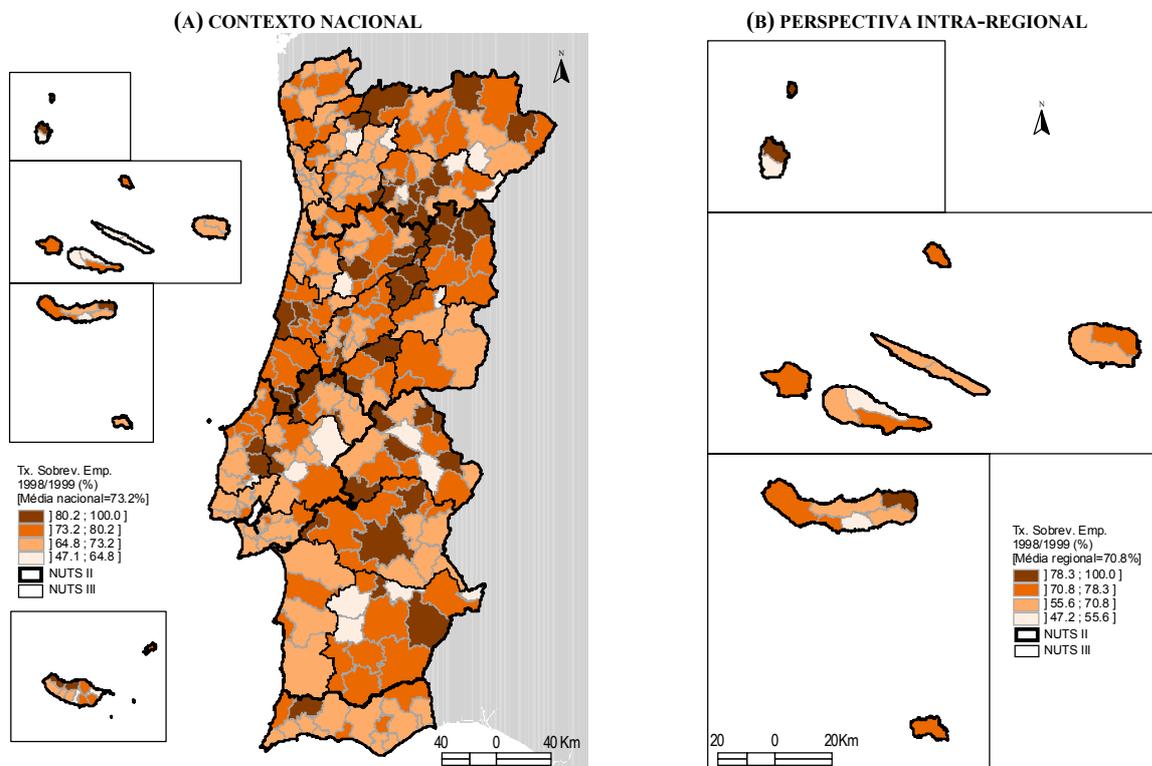
FIGURA 2.2.11 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL NOS ANOS 90



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.2.12 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998/1999)



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

O grau de dependência do emprego regional, aferido como a percentagem de emprego em estabelecimentos da Região pertencente a empresas com sede noutras regiões, registou, nos Açores, uma evolução ao longo da década de 90 que se insere na tendência das regiões portuguesas menos desenvolvidas, mas que foi tendencialmente contrária à verificada nas regiões que evidenciaram maior capacidade de crescimento. Verificou-se uma diminuição significativa do grau de cobertura de postos de trabalho por empresas com sede fora da Região, o que pode indiciar, quer uma maior capacidade de criação de postos de trabalho por parte das empresas com sede na Região, quer uma eventual diminuição da tendência de fixação nos Açores de empresas com sede fora da Região (Figura 2.2.13 e Figura 2.2.14).

A crise vivida pelo sector da construção civil pode contribuir para justificar a possível diminuição do peso dos postos de trabalho afectos a empresas com sede fora da Região. Ainda que os contornos mais expressivos desta crise sejam mais recentes (entre Março de 2003 e Fevereiro de 2004, o número total de obras licenciadas pela Câmaras Municipais sofreu um quebra de 23,8% nos Açores, face a igual período homólogo), os seus efeitos já se faziam sentir desde o final da década 90 (note-se que ao longo da década tinha sido registada um crescimento significativo nos Açores de empresas ligadas ao sector da construção). Nas empresas de maior dimensão, têm-se registado planos significativos de redução de pessoal que, nos casos de empresas sedeadas fora da Região, podem ter levado ao encerramento de delegações existentes nos Açores e terão contribuído para esta diminuição do grau de dependência do emprego regional.

Para além das condições previsíveis em termos do aumento do desemprego, esta crise vivida pelo sector da construção poderá ter impactos, também, ao nível do processo de convergência da Região no domínio da coesão social. As condições de vida das famílias açorianas estão, ainda, aquém dos níveis médios nacionais, o que fica patente se se considerar que o rácio simples que relaciona o número de “famílias clássicas” com o número de “alojamentos familiares”¹¹, traduz um padrão habitacional menos avançado nos Açores (1,2 alojamentos por família), por comparação com a média nacional (1,38 alojamentos por família). Nesta situação, para que pudessem ser fixados objectivos de convergência com a média nacional, era necessário que fossem construídos novos alojamentos, o que, face à situação de crise vivida pelo sector da construção como resultado da diminuição do número de obras licenciadas, constitui um objectivo de difícil concretização e condiciona o necessário processo de convergência com a média nacional, em termos de condições de vida, ainda que, à luz da definição de critérios de actuação prioritária, nos Açores seja mais premente a actuação ao nível da convergência de rendimentos face ao padrão nacional do que, propriamente, ao nível das condições de vida (conforme se observa no ponto 3.1- Grandes Resultados da Coesão).

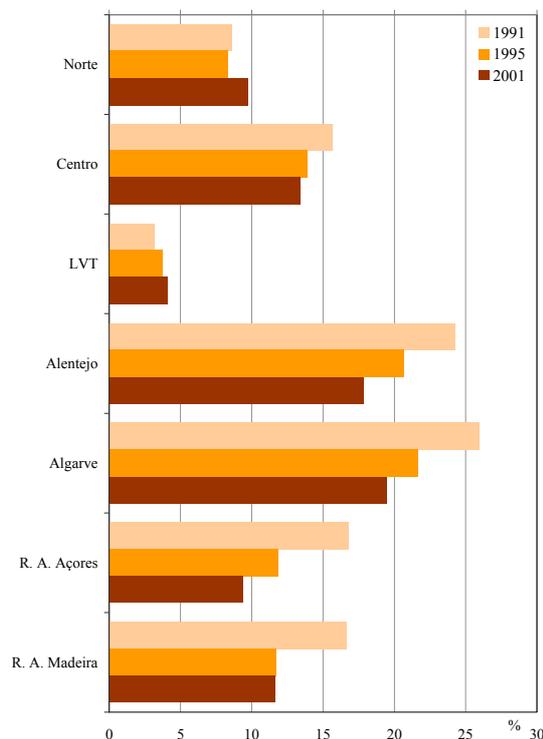
Os concelhos com maior grau dependência do emprego regional são os de Povoação na ilha de S. Miguel, de Madalena na ilha do Pico, de Velas na ilha de São Jorge e da Horta na ilha do Faial. Por contrapartida, o grau de dependência do emprego regional é menos significativo, simultaneamente, em concelhos com maior e menor dinamismo empresarial: no primeiro caso, porque o nível de actividade económica é mais elevado e o nível de iniciativa empresarial interna ao concelho atinge níveis de massa crítica que deixam pouco espaço para iniciativas externas à Região, como é o caso, nomeadamente, dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande na ilha de S. Miguel; no segundo caso porque o dinamismo económico é

¹¹ Segundo dados dos Censos 2001 do INE.

menos significativo e as iniciativas empresariais existentes são predominantemente locais e orientadas pela própria disponibilidade de recursos humanos existente, como é o caso, nomeadamente, do concelho de Nordeste na ilha de S. Miguel.

Uma possível justificação para a existência de elevados níveis de emprego afectos a investimentos externos aos concelhos da Horta na ilha do Faial, de Madalena na ilha do Pico, de Velas na ilha de São Jorge e de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo na ilha Terceira, reside no investimento efectuado por grupos hoteleiros com o objectivo de aumentar e diversificar a respectiva capacidade de alojamento, principalmente nas ilhas do Faial e da Terceira, e que, aliás, se tem traduzido num aumento significativo do número de dormidas na Região (ver caixa seguinte).

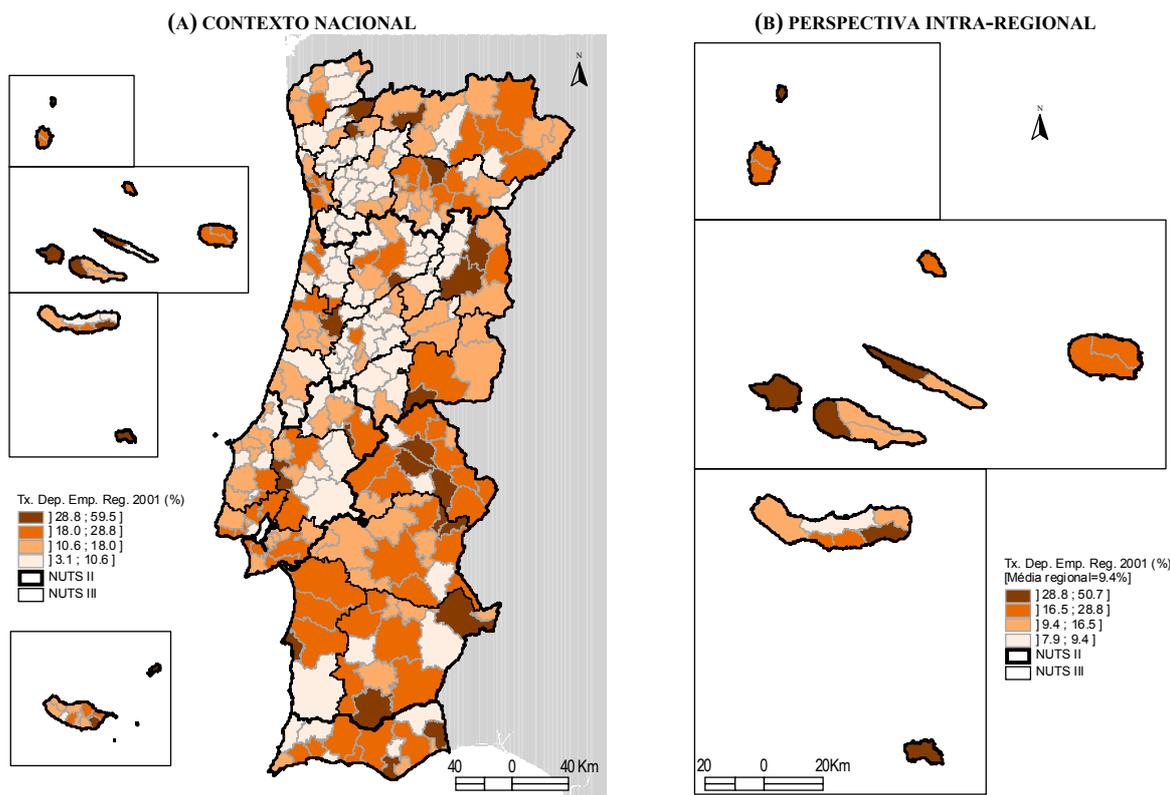
FIGURA 2.2.13 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL NOS ANOS 90



Nota: Indicador de dependência do emprego regional = % do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.2.14 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Indicador de dependência do emprego concelhio = % do emprego em estabelecimentos do concelho pertencentes a empresas com sede fora do concelho.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

CAIXA 2.2-2 – O CRESCIMENTO TURÍSTICO NOS AÇORES

A expansão e a diversificação da base económica de exportação constituem um dos objectivos da política de crescimento e desenvolvimento levada a efeito nos últimos anos na Região Autónoma dos Açores, a qual, até agora, assenta no aproveitamento e exportação dos recursos naturais, onde se destaca a fileira agro-alimentar. Os derivados de leite e as conservas constituem, por enquanto, os principais elementos. Acontece, no entanto, que a produção de leite se encontra limitada devido à imposição de uma quota por parte da União Europeia.

Assim sendo, a expansão e a diversificação da base económica de exportação passa pela identificação de outros produtos ou serviços. Atendendo à paisagem natural dos Açores e ao crescimento do turismo a nível mundial, com algum destaque para a procura do turismo ligado à natureza, este parece constituir uma saída natural para a prossecução do objectivo acima referido.

A aposta na promoção externa da região e os incentivos ao investimento privado na área da promoção e, sobretudo, da construção e remodelação das unidades de alojamento por parte das entidades públicas, com especial destaque dos provenientes do SIME, os quais recebem um prémio regional no âmbito do sistema de incentivos SIDEPA, assim como a existência de um sistema de incentivos regional dirigido para o turismo, o SIDET, conduziram a uma grande alteração a este nível, desde 1998.

Como se pode verificar através da informação incluída nas figuras que se seguem, a capacidade de alojamento duplicou num período de apenas quatro anos. Além disso, aumentou também o número de hóspedes e o número de dormidas nas unidades de alojamento. Embora o processo de possa considerar ainda numa fase embrionária, este pode ser já considerado um caso de sucesso levado a efeito ao longo dos últimos anos.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (Nº DE CAMAS)

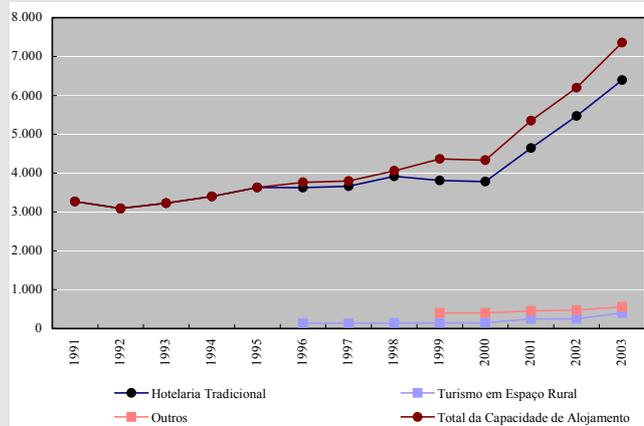


GRÁFICO 2 –EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HÓSPEDES NAS UNIDADES DE ALOJAMENTO

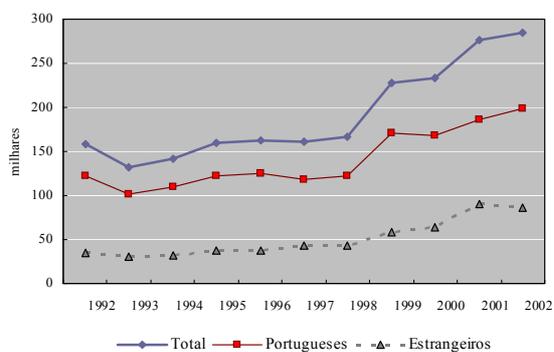
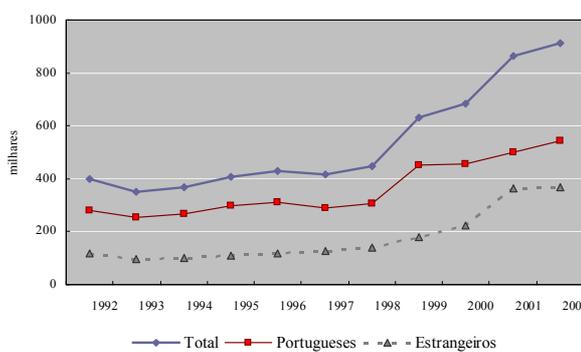


GRÁFICO 3 –EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DORMIDAS NAS UNIDADES DE ALOJAMENTO



O aumento da capacidade hoteleira na Região coaduna-se com a prioridade regional que tem sido dada ao reforço da actividade turística que, através das diligências coordenadas a nível Central, se tem traduzido na realização de campanhas publicitárias de atracção de turistas nacionais (o *slogan* “Açores como natureza viva” marcou presença nas televisões, jornais, revistas e *outdoors* do território nacional durante 2003 e 2004), na realização de campanhas de atracção de turistas oriundos de Países alvo de promoção turística específica, entre os quais, Espanha e alguns países nórdicos, como a Dinamarca, Finlândia e Noruega (o estabelecimento de ligações aéreas e o reforço do número de voos com alguns destes Países foi um passo importante para atingir este objectivo) e, também, na participação da Região em eventos destinados à sua inserção nos circuitos das companhias de Turismo de cruzeiros, nomeadamente porque com as obras recentes nos Portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória, a Região passará a dispor de boas condições para receber mais navios de cruzeiro e poderá tirar partido do crescimento que se perspectiva para este segmento de mercado.

A captação de turismo induzida por alguns dos investimentos de segmento superior realizados na Região encontra-se em consonância com uma das vertentes orientadoras das campanhas promocionais de captação de turismo no sentido de associar “o turismo nos Açores” a uma lógica de qualidade, em que se agrupam as componentes de lazer, natureza e cultura, conforme se depreende da recente campanha publicitária de promoção do Arquipélago dos Açores enquanto local de “natureza viva”.

Podem destacar-se, a título de exemplo, alguns investimentos que, pelas suas características, ilustram a aposta, quer da iniciativa pública quer da iniciativa privada, na valorização de uma imagem de turismo de lazer e de saúde, com qualidade, beneficiário do património natural e arquitectónico da Região e incentivado, não só, pela indiscutível beleza das paisagens mas, também, pela organização de actividades relacionadas com a natureza:

- Aposta na requalificação de zonas com manifesto potencial turístico - o Plano de Requalificação da Baía de Angra do Heroísmo, iniciado em 2003, envolveu um investimento de cerca de 2 milhões de euros, dividido entre a obra do Jardim das Cortes Reais e a consolidação da encosta junto à baía de Angra do Heroísmo. Este projecto de requalificação da zona litoral da cidade visava, através da remodelação do Jardim das Cortes Reais, outrora abandonado, criar uma estrutura, com diversas facilidades e equipamentos sociais (marina, estacionamento subterrâneo, galeria comercial com restaurantes, bares, esplanadas, lojas e espaços infantis), que ligasse a zona alta da cidade à baía. Inclui-se, ainda, neste projecto, a remodelação do porto das Pipas e a transformação da pousada da juventude do Castelinho. Inserida neste Plano de Requalificação da Baía de Angra, está a abertura prevista de uma unidade hoteleira com elevado padrão de qualidade e com capacidade para 242 camas, na cidade de Angra do Heroísmo, durante o ano de 2006. Com um investimento previsto de 15 milhões de euros, este hotel virá a beneficiar da localização estratégica concedida pela falésia nascente da cidade de Angra, classificada como Património Mundial pela Unesco em 1983;
- Aposta na vertente de turismo de saúde - o antigo Centro Termal das Furnas, na ilha de S. Miguel, foi alvo de um investimento na ordem dos 4 milhões de euros, com o objectivo de conciliar o conceito tradicional de termas com fins terapêutico/medicinais com uma vertente moderna de obtenção de bem estar pessoal. O grupo Asta Atlântida pretende, desta forma, criar o “Furnas Spa Hotel”, que beneficiará da localização junto à zona termal das Furnas, que oferecerá “saúde pela água” (SPA) e garantirá comodidade de alojamento numa perspectiva moderna de instância termal;
- Aposta na vertente de turismo de charme e lazer - a Pousada da Horta concretiza a abertura da primeira Pousada de Charme da rede Pousadas de Portugal nos Açores. Instalada sobre a Baía da Horta na ilha do Faial e em funcionamento desde 2004, a Pousada da Horta encontra-se inserida num forte do século XVI, construído sobre a Baía da Horta, e beneficia de uma excelente vista sobre a ilha do Pico. A componente de orientação para o turismo de lazer fica patente nas possibilidades oferecidas de realização de passeios pedestres, de bicicleta e a cavalo, bem como mergulho, pesca desportiva e observação de baleias e golfinhos;
- Aposta na vertente de turismo ambiental - a internalização de preocupações ambientais no conceito de turismo fica patente na aposta do grupo Bensaúde Turismo na obtenção da certificação do Terceira Mar Hotel pelo Sistema de Eco-gestão e Auditoria (EMAS) da UE. Esta certificação, a primeira obtida a nível nacional, resultou de investimentos em áreas que permitiram responder à exigência de poupança de recursos naturais, redução do consumo de energia e de produção de resíduos sólidos e líquidos, e condiciona, também, a escolha dos fornecedores desta unidade hoteleira, que devem possuir, para cada um dos respectivos produtos, fichas técnicas que atestem o seu padrão de qualidade;
- Aposta na vertente de turismo rural - o Projecto “Casas açorianas” ocupa a vertente de desenvolvimento do turismo rural. Reúne cerca de duas dezenas de unidades de turismo em espaço rural, disseminadas pelas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial, Flores e Santa Maria. Assente em unidades de pequena dimensão e com uma gestão familiar, esta aposta pretende ocupar um segmento de mercado assente na divulgação por Internet (parte substancial das reservas são feitas directamente pelo cliente) e visa satisfazer um público que pretenda beneficiar do contacto mais próximo com a natureza e com a vida quotidiana da Região, sem se instalar, como tal, na hotelaria tradicional.

Finalmente, interessa salientar a já referida aposta na entrada dos Açores na rota das principais companhias de cruzeiros que, em complemento do reforço significativo desta capacidade de oferta hoteleira, não apenas em número de camas mas também de diversidade de opções de turismo, têm contribuído para que os Açores se afirmem como uma Região de turismo tendencialmente mais atractiva à captação de investimento estrangeiro.

O nível de emprego em sociedades anónimas tem vindo a aumentar na Região, em parte devido à transformação de empresas públicas neste tipo de sociedade, embora se situe bastante abaixo do verificado a nível nacional. Por outro lado, o emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro é baixo quando comparado com o que se passa a nível nacional e manteve-se estável ao longo da década de 90 (Figura 2.2.15). De facto, este tipo de capital tem, por enquanto, uma fraca participação no tecido produtivo regional. Este é eventualmente um dos factores que contribui para a baixa taxa de inovação. O turismo é, possivelmente, um dos sectores com capacidade de atrair, no futuro, investimento estrangeiro.

O nível de investimento privado, que não apenas o estrangeiro, constitui, aliás, uma das principais justificações para o estado mais atrasado de desenvolvimento da economia açoriana. Factores como a pequena dimensão do mercado (ver caixa seguinte) e o elevado grau de risco associado à realização de investimentos em zonas de fraca densidade populacional e onde os hábitos de consumo e os níveis de rendimento fazem suspeitar da existência de dificuldades na sua rentabilização, têm vindo a explicar a manutenção dos níveis de atraso em alguns concelhos e, mesmo, ilhas da Região. A iniciativa empresarial orienta-se de forma mais notória pela necessidade de criação ou substituição de postos de trabalho do que, propriamente, pelo aproveitamento das oportunidades de investimento.

Cabe à iniciativa pública, então, zelar pelo aumento dos níveis de investimento nestas zonas, actuando como complemento da iniciativa privada nos sectores e nas actividades em que forem mais notórias as debilidades em termos de dotação regional. Não se substituindo, naturalmente, à iniciativa privada, a actuação da iniciativa pública nesta matéria deverá pautar-se pela introdução de medidas correctivas que possam contribuir para dissipar os efeitos provocados pela debilidade estrutural existente nos concelhos económica e socialmente mais carentes que, se não forem tomadas medidas atempadas de homogeneização face ao restante território da Região e desta em relação ao espaço nacional, tenderá a agravar-se como resultado do ciclo vicioso estabelecido entre a existência de baixos níveis de atractividade à captação de investimento e o consequente agravamento relativo da incapacidade de criar um nível de desenvolvimento com massa crítica suficientemente atractiva para o investimento privado.

Uma das prioridades do Governo Regional dos Açores para os aspectos relacionados com a promoção da coesão económica, em que se internaliza esta necessidade de actuação no sentido de orientar e complementar o investimento privado com vista à redução das assimetrias provocadas por sucessivos desequilíbrios intra-regionais na captação de investimento, está reflectida nas Orientações de Médio Prazo dos Açores para o período 2005-2008. Na vertente de actuação pública especificamente dirigida à promoção da coesão económica e social, o Governo Regional adopta uma perspectiva de actuação centrada num conjunto de vectores estratégicos, entre os quais se inclui o esforço de aumento dos níveis de investimento público, nomeadamente, “...potenciando o investimento público nas parcelas do território onde a dimensão do mercado e o coeficiente de risco inviabilizam a apetência e a dinâmica dos investidores privados, promovendo uma maior selectividade nos apoios e incentivos a conceder, fomentando parcerias público-privadas no financiamento de intervenções cujo retorno se evidencie mais desfasado temporalmente...”.

CAIXA 2.2-3 – DISPERSÃO E PEQUENA DIMENSÃO DO MERCADO REGIONAL DOS AÇORES

Um dos maiores problemas da Região Autónoma dos Açores tem a ver com a dimensão e a dispersão do mercado interno. Na realidade, os Açores são formados por nove pequenos mercados não integrados entre si. De facto, um mercado com 241 mil consumidores é sempre de pequena dimensão. Acresce a isto a dispersão do mesmo, sendo que, em muitas das ilhas, apenas o serviço público permite que as mesmas sejam abastecidas e as produções sejam escoadas, dada a pequena dimensão dos respectivos mercados.

TABELA 1 – POPULAÇÃO E SUPERFÍCIE

	Km ²	Densidade Populacional	População	%População
Total	2.332,74	103,64	241.763	100,00
Santa Maria	97,18	57,40	5.578	2,31
São Miguel	746,79	176,23	131.609	54,44
Terceira	402,17	138,83	55.833	23,09
Graciosa	61,17	78,14	4.780	1,98
São Jorge	245,76	39,36	9.674	4,00
Pico	447,74	33,07	14.806	6,12
Faial	173,11	87,01	15.063	6,23
Flores	141,70	28,19	3.995	1,65
Corvo	17,12	24,82	425	0,18

Além disso, o poder de compra em muitas dessas ilhas é significativamente diminuto quando comparado com o que se passa a nível nacional. Isto levanta problemas de natureza económica, como o não acesso a economias de escala em equipamentos fundamentais como a saúde, a educação, os portos, os aeroportos e as centrais de produção de energia eléctrica. Estes são, talvez, no entanto, problemas estruturais inerentes à própria natureza arquipelágica da região, os quais, naturalmente, serão dificilmente ultrapassados. De facto, o interesse do sector privado é diminuto, devido à falta de rentabilidade, na exploração de muitos segmentos do mercado açoriano. Acresce a isto o facto de muitas ilhas verem diminuir a sua população com o passar do tempo.

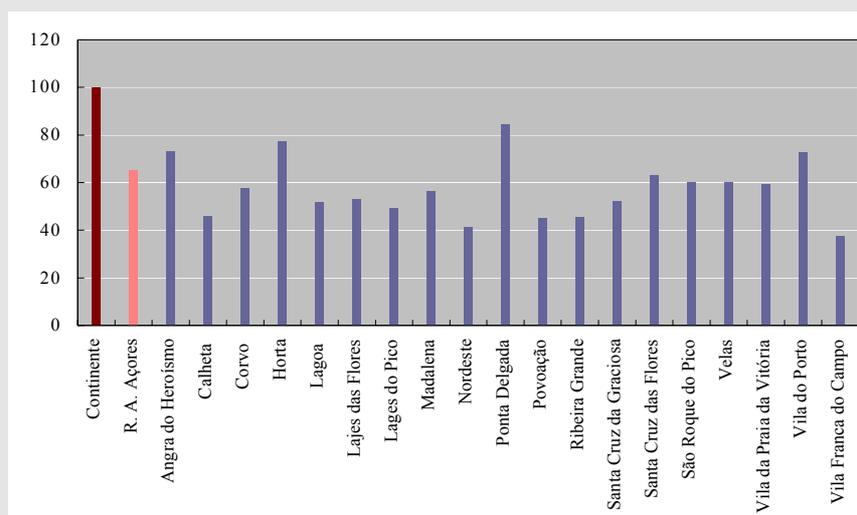
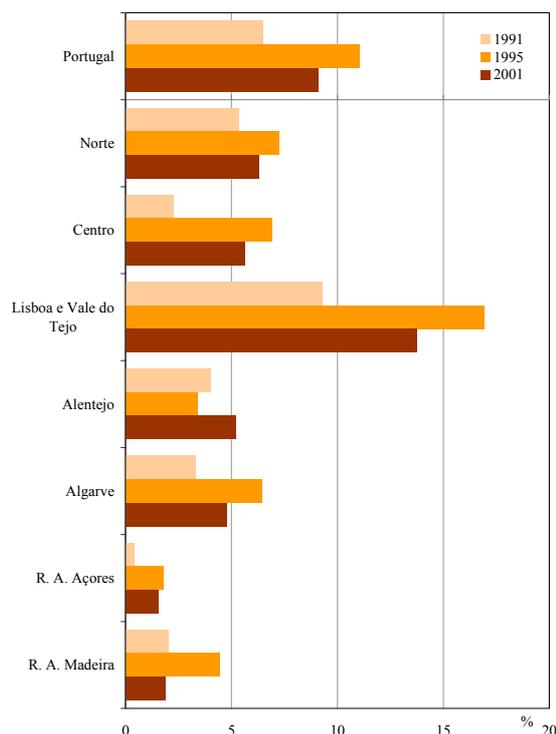
GRÁFICO 4 – COMPARAÇÃO DO PODER DE COMPRA *PER CAPITA* (%)

FIGURA 2.2.15 – PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NO TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL, NOS ANOS 90

Nota: Emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro em % do total do emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

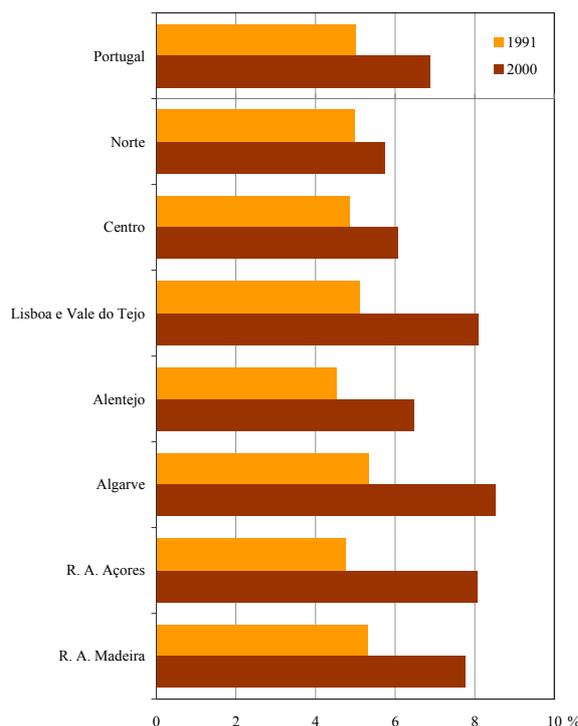
Directamente ligadas à análise da competitividade enquanto processo, nomeadamente nos aspectos que se prendem com o dinamismo da actividade empresarial (iniciativa e sucesso empresarial), estão as motivações subjacentes ao equilíbrio entre os perfis considerados tipicamente empreendedores - preferência demonstrada pelo exercício da actividade empresarial e com elevada capacidade de tolerância ao risco - e os perfis considerados como não empreendedores - preferência demonstrada por uma situação de trabalhado por conta de outrem e com menor capacidade de tolerância face ao risco.

As investigações mais recentes sugerem o contributo positivo de um espírito empresarial activo e de um elevado grau de iniciativa empresarial para o crescimento económico. Ainda que seja reconhecido que muitos outros factores influenciam, quer os níveis de PIB quer o nível médio de vida (PIB *per capita*), existem também evidências empíricas que justificam o facto de maiores níveis de empreendedorismo criarem um quadro económico mais propício ao reforço da coesão económica e social de regiões cujo desenvolvimento sofre de algum atraso, seja através do estímulo à actividade económica induzido pela maior capacidade de criação e substituição de emprego, seja através da sua capacidade de reforço dos níveis de competitividade e do aumento da pressão competitiva induzidos pela introdução de novas técnicas e processos produtivos, seja pelo facto de se atingirem níveis mais elevados de realização pessoal e de facilidade na realização e concretização de escolhas profissionais¹².

¹² Comissão das Comunidades Europeias (2003), “Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa”.

Ao longo da última década, a capacidade de mudança de emprego por motivos que ultrapassam o encerramento de empresas traduz, nos Açores, uma evolução em que se detecta um reforço significativo de motivações alicerçadas no aumento da realização profissional, na obtenção de melhores condições de trabalho (salariais ou outras) e, também, na criação de novas empresas (seja enquanto empresário, seja enquanto trabalhador por conta de outrem). Desta forma, ainda que os níveis de iniciativa empresarial sejam ligeiramente mais baixos nos Açores do que, em média, no espaço nacional, esta situação é compensada por uma aposta mais significativa na tentativa de melhoria das condições de emprego, quer de ordem material (uma componente forte, certamente) quer de ordem motivacional (Figura 2.2.16).

FIGURA 2.2.16 – MOBILIDADE LABORAL NOS ANOS 90



Nota: Pessoas que mudaram de emprego por razões para além do encerramento de empresas em % do emprego total.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Caracterizados os resultados e trajectória de crescimento e competitividade da Região Autónoma dos Açores, é chegada a altura de passar a desenvolver uma análise das condições determinantes desta evolução ao longo dos anos 90, estruturada em torno dos seguintes domínios:

- Demografia;
- Capital Humano;
- I&D e Tecnologia;
- Especialização Produtiva;
- Estrutura da Procura;
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas.

2.3.1. Demografia

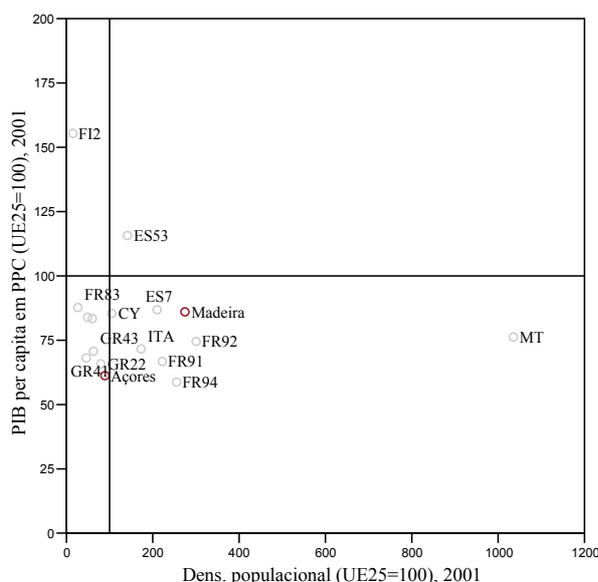
A Região Autónoma dos Açores apresenta um perfil demográfico em que, paralelamente à existência de níveis de densidade populacional inferiores aos nacionais, que facilmente se justificam pela dispersão do território em torno das suas nove ilhas, se salienta a existência de uma estrutura etária tendencialmente mais jovem, embora com níveis significativos de heterogeneidade, quer entre ilhas quer entre concelhos de uma mesma ilha. Este padrão de juventude populacional apresenta, aliás, regularidades muito significativas quando analisados à luz do respectivo nível de desenvolvimento concelhio e conseqüente capacidade de atracção e fixação de população jovem.

No entanto, torna-se inegável que a Região já se encontra perante um duplo fenómeno de envelhecimento, em que o estreitamento da base da pirâmide etária (redução tendencial do peso de população jovem na estrutura da população) coexiste com o alongamento do topo da pirâmide (aumento dos níveis de esperança média de vida) e, ainda que seja perceptível a existência de uma bacia de mão-de-obra tendencialmente mais jovem do que a existente, em média, a nível nacional, este facto é contrabalançado pelo maior nível de mobilidade que se pode esperar de um estrato etário jovem a quem não são asseguradas as condições de vida desejáveis e necessárias à sua permanência na Região. A busca de melhores condições de vida e a deslocação para os principais centros urbanos do território continental acentuam-se particularmente no caso da população mais qualificada, o que, para além das óbvias conseqüências em termos da redução do nível médio de qualificações dos recursos humanos no mercado de trabalho açoriano, se tem vindo a traduzir numa diminuição do número de residentes nos Açores ao longo da década de 90, como resultado da maior intensidade do contributo negativo dos saldos migratórios do que do contributo positivo do saldo natural.

A contextualização das características demográficas da Região Autónoma dos Açores no espaço europeu permite constatar que a Região apresenta níveis de densidade populacional aproximados à média europeia. Mostra-se, no entanto, menos densamente povoada que a maioria das restantes regiões europeias insulares (Figura 2.3.1), talvez porque a própria especificidade inerente à existência de nove ilhas dispersas assim o determine, nomeadamente porque os níveis de desenvolvimento económico são diferenciados e se repercutem em diferenças no fenómeno de povoamento que provocam oscilações acentuadas dos níveis de densidade populacional entre as ilhas. Numa outra perspectiva, também o relevo montanhoso e as elevadas altitudes que se atingem em algumas das ilhas justificam a existência de menores níveis de densidade populacional.

No domínio do grau de envelhecimento populacional é de realçar a estrutura populacional relativamente jovem dos Açores, quando comparada com a situação da União Europeia e, principalmente, com os níveis mais elevados de envelhecimento evidenciados por uma parte significativa das regiões europeias insulares (Figura 2.3.2).

**FIGURA 2.3.1 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE POPULACIONAL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



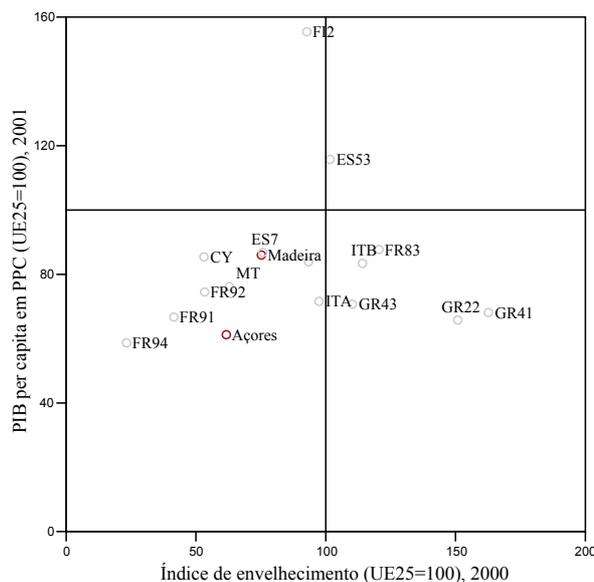
Legenda

- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canárias | ITB-Sardegna | |

Nota: Densidade populacional na UE25 (2001) = 114,2 hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

**FIGURA 2.3.2 – PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



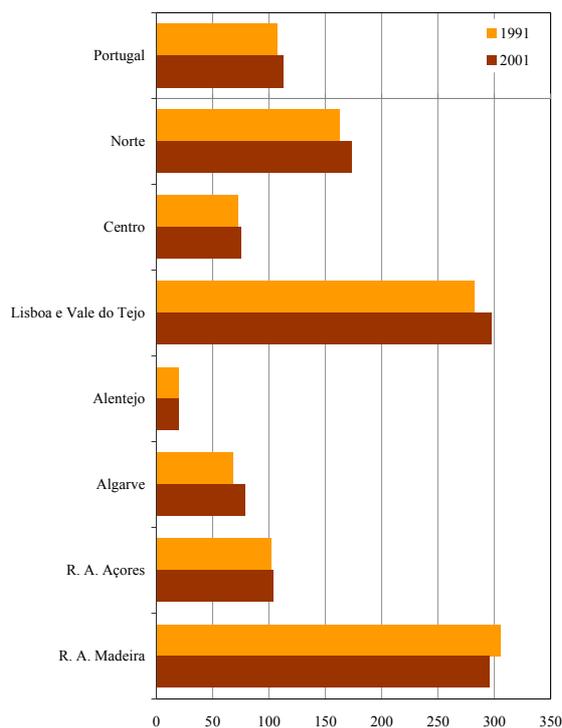
- Legenda
- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: Índice de envelhecimento da UE25 (2000) = 91,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A densidade populacional do conjunto das 9 ilhas açorianas habitadas (cerca de 100 habitantes/km²) é inferior à média nacional (113 habitantes/km²), conforme comprova a Figura 2.3.3. A dispersão geográfica que caracteriza o arquipélago dos Açores e as diferenças de capacidade produtiva e dinamismo empresarial que se foram gerando provocam um impacto, em termos da capacidade de fixação de população que justifica a variação dos níveis de densidade populacional da Região entre os 175 habitantes/km² na ilha de S. Miguel e menos de 48 habitantes/km² nas ilhas do Corvo, Flores, Pico e São Jorge (Figura 2.3.4).

FIGURA 2.3.3 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90



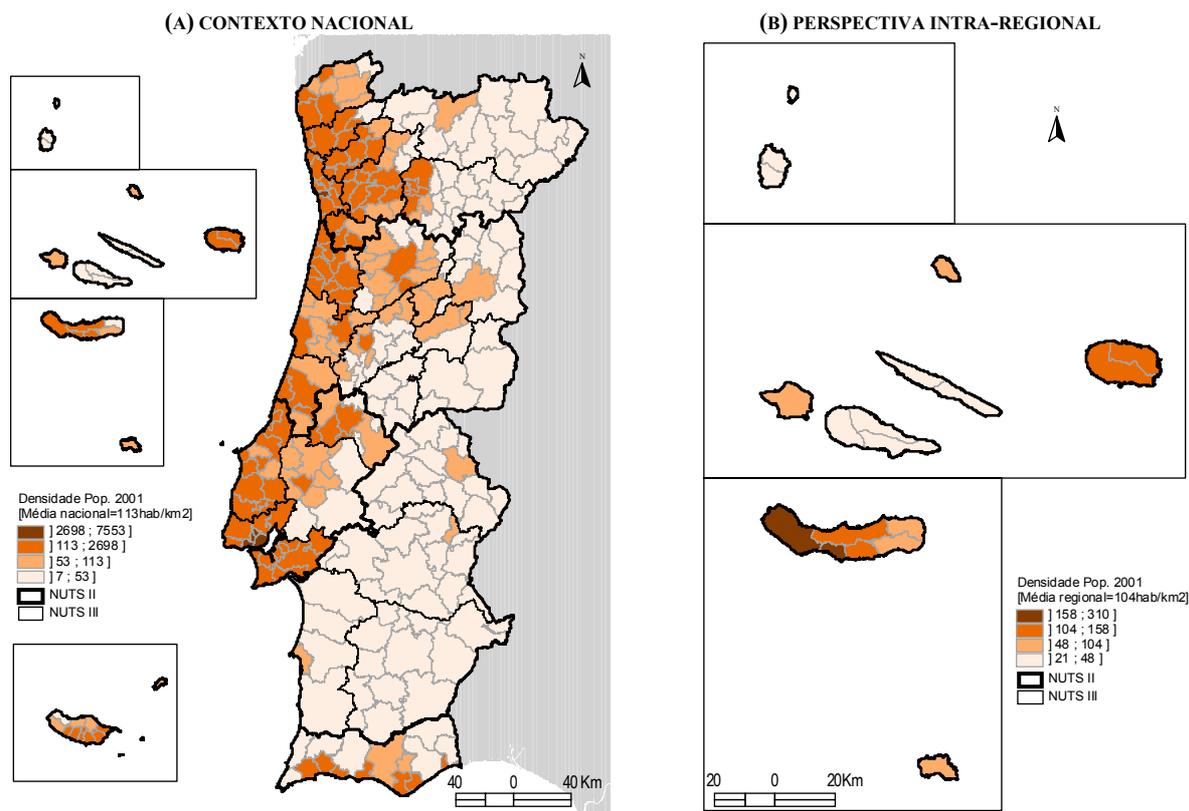
Nota: Densidade Populacional em hab./km².

Fonte: INE, Censos

Os aspectos de caracterização geográfica, as próprias características topográficas e a pequena dimensão de cada uma destas quatro ilhas permitem justificar o menor nível de concentração populacional que aí se regista. No caso das ilhas que compõem o grupo Ocidental, a fraca propensão para a concentração populacional justifica-se, por um lado, pela costa muito recortada e extremamente escarpada da ilha das Flores (chegando a atingir os 600 metros de altura no extremo noroeste da ilha, que ocupa uma área de 142 km²), cuja topografia muito acidentada e marcada pela coexistência de altas elevações com profundos vales forma, no seu conjunto, um quadro natural de rara beleza mas que se revela pouco propício à concentração populacional e, por outro lado, pela pequena área da ilha do Corvo (apenas 17 km²), que é, aliás, a mais pequena do Arquipélago

No caso das ilhas pertencentes ao grupo central, a fraca propensão para a concentração populacional justifica-se, no caso da ilha do Pico, pelas elevadas altitudes que se atingem - que culminam nos 2.351 metros de altitude da montanha do Pico (a mais alta de Portugal), classificada desde 1972 como Reserva Natural - e pela existência de terrenos de muito acidentados onde, ainda hoje, se encontram extensas áreas de vegetação absolutamente virgem e, no caso da ilha de São Jorge, pelo formato “alongado” dos seus 246 km² de área (com 65 km de comprimento por apenas 8 km de largura máxima).

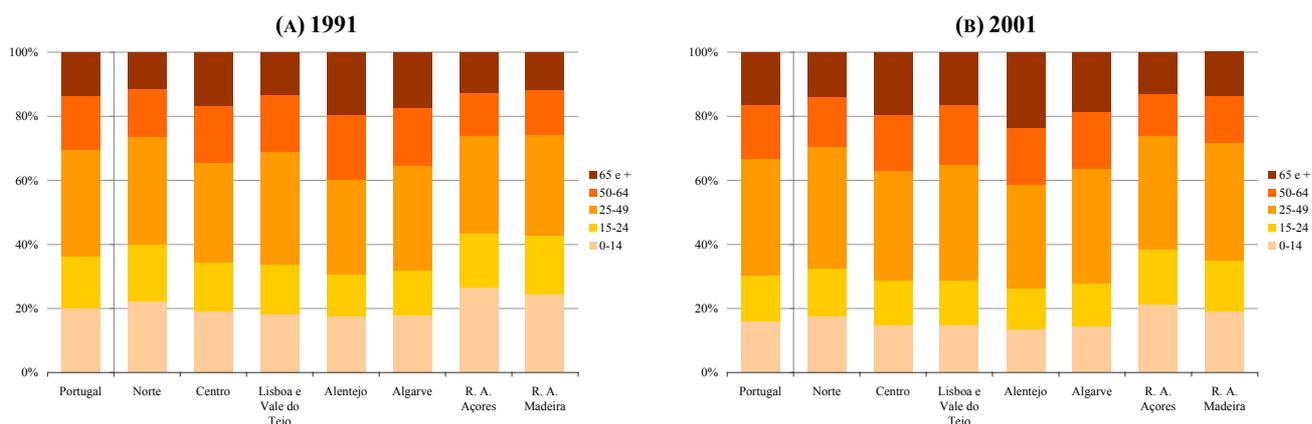
FIGURA 2.3.4 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Densidade Populacional em hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Em termos da evolução da estrutura etária da população, poder-se-á considerar que a população residente nos Açores se mantém relativamente jovem, quando comparada com a situação geral do País, embora se detectem sinais de que a Região já entrou no chamado processo de envelhecimento demográfico, talvez com um ligeiro desfasamento temporal face às regiões do Continente. Tanto em 1991 como em 2001, a população com menos de 14 anos ultrapassava os 20% nos Açores, enquanto que no País este patamar não era atingido. O mesmo se passa com a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, onde se observa, em 1991, que ultrapassava os 40% na Região, situando-se acima do verificado para o País. Em 2001, atinge exactamente os 40% na Região deixando-se ficar na casa dos 30% no País (Figura 2.3.5).

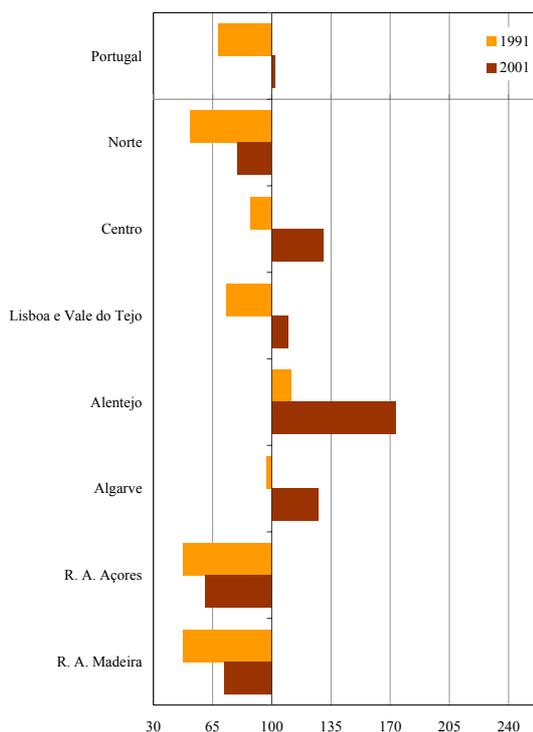
FIGURA 2.3.5 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90


Fonte: INE, Censos

O menor índice de envelhecimento da população na região dos Açores, quando comparado com o todo nacional, pode também ser observado através da Figura 2.3.6. É de referir, no entanto, que esta juventude populacional relativa pode estar ligada a factores que não apenas a maior natalidade, mas eventualmente a um contributo positivo do resultado entre os saldos natural e migratório do ponto de vista da capacidade de fixação de população jovem.

Esta relação próxima entre o grau de juventude da população açoriana (encarada como condição social da Região no contexto da análise da sua competitividade) e a esperança média de vida da Região (encarada como resultado em termos sociais, no contexto da análise da sua coesão social), permite salientar que a dotação regional de condições atractivas ao desenvolvimento da actividade produtiva e ao crescimento económico, nomeadamente em termos sociais (densidade populacional, juventude populacional, capital humano), está fortemente interligada com a respectiva capacidade regional de orientar a afectação de recursos (financeiros, humanos e de definição de prioridades de políticas públicas) no sentido da melhoria da coesão em termos dos denominados resultados sociais (esperança de vida, escolaridade média). Melhor dizendo, a forma mais eficiente de actuação ao nível da melhoria das condições competitivas de uma Região em termos sociais reside, justamente, na percepção de que os factores que constituem a dotação regional de “condições” necessárias ao desenvolvimento económico constituem a resultante de um processo interactivo prévio e, necessariamente, simultâneo, de actuação sobre a melhoria das condições, do processo e dos resultados que consolidam a situação da Região em termos de coesão social.

FIGURA 2.3.6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NOS ANOS 90



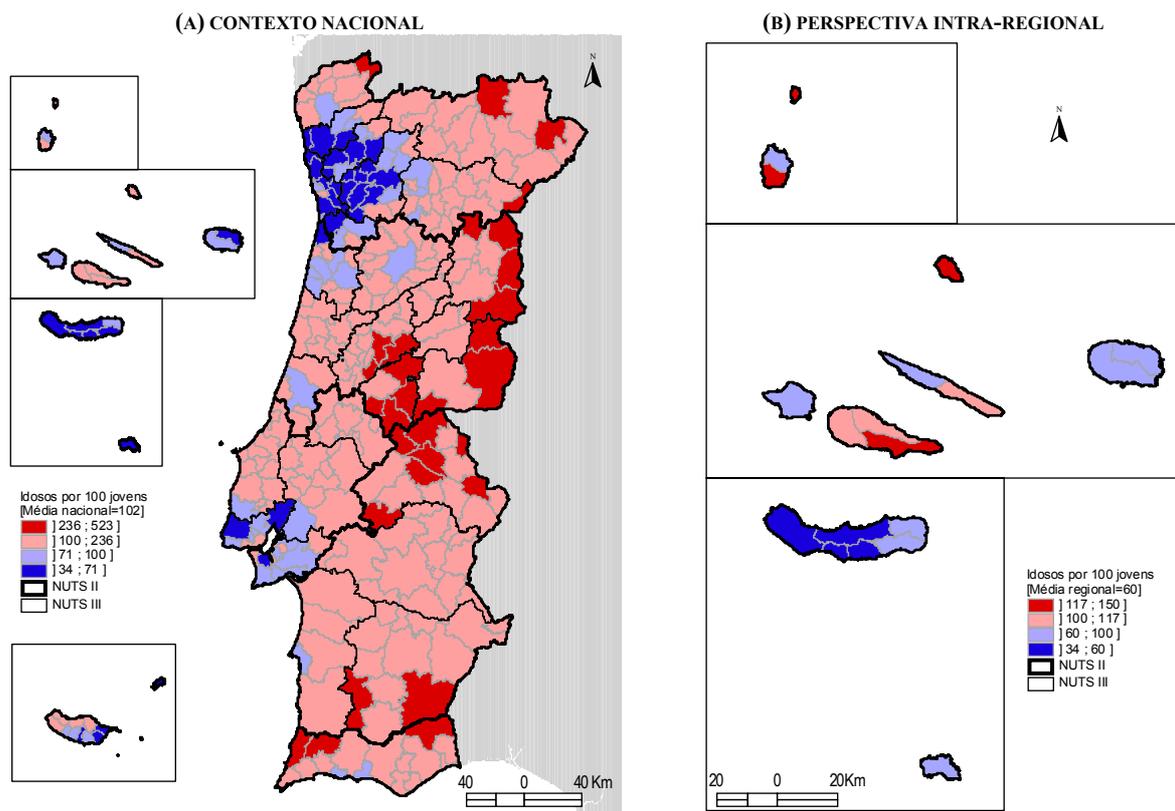
Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: INE, Censos

Além disso, existem diferenças significativas entre as ilhas que compõem o arquipélago dos Açores no que concerne à estrutura etária da população. Os menores índices de envelhecimento, medido pelo número de idosos por 100 jovens, estão localizados em alguns concelhos da ilha de S. Miguel, nomeadamente Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Todos estes concelhos apresentam índices de envelhecimento inferiores à própria média regional (60 idosos por cada 100 jovens) e apresentam, como tal, uma população mais jovem (Figura 2.3.7). Os concelhos com maior índice de envelhecimento são Lajes do Pico, Santa Cruz da Graciosa, Lajes das Flores na ilha das Flores e Corvo. Tal facto deve-se certamente à saída dos jovens, para concelhos vizinhos ou outros, com melhores perspectivas de emprego, como será por exemplo o caso da deslocação para alguns concelhos da ilha de S. Miguel, sobretudo Ponta Delgada. Este é, aliás, um fenómeno que tem contribuído para o despovoamento de algumas ilhas ao longo dos anos, como por exemplo as Flores e a Graciosa, entre outras, o que coloca, já nesta altura, algumas preocupações aos governantes regionais.

Esta disparidade intra-regional nos índices de envelhecimento da população residente sugere, como tal, que uma grande parte da actividade económica regional se centra nalguns concelhos da ilha de S. Miguel, com excepção da Povoação e Nordeste, os quais atraem, por isso, muitos jovens, mas contribuem para a desertificação de outros concelhos e ilhas.

FIGURA 2.3.7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

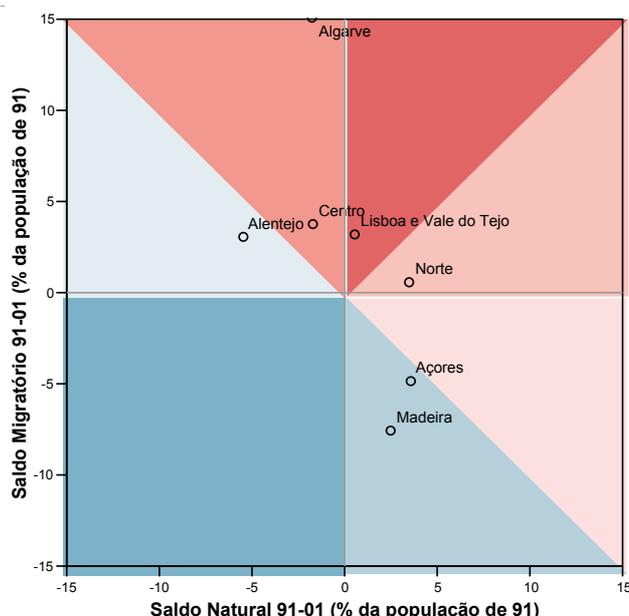
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A estrutura demográfica dos Açores evidencia um elevado peso do número de jovens quando comparado com muitas regiões do País, o que lhe atribui uma posição atractiva em termos da reserva de capital humano jovem que detém, e que se revela particularmente mais relevante num contexto em que a Europa e, embora mais tardiamente, também, Portugal, já entraram no denominado processo de transição demográfica e de envelhecimento sustentado da população, quando os indicadores de fecundidade, natalidade e mortalidade começaram a traduzir a perda de capacidade de assegurar a substituição de gerações. Aliás, as ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, apresentam índices de envelhecimento relativamente baixos e comparáveis aos verificados na Região de Lisboa e do Porto.

O baixo nível de envelhecimento da população açoriana, ou seja a sua juventude, é normalmente apontado como um potencial no que concerne ao crescimento e ao processo de convergência. Contudo, e embora os valores não possam ser quantificados, a verdade é que a Região irá perder muitos jovens aquando da sua entrada no mercado de trabalho, em geral os mais qualificados, que se deslocam para os principais centros económicos como Lisboa e Porto (é este o caso de muitos estudantes, que saem das várias ilhas para fazer os estudos superiores e não regressam ao arquipélago). Daí que deva ser relativizada a conclusão quase imediata que normalmente se estabelece, baseada na convicção da existência de uma bacia de mão-de-obra jovem com capacidade de contribuir potencialmente para o crescimento económico da Região, pois a elevada mobilidade existente não oferece garantias de que muitos destes jovens permaneçam e participem na actividade produtiva da Região.

De facto, quando se efectua o balanço entre o contributo do saldo natural e do saldo migratório para o decréscimo populacional que ocorreu nos Açores entre 1991 e 2001 (Figura 2.3.8), verifica-se que esta diminuição do número de residentes na região dos Açores resultou da maior intensidade da diminuição populacional provocada por motivos migratórios (a saída de população da Região supera a entrada) em relação ao crescimento populacional natural (saldo entre a natalidade e a mortalidade).

FIGURA 2.3.8 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90



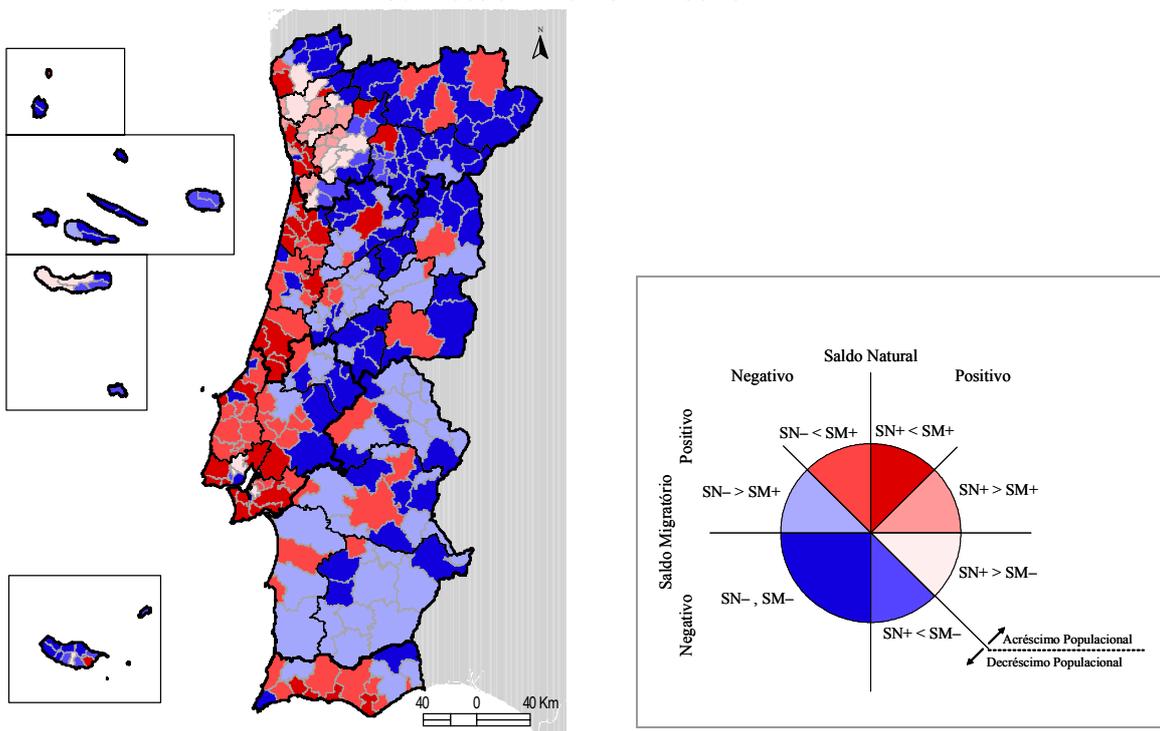
Eixo das ordenadas = Saldo Migratório (SM) 91-01 em % da pop.91,
 Eixo das abcissas = Saldo Natural (SN) 91-01 em % da pop.91

	SN+ > SM-	Acréscimo Populacional
	SN+ > SM+	
	SN+ < SM+	
	SN- < SM+	
	SN- > SM+	Decréscimo Populacional
	SN-, SM-	
	SN+ < SM-	

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

Este decréscimo populacional, ainda que seja notório em quase todas as ilhas do arquipélago dos Açores, não se verificou, no entanto, nos concelhos mais desenvolvidos da ilha de S. Miguel, nomeadamente, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, que viram aumentar a respectiva população residente entre 1991 e 2001, como resultado de um saldo natural positivo com capacidade para compensar a saída líquida de população associada aos movimentos migratórios registados (Figura 2.3.9). Nestes concelhos, o acréscimo populacional positivo induzido pela existência de um saldo natural positivo está ligado à existência de uma estrutura populacional jovem, comprovada pela “mancha” azul escura na Figura 2.3.9. O aumento das taxas de natalidade associado à existência de uma população jovem compensa, conforme comprova a “mancha” com tonalidade cor-de-rosa (saldo migratório negativo), uma também maior tendência para a emigração e para a saída de população do Arquipélago em busca de melhores condições de vida.

FIGURA 2.3.9 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



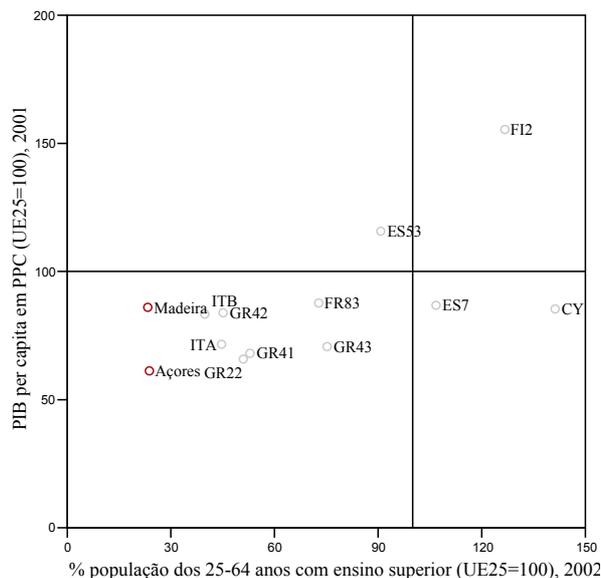
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

2.3.2. Capital Humano

O padrão de habilitações dos recursos humanos residentes na região Autónoma dos Açores apresenta fraquezas que se associam, principalmente, ao baixo nível médio de escolaridade da sua população e, em paralelo, ao facto da representatividade de população em idade activa detentora de educação superior ser pouco significativa, principalmente se contextualizada a uma escala europeia.

O peso de população detentora de educação superior é normalmente um dos indicadores utilizados como variável explicativa dos níveis de desenvolvimento e de capacidade de crescimento económico, já que a relação que se estabelece entre níveis mais elevados de PIB *per capita* e níveis mais elevados de escolaridade é normalmente muito expressiva. E neste domínio, pese embora a especificidade regional que se reconhece às regiões insulares, os Açores ocupam a posição menos favorável do conjunto das regiões europeias seleccionadas para comparação: o peso mais baixo de população com educação superior e, correspondentemente, o nível mais baixo de PIB *per capita* (Figura 2.3.10).

**FIGURA 2.3.10 – PIB PER CAPITA E PESO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canárias | ITB-Sardegna | |

Nota: % da população dos 25-64 anos com ensino superior na UE25 (2002) = 20,6%.

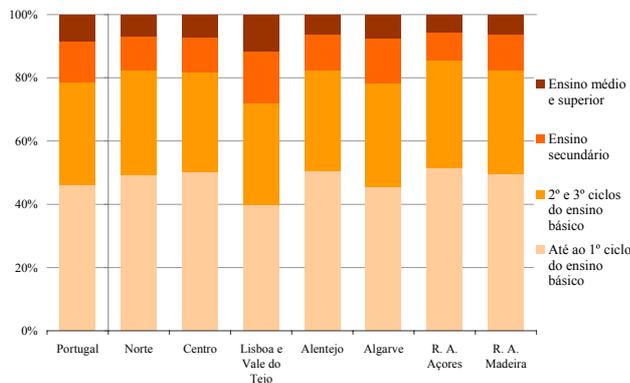
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social e Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook

Se, por um lado, é normalmente reconhecido que os Açores apresentam um potencial de crescimento que pode vir a ser facilitado pela existência de uma população relativamente jovem, quando se ultrapassa o prisma de análise centrado na quantidade de recursos humanos disponíveis e, por outro lado, se coloca a tónica do lado das respectivas qualificações, o baixo nível de escolarização da população é reconhecido como um dos principais entraves ao desenvolvimento da Região (veja-se a estrutura representada na Figura 2.3.11). Além disso, apesar do crescimento da rede escolar, levando o ensino básico e secundário cada vez mais próximo da residência das populações através da construção de infra-estruturas para o efeito, como é o caso de Santa Cruz das Flores ou de Maia e Ginetes, na ilha de S. Miguel, entre outros, a verdade é que a taxa de abandono escolar precoce continua a ser reconhecidamente elevada, aliás, a mais elevada do País, conforme se comprova na Figura 3.2.9, constituindo, talvez, um dos entraves mais significativos à prossecução do objectivo regional de “fomentar a criação e qualificação de empregos sustentáveis”, que assume importância significativa no objectivo global de “promoção da melhoria das condições de competitividade e sustentabilidade da Região” definido no PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores.

Acresce a isto a grande expansão do ensino profissional (ver caixa seguinte), com a existência de cerca de 17 escolas de formação em toda a Região, prossequindo uma aposta do Governo Regional, prevista nas orientações estratégicas definidas para a Região Autónoma dos Açores no PDR - Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006, relacionada com a “promoção da qualificação dos recursos

humanos e estabilização do mercado de emprego” que, em termos de objectivos concretos, visava o “reforço da qualificação do capital humano” e que estava fortemente articulada “... com a necessidade de um significativo esforço de investimento público na área dos equipamentos escolares, no sistema de desenvolvimento científico-tecnológico e na formação profissional, facilitando a transição da escola para a vida activa, melhorando os níveis de qualificação do trabalho, ...”.

FIGURA 2.3.11 – ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)

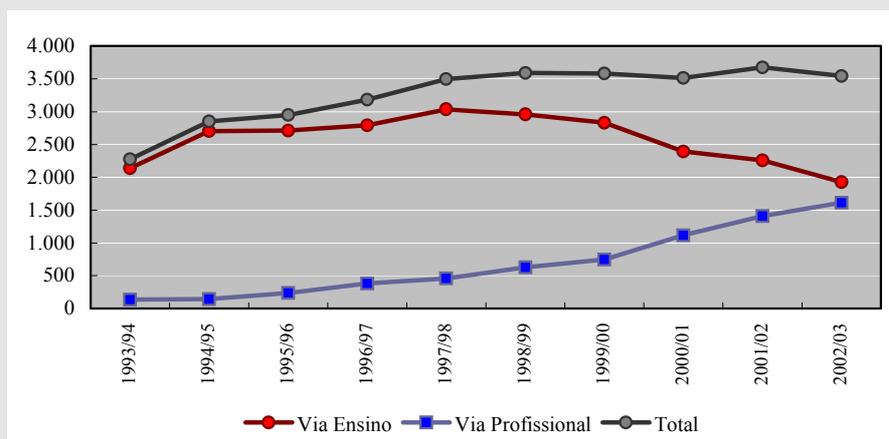


Fonte: INE, Censos

CAIXA 2.3-1 – A PROMOÇÃO DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL NOS AÇORES

A Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Educação e, em particular, da Direcção Regional da Juventude Emprego e Formação Profissional, tem incentivado o ensino técnico-profissional na Região. Esta pode ser considerada uma política de sucesso, atendendo à grande procura que o mesmo tem registado ao longo dos últimos anos, conforme se pode verificar pelos dados incluídos no gráfico abaixo. Como se pode constatar, o número de alunos inscritos neste tipo de ensino aumentou significativamente ao longo dos últimos anos, em detrimento do ensino secundário regular. Este aumento da procura deve-se, em grande medida, ao bom acolhimento que estes profissionais têm junto do tecido empresarial regional, o que espelha a qualidade e a adequação destes recursos às necessidades das empresas.

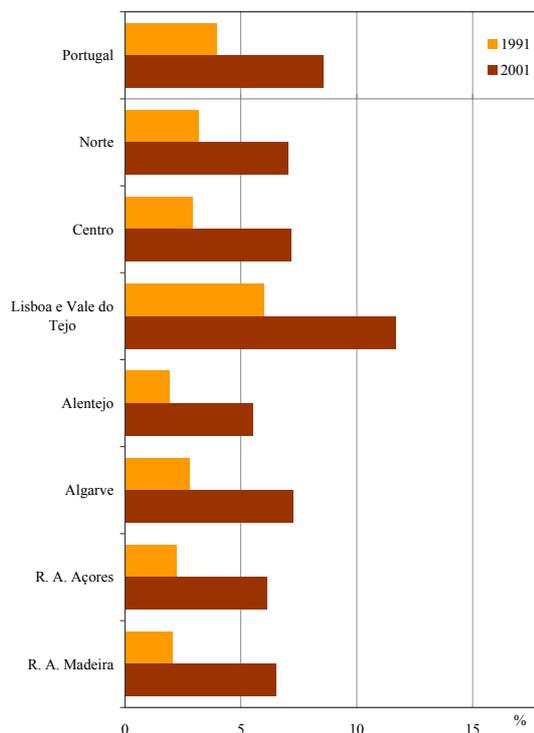
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SECUNDÁRIO



Tendo consciência de que os efeitos práticos das diligências levadas a cabo no sentido de aumentar a capacidade de cobertura regional da rede escolar não são imediatos e que parte substancial dos seus resultados serão, apenas, internalizados numa perspectiva de longo prazo, torna-se relevante analisar qual tem sido a evolução registada ao nível da capacidade regional de consolidar uma bacia de mão-de-obra com níveis crescentemente mais elevados de educação e qualificação. Interessa, pois, perceber se a evolução das mentalidades na Região - outrora pouco abertas à prossecução dos estudos - e se a eficácia das políticas públicas de fomento dos níveis de escolarização e de disponibilização de melhores condições de fruição do sistema de ensino se têm traduzido, efectivamente, na existência de pesos tendencialmente mais significativos de população com educação superior no conjunto da população residente com mais de 20 anos, que constitui, em última análise, o universo de população que, em cada momento, poderá contribuir para o aumento do nível de desenvolvimento económico da Região.

A informação contida na Figura 2.3.12 indica que, apesar da evolução positiva ao longo da década de 90 e do esforço notório de recuperação face a uma débil situação de partida, a população com ensino superior em percentagem da população residente nos Açores com mais de 20 anos, se encontra abaixo da média nacional. A isto não será alheio certamente o menor rendimento disponível das famílias, assim como a dispersão das ilhas, e o menor nível de educação dos pais residentes na Região. Aliás, um estudo recente mostra que a restrição financeira e a educação dos pais, influenciam, nos Açores, a expectativa dos alunos sobre quando abandonar o sistema educativo.¹³

FIGURA 2.3.12 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 20 ANOS, NOS ANOS 90



Fonte: INE, Censos

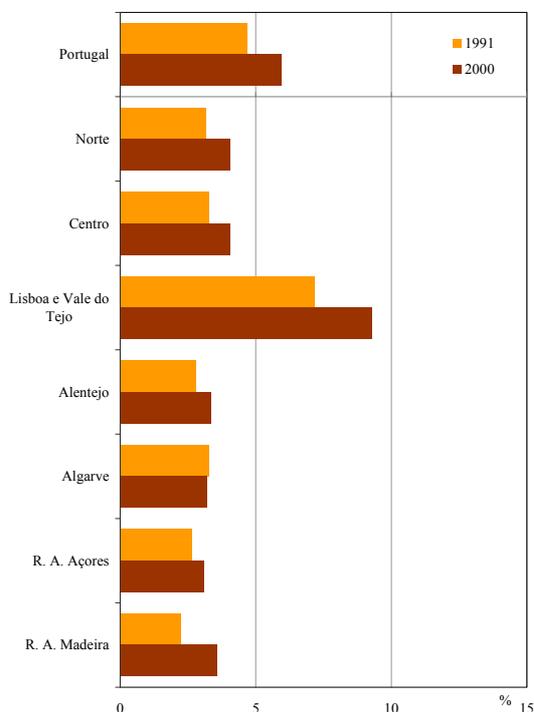
¹³ Moniz, Ana Isabel (2002) *A Procura de Educação*, Dissertação de Mestrado em Gestão Pública, Univers. Açores.

A disponibilidade de recursos humanos qualificados constitui, não só, um resultado da política educacional e da aposta no aumento da formação da população na Região, mas deve ser encarada, também, como um resultado do exercício da própria actividade económica, através do normal processo de adequação da oferta à procura, ou seja, de adequação dos níveis de habilitações às próprias necessidades das empresas e dos agentes económicos da Região. Esta articulação entre as disponibilidades de qualificação dos recursos humanos e as respectivas possibilidades de colocação no mercado de trabalho constitui um instrumento relevante de orientação para os decisores públicos, na medida em que a sua actuação deverá ser pautada por dois vectores: a orientação específica para o aumento dos níveis de escolarização e, em concreto, da aposta na formação superior, deve ser acompanhada por orientações com vista ao incremento de um espírito empresarial mais inovador e empreendedor e, como tal, onde se torne crescentemente mais valorizada (porque necessária) a existência de quadros com formação superior.

Nos Açores, a percentagem de população empregada com ensino superior situa-se bastante abaixo da média nacional (Figura 2.3.13). Além disso, a capacidade de recuperação desta situação ao longo da década de 90 não se mostrou favorável para os Açores, sendo a média nacional de crescimento do peso de população empregada com ensino superior mais significativa do que a desta Região.

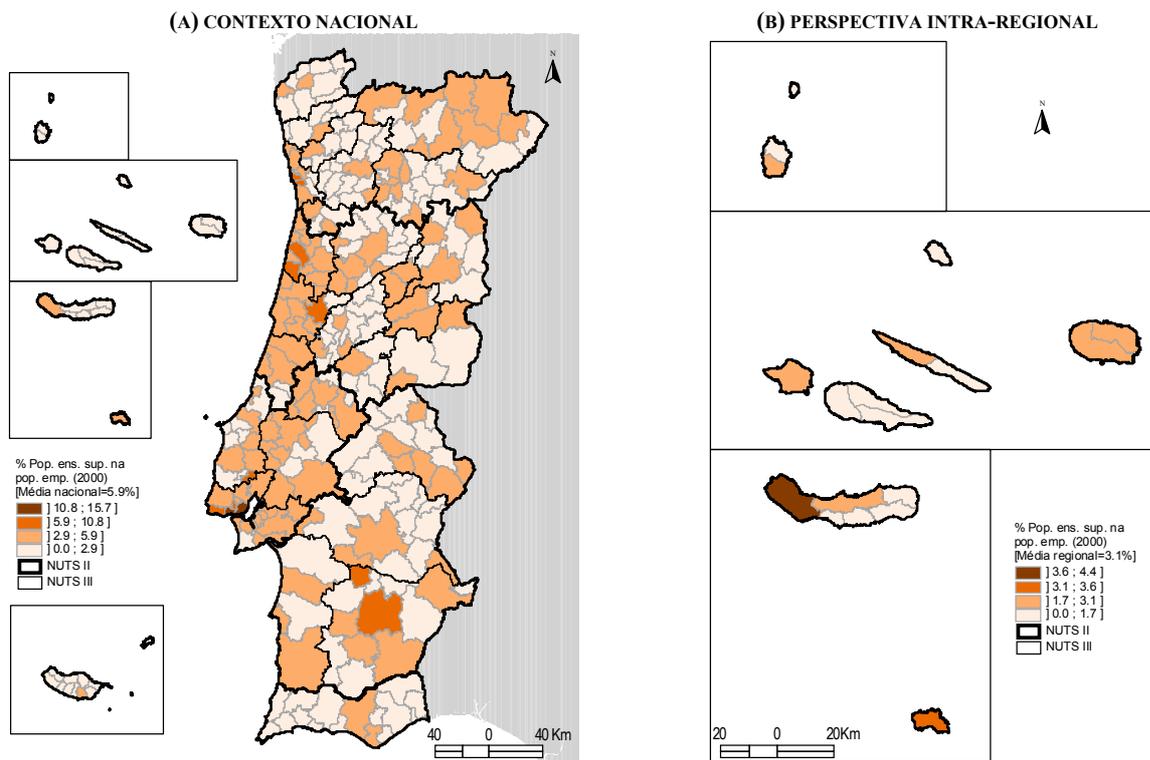
A Figura 2.3.14 mostra uma concentração clara de postos de trabalho ocupados por pessoas com ensino superior no concelho de Ponta Delgada. A falta de oportunidades nas outras ilhas e concelhos para este tipo de trabalhadores é frequentemente referida como justificação para este facto. Estabelece-se um ciclo vicioso em que se acentuam cada vez mais as disparidades intra-região, em torno do pólo de atracção de emprego qualificado que constitui o concelho de Ponta Delgada.

FIGURA 2.3.13 – PESSOAL AO SERVIÇOS COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.3.14 – PESSOAL AO SERVIÇOS COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL:
PERSPECTIVA CONCELHIA (2000)



2.3.3. I&D e Tecnologia

No que diz respeito à interação que se estabelece entre as condições e os resultados de competitividade ligados ao domínio da I&D e da tecnologia, a fraca orientação dos Açores para a produção industrial e, sobretudo, para a produção de bens e serviços com elevado grau de incorporação de valor acrescentado, são factos que facilmente se enquadram no perfil de uma Região, como os Açores, em que a expressão do sector primário é tão significativa, em termos de afectação do emprego e do VAB regional. O baixo nível tecnológico médio que caracteriza a actividade produtiva nos Açores e a sua fraca capacidade de se posicionar em segmentos mais avançados do ponto de vista competitivo ficam patentes, quer na pouca expressividade dos pesos de emprego afectos a sectores industriais de média/alta tecnologia e a serviços intensivos em conhecimento (mesmo no contexto das regiões europeias insulares), quer no baixo contributo que estas actividades representam para a formação do VAB da Região.

Em ligação directa, quer com o perfil de especialização produtiva da Região quer com a sua fraca apetência para as actividades mais exigentes do ponto de vista da incorporação de I&D, os níveis de I&D são pouco significativo nos Açores, mostrando-se fortemente dependentes da actividade de investigação realizada pela Universidade dos Açores e assumindo o sector empresarial, conforme seria de esperar, um papel próximo da insipiência.

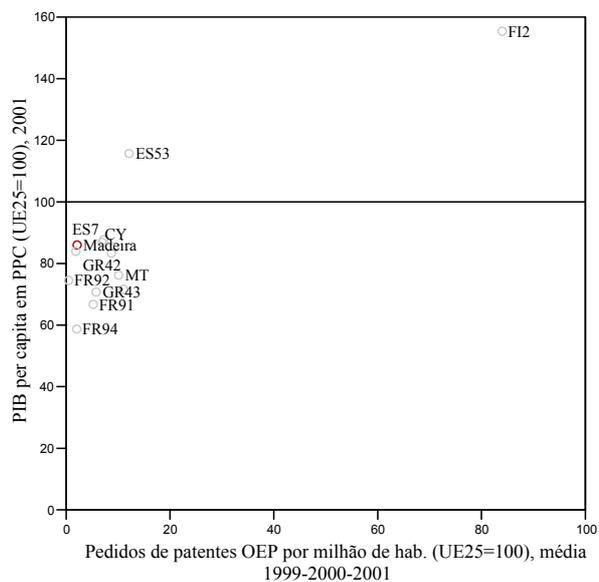
No conjunto dos factores que desempenham papéis determinantes no desenvolvimento económico e social das economias encontram-se, entre outros, a capacidade de introduzir inovações tecnológicas ao nível dos produtos e processos produtivos. O posicionamento dos Açores no contexto internacional nos domínios relacionados com a inovação tecnológica e com a I&D deve, então, ser relativizado de acordo com a sua capacidade de materializar conhecimentos científicos e tecnológicos, tendo presente, quer a sua capacidade de concretização efectiva do esforço de investimento dispendido em actividades relacionadas com a prossecução de actividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, quer a própria relevância que estas actividades assumem no contexto da estrutura de emprego da Região. Nesta óptica, a análise do posicionamento relativo dos Açores no contexto europeu deve basear-se na complementaridade entre, por um lado, a tradução dos esforços dispendidos pela Região no processo de inovação em termos dos resultados obtidos (*outputs*) - que podem ser medidos através dos pedidos de patentes registados - e, por outro lado, na explicação parcial desse posicionamento que é conferida pela significância do esforço regional dispendido nos processos de I&D e se alicerça no papel determinante que os *inputs* utilizados - medidos pelo emprego afecto às actividades de I&D - assumem na explicação do nível de *outputs* obtido.

Como se pode verificar pela Figura 2.3.15, o pedido de patentes é praticamente inexistente na Região Autónoma dos Açores, aliás à semelhança do que acontece na maioria das regiões europeias insulares. Facilmente se identifica, também, a relação próxima que se estabelece entre a existência de níveis baixos de emprego afecto a indústrias e serviços com forte incorporação de tecnologia e conhecimento (Figura 2.3.16-A e Figura 2.3.16-B) e uma menor capacidade relativa de registo de patentes, e que se encontra em consonância com o raciocínio intuitivo que justifica o nível de resultados obtidos nos domínios relacionados com a inovação tecnológica através do nível de inputs afectos (nomeadamente, recursos humanos) às actividades de pesquisa, investigação e desenvolvimento de produtos e processos.

A informação contida na Figura 2.3.15 e Figura 2.3.16 permite associar a maior capacidade relativa de registo de patentes às ilhas Åland, na Finlândia, certamente induzida pelo dinamismo da Região em termos de serviços intensivos em conhecimento (ultrapassando em mais de 50% o próprio peso médio europeu de emprego em serviços intensivos em conhecimento).

Deve salientar-se a indisponibilidade de dados para representação na Figura 2.3.16 - A, que pode ser encarada como um indicativo de que nestas regiões o peso do emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia no total da indústria é muito pouco significativo. Naturalmente, esta possibilidade deve ser encarada com as necessárias reservas, uma vez que a indisponibilidade de dados não pressupõe a sua inexistência. Da mesma forma, deve salientar-se que, apesar de pouco expressivo no contexto da Região (Figura 2.3.16-B), o baixo nível de emprego existente em serviços intensivos em conhecimento deve-se à existência da Universidade dos Açores.

**FIGURA 2.3.15 – PIB PER CAPITA E PEDIDOS DE PATENTES POR MILHÃO DE HABITANTES:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



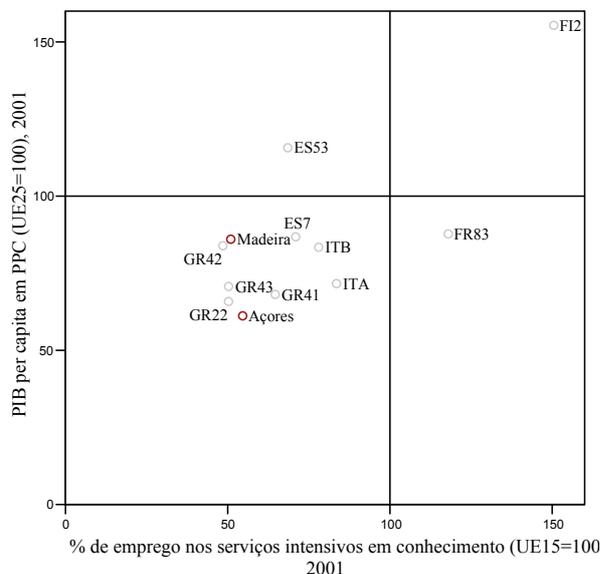
Legenda

GR22-Ionia Nisia	FR83-Corse	PT2-Açores
GR41-Voreio Aigaio	FR91-Guadeloupe	PT3-Madeira
GR42-Notio Aigaio	FR92-Martinique	FI2-Åland
GR43-Kriti	FR94-Réunion	CY-Kypros
ES53-Illes Balears	ITA-Sicilia	MT-Malta
ES7-Canarias	ITB-Sardegna	

Nota: Pedidos de patentes na OEP (Organização Europeia de Patentes) na UE 25 = 128,6 pedidos por milhão de habitantes.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

**FIGURA 2.3.16 – PIB PER CAPITA, TECNOLOGIA^(*) E CONHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU
EMPREGO EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL**



Nota: % de emprego nos serviços intensivos em conhecimento na UE 15 (2001) = 32,9%.

Serviços intensivos em conhecimento - Transportes por água; Transportes aéreos; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Actividades imobiliárias; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Actividades recreativas, culturais e desportivas.

Legenda

GR22-Ionia Nisia	FR83-Corse	PT2-Açores
GR41-Voreio Aigaio	FR91-Guadeloupe	PT3-Madeira
GR42-Notio Aigaio	FR92-Martinique	FI2-Áland
GR43-Kriti	FR94-Réunion	CY-Kypros
ES53-Illes Balears	ITA-Sicilia	MT-Malta
ES7-Canarias	ITB-Sardegna	

(*) A informação relativa ao peso do emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia não é apresentada pelo facto de não existir informação disponível, na fonte utilizada, para esta região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A estreita base económica em que assenta o sistema produtivo dos Açores repercute-se, necessariamente, em diferenças substanciais de níveis de diversificação produtiva e de capacidade de penetração em mercados mais alargados. Se, conforme já referido, a dimensão da actividade exportadora dos Açores é reduzida, quanto comparada com a nacional, a sua desagregação por níveis de intensidade tecnológica permite constatar que esta diferença se acentua particularmente ao nível das actividades com maior componente incorporada de tecnologia (Figura 2.3.17), até porque a relevância dos sectores de média/alta tecnologia na estrutura produtiva dos Açores é notoriamente baixa (Figura 2.3.18). Este facto encontra-se em consonância com o próprio perfil produtivo da Região, fortemente centrado na exploração de recursos naturais e onde a importância do sector primário é, ainda, muito significativa, o que incute no seu perfil de especialização exportador um cunho marcadamente intensivo em sectores com baixa incorporação de tecnologia.

CAIXA 2.3.2 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue, também, a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente ^(*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de Média-Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

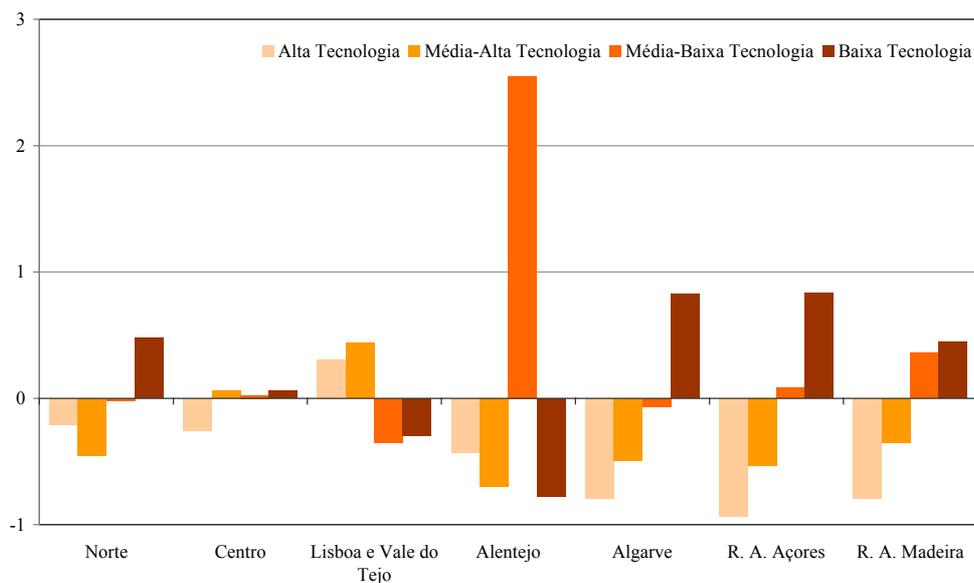
^(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

Para além desta discrepância notória ao nível do sector industrial, também ao nível do sector terciário se verifica a menor relevância do contributo dos sectores intensivos em conhecimento para a formação de valor acrescentado do sector terciário dos Açores, por comparação com a média nacional, e que, aliás, se acentuou no final da década de 90 (Figura 2.3.19).

Percebe-se, desta forma, que o contributo dos sectores mais avançados para a formação do VAB, quer do sector secundário quer do sector terciário, é menos expressivo na região dos Açores do que a nível nacional (Figura 2.3.20), embora essa discrepância seja mais notória no caso da produção industrial. Uma possível explicação para esta situação reside, por um lado, no baixo nível tecnológico médio que caracteriza a actividade industrial nos Açores e, por outro lado, de forma complementar, na maior significância que o sector do turismo tem vindo a assumir na Região e no correspondente aumento tendencial da capacidade de fixação de actividades mais avançadas do ponto de vista da incorporação de conhecimento.

A debilidade estrutural do perfil produtivo dos Açores fica patente nas próprias metas de desenvolvimento regional fixadas para a região no PDR 2000-2006 que, no domínio do desenvolvimento económico salientava a necessidade de se fomentarem “... reajustamentos na base económica regional, através de uma maior diversificação do sistema produtivo, designadamente na afirmação crescente do turismo e serviços ligados...”.

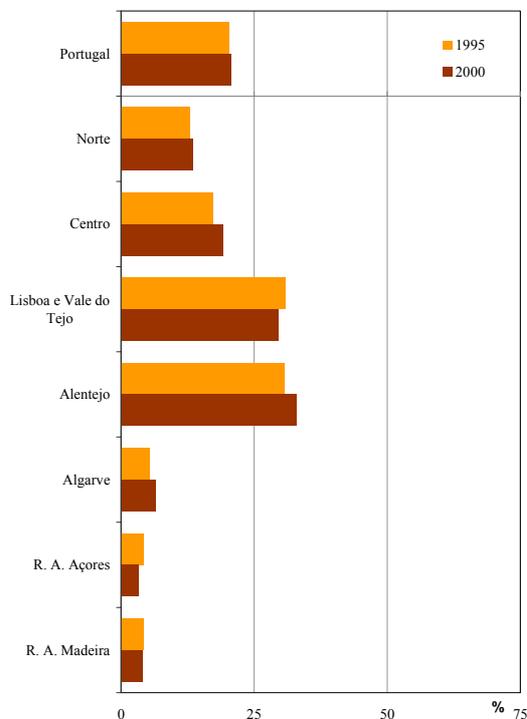
FIGURA 2.3.17 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000)



Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

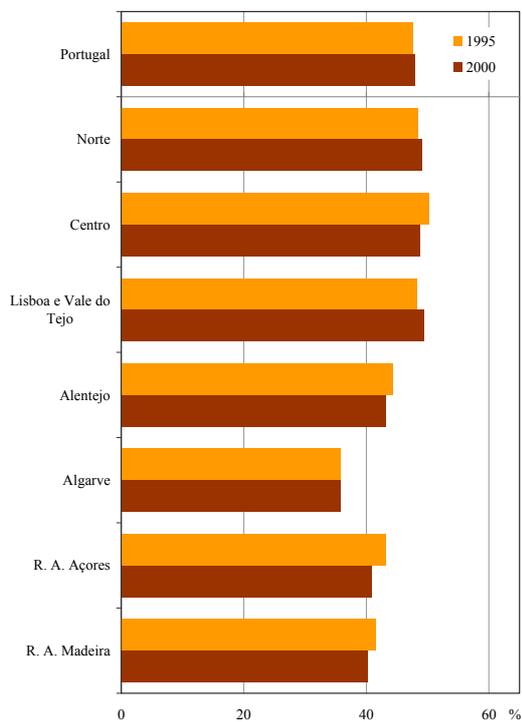
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

FIGURA 2.3.18 – VAB INDUSTRIAL EM SECTORES DE MÉDIA/ALTA TECNOLOGIA EM % DO TOTAL DA INDÚSTRIA, NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

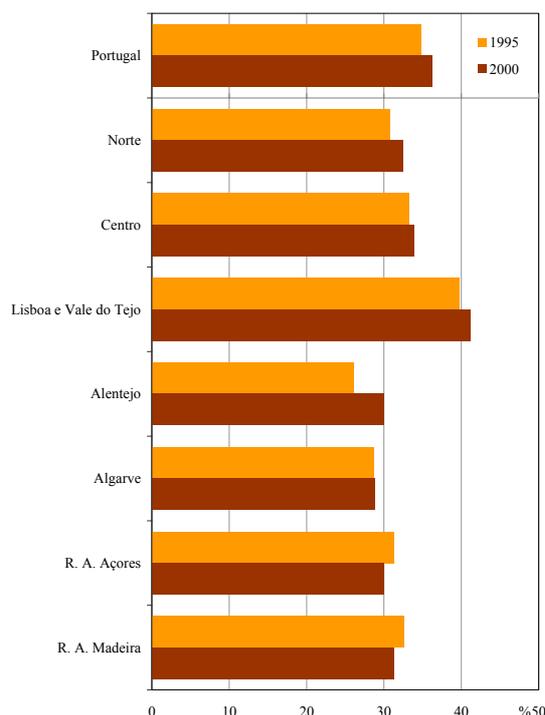
FIGURA 2.3.19 – VAB DOS SECTORES DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL DOS SERVIÇOS, NOS ANOS 90



Serviços intensivos em conhecimento - Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.3.20 – VAB DOS SECTORES INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90



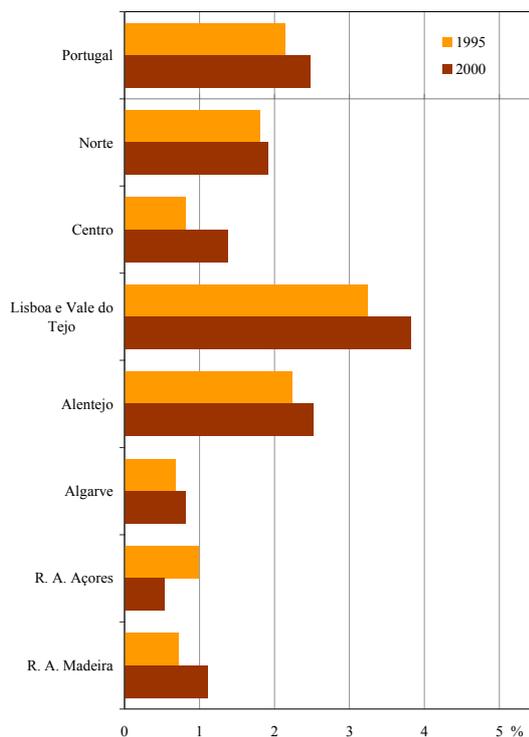
Sectores Intensivos em Conhecimento e Tecnologia - Fabricação de produtos químicos; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Fabricação de outro material de transporte (parte).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

Numa região dispersa como os Açores e tão geograficamente afastada do restante território continental, as tecnologias de informação e comunicação são de primordial importância. Apesar disso, a verdade é que o nível de emprego neste tipo de actividades não só é diminuto, como decresceu entre 1995 e 2000, passando de cerca de 1% do emprego para 0,5% do emprego total nos Açores (Figura 2.3.21). A própria percepção da necessidade de fomentar e implementar este tipo de actividade levou à criação, em 2000, por parte do Governo Regional dos Açores, da Direcção Regional da Ciência e da Tecnologia.

Outro indicador relevante é o crescimento da intensidade em I&D medido pelas despesas realizadas, que apesar de ter aumentado ao longo da década de 90, se situa abaixo do todo nacional (Figura 2.3.22). Esta intensificação do peso das actividades ligadas à I&D no PIB dos Açores foi, no entanto, acompanhada por uma tendência de diminuição da despesa média em I&D efectuada pelas várias unidades responsáveis pela realização de I&D na Região, o que se, por um lado, pode apontar para um aumento da disseminação de apoios e fundos públicos com vista ao fomento de I&D a um conjunto mais alargado de entidades, pode, também, traduzir-se, num menor nível de eficácia nos projectos levados a cabo por essas mesmas entidades, uma vez que, como é reconhecido, a actividade de I&D é dispendiosa e exige um suporte financeiro orientado para a sustentação dos elevados montantes de investimento que lhe estão implícitos.

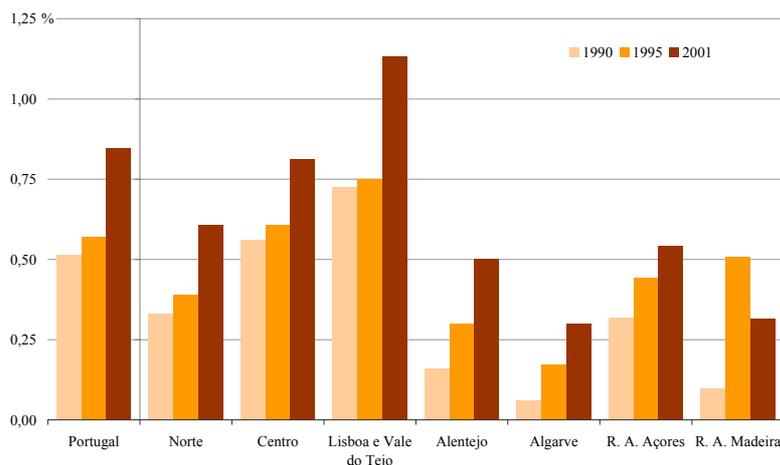
FIGURA 2.3.21 – EMPREGO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM % DO TOTAL NOS ANOS 90



Tecnologias de Informação e Comunicação - Fabricação de máquinas de escritório e suas partes; Fabricação de computadores e outro equipamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Válvulas, tubos e outros componentes electrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio, TV e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios; Fabricação de aparelhos receptores de material de rádio e TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais); Fabricação de equipamento de controlo automático de processos industriais; Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão; Comércio por grosso de máquinas e material de escritório; Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação; Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores); Telecomunicações; Actividades informáticas e conexas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.3.22 – INTENSIDADE EM I&D NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Intensidade em I&D = Despesas em I&D em % do PIB.

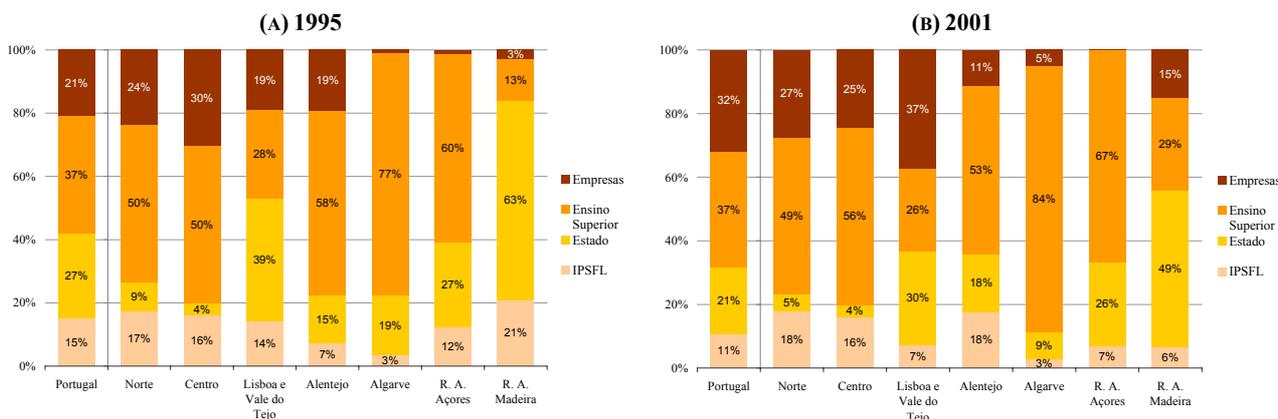
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

De referir ainda que grande parte destas despesas são certamente realizadas no âmbito da Universidade dos Açores. O peso das despesas em I&D realizadas nos Açores pelas instituições de ensino superior (Figura 2.3.23) é polarizado pela actividade desenvolvida, sobretudo, no *campus* universitário de Ponta Delgada onde, para além dos departamentos ligados às ciências humanas e sociais, se concentram os departamentos mais directamente ligados à actividade de I&D, nomeadamente, o departamento de biologia, o departamento de ciências tecnológicas e desenvolvimento e o departamento de geociências.

É de destacar o facto da origem vulcânica do arquipélago e das suas características morfológicas constituírem uma fonte de dinamismo do departamento de geociências da Universidade dos Açores, nomeadamente do Centro de Vulcanologia, que se dedica sobretudo ao estudo dos sistemas vulcânicos e do seu impacto à escala local, regional e global - principalmente num contexto em que as recordações do da última erupção do vulcão dos Capelinhos (1957/58), que ainda não está extinto, estão bem presentes na memória dos residentes no arquipélago dos Açores, pelo elevado grau de destruição que provocou, ao soterrar casas, terrenos de cultivo e o próprio farol que servia de orientação à navegação marítima - , e do Centro de Geologia Ambiental, cuja investigação se desenvolve nos domínios da Hidrogeologia, Geotermia, Geologia de Engenharia, Geologia do Ambiente, Geologia Costeira, Vulcanologia Ambiental e Geoquímica Ambiental. A Universidade dos Açores engloba, também, outros dois *campus* universitários, deslocalizados nas ilhas Terceira e Faial, sobretudo porque estão mais direccionados para a investigação nas áreas ligadas às ciências agrárias (*campus* universitário de Angra do Heroísmo) e à oceanografia e pescas (*campus* universitário de Horta).

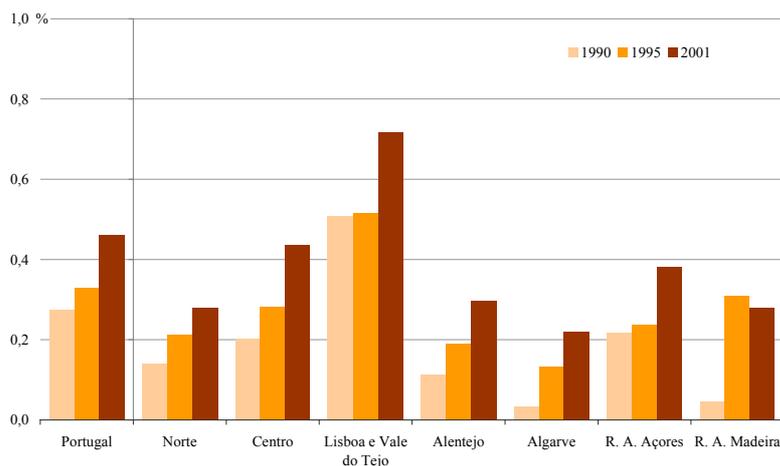
É de salientar o papel inexistente das empresas localizadas nos Açores no âmbito da I&D, quando as mesmas acentuaram a sua responsabilidade na realização de I&D a nível nacional, ao longo da década de 90, em cerca de 11 pontos percentuais, respondendo, em 2001, por 32% da I&D realizada no País. A isto não são alheios, certamente, factores como a pequena estrutura das empresas, a sua débil situação financeira, assim como a baixa formação dos recursos humanos existente na Região. A este respeito, veja-se a mais baixa representatividade da população açoriana dedicada à realização de I&D por comparação com a média nacional (Figura 2.3.24) e o facto do reforço da despesa em I&D realizada por estabelecimentos de ensino superior entre 1991 e 2001 ter sido acompanhado por uma tendência de diminuição do pessoal afecto à I&D nestas mesmas instituições (Figura 2.3.25), provavelmente como resultado de um esforço interno a estas instituições de aumento dos níveis de eficácia na afectação de recursos humanos e de recursos financeiros.

**FIGURA 2.3.23 – ESTRUTURA DAS DESPESAS EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

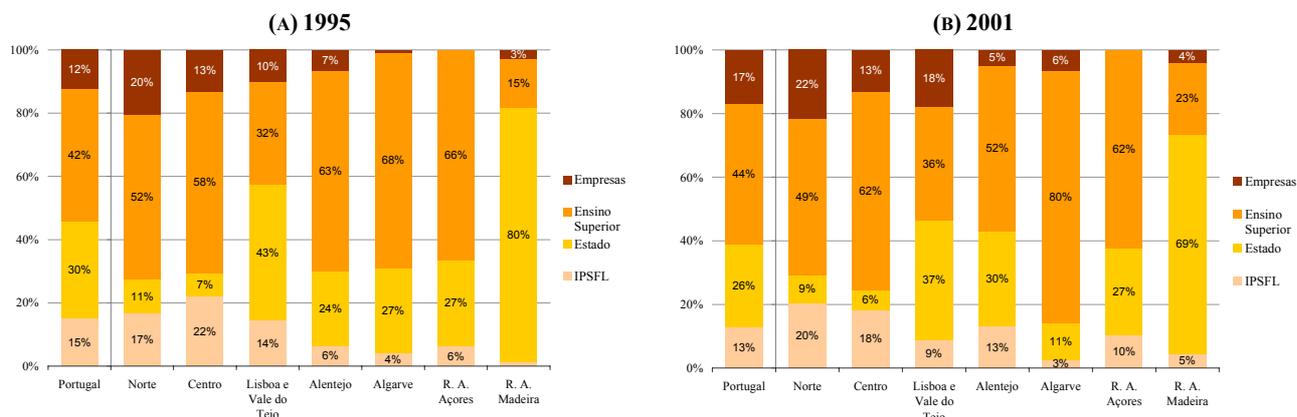
**FIGURA 2.3.24 – PESSOAL EM I&D EM % DA POPULAÇÃO ACTIVA NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Inquérito ao Emprego

FIGURA 2.3.25 – ESTRUTURA DO PESSOAL EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

2.3.4. Especialização Produtiva

O padrão de especialização produtiva dos Açores é fortemente orientado para o sector primário, revelando-se a expressão das actividades predominantemente industriais menos intensa do que a expressão das actividades ligadas ao sector turismo. As actividades ligadas ao sector primário apresentam um contributo mais significativo do que o verificado, em média, a nível nacional, para a formação do VAB dos Açores: a produção de leite, queijo e de um conjunto significativo de produtos ligados ao sector agro-florestal assumem uma importância crucial na economia açoriana, que se revela tanto mais significativa quanto se interioriza que a produção destes produtos assume, nos Açores, contornos pouco industrializados e se focaliza na produção em pequena escala e fortemente disseminada pelo território. É nesta perspectiva que o impacto da PAC nos Açores constitui um instrumento eficaz de reforço da coesão social, não só pela forte dependência da economia regional do sector agrícola, mas pela dependência de uma parcela muito significativa da população do rendimento proveniente do trabalho agrícola.

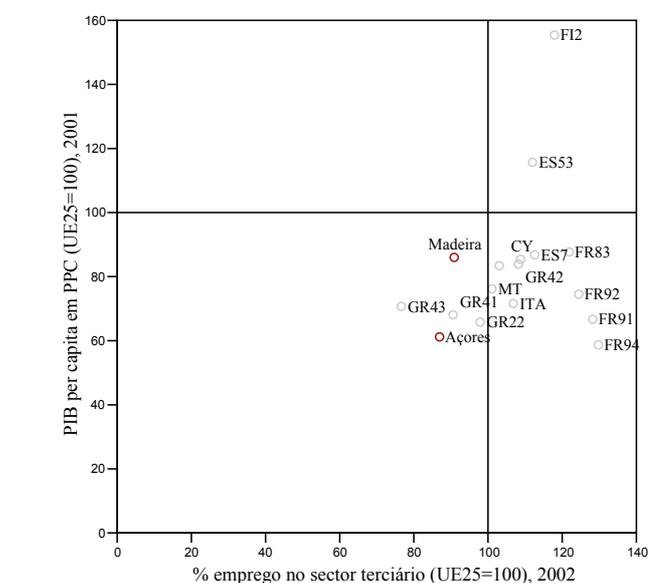
Os níveis de produtividade sectorial são bastante homogéneos nos Açores, embora não atinjam o patamar médio nacional de produtividade, o que resulta do desequilíbrio manifestado entre o contributo das componentes estrutural e regional de produtividade: a Região é, não só, mais especializada em sectores de produtividade mais reduzida, como também apresenta níveis de eficiência mais baixos nos processos produtivos dos diversos sectores. Este posicionamento relativo debilitado da Região em termos do nível global de produtividade está relacionado com o perfil de especialização sectorial dos Açores, alicerçado num conjunto de actividades mercantis com baixo nível de incorporação de valor acrescentado (nomeadamente, a agricultura, produção animal caça e silvicultura, a pesca, as actividades de transportes, armazenagem e comunicações, as indústrias alimentares, bebidas e tabaco e a construção) que coexiste com um conjunto de actividades não mercantis (nomeadamente, administração pública, educação, saúde e acção social), que assumem

relevância significativa no contributo para a formação do VAB da Região como resultado da existência de uma estrutura produtiva muito incipiente.

Este perfil de especialização produtiva justifica, naturalmente, que apenas o contributo das actividades cujo factor de competitividade assenta na utilização e exploração de recursos naturais se revele mais significativo do que a nível nacional para a formação do VAB da Região. As debilidades da estrutura produtiva dos Açores e a sua incapacidade para a dinamização de actividades de carácter industrial justificam, por outro lado, que as actividades centradas na exploração de factores de competitividade assentes no aproveitamento de economias de escala, na diferenciação do produto e na realização de actividades de I&D, representem um contributo para a formação do VAB dos Açores notoriamente inferior ao verificado a nível nacional (ainda que o contributo das actividades centradas na diferenciação do produto e na I&D se tenha aproximado, entre 1995 e 2001, da média nacional de formação do VAB).

O posicionamento relativo da região autónoma dos Açores no referencial europeu de articulação entre o nível de PIB *per capita* e de percentagem de emprego no sector terciário traduz uma posição que, no contexto das regiões europeias com perfil insular, permite conjecturar sobre a existência de uma das estruturas produtivas insulares europeias menos focalizada no sector dos serviços (Figura 2.3.26), conforme seria de esperar de uma Região com características predominantemente agrícolas e fortemente dependente da exploração dos recursos naturais.

FIGURA 2.3.26 – PIB PER CAPITA E EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: % de emprego no sector terciário na UE25 (2002) = 65,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A composição do VAB nos Açores permite identificar diferenças significativas entre o contributo dos vários sectores para a formação do VAB da Região e o respectivo contributo a nível nacional (Figura 2.3.27). De facto, enquanto o contributo regional das actividades ligadas ao comércio, alojamento e restauração se aproxima do contributo médio do sector a nível nacional para a formação do VAB, o que se explica pela importância que assume o turismo nesta Região, já ao nível das actividades financeiras, imobiliárias, de alugueres e serviços às empresas se detecta uma representatividade menos expressiva do que a existente a nível nacional e que, aliás, se acentuou entre 1995 e 2001.

Saliente-se, também, o caso das actividades denominadas “outros serviços”, cuja representatividade na região dos Açores é francamente mais expressiva do que a existente a nível nacional, e cuja justificação assenta no facto de nesta categoria se incluírem, sobretudo, serviços de carácter não mercantil (educação, saúde, acção social, administração pública, etc.) que, no contexto de uma Região pouco industrializada e onde a actividade produtiva pode ser considerada incipiente, assumem uma relevância acrescida.

Nesta óptica, acabam por ser as actividades ligadas ao sector primário as que revelam contributo mais significativo do que o verificado, em média, a nível nacional, para a formação do VAB dos Açores, de que a fileira do leite constitui um bom exemplo.

A fileira do leite constitui um dos principais pilares da economia açoriana. A produção de leite e de queijo, de que o queijo de São Jorge é um bom exemplo pelo mérito externo que lhe tem vindo a ser reconhecido, são fontes importantes de rendimento para grande número de famílias açorianas e se, por um lado, a fama dos Açores enquanto Região detentora de condições excelentes para a produção leiteira tem sido obtida pela sua posição de destaque na produção de leite a nível nacional (25%, segundo dados de 2000), o facto é que recentemente esta “fama” tem vindo a ser posta em causa, como resultado da perda relativa de produtividade das vacas leiteiras açorianas em relação à média nacional.

Pese embora esta diminuição dos níveis médios de produtividade na produção de leite nos Açores, o aumento da produção regional de leite ao longo dos anos noventa culminou, em 1999/2000, com um excedente de cerca de 80.000 toneladas. Em consequência deste facto, Portugal excedeu pela primeira vez as quantidades de referência nacionais fixadas ao abrigo da Política Agrícola Comum (PAC) e os produtores portugueses tornaram-se, por conseguinte, passíveis do pagamento da imposição suplementar fixada. A fixação de quotas à produção de leite - 73.000 toneladas/ano - constituiu, como tal, uma concessão do Conselho como mecanismo facilitador da reestruturação do sector do leite, ao abrigo da qual os produtores açorianos ficaram isentos do pagamento das multas correspondentes aos anos de 1999 e 2000.

A representatividade da produção de leite e de queijo na economia açoriana é particularmente significativa no contexto do predomínio da pequena escala produtiva e do facto de, para muitas famílias, a posse de uma licença de produção de leite constituir uma importante fonte de rendimento ou, mesmo, uma questão de sobrevivência. E, de facto, no território dos Açores, a PAC constitui um importante instrumento de Coesão Social. Ao contrário do que se passa no resto da Europa, onde 80% das ajudas da PAC se concentram em cerca de 20% dos agricultores, como nos Açores a produção de leite é, em geral, de pequena escala e está relativamente dispersa por todo o território, as ajudas atingem uma percentagem muito significativa da população.

No entanto, podem ser salientadas algumas debilidades estruturais resultantes do impacto desta excessiva especialização produtiva da economia açoriana em torno da fileira do leite. Se, por um lado, podem ser apontados problemas ambientais graves (contaminação dos recursos hídricos em geral e desequilíbrios ecológicos específicos nas lagoas das Furnas e das Sete Cidades), por outro lado, pode destacar-se a vulnerabilidade da economia açoriana em relação às alterações resultantes da PAC que, em última análise, devem ser perspectivadas no contexto da profunda crise económica e social em que mergulharia a economia açoriana se as ajudas à produção de leite fossem suprimidas.

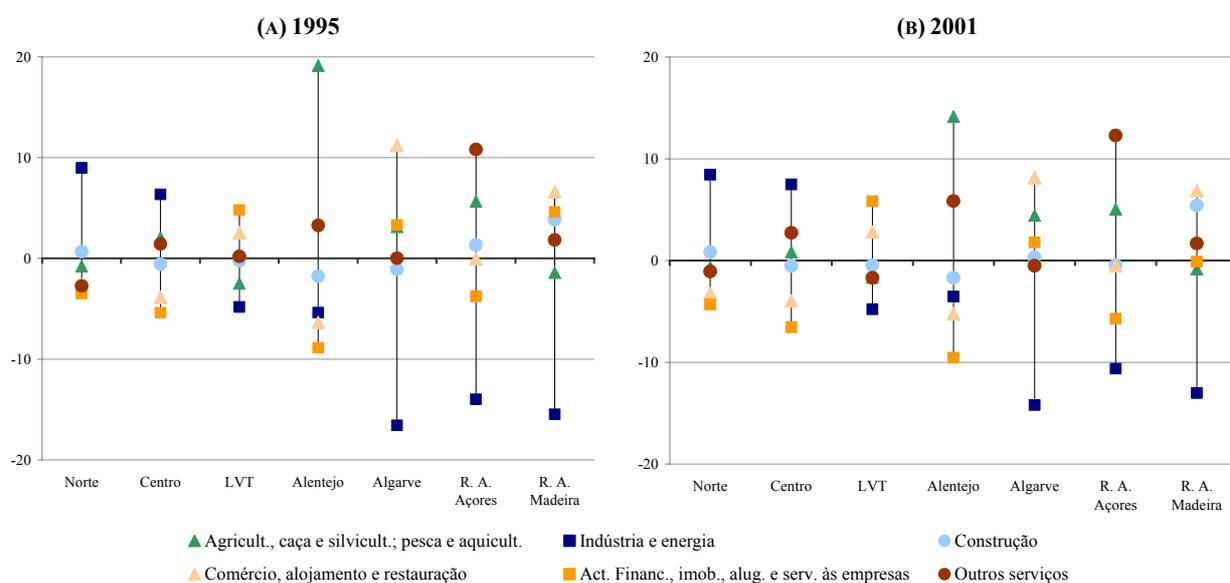
Também o sector agro-florestal se revela de extrema importância para a economia açoriana. Reconhecem-se-lhe, no entanto, um conjunto de fragilidades que se associam, de forma global, à pequena dimensão do mercado e ao facto de serem actividades que adquirem um cunho marcadamente familiar (como fonte complementar ou alternativa de rendimento) e que dificilmente atingem dimensões produtivas com capacidade de resposta às exigências do mercado, quer em termos de quantidades produzidas quer em termos da definição e cumprimento de padrões standardizados de qualidade. O melhoramento das condições de exploração destas actividades permitirá atingir níveis de produtividade e patamares produtivos mais elevados, nomeadamente em produtos tipicamente açorianos, como se podem destacar os domínios privilegiados de investimento definidos no PRODESA 2000-2006 que, no capítulo especificamente dirigido à concessão de apoios ao investimento nas explorações agrícolas¹⁴, particulariza o apoio a várias vertentes do sector agro-florestal, nomeadamente, a floricultura (através da melhoria e aumento da produção de flores ornamentais, de que a hortênsia e a estrelícia constituem os exemplos mais conhecidos), a apicultura (tendo presente que o mel se inclui no sub-grupo de produtos agrícolas com maior expressão nas exportações açorianas - 14,8% do total), a fruticultura (através do aproveitamento mais intensivo da existência de condições naturais propícias à cultura de alguns frutos sub-tropicais, nomeadamente o ananás e o maracujá, que já atingiram níveis de reconhecimento internacional) e as culturas industriais, como a beterraba¹⁵, chá, chicória e tabaco.

¹⁴ No PRODESA 2000-2006, a Medida 2.2 - Incentivos à Modernização e Diversificação do Sector Agro-Florestal e, em concreto, a Acção 2.2.1 - Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas, concedem apoio específico a “*projectos de investimento no sector produtivo nas suas várias vertentes, nomeadamente no âmbito da produção pecuária, da horticultura, floricultura, fruticultura, apicultura, culturas industriais (beterraba, chá, chicória e tabaco) e produção de batata-semente*”, com base em critérios de selecção que excluem o apoio a “*investimentos que tenham por objectivo um aumento da produção que não encontre escoamento normal no mercado*”.

Note-se que, segundo dados do SREA, e ainda que, conforme já referido anteriormente, a vocação exportadora dos Açores não seja muito significativa, a exportação de mercadorias do sector agro-florestal (nomeadamente, leite, lacticínios, ovos de aves e mel natural; produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis; frutas, cascas de citrinos e de melões; café, chá, mate e especiarias; e sementes e frutos oleaginosos, grãos e sementes) foi responsável por 16,4% do valor total das exportações efectuadas pelos Açores em 2001, cujos principais países de destino foram, sobretudo, o Canadá e os EUA.

¹⁵ A produção de açúcar nos Açores tem vivido uma crise significativa, uma vez que a produção de beterraba sacarina utilizada na produção de açúcar, apesar de constituir uma fonte de diversificação do sector primário alternativa à produção de leite (principalmente num contexto em que existem quotas limitativas à sua produção), não atinge níveis produtivos que permitam atingir os patamares de economias de escala necessários à produção de açúcar. Desta forma, segundo dados estimados pelo SREA, entre 1995 e 2001, a produção de beterraba sacarina reduziu-se de 34.856 toneladas para apenas 8.976 toneladas.

**FIGURA 2.3.27 – VAB POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**



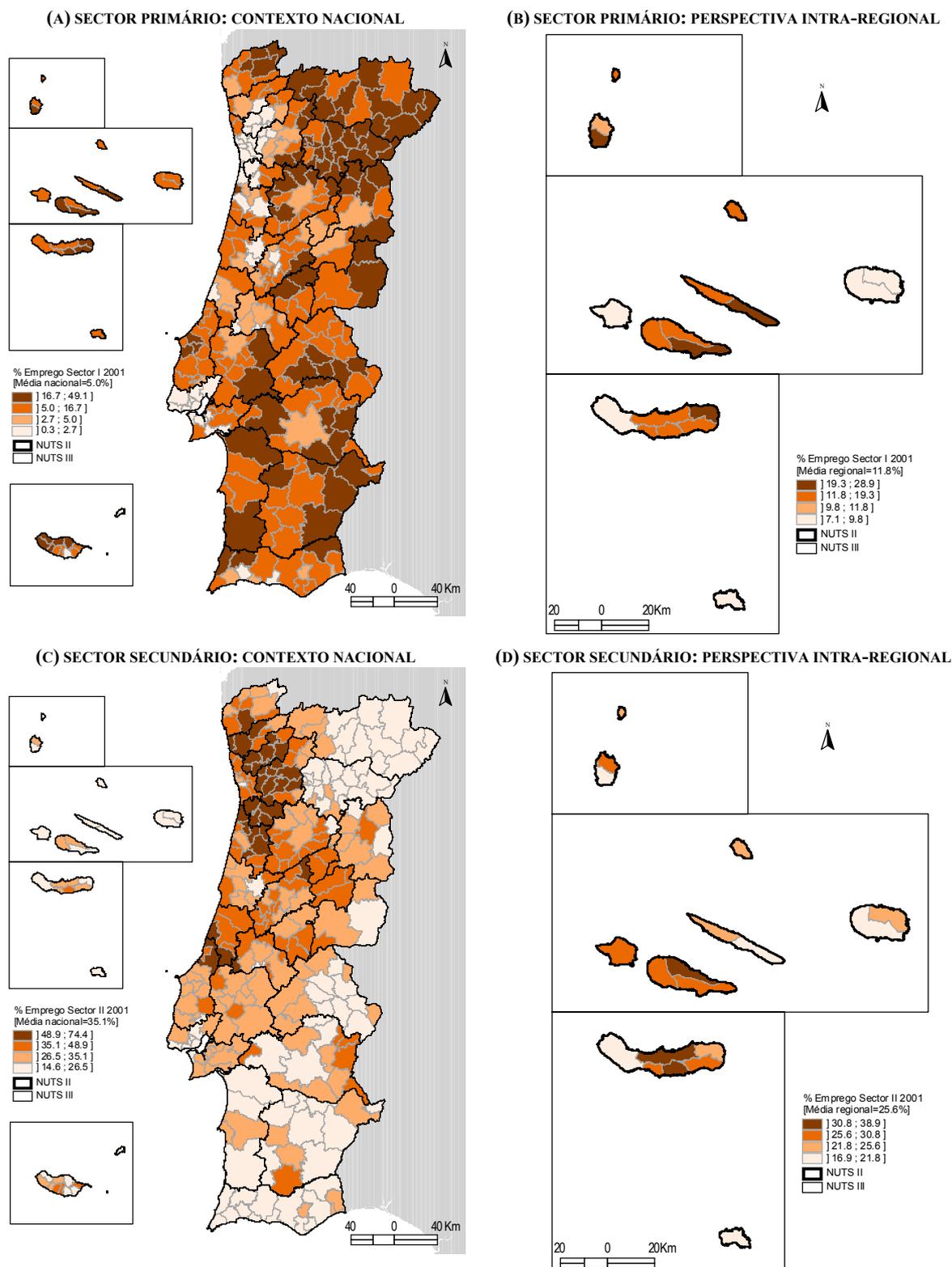
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A forte orientação da economia açoriana para o sector agrícola fica patente na expressão do emprego afecto ao sector primário (11,8%), que ultrapassa em larga escala o peso que representa, em média, o emprego afecto ao sector primário a nível nacional (5%). De facto, o mapa A da Figura 2.3.28 permite destacar o facto de uma parte significativa dos concelhos dos Açores se situarem no patamar superior, a nível nacional, de representatividade do emprego afecto ao sector primário (superior a 16,7%). A constatação desta expressividade fica, também, patente, no mapa B, em que, mesmo os concelhos que, à escala intra-regional, revelam menor intensidade de emprego afecto ao sector primário (7,1% a 9,8%), apresentam, efectivamente, pesos deste emprego superiores à média nacional (5%).

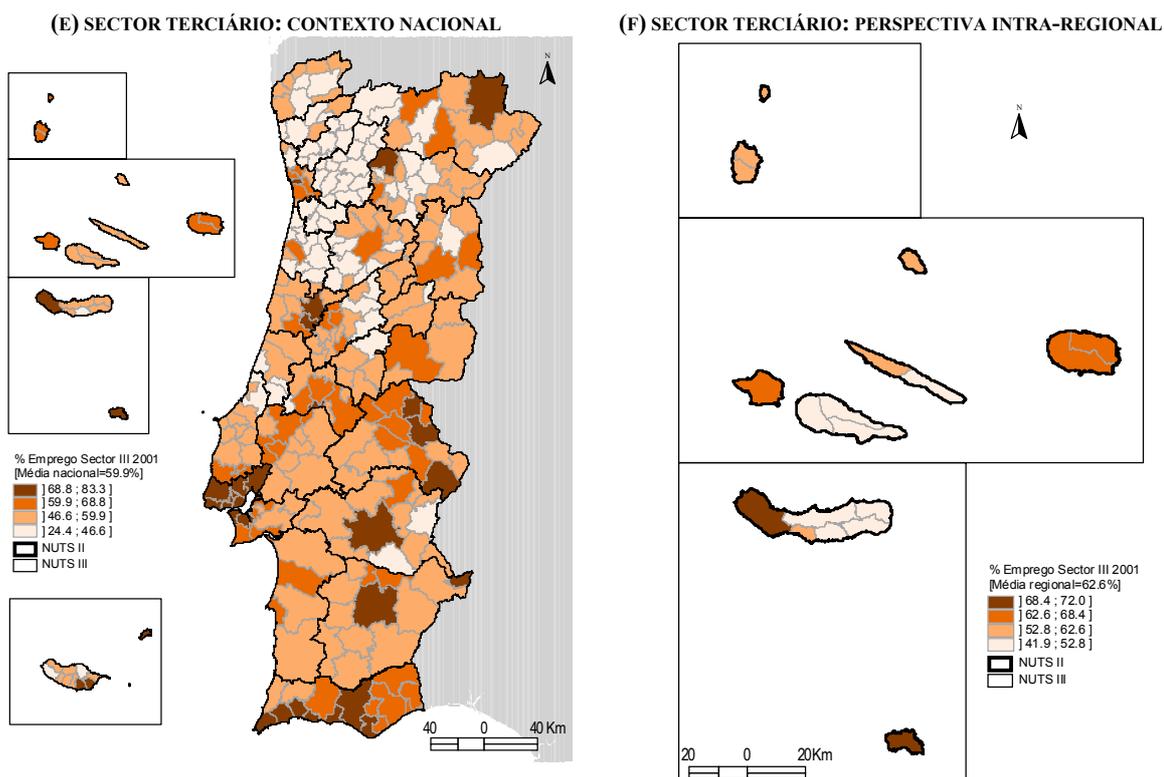
Numa perspectiva de análise comparada do padrão de especialização produtiva intra-regional dos Açores, é possível confirmar que, para além da forte orientação da economia dos Açores para o sector primário (a “mancha” dos concelhos açorianos assume uma tonalidade escura no mapa A), a expressão das actividades predominantemente industriais é bastante menos significativa do que a expressão das actividades ligadas ao sector turismo (a “mancha” dos concelhos açorianos no mapa C é notoriamente mais clara do que a “mancha” dos concelhos açorianos no mapa E).

É, também, perceptível, na perspectiva interna à região dos Açores, a complementaridade na representatividade do emprego entre os sectores ligados à indústria e ao turismo, que fica patente na comparação entre os mapas D e F, onde se verifica que, nos concelhos onde o peso do emprego afecto ao sector secundário é mais elevado existe uma menor representatividade do emprego afecto ao sector terciário (nomeadamente, a ilha do Pico e a ilha de São Miguel, com excepção de Ponta Delgada, onde a concentração de actividades ligadas à prestação de serviços atinge o nível mais significativo do arquipélago dos Açores) e que, por contrapartida, nos concelhos onde o peso do emprego afecto ao sector terciário é mais elevado existe uma menor representatividade do emprego afecto ao sector secundário (nomeadamente, a ilha Terceira e o concelho de Ponta Delgada na ilha de São Miguel).

FIGURA 2.3.28 – EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



(continua)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Os Açores assumem-se como uma das regiões portuguesas com níveis de produtividade sectorial mais homogéneos em relação ao padrão nacional (Figura 2.3.29). No entanto, é justamente nas actividades onde a variável produtividade assume contornos de maior relevância na comparação inter-regional, nomeadamente as de carácter industrial, que se detecta maior disparidade dos níveis de produtividade dos Açores face à média nacional, o que, em certa medida, permite explicar o facto do contributo do VAB das actividades ligadas à indústria e energia ser inferior à média nacional, nos Açores, em 10 pontos percentuais (ainda que esta disparidade tenha diminuído entre 1995 e 2001).

Esta homogeneidade dos níveis de produtividade deve ser encarada, também, no contexto do perfil de especialização da Região, que muitas vezes se explica à custa das diferenças regionais na capacidade sustentada de obter ganhos de eficiência ou de aproveitar efeitos de escala.

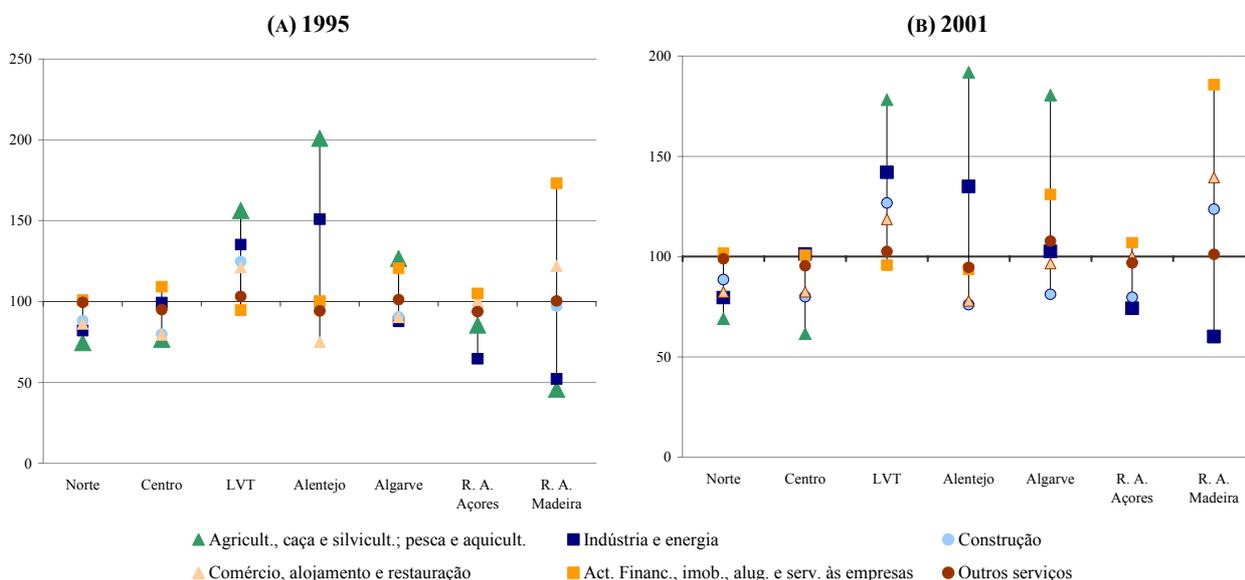
A este facto não é certamente alheia a grande concentração do VAB no sector primário e em algumas actividades não mercantis, em particular a educação, saúde, acção social e administração pública que, conforme já referido anteriormente, acabam por assumir uma relevância significativa no contexto da Região. Refira-se, a este respeito, que na interpretação dos padrões de produtividade regionais interferem factores associados a outras variáveis explicativas do posicionamento relativo da Região, nomeadamente, no que respeita ao facto da existência de níveis de especialização produtiva mais elevados:

- assentar em sectores de actividade fortemente concentrados na Região e pouco relevantes à escala nacional ou, pelo contrário, assentar em sectores de actividade fortemente concentrados na região e que assumem importância significativa no contexto do País;

- coincidir com um padrão produtivo regional centrado em sectores com elevados níveis de produtividade à escala nacional ou, pelo contrário, coincidir com um padrão produtivo regional centrado em sectores com baixos níveis de produtividade à escala nacional.

É o caso típico da actividade agrícola nos Açores que, apesar de contribuir para o posicionamento da Região numa situação mais aproximada da especialização do que da diversificação sectorial, coincide com uma actividade tendencialmente menos relevante à escala nacional e cujos níveis de produtividade e de incorporação de valor acrescentado são, também, pouco significativos no contexto da estrutura produtiva portuguesa. Esta constitui, aliás, uma das justificações que presidiu à inclusão, nas linhas de orientação estratégica definidas no PDR da Região Autónoma dos Açores, de aspectos relacionados com a capacidade de “potenciar a dinâmica de desenvolvimento económico” e, neste sentido, de “enquadramento e apoio aos agentes económicos no sentido da promoção de mais elevados níveis de competitividade e parceria, procedendo a reajustamentos na base económica regional, através de uma maior diversificação do sistema produtivo, designadamente na afirmação crescente do turismo e serviços ligados”. Nesta linha de raciocínio, o já referido aprofundamento da relação estabelecida entre os sectores agrícola e turístico pode constituir um instrumento importante de dinamização regional, tendo presente que a promoção turística da Região terá níveis acrescidos de eficácia na captação de públicos-alvo mais diversificados se for alicerçada numa imagem de marca regional, que ultrapasse as suas características naturais e climatéricas, e que ofereça um leque de produtos e serviços tipicamente açorianos, com elevados padrões de qualidade e diversidade.

**FIGURA 2.3.29 – PRODUTIVIDADE POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

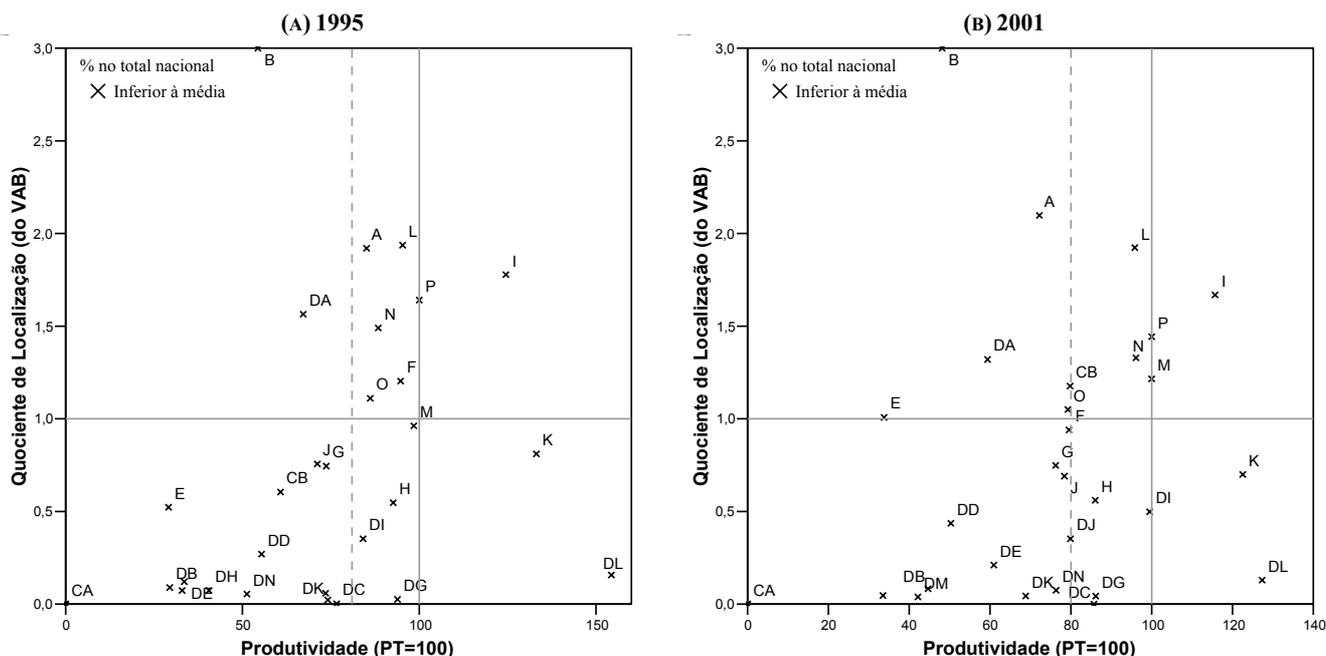
Desta forma, ao estabelecer uma análise mais aprofundada das características dos sectores que contribuem para a formação do VAB da região dos Açores, mostra-se relevante efectuar uma leitura que permita identificar, por um lado, os sectores que compõem o perfil de especialização da Região (sectores cujo contributo para a formação do VAB da Região é mais significativo do que o contributo total do sector para a formação do VAB nacional e em que, como tal, o quociente de localização é superior a 1) e, de forma complementar, o posicionamento destes mesmos sectores no referencial de produtividade nacional. A leitura conjugada destes dois indicadores permite detectar em que medida os sectores de especialização da Região (parâmetro de localização relativa das actividades) coincidem com aqueles em que a Região apresenta capacidade de superar o nível médio de produtividade nacional (Figura 2.3.30) e, principalmente no caso dos sectores em que esta simultaneidade se verificar, em que medida estes sectores apresentam relevância absoluta à escala nacional, ou seja, em que medida o contributo da Região para a formação do VAB nacional de determinado sector é superior ou inferior à média nacional (parâmetro de localização absoluta de actividades).

A leitura que se pode efectuar em termos da evolução do padrão de especialização sectorial dos Açores ao longo da década de 90 é a seguinte:

- Existe um conjunto de actividades mercantis que se assumiram como actividades de especialização dos Açores ao longo da década de 90, nomeadamente, a agricultura, produção animal caça e silvicultura, a pesca, as actividades de transportes, armazenagem e comunicações, as indústrias alimentares, bebidas e tabaco (embora tenham perdido relevância na Região, entre 1995 e 2001) e a construção. A estas, acrescem um conjunto de outras actividades não mercantis que, apesar do seu carácter não directamente ligado à actividade produtiva, assumem expressão significativa em termos de contributo para a formação do VAB da Região, nomeadamente, a administração pública, a educação, a saúde e acção social;
- O posicionamento destas actividades no contexto dos respectivos níveis médios de produtividade regional e nacional tornam significativamente mais restrito o conjunto de actividades com níveis de competitividade relevante, quer à escala regional, quer à escala nacional:
 - quer em 1995 quer em 2001, apenas as actividades ligadas aos transportes, armazenagens e comunicação assumiam níveis de produtividade superiores aos registados a nível nacional, apesar de, no entanto, o contributo dos Açores para a formação do VAB nacional deste sector ser inferior à média nacional. A posição geográfica dos Açores e o seu carácter de insularidade permitem justificar facilmente a posição competitiva e a representatividade deste sector para a formação do VAB da Região;
 - a evolução registada entre 1995 e 2001 tornou menos alargado o conjunto de actividades mercantis com capacidade de superar o referencial de produtividade média da Região: as actividades ligadas à agricultura, produção animal, caça e silvicultura perderam capacidade competitiva regional entre 1995 e 2001, sendo que apenas as actividades ligadas à construção e às indústrias extractivas (neste último caso, a evolução desde 1995 foi muito positiva, uma vez que a actividade não se incluía, sequer, no conjunto de actividades de especialização da Região) se assumiram, em 2001, como pertencentes ao grupos de actividades de especialização dos Açores que registam níveis de produtividade dentro da média da Região;

- o salienta-se o elevado nível de produtividade atingido nos Açores pelas actividades ligadas à fabricação de outros produtos minerais não metálicos, à fabricação de equipamento eléctrico e de óptica e às actividades imobiliárias, de alugueres e serviços prestados às empresas, embora, no entanto, não se incluam no conjunto de actividades de especialização sectorial. São actividades cujo contributo para a formação do VAB regional não é tão significativo quanto o verificado a nível nacional, apesar dos elevados níveis de produtividade que atingem.

FIGURA 2.3.30 – ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL (VAB) NOS ANOS 90



Nota: a leitura do gráfico baseia-se na combinação de 3 parâmetros:

- Parâmetro de localização relativa das actividades: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização (QL) do VAB;
- Parâmetro de Produtividade: posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média sectorial nacional (linha vertical contínua) e no referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada);
- Parâmetro de localização absoluta das actividades: relevância sectorial absoluta da região a nível nacional. A região apresenta localização absoluta inferior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é inferior a 1/7 e localização absoluta superior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é superior a 1/7.

QL = relação entre o peso relativo do VAB sectorial na região e o peso relativo do VAB sectorial no País.

A	Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	DM	Fab. material de transporte
B	Pesca	DN	Ind. transformadoras, n.e.
CA	Extracção produtos energéticos	E	Prod. e distribuição de electricidade, gás e água
CB	Ind. extractivas, com excep. extracção prod. energéticos	F	Construção
DA	Ind. alimentares, bebidas e tabaco	G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico
DB	Ind. têxtil	H	Alojamento e restauração
DC	Ind. couro e produtos de couro	I	Transportes, armazenagem e comunicações
DD	Ind. madeira, cortiça e suas obras	J	Act. financeiras
DE	Fab. pasta, papel e cartão. Edição e impressão	K	Act. imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
DF	Fab. coque, prod. petrolif. refinados e combustível nuclear	L	Administr. Pública, defesa e seg. social obrigatória
DG	Fab. prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	M	Educação
DH	Fab. artigos de borracha e matérias plásticas	N	Saúde e acção social
DI	Fab. outros prod. minerais não metálicos	O	Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais
DJ	Ind. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	P	Famílias com empregados domésticos
DK	Fab. máquinas e equipamentos, n.e.	Q	Organismos internac. e outras instituições extraterritoriais
DL	Fab. equipamento eléctrico e óptica		

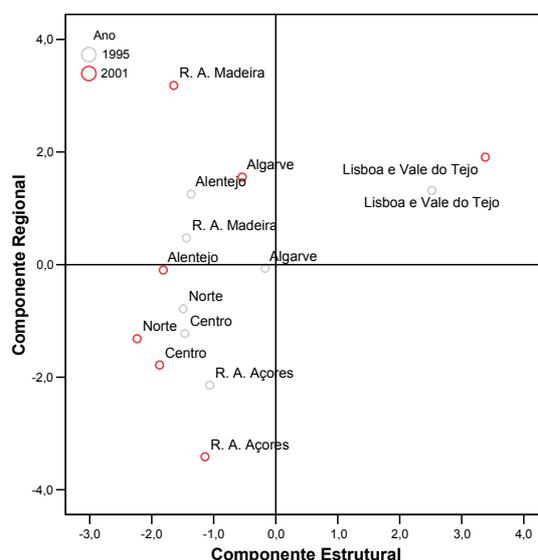
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

- o posicionamento da parcela mais significativa das actividades ligadas à indústria transformadora (secções DB a DH e secções, DJ, DK, DM e DN) traduz uma situação, quer de baixo nível de produtividade, quer de fraca representatividade no referencial do respectivo contributo para a formação do VAB dos Açores;
- todos os sectores de actividade apresentam, nos Açores, uma capacidade de concentração absoluta do VAB inferior à média nacional, o que significa que o seu contributo para a formação do VAB nacional dos vários sectores é inferior ao que seria sugerido por um contributo igualitário das sete NUTS II portuguesas.

A diferença entre o nível de produtividade dos Açores e o valor nacional deriva, não só, da Região ser mais especializada em sectores de produtividade mais reduzida (componente estrutural, que traduz a diferença de produtividade induzida pelas diferenças do padrão de especialização produtiva da Região face ao País), como também do facto da Região registar níveis de eficiência mais baixos nos processos produtivos dos diversos sectores (componente regional, que traduz a diferença de produtividade induzida pelas próprias especificidades dos sectores em que a região é especializada).

Entre 1995 e 2001, o diferencial de produtividade face ao País resultante da componente regional associada ao nível de eficiência produtiva dos Açores acentuou-se, o que significa que, em termos globais, se acentuou a incapacidade do perfil de especialização produtiva da Região atingir os níveis médios de produtividade nacional, enquanto o diferencial de produtividade resultante da componente estrutural associada ao padrão de especialização produtiva dos Açores se manteve estável, o que significa que, em termos globais, a Região continua especializada nos sectores de mais baixo nível relativo de produtividade (Figura 2.3.31). Tal facto conduziu a que o índice de produtividade não verificasse qualquer evolução positiva relativamente ao País, conforme evidencia a própria trajectória regional de competitividade dos Açores (Figura 2.2.6).

FIGURA 2.3.31 – DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: ANÁLISE *SHIFT-SHARE*



Nota: A análise shift-share decompõe os diferenciais de produtividade da região face ao País em duas parcelas: Componente Estrutural - diferencial de produtividade da Região em relação ao País resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente Regional - diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência sectorial entre a região e o País, assumindo a estrutura produtiva regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

**CAIXA 2.3.3 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE:
A IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS COMPETITIVOS**

A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década^(*), traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na cadeia de valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, "sourcing") no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

(*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; 01.Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

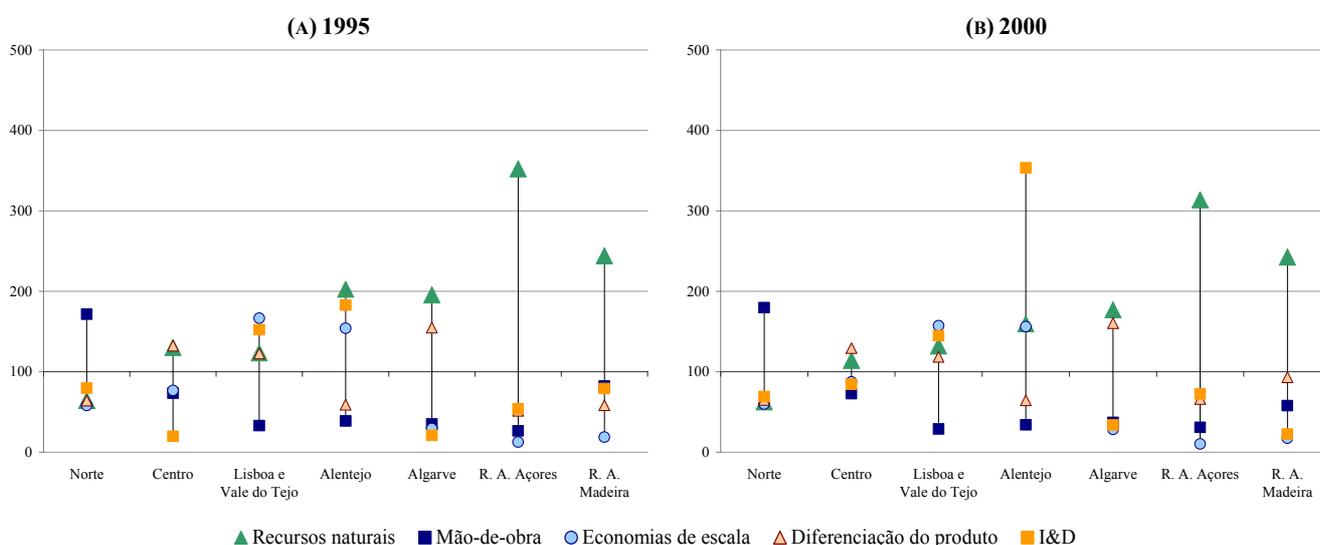
De acordo com o contributo dos vários sectores de actividade para a formação do VAB dos Açores, quando comparado com a estrutura equivalente a nível nacional, apenas as actividades cujo factor de competitividade assenta na utilização e exploração de recursos naturais e que, no caso específico dos Açores, podem considerar-se restritas à indústria alimentar, apresentam um contributo mais significativo do que a nível nacional para a formação do VAB da Região (Figura 2.3.32).

Pelo contrário, as actividades centradas na exploração de factores mais avançados de competitividade (economias de escala, diferenciação do produto e I&D) representam um contributo para a formação do VAB dos Açores notoriamente inferior ao verificado a nível nacional. Digna de relevo foi a evolução do contributo das actividades centradas na diferenciação do produto e na I&D que, entre 1995 e 2000, viram aproximar-se da média nacional o peso do respectivo VAB no VAB total da Região.

As causas que se podem apontar para explicar o ganho de relevância das actividades ligadas à diferenciação do produto e à I&D na formação do VAB dos Açores são, no entanto, diversas:

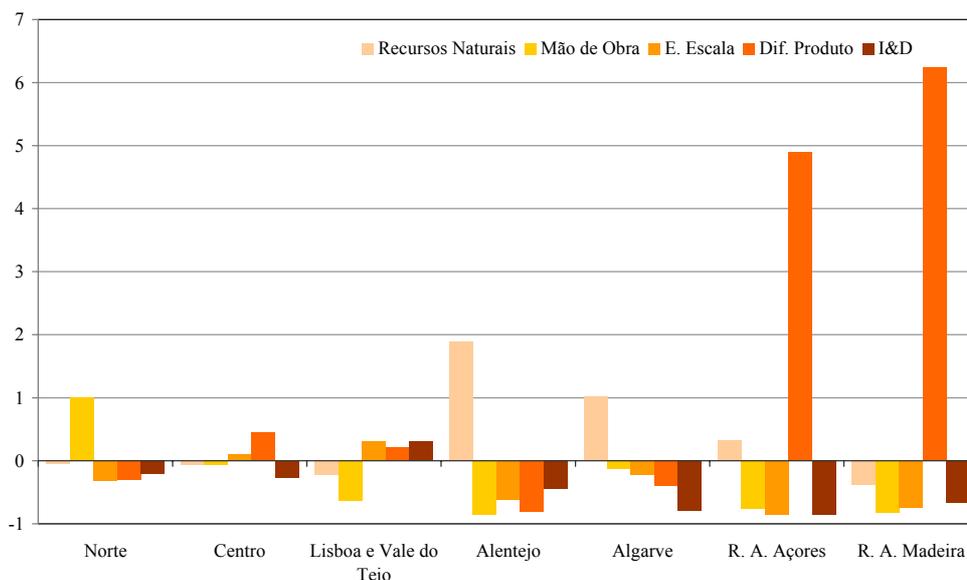
- no caso das actividades ligadas à diferenciação do produto, uma explicação possível reside no próprio perfil de especialização exportador da Região, em que a representatividade das actividades assentes na diferenciação do produto como factor-chave de competitividade supera em cerca de 5 pontos percentuais a verificada a nível nacional (Figura 2.3.33). Os níveis de produtividade do sector são, no entanto, inferiores à média nacional (Figura 2.3.34);
- já no caso das actividades ligadas à I&D, parece ser exactamente a superioridade do nível de produtividade regional o factor que permite explicar o seu ganho de relevância no contexto do perfil de especialização produtiva, uma vez que a sua representatividade no perfil exportador da Região é claramente inferior à verificada a nível nacional.

FIGURA 2.3.32 – ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90 (PORTUGAL=100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

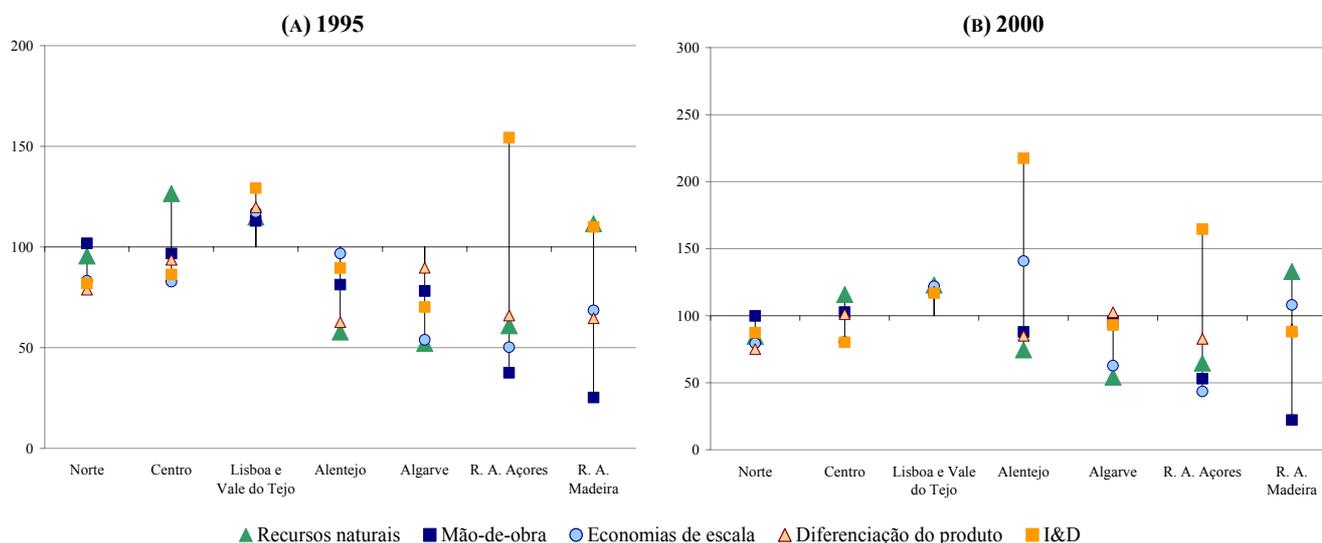
FIGURA 2.3.33 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE (2000)



Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

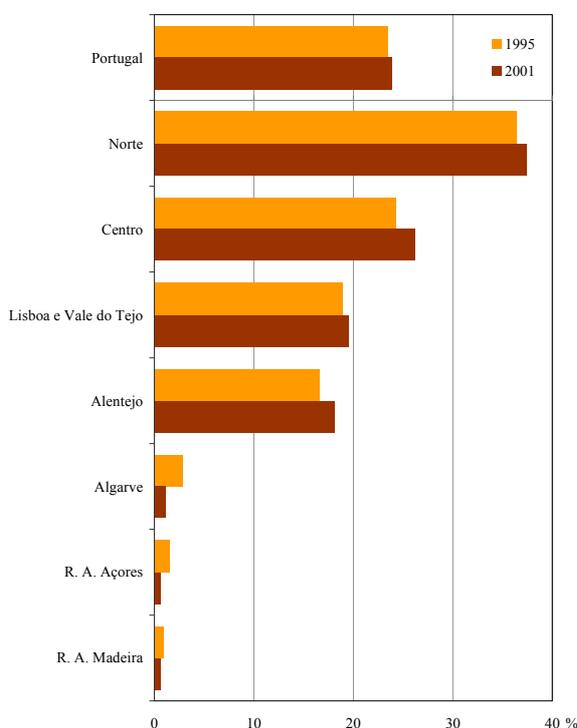
FIGURA 2.3.34 – PRODUTIVIDADE POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90 (PORTUGAL=100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

A repercussão das características da estrutura produtiva dos Açores e do seu perfil de especialização, quando encaradas no contexto da sua capacidade de penetração nos mercados internacionais, revelam de forma contundente a necessidade reconhecida no PRODESA de se ultrapassarem alguns dos principais pontos fracos associados à insularidade, nomeadamente, “... a falta de contiguidade física entre as ilhas, a sua dependência total do transporte marítimo e aéreo nas trocas, o que se traduz em elevados custos de aprovisionamento, ...”. De facto, a capacidade de exportação dos Açores é baixa e traduz-se num dos mais baixos graus de intensidade exportadora das regiões portuguesas (Figura 2.3.35). As exportações representavam, em 2001, menos de 1% do VAB total da Região, quando esse valor era de cerca de 24% a nível nacional.

FIGURA 2.3.35 – INTENSIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90



Nota: Intensidade exportadora = Exportações/VAB, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.3.5. Estrutura da Procura

Ao longo dos anos 90, a estrutura do padrão de consumo das famílias residentes nos Açores apresentou uma tendência evolutiva convergente com a estrutura nacional. A redução do peso dos encargos com a alimentação e, sobretudo, do peso dos encargos com a habitação na estrutura de despesas dos agregados familiares açorianos permitiu um incremento qualitativo da estrutura dos respectivos padrões de consumo no sentido do reforço dos gastos em produtos com uma componente mais significativa de aposta no bem estar e na qualidade de vida, nomeadamente relacionados com o lazer, distração e cultura, e com a satisfação de necessidades de consumo mais sofisticadas do que as evidenciadas no início da década de 90.

A dispersão do território da região Autónoma dos Açores incute-lhe um perfil de urbanização em que coexistem duas realidades distintas: por um lado, existem níveis de concentração populacional em torno de lugares com mais de 2000 habitantes que superam os nacionais, nomeadamente, em torno dos pólos urbanos de maior dimensão, como Ribeira Grande e Lagoa, na ilha de S. Miguel, e Angra do Heroísmo na ilha Terceira e, por outro lado, existe um conjunto também muito significativo de população que se encontra dispersa pelo território. A capacidade de polarização da actividade económica e do emprego mostra-se significativamente mais selectiva e hierarquizadora da posição relativa dos concelhos açorianos, assumindo-se Ponta Delgada como o pólo de excelência na polarização de emprego, o que, se analisado em interligação, quer com a existência de um nível de vida mais elevado quer com a existência de um perfil de população com maiores níveis de escolarização e habilitações, permite afirmar a existência de uma estrutura de procura com características mais exigentes do ponto de vista da diversidade de produtos e serviços oferecidos e, simultaneamente, onde existem condições mais propícias à realização de investimentos de carácter mais avançado e à fixação de serviços avançados de consumo.

A comparação das estruturas de despesas dos agregados familiares residentes na região dos Açores com a estrutura nacional, bem como a percepção da consonância ou dissonância das alterações subjacentes à evolução registada em ambas as estruturas de afectação de despesas permite destacar, como principal factor indutor da convergência do padrão de consumo da população residente nos Açores em direcção ao padrão de consumo conjunto do espaço nacional ao longo da década de 90, a maior capacidade de libertação de rendimento disponível evidenciada nos Açores para actividades e produtos tendencialmente mais relacionados com a melhoria da qualidade de vida e com a aquisição de bens e serviços que ultrapassam os de primeira necessidade.

As despesas relacionadas com a compra de produtos alimentares e bebidas alcoólicas e com a habitação e respectivas despesas de manutenção (água, electricidade, gás e outros combustíveis) constituíam as parcelas mais significativas das despesas dos agregados familiares a nível nacional, tanto em 1995 quanto em 2001, embora o seu peso relativo na estrutura de despesas das famílias tenha diminuído de 44,3% em 1995 para 38,5% em 2001. Também na estrutura de despesas das famílias residentes nos Açores se verifica esta importante concentração de despesas em torno das despesas com alimentação e habitação, embora a redução da importância da rubrica relacionada com a habitação na estrutura de despesas das famílias açorianas tenha sido muito mais significativa.

Este facto, no entanto, não é facilmente conciliável com as características específicas do mercado habitacional açoriano. O preço da habitação atinge, nos Açores, valores por m² muito próximos dos praticados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, ainda que, naturalmente, se detectem variações substanciais de preço em função de critérios de localização dos terrenos, que normalmente são sobrevalorizados em Ponta Delgada e pouco valorizados em regiões como, por exemplo, o Nordeste de São Miguel. Este preço mais elevado da habitação nos Açores justifica-se, não só, pelo facto do preço do terreno para habitação nas Regiões Autónomas ser, normalmente, mais elevado, por motivos associados ao próprio limite físico das ilhas mas, também, pela subida do preço da construção causada pelo acréscimo dos custos de transporte entre o Continente e os arquipélagos (Figura 2.3.36).

Para além do impacto da significativa redução das taxas de juro praticadas no crédito à habitação (a partir de 1996), para esta diminuição significativa do peso dos encargos das famílias açorianas com a habitação no período 1995-2000 contribuíram as transferências sociais efectuadas com vista à reconstrução das ilhas do Faial e Pico, na sequência do sismo de 1998¹⁶.

Desta forma, se a tendência registada a nível nacional, entre 1995 e 2000, permitiu detectar uma orientação global de libertação de meios financeiros afectos a algumas das normais despesas fixas das famílias (alimentação e habitação) para outras despesas, nos Açores, a redução particularmente mais significativa do peso destas despesas (principalmente nas relacionadas com a habitação, que se reduziam em cerca de 11 pontos percentuais) deixou, por isso, uma margem de manobra superior para a ocorrência de alterações nos hábitos de consumo da população açoriana.

Registaram-se, como tal, alterações na afectação das despesas dos agregados familiares que permitiram aproximar as estruturas de consumo da população nacional e açoriana. Esta aproximação, apesar de não se mostrar tão significativa ao nível dos serviços avançados de consumo e dos serviços de hotelaria e restauração e de não permitir, desta forma, confirmar uma tendência vincada de adopção de estilos de vida mais urbanos e com maior componente incorporada de orientação para a cultura e lazer, permite, no entanto, sustentar uma ideia de aumento da intensidade dos gastos em rubricas que se podem relacionar com a satisfação de patamares tendencialmente mais elevados de necessidades de consumo:

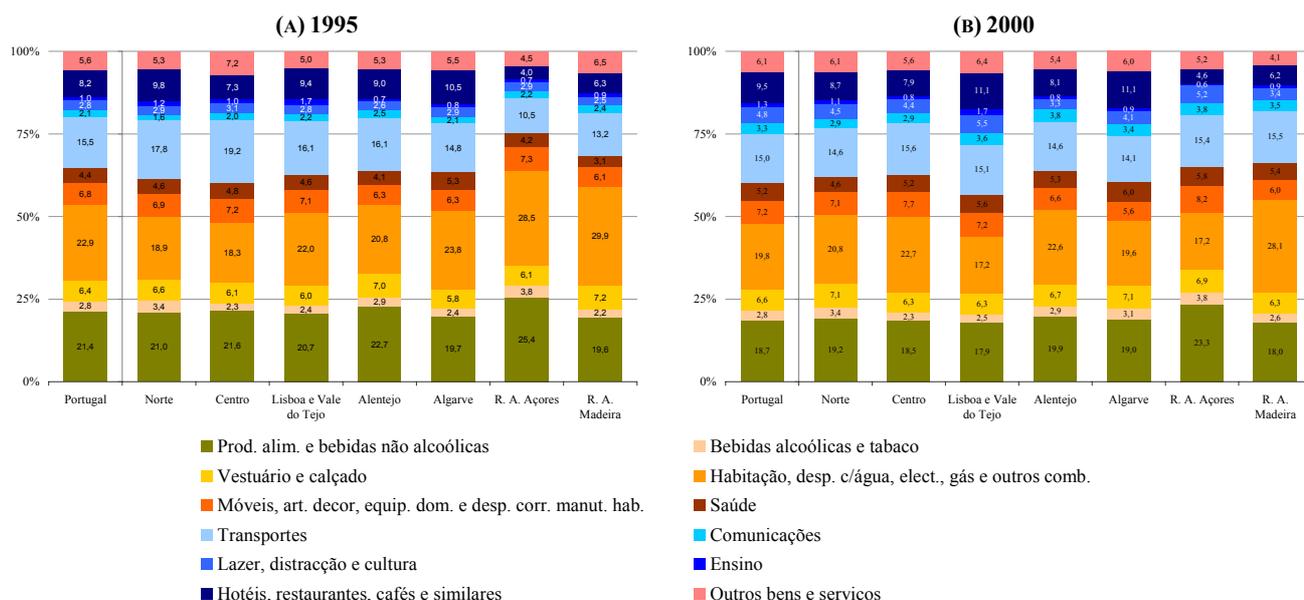
- O reforço, a nível nacional, do rendimento disponível das famílias afecto a despesas em lazer, distracção e cultura, a despesas de ensino, a despesas em hotéis, restaurantes, cafés e similares e a despesas relacionadas com a aquisição de outros bens e serviços, ainda que também se tenha registado nos Açores, não foi tão expressivo e não lhe permitiu atingir o patamar nacional. Em 2000 mantinha-se, como tal, uma afectação do rendimento disponível das famílias açorianas a estas despesas (15,6%) que era inferior à nacional (21,7%), sendo de salientar, no entanto, que esta disparidade se deve ao menor gasto relativo da população açoriana em despesas relacionadas com o ensino (que, aliás, os baixos níveis de escolaridade comprovam) e, sobretudo, com hotéis e restauração (justificam 5,6 dos 6,1 pontos percentuais que afastam o nível médio de gastos

¹⁶ No Orçamento de Estado de 2003 foi consagrado o apoio à reconstrução de habitações afectadas pelo sismo de 1998. De acordo com o Art. 6º deste Orçamento, “fica o Governo autorizado a transferir para o Governo Regional dos Açores verbas até ao montante de (euro) 17.500.000 do Programa Realojamento inscrito no INH - Instituto Nacional de Habitação, no capítulo 50 do Ministério das Obras Publicas, Transportes e Habitação, a título de comparticipação no Processo de Reconstrução do Parque Habitacional das Ilhas do Faial e do Pico, na Região Autónoma dos Açores.”

açorianos do nível médio de gastos nacionais com estas despesas). O aumento mais notório nos Açores do que, em média, a nível nacional, dos gastos especificamente afectos a serviços avançados (lazer, distração e cultura), conforme comprova a Figura 2.3.37, não deve deixar de ser enquadrado no contexto da significativa capacidade de dotação de equipamentos culturais e de lazer evidenciada pelos Açores (Figura 3.3.4);

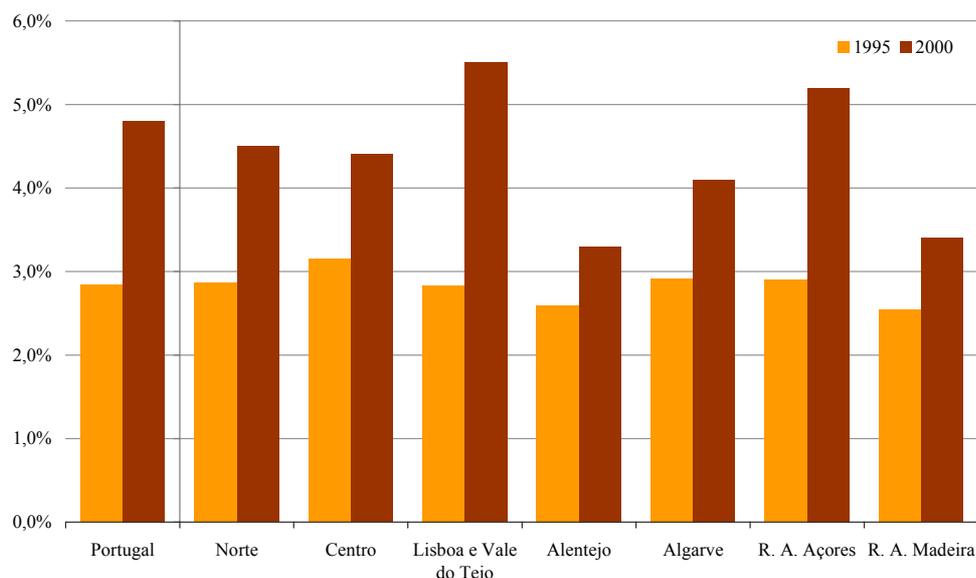
- No caso das despesas relacionadas com a satisfação de outras necessidades de consumo, ainda que tipicamente de carácter menos sofisticado, como as relacionadas com a aquisição de vestuário e calçado e com a aquisição de móveis, artigos decorativos, equipamentos domésticos e despesas correntes da manutenção da habitação, cuja representatividade no contexto nacional se acentuou de forma muito moderada neste período (acréscimo de 0,6 pontos percentuais), verifica-se um aumento mais acentuado da sua relevância na estrutura de despesas das famílias residentes nos Açores (cerca de 1,7 pontos percentuais). Aqui se pode detectar uma reorientação das despesas com habitação para gastos relacionados com a melhoria das condições de vida, traduzindo, de alguma forma, o processo que tem contribuído para o bom posicionamento relativo da Região em termos do indicador de pobreza segundo as condições de vida (conforme se poderá confirmar na Figura 3.1.15);
- Também significativo foi o acréscimo mais acentuado de gastos relacionados com despesas de transportes. Enquanto a nível nacional os gastos com transportes perderam importância na estrutura de despesas dos agregados familiares (0,5 pontos percentuais), nos Açores o peso desta rubrica aumentou 4,9 pontos percentuais. Esta situação poderá ser explicada pelo aumento tendencial do número de veículos automóveis em circulação no arquipélago, traduzido na quase duplicação do número de veículos automóveis novos vendidos no arquipélago entre 1998 e 2000 (18.300 veículos), face ao período entre 1995 e 1997 (10.156 veículos). Note-se, ainda, que a aquisição de veículos automóveis beneficia, nas Regiões Autónomas, da aplicação de uma taxa reduzida de IVA de 13%, enquanto no território continental a taxa de IVA praticada é de 19%.

FIGURA 2.3.36 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES NOS ANOS 90



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

**FIGURA 2.3.37 – CONSUMO EM SERVIÇOS AVANÇADOS EM % DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



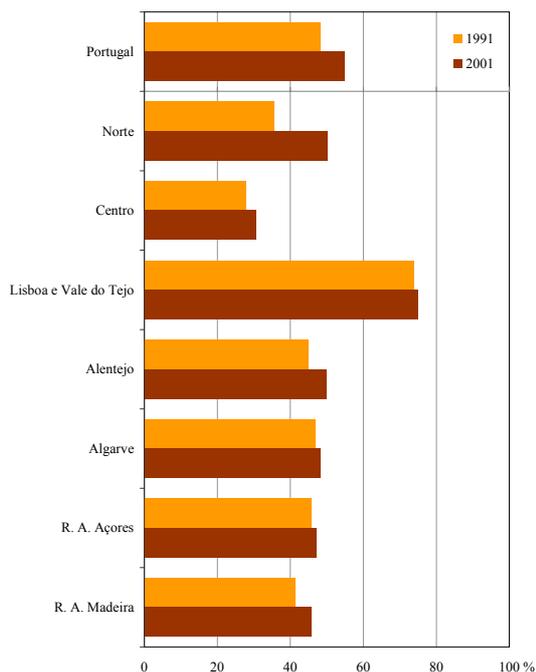
Nota: Despesas em lazer, distração e cultura em % do total das despesas dos agregados familiares.

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Para além das características especificamente orientadas para a estrutura agregada da procura das famílias residentes nos Açores, um aspecto que assume importância particular no perfil de procura de uma Região tão dispersa quanto os Açores reside, exactamente, na associação destes padrões de consumo a factores indicativos da sua evolução recente e da sua evolução tendencial futura, que se pode revelar de utilidade extrema, por exemplo, na orientação e canalização de investimentos para determinadas áreas ou sectores de actividade em determinadas regiões, consoante se detecte uma tendência de aumento ou diminuição dos níveis de urbanização e polarização. Num raciocínio meramente intuitivo, facilmente se compreende que os padrões de consumo tendem a revelar características de maior intensidade em produtos e serviços avançados em torno de pólos urbanos de maior dimensão, da mesma forma que factores como a dispersão populacional e a pouca concentração de actividade económica constituem, simultaneamente, a causa e o resultado da existência de padrões de consumo tipicamente orientados para a satisfação de necessidades de carácter mais básico.

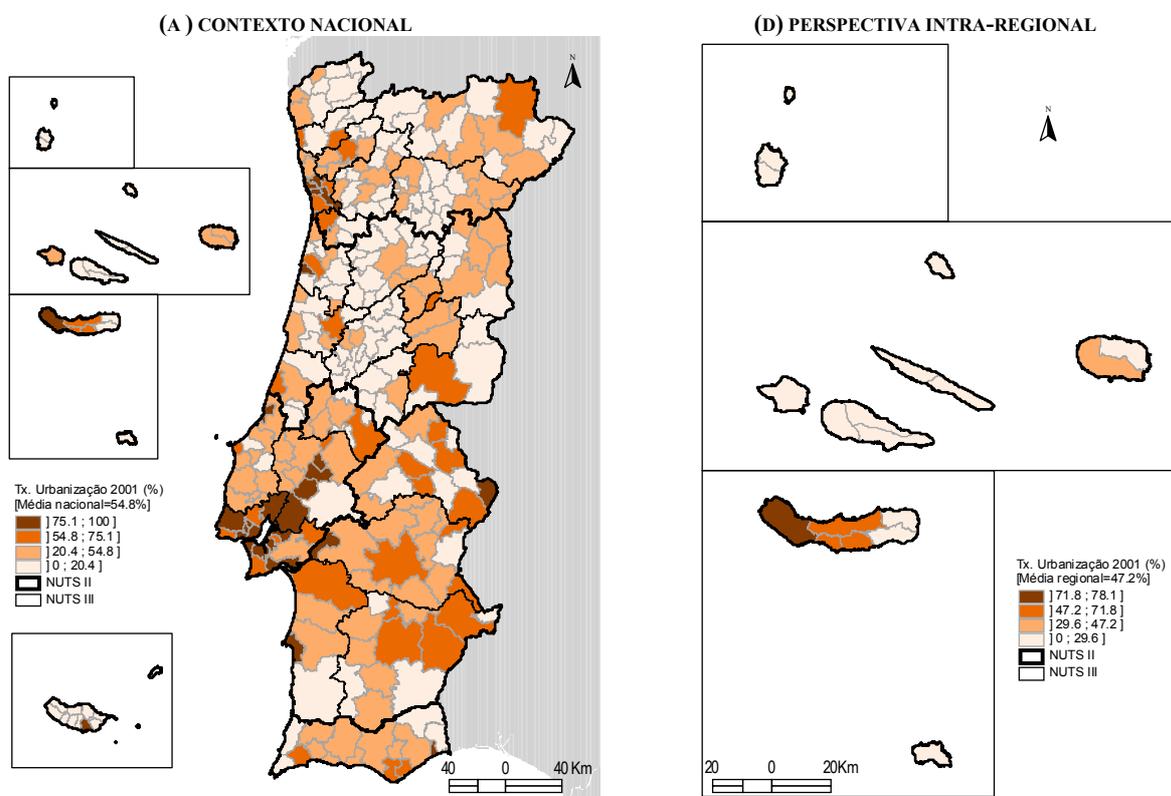
As características associadas à concentração populacional do conjunto de ilhas que compõem o arquipélago dos Açores explica que o grau de urbanização atingido pela Região se aproxime do nacional (Figura 2.3.38). A mais acentuada concentração de população em torno de cidades com mais de 2.000 habitantes é explicada, por um lado, pela pequena dimensão das ilhas e, por outro lado, pelo próprio dinamismo que se estabelece de forma mais intensa em torno dos pólos urbanos de maior dimensão: Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, na ilha de S. Miguel, e Angra do Heroísmo na ilha Terceira (Figura 2.3.39).

FIGURA 2.3.38 – TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2000 habitantes/População Residente total, em %.
 Fonte: INE, Censos

FIGURA 2.3.39 – TAXA DE URBANIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

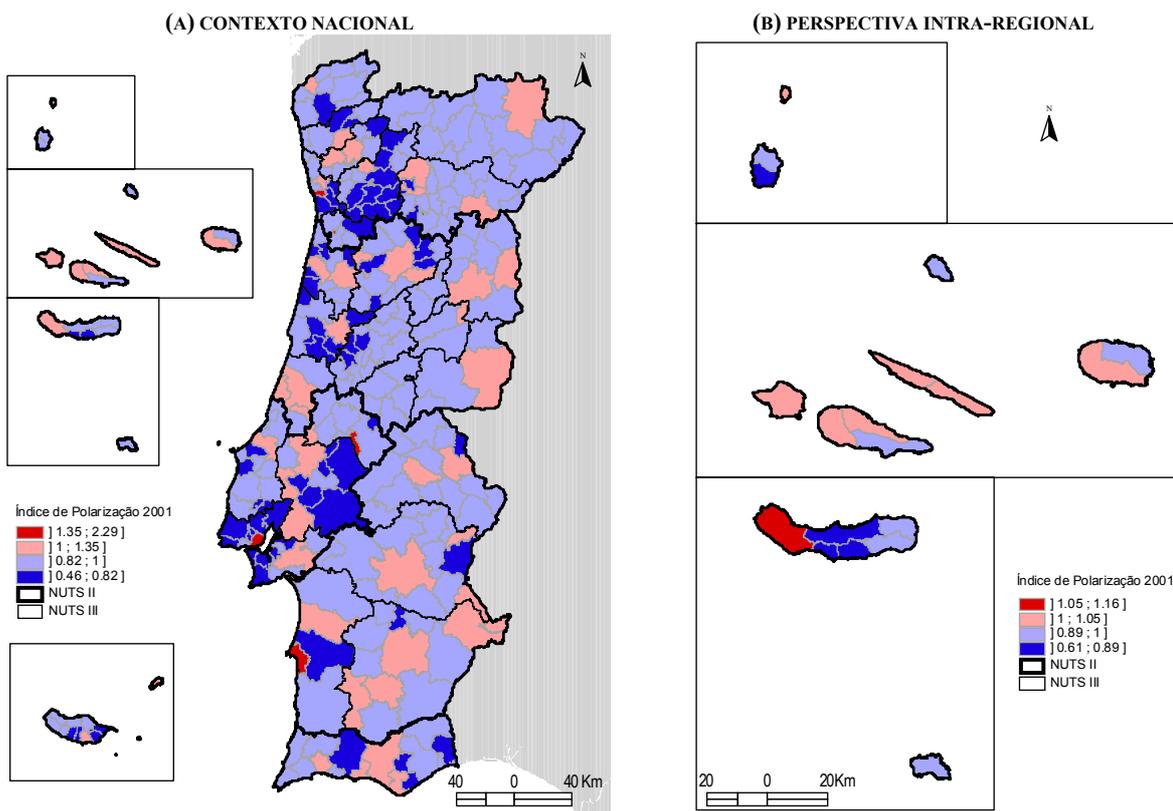


Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2 000 habitantes/População residente total, em%.
 Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A dimensão dos pólos urbanos encontra uma correspondência menos expressiva ao nível da sua capacidade de polarização da actividade económica. Concentra-se, em torno de Ponta Delgada, um pólo urbano com dimensão significativa, cujo dinamismo e atractividade enquanto cidade capital centraliza postos de trabalho com capacidade de absorção de um número significativo de população residente fora do concelho (Figura 2.3.40). Note-se que o facto dos concelhos adjacentes de Lagoa e Ribeira Grande se situarem no patamar imediatamente inferior de polarização reflecte o caso de uma parcela significativa da população residente nestes concelhos trabalhar, efectivamente, no concelho de Ponta Delgada. Nos concelhos de Nordeste e Povoação, geograficamente mais distanciados de Ponta Delgada e a uma distância que introduz maior grau de entrave à deslocação diária, o índice de polarização assume valores que indicam uma coincidência quase total entre o concelho de residência e o concelho de trabalho.

Nas ilhas do Pico e São Jorge o índice de polarização sugere que os concelhos de Madalena, São Roque e de Angra do Heroísmo revelam uma capacidade de polarização do emprego ligeiramente mais acentuada que a dos restantes concelhos destas duas ilhas, enquanto que no caso da ilha de São Jorge, a pequena dimensão da ilha permite colocar em pé de igualdade a capacidade de atracção das suas principais cidades de população trabalhadora residente em toda a ilha.

FIGURA 2.3.40 – ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de polarização = População empregada na unidade territorial/População residente na unidade territorial e empregada (em qualquer unidade territorial).

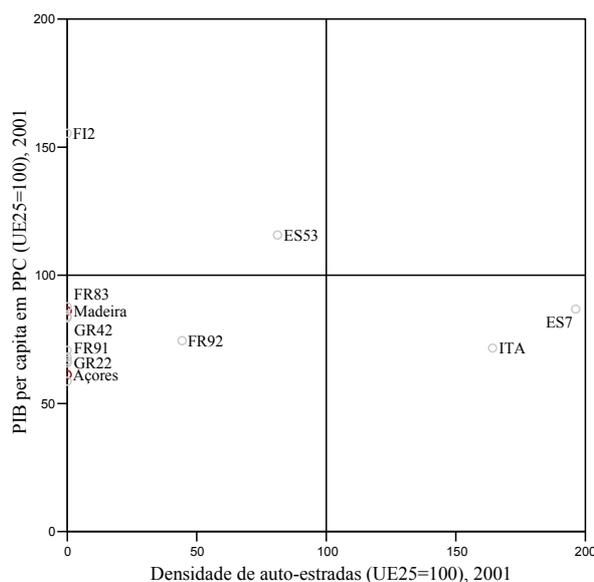
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

2.3.6. Infraestruturas de Suporte

Numa Região com características de insularidade, a dotação de infraestruturas de suporte é, necessariamente, mais focalizada nas infraestruturas de telecomunicações do que, propriamente, nas infraestruturas de transporte, cuja importância e contributo para o desenvolvimento regional perde relevância no contexto da pequena dimensão das ilhas açorianas. É de destacar, nesta óptica, a melhoria da qualidade das comunicações dos Açores com o exterior conseguida com a recente ligação entre a América do Norte, os Açores e a Europa, através de cabo submarino de fibras ópticas e, em paralelo, a aposta do Governo Regional num conjunto significativo de iniciativas com vista à promoção de uma utilização mais intensiva das tecnologias de informação e comunicação.

As infra-estruturas de suporte, entre as quais se destacam as de transporte, são consideradas de grande relevância para o processo de crescimento e desenvolvimento económico. Conforme se pode verificar pela informação contida na Figura 2.3.41, a densidade de auto-estradas é nula nos Açores. O baixo PIB *per capita* não deve, no entanto, ser directamente atribuído à rede de transportes. De facto a pequena dimensão das ilhas faz com que tais infra-estruturas sejam facilmente substituídas por alternativas como estradas e vias-rápidas.

**FIGURA 2.3.41 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE DE AUTO-ESTRADAS:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



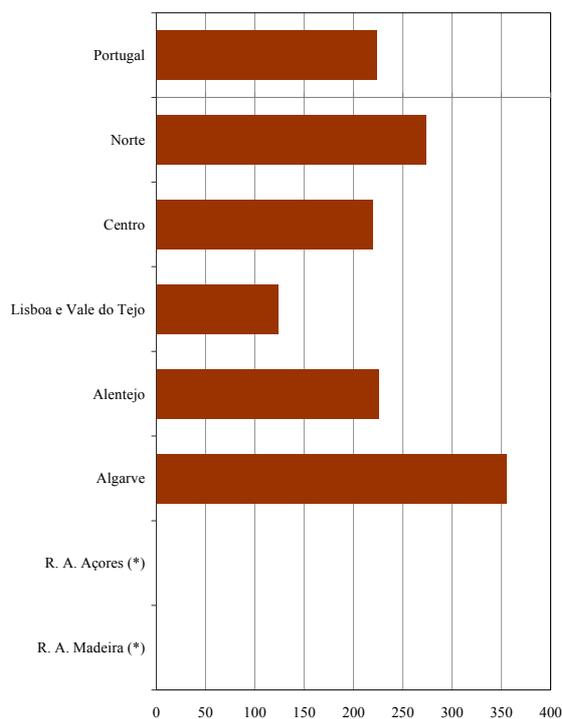
Legenda

- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martiniq | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: Densidade de auto-estradas na UE25 (2001) = 1,4 km por km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

**FIGURA 2.3.42 – DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS MERCADOS
(EM KM²)**



Fonte: INE, Censos

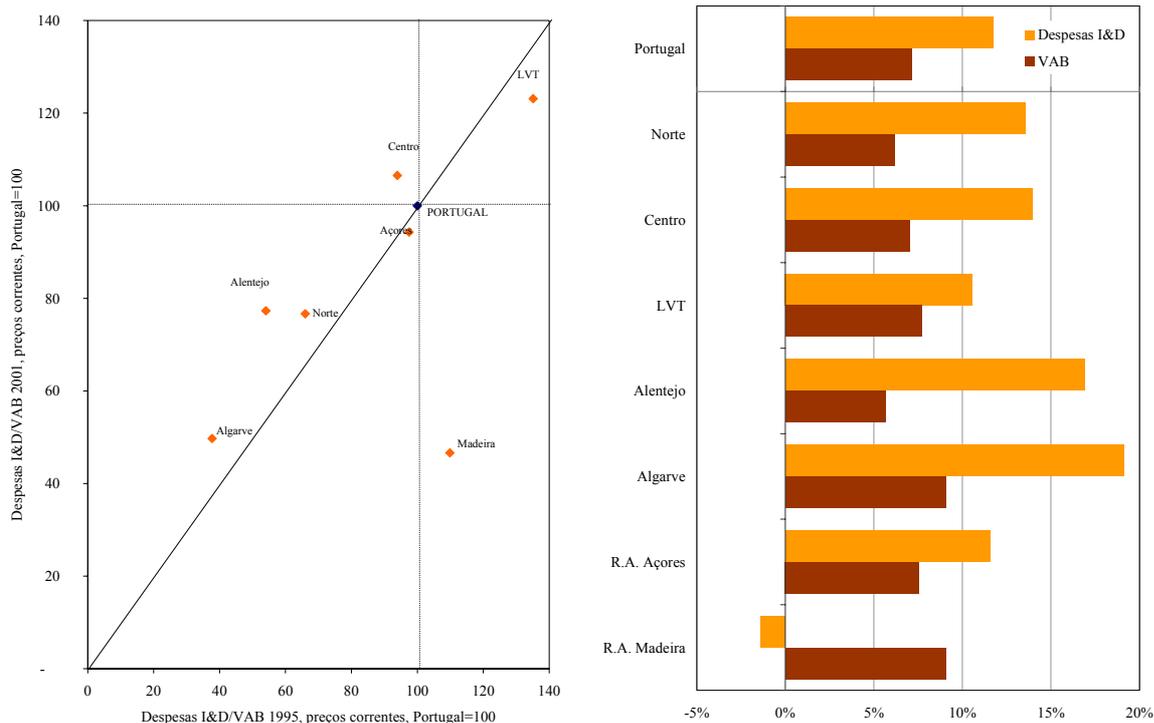
A aposta crescente do Governo Regional na promoção e desenvolvimento de uma Região onde sejam mais valorizadas as temáticas ligadas à ciência, tecnologia e sociedade da informação fica patente na própria formalização destas prioridades, quer através da criação, em 2000, da Direcção Regional da Ciência e da Tecnologia (DRCT), quer através da clara orientação de alguns programas públicos para a promoção e coordenação destas questões.

Um destes objectivos estruturantes fixados pelo Governo Regional foi a ligação intercontinental dos Açores por cabo submarino em fibra óptica. Em 1999 foi lançado, com a participação da Marconi, filial da Portugal Telecom, o cabo submarino de fibras ópticas Columbus III, entre a América do Norte, os Açores e a Europa, o que permitiu ultrapassar a debilidade estrutural das comunicações desta Região com o exterior (em termos de capacidade de oferta de terminais de comunicação e de melhoria da qualidade das telecomunicações), até então assentes unicamente em ligações via satélite. Este investimento, co-financiado pela iniciativa comunitária Regis II, constitui uma das explicações para a superioridade da taxa média de variação anual das despesas em I&D dos Açores face à do VAB, no período 1995-2001, ainda que a evolução do peso destas despesas no VAB da região não tenha ultrapassado a média nacional (Figura 2.3.43). Para além do aumento destas despesas que se pode justificar através dos investimentos de carácter público realizados pelo Estado, também aqui se incorporam despesas realizadas pelas IPSFL (Instituições Privadas sem Fins Lucrativos) e pelas Instituições de Ensino Superior que, de certa forma, encontram suporte em algumas das iniciativas que têm vindo a ser implementadas pelo Governo Regional, de que se podem destacar, nomeadamente, o Projecto "Internet na Escola", que visava dotar as escolas do 1º ciclo da Região Autónoma dos Açores de ligações à Internet (as escolas do 2º e do 3º ciclos

já dispunham dessa ligação), o Projecto "Jovens do séc. XXI", que se iniciou em 1997 e que visava a divulgação das TIC, a sensibilização dos alunos e a difusão de computadores e da Internet pelas escolas, sobretudo, enquanto instrumentos privilegiados de aprendizagem, e o Projecto "Rede Sociedade da Informação - Açores", orientado para a criação de uma rede de centros informáticos intra-regionais com o objectivo de divulgar as tecnologias da informação.

Ainda no capítulo do lançamento de investimentos estruturantes na área das TIC e com o objectivo de dinamizar a criação de uma rede de informação e serviços, capaz de preparar a Região Autónoma dos Açores para a transição para uma economia e sociedade baseadas no conhecimento¹⁷, foi lançado o projecto "Açores - Região Digital", numa parceria da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores com a PT Comunicações, S.A.. A candidatura apresentada ao abrigo do Programa Operacional para a Sociedade da Informação (POSI), em Maio de 2001, ascendia a um investimento de 13 milhões de euros, com prazo de realização previsto de 6 anos e tinha como principais objectivos o reforço da competitividade económica e da modernização administrativa, facilitando a criação e o desenvolvimento de projectos na Região através do recurso às tecnologias de informação e comunicação.

FIGURA 2.3.43 – DESPESAS EM I&D NAS ENTIDADES DE SUPORTE EM % DO VAB NOS ANOS 90
(A) PESO DAS DESPESAS DE I&D NO VAB **(B) TAXA MÉDIA DE VARIAÇÃO ANUAL (%) DAS DESPESAS DE I&D E DO VAB (1995-2001), PREÇOS CORRENTES**



Nota: As entidades de suporte envolvidas são: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL).
 Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCED/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Censos

¹⁷ Prioridade reconhecida no contexto do Eixo Prioritário 3 do PRODESA, com o objectivo de “promover a dinamização do desenvolvimento sustentável” e, mais especificamente, da medida 3.3, orientada para “o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da Sociedade da Informação”.

3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE

Trabalhada a temática da competitividade, passa-se, neste ponto, à abordagem específica, relativamente extensiva e compreensiva, das questões da coesão económica social e dos avanços registados em matéria de equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial de apresentação, uma vez mais, de resultados, trajectórias/processos e condições de coesão da região dos Açores, projectando, sempre que possível, o seu posicionamento, neste domínio, no espaço europeu e nacional onde se integra e, numa perspectiva intra-regional, o nível registado, em diversas áreas temáticas relevantes, de heterogeneidade ou homogeneidade entre as diferentes sub-regiões que a compõem.

Neste quadro, começa-se então por avaliar os principais resultados do modelo de desenvolvimento português em matéria de coesão económica e social entre a Região Autónoma das Açores e as restantes regiões NUTS II nacionais e entre as diferentes sub-regiões que a integram.

O tratamento dos aspectos mais económicos da coesão como a distribuição nacional do rendimento bruto colectável, a maior ou menor capacidade regional de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado e a ventilação das disparidades regionais ao nível das produtividades sectoriais dá início a este subponto 3.1 do presente relatório regional. Seguem-se os principais resultados em matéria de coesão e justiça social, passando-se em revista algumas questões fundamentais em matéria de saúde pública, educação, acção social e redistribuição.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização do modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de análise desta interacção.

Analisam-se, por fim, as condições/determinantes da coesão económica e social regional em termos da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Saúde;
- Educação;
- Cultura e Lazer;
- Acção Social;
- Redes Viárias;
- Ambiente.

3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO

Na relação que se estabelece entre a evolução regional em termos de coesão económica e social e a correspondente verificação de progressos, seja em termos de desempenho económico, seja da melhoria das condições de vida, os principais resultados da coesão orientam-se em torno dos indicadores passíveis de traduzir a evolução regional no domínio da sua performance económica e, em paralelo, nos domínios mais directamente relacionados com as condições sociais e as assimetrias na sua distribuição e usufruto.

No capítulo da coesão económica, a Região manifesta carências significativas ao nível da sua capacidade de geração de riqueza e que, apesar de ligeiramente esbatidas pela relativa coesão interna existente na distribuição desse baixo nível de rendimento gerado, são também supridas pelo efeito dos instrumentos sociais de redistribuição enquanto mecanismos correctivos geradores de riqueza adicional - sobretudo, pelo papel determinante que as transferências do Orçamento de Estado e dos Fundos Estruturais têm assumido no aumento do grau de coesão económica da Região face ao contexto nacional.

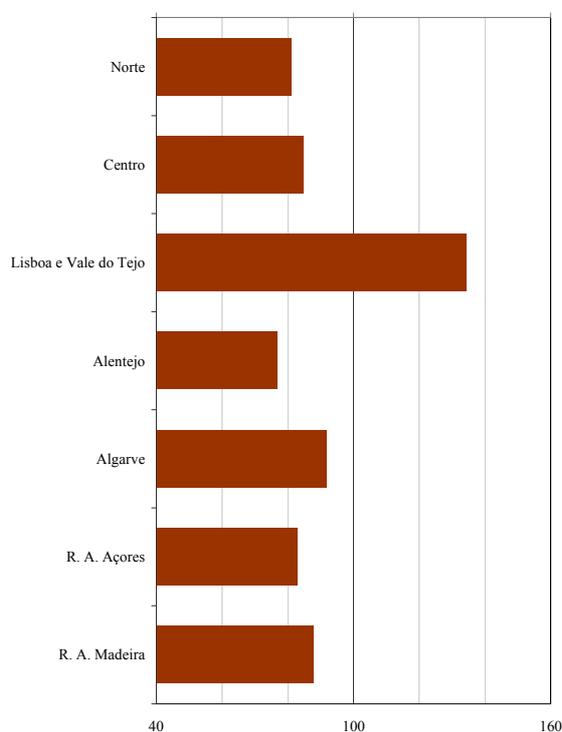
No capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional traduz-se pela existência de um padrão de qualidade de vida (nível de esperança média de vida) e de qualificação do seu capital humano inferiores à média nacional. As disparidades internas nos níveis médios de qualificação da população são também significativas, principalmente na dicotomia entre o perfil dos pólos urbanos - maior qualificação média da população, menor nível de analfabetismo e maior capacidade de actuação sobre a redução dos fenómenos de analfabetismo - e o perfil das zonas mais rurais - menor qualificação média da população, maior nível de analfabetismo e menor capacidade de actuação sobre a redução dos fenómenos de analfabetismo.

Numa outra perspectiva de análise do grau de coesão social existente nos Açores, é também de salientar que algumas das características do modelo típico de organização familiar e social açoriano - por um lado, condicionado pela existência de baixos níveis médios de rendimento e de manifestas situações de pobreza e, por outro lado, orientado pela sua forte componente rural, pela baixa taxa de actividade feminina e pelos métodos de composição alargada das famílias - se repercutem na posição perante o trabalho assumida por alguns dos elementos que compõem os agregados familiares (uma parte muito significativa da população subsiste, fundamentalmente, através do suporte financeiro familiar) e na estrutura de rendimentos e de meios de subsistência existente na Região (o rendimento do trabalho ocupa uma posição menos significativa do que a nível nacional enquanto principal meio de subsistência da população açoriana e o rendimento mínimo garantido adopta maior relevância).

O posicionamento da Região Autónoma dos Açores no referencial de equidade económica encontra-se associado à existência de assimetrias na capacidade de geração de riqueza e na distribuição do rendimento que, com base nos indicadores rendimento médio e dispersão do rendimento familiar, podem considerar-se mais positivos do ponto de vista da homogeneidade na dispersão do rendimento familiar do que na capacidade regional de gerar rendimento e riqueza.

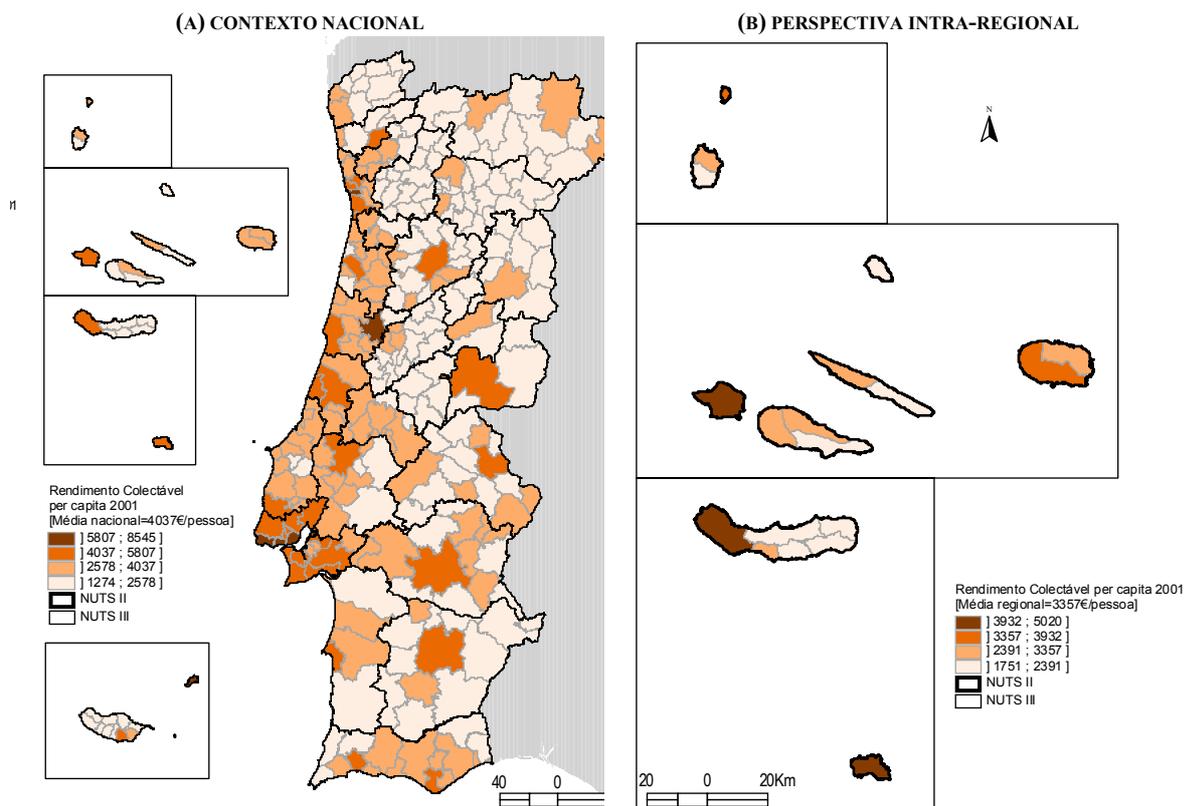
A inferioridade que os níveis médios de rendimento colectável dos Açores assumem no referencial nacional (correspondem a 83,1% do valor nacional - Figura 3.1.1), mais do que traduzir uma disparidade expressiva na sua capacidade de gerar rendimento, inserem-se, sobretudo, num fenómeno de disparidade conjunta de todas as regiões NUTS II portuguesas em relação à região de Lisboa e Vale do Tejo.

**FIGURA 3.1.1 – RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

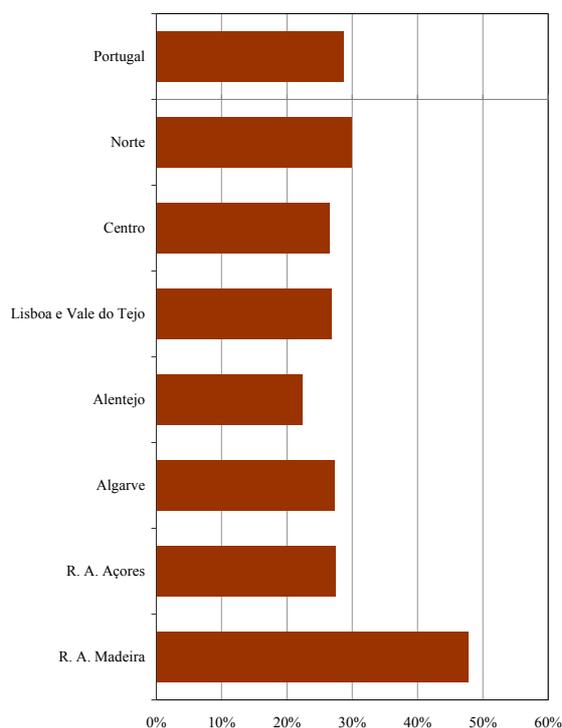
O rendimento colectável nacional atingia, em 2001, o valor médio de 4.037 euros *per capita*, patamar que se reduzia, nos Açores, para 3.357 euros *per capita*. Esta inferioridade do nível médio de rendimento da população residente nos Açores traduz-se, por um lado, num posicionamento relativo à escala nacional em que nenhum dos concelhos da Região atinge o patamar superior de rendimento (mapa A da Figura 3.1.2) e, por outro lado, na existência de assimetrias internas que fazem salientar o nível mais elevado de rendimento existente no concelho de Ponta Delgada e nas ilhas do Faial e Santa Maria (mapa B da Figura 3.1.2). Percebe-se, também, que as ilhas do Pico e São Jorge se posicionam num patamar de rendimento que supera o da ilha Terceira, embora sejam mais expressivas as disparidades concelhias de rendimento na ilha de São Miguel, onde a posição de destacada superioridade do nível de rendimento médio do concelho de Ponta Delgada contrasta nitidamente com a inferioridade dos níveis de rendimento em todos os restantes concelhos.

FIGURA 3.1.2 – RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nos dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Em termos de coesão económica interessa, para além da comparação do nível médio de rendimento açoriano com o nível nacional, estabelecer uma análise que permita detectar em que medida as assimetrias internas na distribuição do rendimento são mais ou menos significativas do que as existentes a nível nacional. Neste aspecto, a região dos Açores, apesar de apresentar níveis médios de rendimento que se podem considerar relativamente baixos, apresenta níveis significativos de coesão interna na distribuição desse rendimento (Figura 3.1.3). Com um indicador de dispersão concelhia do rendimento familiar (normalizado pelo rendimento médio, para não ser influenciado pela superioridade ou inferioridade do nível de rendimento médio regional) que se insere no padrão nacional de coesão na distribuição do rendimento, em termos rigorosos pode afirmar-se que nos Açores existe um nível de assimetria na distribuição do rendimento entre a população residente que supera de forma muito ligeira a existente, em média, a nível nacional (o indicador de dispersão concelhia do rendimento familiar nos Açores, de 27,5%, é inferior à média nacional de 28,8%).

**FIGURA 3.1.3 – DISPERSÃO CONCELHIA DO RENDIMENTO COLECTÁVEL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO DO CONTEXTO NACIONAL (2001)**



Nota: Dispersão concelhia do rendimento colectável *per capita* = Coeficiente de variação (desvio padrão/média) para cada uma das regiões, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nos dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

O baixo nível médio de vida existente nos Açores, traduzido na existência de baixos níveis de PIB *per capita* (por excelência, o indicador de medição do nível médio de vida) é compensado, no entanto, por uma capacidade de redução das correspondentes fragilidades económicas e sociais, que se traduz numa maior capacidade relativa do que a nacional de gerar riqueza adicional. Com valores de PIB *per capita* que, em 2001, correspondiam a cerca de 78,8% do valor médio nacional, a existência de níveis de rendimento colectável nos Açores que se mostram mais convergentes com a média nacional (83,1%) traduz uma capacidade significativa de gerar rendimento para além da riqueza produzida (Figura 3.1.4).

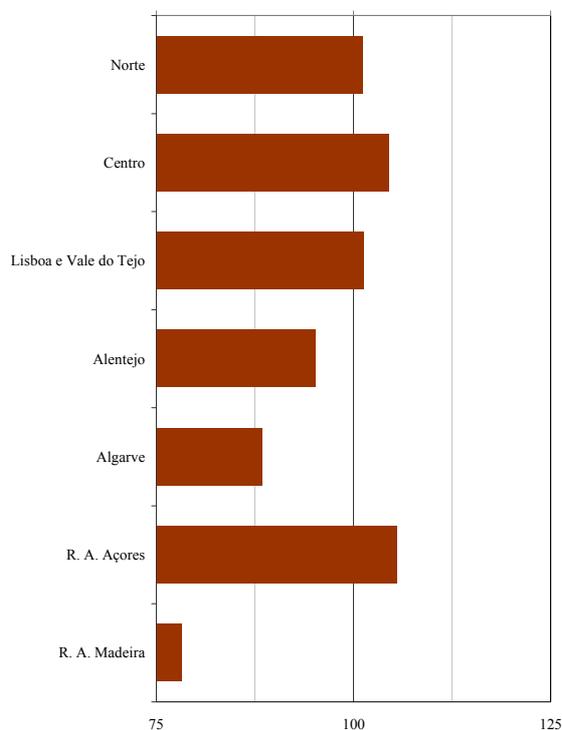
A existência de níveis de rendimento colectável *per capita* superiores ao PIB *per capita* revela uma capacidade de redução das assimetrias regionais na distribuição do rendimento que, alicerçada em mecanismos sociais de redistribuição, produz resultados significativos em termos do aumento do nível de coesão social açoriano. Ainda assim, apesar de se atingirem na Região níveis de rendimento colectável superiores aos que, efectivamente, correspondem à riqueza criada na Região - o que é particularmente positivo do ponto de vista da eficácia na actuação sobre as assimetrias na distribuição do rendimento em Portugal - , convém ressaltar o facto deste rendimento colectável se manter, ainda, a níveis inferiores à média nacional.

As transferências provenientes do exterior, nomeadamente as provenientes do Orçamento de Estado e as provenientes dos Fundos Estruturais, têm contribuído de forma significativa para o aumento do grau de coesão social dos Açores, não só numa perspectiva interna à própria Região mas, também, numa perspectiva de posicionamento relativo no contexto português. Na sequência da aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (Lei nº 13/1998, de 24 de Fevereiro), onde ficou consagrada a autonomia financeira dos Açores (passando a dispor de autonomia sobre as receitas fiscais cobradas ou geradas na Região e sobre outras receitas que lhe sejam atribuídas), para além do aumento substancial das transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento Regional induzido pelo princípio de solidariedade nacional subjacente a esta Lei, o apoio de 550 milhões de euros concedido com o objectivo de amortizar a dívida pública regional permitiu libertar fundos significativos para o desenvolvimento dos Açores.

Também o papel dos Fundos Estruturais tem constituído, para os Açores, uma fonte importante de recursos, nomeadamente, pela sua inclusão nas regiões prioritárias de objectivo nº 1 que, apesar de ter sofrido alguns ajustamentos ao longo dos períodos de programação, visa, sobretudo, contribuir para a promoção do processo de ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas da União Europeia. Para além dos programas específicos de âmbito sectorial e regional definidos em Portugal ao abrigo dos anteriores (e do actual) QCA, no caso específico dos Açores são de salientar os ajustamentos feitos em 1998, durante a vigência do período de programação 1994-1999 e, naturalmente, com o objectivo de preparar o período de programação 2000-2006, no sentido do reforço da dotação orçamental dos Açores dirigida ao domínio agrícola e de desenvolvimento rural (10 milhões de euros), para além de lhe ter sido atribuído um montante adicional de 16,38 milhões de euros para co-financiar o esforço de reconstrução de aldeias rurais destruídas pelo sismo de Julho de 1998. É, ainda, de salientar o reforço de 15 milhões de euros da Iniciativa Comunitária Regis especificamente dirigida à facilitação da integração das regiões ultraperiféricas dos Açores e Madeira (e que, no período de programação 2000-2006, veio a ser substituído pelo Programa de Iniciativa Comunitária Interreg III-B).

Ainda no que diz respeito ao papel dos Fundos Estruturais, é de salientar que, ao abrigo das reformas da política de coesão já definidas pela Comissão Europeia para o período de programação 2007-2013, cuja dotação orçamental ascende a um total de 336,1 mil milhões de euros, a região Autónoma dos Açores incluir-se-á no conjunto de regiões alvo de intervenções no domínio do objectivo “convergência” (próximo do actual objectivo nº1) destinado a *“acelerar a convergência económica e social das regiões menos desenvolvidas: melhoria das condições de crescimento e de emprego graças ao investimento em recursos materiais e humanos; inovação e sociedade do conhecimento; adaptabilidade às mudanças económicas e sociais; protecção do ambiente; eficácia administrativa”*. A inclusão dos Açores nas regiões do objectivo “convergência” justifica-se pelos próprios critérios de elegibilidade definidos - regiões cujo produto interno bruto por habitante (PIB/habitante), calculado a partir dos dados disponíveis dos últimos três anos antes da adopção do regulamento, não atinge 75% da média da UE alargada - , ao que acresce o facto de, enquanto região ultraperiférica, vir a beneficiar de um financiamento específico do FEDER para a sua integração no mercado interno e para ter em conta as suas desvantagens específicas.

**FIGURA 3.1.4 – CAPACIDADE RELATIVA DE RETENÇÃO/ATRACÇÃO DE RENDIMENTO
FACE À CAPACIDADE RELATIVA DE CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO (2001)
(PORTUGAL=100)**



Nota: Este indicador resulta do quociente entre o rendimento colectável *per capita*, em índice (Portugal=100), e o PIB *per capita*, em índice (Portugal=100).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nos dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

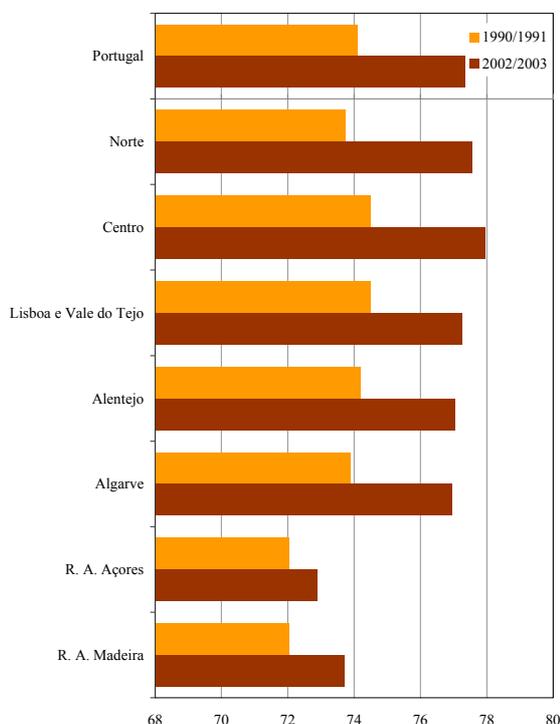
Numa perspectiva de análise do grau de coesão económica mais centrada na capacidade de orientação dos Açores no sentido de uma economia mais competitiva, revela-se particularmente importante o seu posicionamento relativo no referencial de homogeneidade no topo da pirâmide da competitividade territorial e, também, no referencial das disparidades regionais nas produtividades sectoriais.

Orientando a análise dos grandes resultados da coesão para a sua vertente social, os indicadores esperança média de vida (enquanto indicador aproximado de qualidade de vida) e número médio de anos de escolaridade (enquanto indicador aproximado do nível de qualificação do capital humano) evidenciam um posicionamento da região Autónoma dos Açores no contexto nacional que deve ser considerado relativamente débil.

O ganho em esperança média de vida à nascença ao longo da última década foi, nos Açores, muito inferior ao verificado a nível nacional. Esta situação contribuiu para agravar a disparidade que já existia no início da década de 90, altura em que a esperança média de vida nos Açores era inferior à média nacional em cerca de 2 anos, e que passou para mais de 4 anos no período 2002/2003.

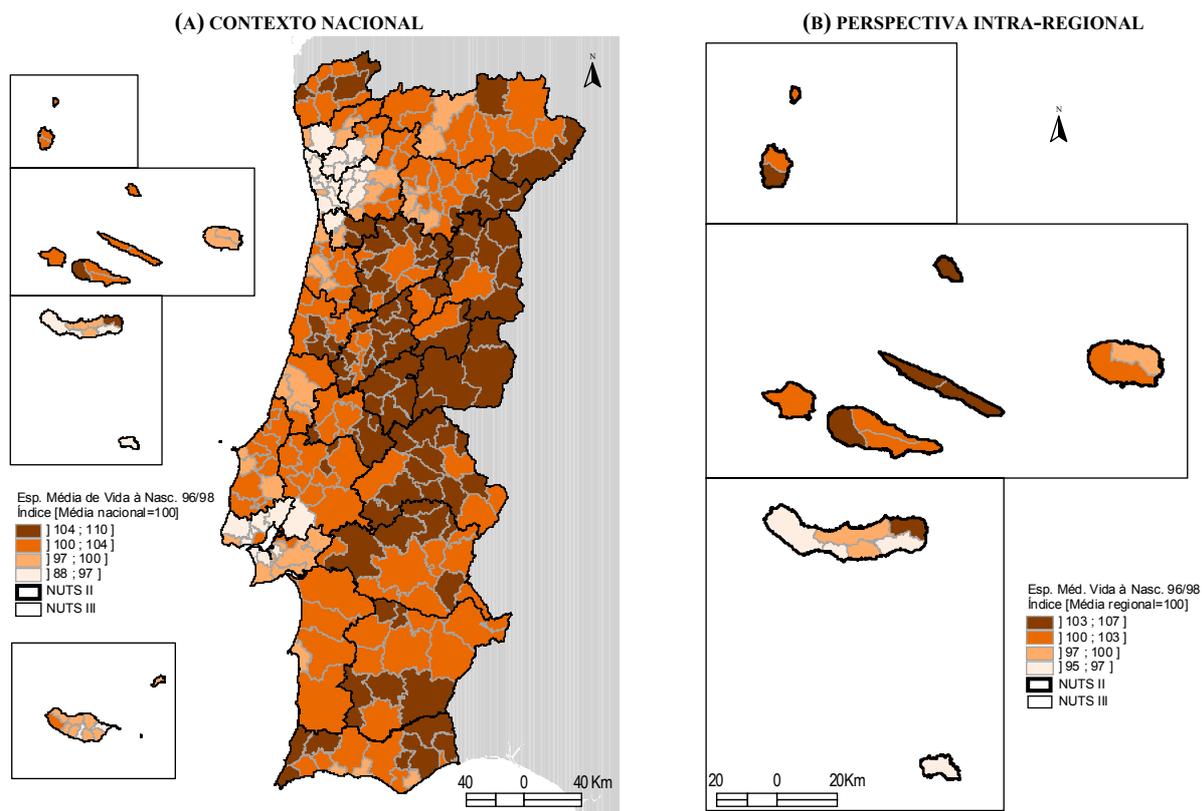
As ilhas de São Miguel, Terceira e Santa Maria apresentam menores níveis de esperança média de vida do que os registados, em média, a nível nacional, sendo a ilha de São Jorge a que, por contrapartida, ocupa a posição mais satisfatória neste indicador (Figura 3.1.6).

**FIGURA 3.1.5 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA, NOS ANOS 90
(EM ANOS)**



Fonte: INE, Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – uma correcção pela estrutura etária

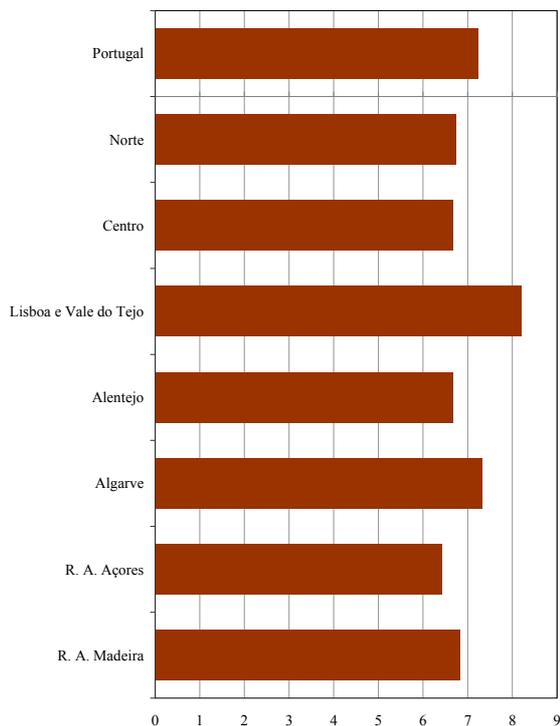
FIGURA 3.1.6 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: PERSPECTIVA CONCELHIA (1996/1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses - uma correcção pela estrutura etária

Em relação ao número médio de anos de escolaridade, a população residente nos Açores detém, em média, menos 1 ano de escolaridade do que o conjunto da população residente no espaço nacional (Figura 3.1.7). Esta diferença não é muito expressiva, embora deva ter-se presente que abrange algumas das já referidas disparidades, essas sim verdadeiramente mais significativas e com impactos ao nível do grau de desenvolvimento económico e social, nomeadamente em termos das taxas de abandono escolar e da população residente com ensino superior.

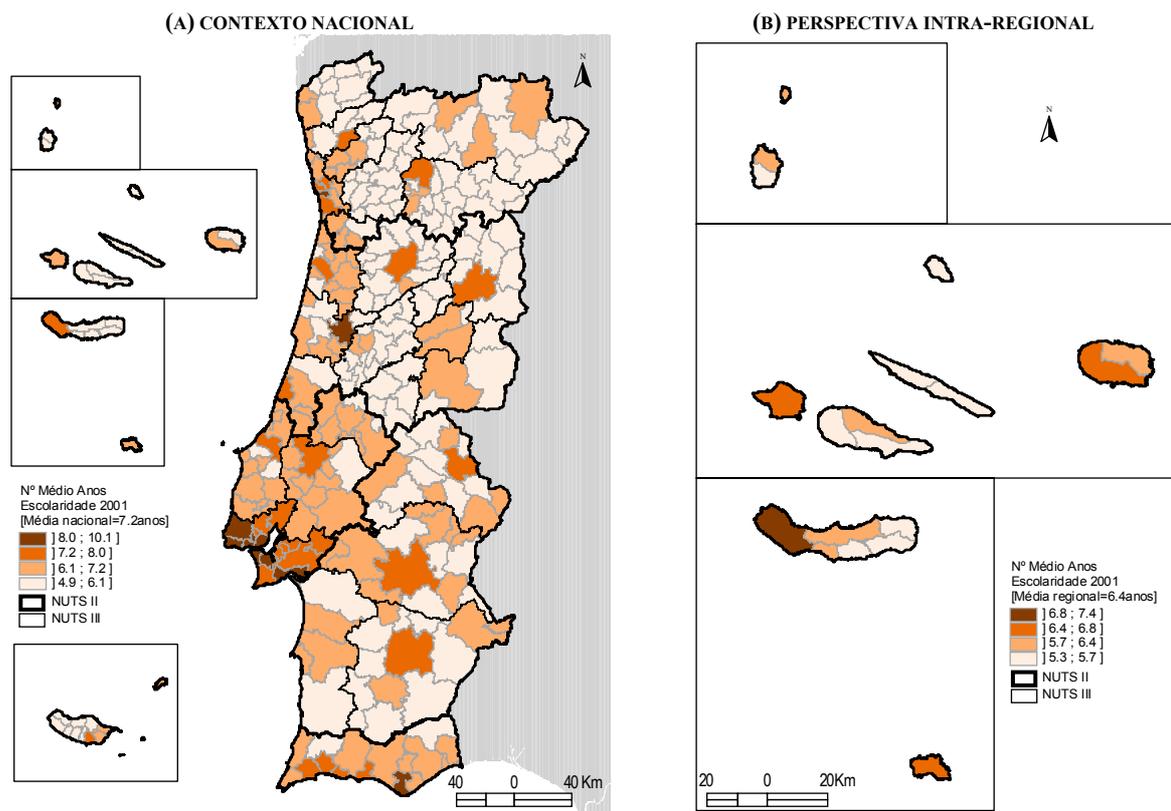
**FIGURA 3.1.7 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Como seria de esperar, nos concelhos onde se localizam os principais pólos urbanos da Região Autónoma dos Açores, a população residente é detentora de um maior número médio de anos de escolaridade (Figura 3.1.8 - B). Ponta Delgada é o caso mais expressivo, cujo número médio de anos de escolaridade (7,4) ultrapassava, em 2001, a média nacional (7,2), seguindo-se os concelhos da Horta na ilha do Faial, Angra do Heroísmo na ilha Terceira e Vila do Porto na ilha Santa Maria. Note-se que estas diferenças regionais se tornam menos expressivas quando se posiciona a situação destes concelhos no contexto do referencial nacional, uma vez que nem mesmo o concelho de Ponta Delgada atinge o escalão superior de escolaridade (Figura 3.1.8 - A).

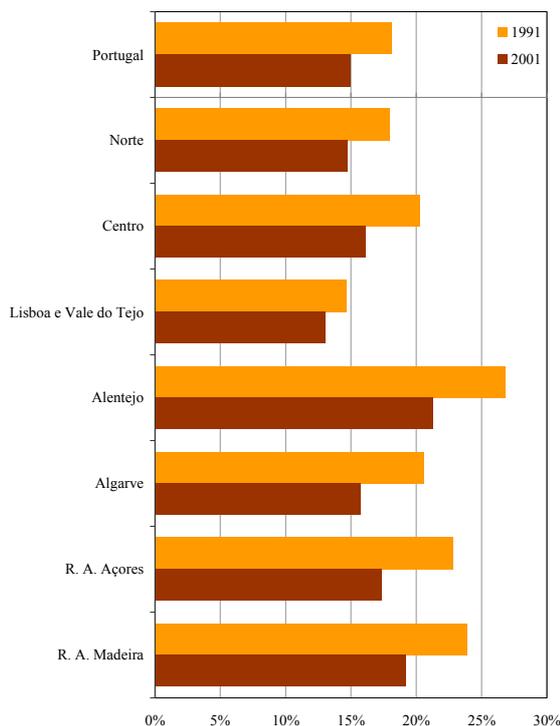
FIGURA 3.1.8 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A eficácia da actuação do Governo Regional dos Açores no combate ao analfabetismo constitui um facto a salientar. A evolução registada ao longo da década de 90 permite constatar que, apesar de em 2001 a região dos Açores continuar a ser uma das regiões portuguesas em que o peso da população analfabeta na população residente é mais significativo, reduziu-se substancialmente a disparidade relativa face ao valor médio nacional (Figura 3.1.9). Em 1991, a população analfabeta representava 22,8% da população residente nos Açores e ficava-se pelos 18,1% a nível nacional, e em 2001, os valores eram de 17,4% nos Açores e 14,9% a nível nacional, o que traduz uma redução da disparidade relativa do nível de analfabetismo da Região em relação ao espaço nacional de 4,7 pontos percentuais para apenas 2,4 pontos percentuais.

**FIGURA 3.1.9 – TAXA DE ANALFABETISMO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**

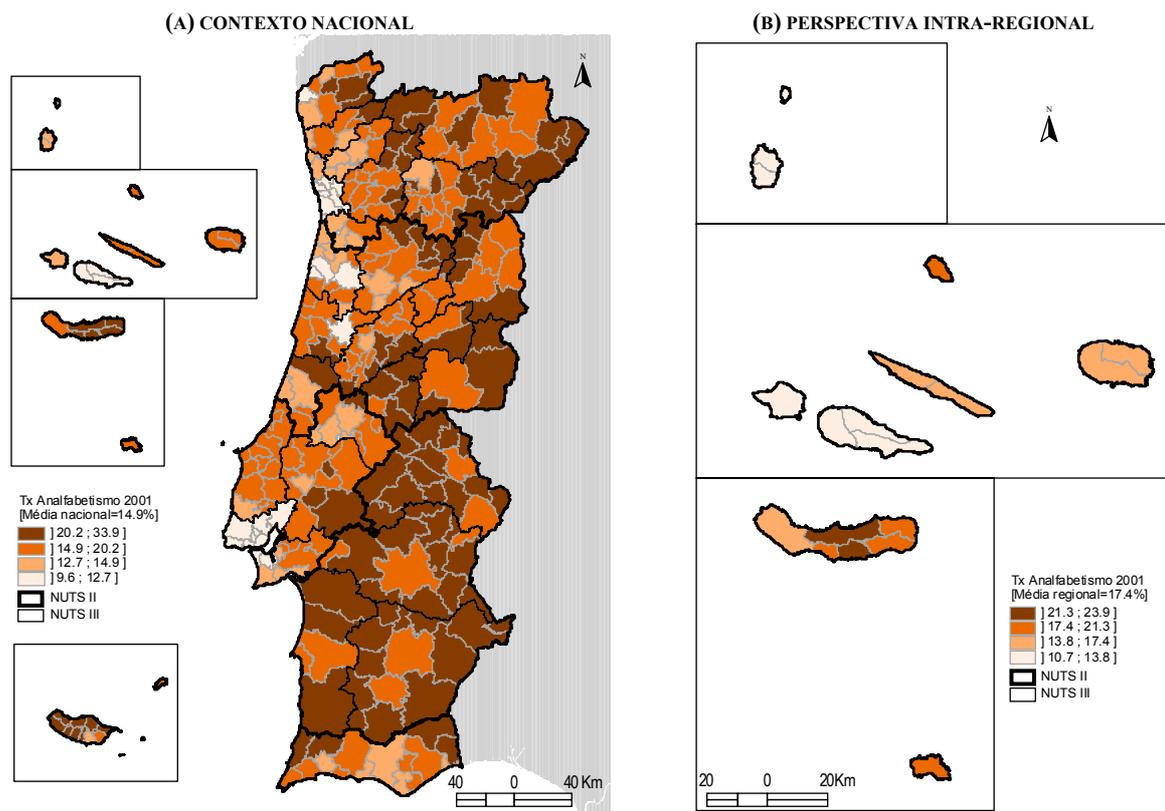


Fonte: INE, Censos

A disparidade intra-regional das taxas de analfabetismo em 2001 evidencia, no entanto, a existência de desequilíbrios significativos em termos concelhios, não só na perspectiva de análise interna à Região Autónoma dos Açores mas, principalmente, no contexto da sua inserção no conjunto do espaço nacional.

Enquanto que a perspectiva interna à região dos Açores evidencia a existência de concelhos com taxas de analfabetismo superiores a 21% da população residente, principalmente Ribeira Grande e Lagoa, na ilha de S. Miguel (Figura 3.1.10 - B), quando se comparam as taxas de analfabetismo concelhias dos Açores com os níveis médios nacionais verifica-se que existe um número mais significativo de concelhos que se inserem nos patamares superiores de analfabetismo (Figura 3.1.10 - A), nomeadamente todos os concelhos das ilhas de S. Miguel, São Jorge, Terceira, Graciosa e Santa Maria.

FIGURA 3.1.10 – TAXA DE ANALFABETISMO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

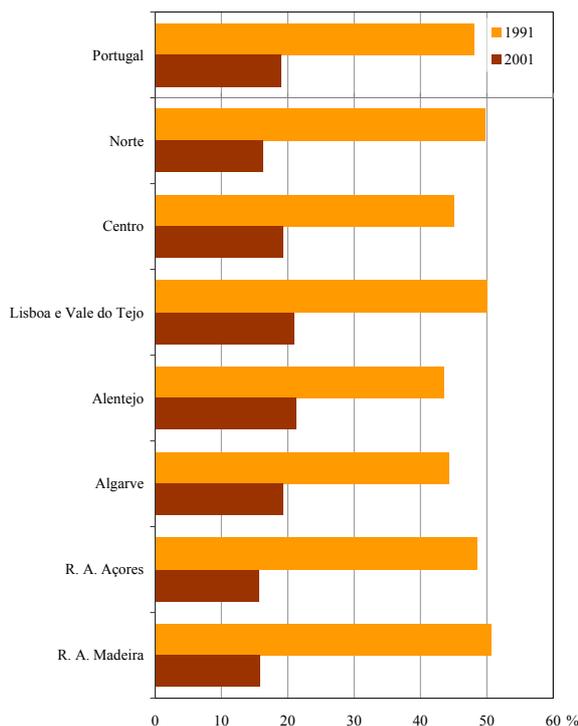
Numa perspectiva de análise complementar da região dos Açores em termos de coesão social, destaca-se a sua capacidade notória de inserção dos idosos em núcleos familiares mais alargados (Figura 3.1.11). O facto de, em termos relativos, o peso de idosos que vivem isolados no total de idosos residentes na Região ser inferior ao existente, em média, a nível nacional, traduz o resultado, por um lado, de uma situação de menor nível de envelhecimento relativo na Região e, por outro lado, da existência de hábitos de composição de agregados familiares que ultrapassam o núcleo restrito familiar e se alargam a várias gerações de uma mesma família, o que, cada vez mais, constitui uma situação contrária ao modelo de vida típico dos grandes centros urbanos do espaço continental¹⁸.

Exactamente porque é uma Região onde predominam, ainda, hábitos e modos de vida tipicamente rurais, em que as famílias tendem a organizar-se em núcleos familiares agregadores de várias gerações de uma mesma família, facilmente se explica que seja mais reduzido do que a nível nacional o peso do número de idosos que vivem isolados.

¹⁸ Embora, em rigor, esta afirmação deva ser clarificada, em função da articulação que se estabelece entre os conceitos de família clássica (baseada na relação de parentesco) e família institucional (baseado na partilha de alojamento). A restrição da constituição de famílias clássicas a um único núcleo familiar é um facto nos grandes centros urbanos e traduz-se na tendencial diminuição dos agregados familiares alargados a várias gerações (avós, pais e filhos, por exemplo). No entanto, verifica-se o aumento da ocorrência de uma outra situação, em que se constituem famílias institucionais agrupadas segundo critérios que não o parentesco, mas sim o da convivência e comunhão de alojamento.

Por outro lado, é de referir o aumento significativo que se tem registado em Portugal (e que, embora certamente em menor escala, também se tem vindo a estender aos Açores, sobretudo nos principais centros urbanos, como Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) do número de pessoas idosas a viver em famílias institucionais, especialmente em convívências de apoio social e de saúde, que constituem, tendencialmente, uma das soluções encontradas por parte das famílias cujo modo de vida (horários de trabalho, principalmente) não é compatível com a sua permanência no respectivo núcleo familiar.

**FIGURA 3.1.11 – IDOSOS ISOLADOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Idosos Isolados = % de idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Esta constitui, nomeadamente, uma das orientações da política pública regional, ao incluir, nas suas Orientações de Médio Prazo para o período 2005-2008, preocupações de melhoria da coesão social, “...que apontam para a dignificação da sociedade como um todo, promovendo a inclusão social através de um maior incremento e selectividade rigorosas nas parcerias a estabelecer com as instituições de solidariedade social, por forma a garantir uma maior qualidade no acesso à cidadania plena dos que evidenciam maiores dificuldades de inserção social.”.

Esta diminuição significativa do peso das pessoas idosas que vivem sós no total da população residente com mais de 65 anos deve ser, no entanto, enquadrada no contexto demográfico da Região Autónoma dos Açores e, em última análise, no contexto demográfico português. De facto, ainda que tenha diminuído consideravelmente a percentagem de idosos que vivem isolados no total de idosos residentes em Portugal, quando medido em termos absolutos, verifica-se que o número de idosos que vivem isolados aumentou

35% entre 1991 e 2001¹⁹. O fenómeno de envelhecimento da população portuguesa justifica que, em termos relativos, tenha diminuído a representatividade de pessoas idosas que vivem numa situação de isolamento, mas que, em termos absolutos, esta se tenha acentuado consideravelmente.

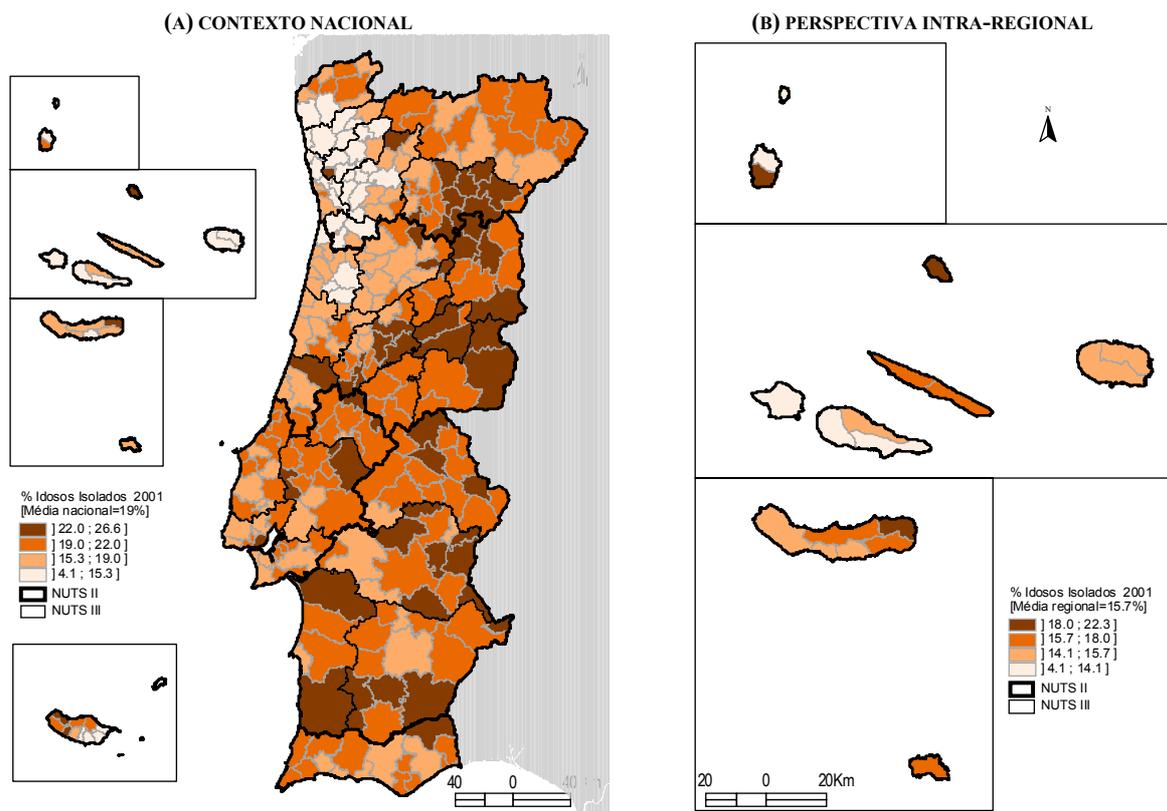
Entre os vários aspectos que contribuem para a acentuada diversidade que caracteriza o arquipélago dos Açores incluem-se, também, a inexistência de um padrão muito claro entre o peso de idosos isolados (Figura 3.1.12) que vivem na Região e o respectivo índice de envelhecimento (Figura 2.3.7). Se se compararem as duas figuras que representam estes dois fenómenos é possível detectar que:

- A ilha do Pico é, simultaneamente, a ilha que apresenta maiores índices de envelhecimento concelhio e a ilha onde a percentagem de idosos isolados é menos significativa, o que se revela particularmente expressivo se se considerar que quase 20% da população residente na ilha tem mais de 65 anos. Esta situação é influenciada, certamente, pelo baixo nível de desenvolvimento existente e pelo facto de predominarem na ilha, ainda, estruturas familiares alargadas e em que é comum que os membros mais idosos da família residam em conjunto com os mais jovens;
- A ilha de São Jorge assume um padrão de envelhecimento intermédio face à média nacional - o índice de envelhecimento de Velas é inferior à média nacional e o de Calheta superior - que, no entanto, se acentua no que diz respeito ao peso que representam os idosos que vivem isolados. Neste caso, a significância do peso da população idosa residente na Região (18%) sobrepõe-se aos próprios modelos de vida existentes, onde já se interiorizaram, certamente, hábitos de organização social menos centrados no conceito de família alargada;
- Alguns dos concelhos que, no contexto açoriano, revelam menores índices de envelhecimento, nomeadamente, Nordeste e Povoação na ilha de São Miguel, são aqueles em que se atingem, simultaneamente, patamares mais elevados de idosos isolados. Ainda que possam ser considerados os concelhos com menor dinamismo da ilha de São Miguel, a sua proximidade à capital da Região influencia, naturalmente, a disseminação de estilos de vida mais citadinos e onde é mais comum a ocorrência de situações de isolamento social.

Deve, desta forma, ser dada atenção especial ao impacto social que estas tendências reflectem. Exactamente porque a diminuição do peso de idosos isolados não se traduz num reforço do grau de coesão social que poderia ser associado à sua inclusão em seios familiares mais alargados mas, antes pelo contrário, deve ser entendido na perspectiva do aumento considerável do número absoluto de pessoas idosas que vivem em situação de manifesta exclusão social, a interiorização destas preocupações na definição das prioridades de política pública regional constitui, pois, um contributo positivo para que se alcance maior nível de eficácia dos seus resultados em termos do aumento da coesão social na região dos Açores.

¹⁹ INE, Censos 1991 e 2001.

FIGURA 3.1.12 – IDOSOS ISOLADOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Idosos Isolados = % de idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Algumas das características mais marcantes do modo típico de organização familiar e social açoriano têm repercussões importantes na sua estrutura de rendimentos e de meios de subsistência. A existência de modos de vida fortemente suportados por uma organização social do tipo familiar, em que predomina a formação de agregados familiares mais alargados e com maior número médio de elementos do que a noção tipicamente citadina de família (normalmente aplicada, em sentido estrito, ao agregado familiar composto por pai, mãe e filhos) provoca alterações significativas, por um lado, na posição perante o trabalho assumida por alguns desses elementos e, por outro lado, nos níveis médios de rendimento e principais meios de subsistência da população residente nos Açores.

Estes factos, que se podem comprovar, não só, através de dados referentes à estrutura e composição média das famílias institucionais nos Açores, como também de dados referentes à discriminação, por género, das taxas de actividade da população residente, constituem uma justificação assente em fenómenos de carácter marcadamente social para o facto de serem tão notórias as diferenças na estrutura de meios de subsistência da população residente nos Açores face à média nacional (Figura 3.1.13), de que se salienta o facto de, em 1991, cerca de 50% da população residente nos Açores subsistir através do suporte financeiro familiar e do rendimento proveniente do trabalho ocupar uma posição notoriamente menos significativa que a nível nacional enquanto principal meio de subsistência. Senão, notem-se as seguintes características:

- 21% das famílias residentes nos Açores são consideradas numerosas²⁰ (compostas por cinco ou mais indivíduos), o que se pode considerar elevado, quer de acordo com o padrão nacional quer de acordo com o europeu (note-se que à própria escala europeia, Portugal é um dos países com maior representatividade das famílias numerosas);
- a dimensão média dos agregados familiares é, nos Açores, de 3,3 indivíduos por agregado familiar, o que constitui (a par com a região Autónoma da Madeira) a mais elevada dimensão média nas regiões portuguesas, que se fica pelos 2,8 indivíduos por agregado familiar²¹ (e muito significativa, mesmo, à escala europeia, de 2,4 indivíduos por agregado familiar);
- a taxa de actividade feminina é significativamente mais baixa que a taxa de actividade masculina (ver caixa seguinte). Segundo dados do Inquérito ao Emprego do INE, referentes a 2001, a taxa de actividade feminina nos Açores é de 29,8%, enquanto que a taxa de actividade masculina é de 54,5%. Este aspecto é particularmente relevante, sobretudo quando relacionado com a elevada dimensão média das famílias, uma vez que a tendência de envelhecimento populacional levanta necessidades que condicionam o modelo organizacional do contexto familiar em que se inserem as pessoas idosas e, em última análise, a própria disponibilidade para o trabalho por parte das mulheres, que asseguram, normalmente, a função de prestação de cuidados informais às pessoas mais idosas do agregado familiar.

Em termos globais, pode dizer-se que o modelo de vida e a estrutura familiar existentes nos Açores seguem o percurso tendencial de desenvolvimento das regiões portuguesas mais desenvolvidas, embora se posicionem, ainda, num estágio anterior. A entrada da Região em estágios de desenvolvimento, não apenas económico, mas também social, mais avançados terá impactos significativos ao nível da redução do peso das famílias numerosas na estrutura social da Região, ao nível da redução da dimensão média dos agregados familiares e ao nível do aumento tendencial da taxa de actividade feminina, não só porque a complexificação da sociedade em que se inserem provocará um incremento das suas expectativas de realização profissional e de inserção no mercado de trabalho, mas também porque se intensificará a provisão (gerada pela necessidade) de equipamentos de carácter social (lares de idosos, nomeadamente) especificamente vocacionados para a prestação de assistência às pessoas idosas, libertando uma parcela substancial de mulheres para a actividade profissional.

Esta tendência de aproximação ao padrão nacional fica patente na própria homogeneização da estrutura de principais meios de subsistência da população residente nos Açores, face à nacional. Ainda que fosse mais notória em 1991 do que em 2001 a existência de disparidades acentuadas nestas estruturas, é possível constatar a existência, em 2001, de algumas diferenças estruturais que se podem justificar da seguinte forma:

- as diferenças mais significativas encontram-se ao nível da menor representatividade dos rendimentos provenientes do trabalho como principal meio de subsistência nos Açores (38,6%, contra os 44,3% a nível nacional) e, por contrapartida, ao nível da maior representatividade da população que vive “a cargo da família” (41,1%, contra os 32,5% a nível nacional). Conforme já referido anteriormente, a maior dimensão média das famílias permite justificar, em 2001, quer o

²⁰ INE, Censos 2001.

²¹ INE, Censos 2001.

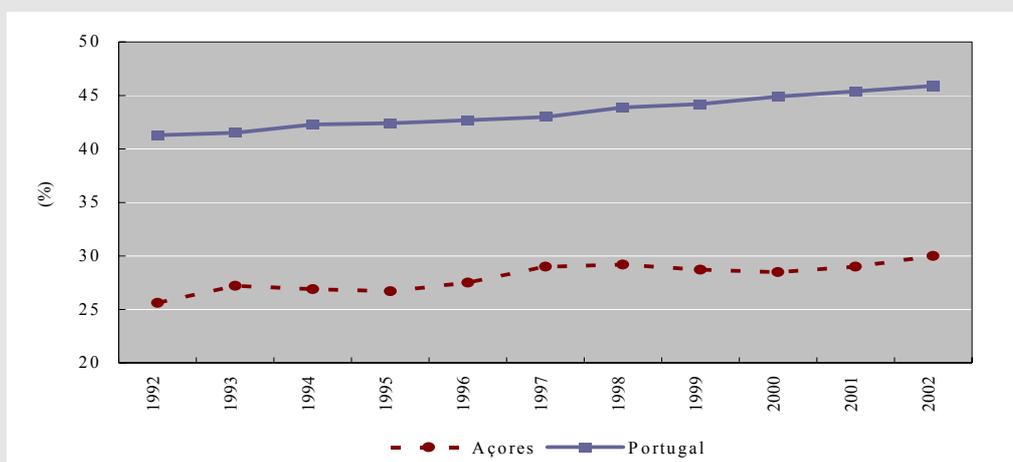
facto de existir uma parcela significativa de população que vive “a cargo da família” quer o facto de ser menos significativa a população que não depende directamente dos rendimentos do trabalho (apenas indirectamente);

- o subsídio de desemprego representava, em 2001, o principal meio de subsistência de 0,7% da população açoriana quando, a nível nacional, se constituía como o principal meio de subsistência de 2,1% da população residente. A menor representatividade desta forma de subsistência nos Açores deve-se, em parte, à menor taxa de actividade existente, principalmente feminina;
- o rendimento mínimo garantido (instituído em 1997 e substituído, em 2003, pelo Rendimento Social de Inserção) representava uma forma de subsistência mais significativa nos Açores (1% da população residente) do que em termos nacionais (0,5% da população residente), o que, certamente, se deve ao mais baixo nível relativo de desenvolvimento económico da Região e à consequente maior representatividade de pessoas e agregados familiares que vivem em situação de grave carência económica²².

CAIXA 3.1-1 – BAIXA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

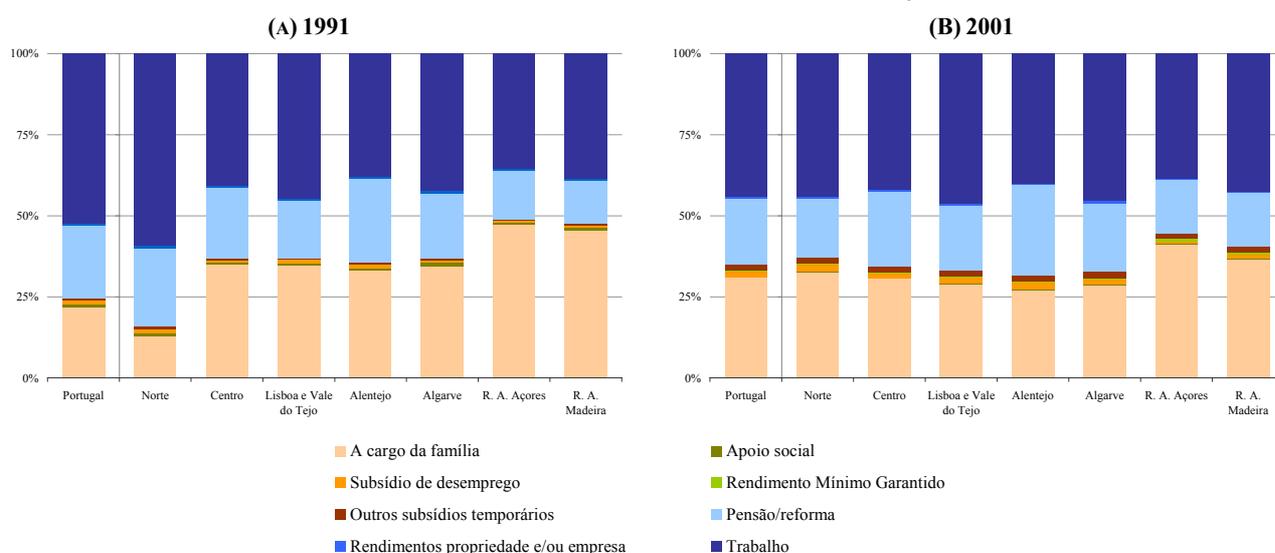
A baixa taxa de participação feminina no mercado de trabalho ainda afecta uma grande parte da região Autónoma dos Açores, embora a situação seja ligeiramente diferente de ilha para ilha. A resolução deste problema é de crucial importância para o crescimento e desenvolvimento da Região. De facto, os únicos sectores com capacidade de absorção em número significativo de emprego feminino foram os ligados à actividade do Estado, após a implementação do processo autonómico, com destaque para a educação e a saúde. Não se perspectiva, no entanto, que estes sectores continuem a crescer de forma significativa nos próximos anos. Assim sendo, resta, talvez, acreditar que o turismo possa contribuir para um maior emprego da mão-de-obra feminina nos próximos anos sob pena destes recursos humanos ficarem desempregados ou, eventualmente, abandonarem a região.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO PESO DO TRABALHO FEMININO NO MERCADO DE TRABALHO



²² Considera-se que existe grave carência económica quando o rendimento do indivíduo é inferior a 100% da pensão social, ou o rendimento do agregado familiar é inferior à soma dos seguintes valores: 100% do valor da pensão social, por cada adulto, até dois; 70% do valor da pensão social, por cada adulto, a partir do 3º; 50% do valor da pensão social, por cada menor. O Rendimento Mínimo Garantido é uma das prestações sociais englobadas na Protecção Social do Estado aos seus cidadãos: é uma prestação pecuniária mensal do regime não contributivo, complementada por um conjunto de acções destinadas à progressiva inserção social e profissional dos titulares e dos membros do seu agregado familiar.

FIGURA 3.1.13 – PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE



Nota: O Rendimento Mínimo Garantido não se incluía nos meios de subsistência da população residente em 1991 porque só foi instituído posteriormente, em 1997.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A situação de pobreza atinge, nos Açores, proporções muito expressivas, quer do ponto de vista da carência económica quer do ponto de vista da carência das condições básicas necessárias à manutenção de um padrão de vida dignificante.

Em termos de carência económica, é particularmente significativa a percentagem de famílias que, nos Açores, não atingem o limiar de pobreza (Figura 3.1.14). Embora a situação média existente a nível nacional - 20,2% das famílias possuem níveis de rendimento inferiores a 60% do rendimento mediano nacional - já deva ser considerada preocupante e passível de actuações coordenadas no sentido da redução das situações de pobreza extrema, de que o Rendimento Mínimo Garantido constitui um bom exemplo, a situação de carência económica nos Açores atingia 34,6% das famílias em 2000 e, como tal, traduzia-se em disparidades também consideráveis do ponto de vista das respectivas condições de vida (Figura 3.1.15), que, no entanto, se esbatem em relação ao que podia ser esperado com base na acentuada superioridade das carências económicas sentidas na região. Neste caso, as famílias que vivem em situação de pobreza segundo as condições de vida nos Açores (23,1%) são menos significativas do que a nível nacional (27,6%), o que, de alguma forma, se pode justificar com base no próprio padrão de composição do rendimento familiar, complementado de forma mais significativa com o trabalho agrícola que, ainda que pouco expressivo em termos financeiros, permite libertar montantes mais elevados de rendimento para a satisfação das necessidades familiares em termos de alojamento e transportes.

CAIXA 3.1.2 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE POBREZA

Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)

O IPR tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Apuramento da receita média líquida total, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, como autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie, etc..
- Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total por adulto equivalente, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- A linha de pobreza, segundo recomendações do EUROSTAT, é traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.

O valor do Índice de Pobreza segundo o Rendimento determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

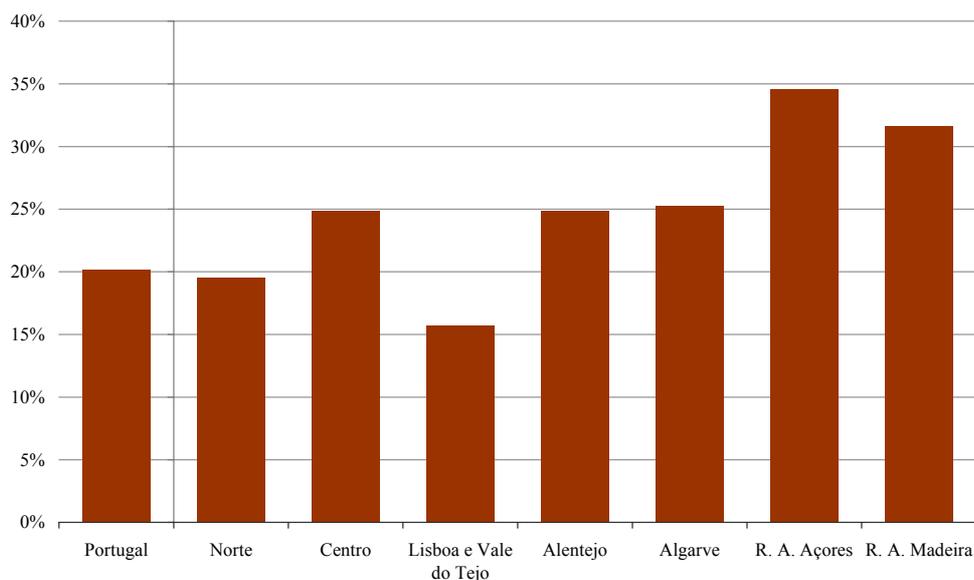
Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

O IPCV incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.
- Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (teste de consenso): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradias ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- Seleção das variáveis com base no critério de frequência (teste de frequência), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total.
- Ponderação das variáveis a incluir no score pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o score afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- O critério adoptado para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

O valor do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

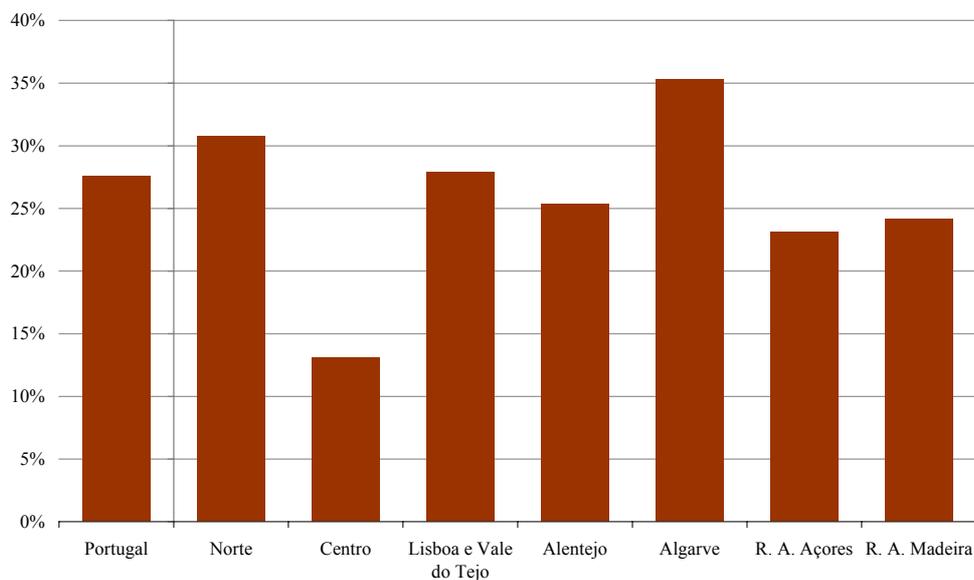
FIGURA 3.1.14 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO O RENDIMENTO (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

FIGURA 3.1.15 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE VIDA (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo as condições de vida = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL

O modelo açoriano de articulação entre as esferas económicas e social confirma a tese de existência de uma relação de grande proximidade entre ambas as realidades. Ainda que a relação que se estabelece entre a taxa de desemprego existente nos Açores e o seu nível de PIB per capita não pareça confirmar esta proximidade, quando relativizada ao contexto europeu, o facto é que a estreita ligação da taxa de desemprego com indicadores ligados à produtividade do trabalho e à taxa de participação no mercado de trabalho (estes sim, pouco satisfatórios nos Açores) permite manter esta conclusão. Confirma-se, aliás, a relação próxima que se estabelece entre a degradação dos indicadores de coesão social e o seu impacto em termos económicos, uma vez que os elevados níveis de desemprego que se atingiram na região dos Açores ao longo da década de 90 foram acompanhados por uma degradação do posicionamento relativo da Região em termos do seu perfil de especialização produtiva.

Neste período, o desemprego nos Açores cresceu acima da média nacional, como resultado das fortes oscilações que caracterizaram a sua evolução. Destaca-se, também, a elevada representatividade do desemprego de longa duração nos Açores e a manifestação de tendências mais enquadradas no perfil nacional de desemprego, como seja o aumento do peso do desemprego feminino no total do desemprego, a existência de uma estrutura de desemprego tendencialmente mais jovem do que o próprio padrão nacional ou a verificação de fenómenos de desemprego de pessoas com habilitações de nível superior. Depreende-se, como tal, alguma incapacidade de introduzir na estrutura empresarial e produtiva especificidades que, simultaneamente, internalizem e orientem construtivamente as características dos recursos humanos existentes na Região, mas que, pelo contrário, parecem revestir-se de alguma rigidez à introdução de métodos de trabalho assentes na introdução de novas competências profissionais.

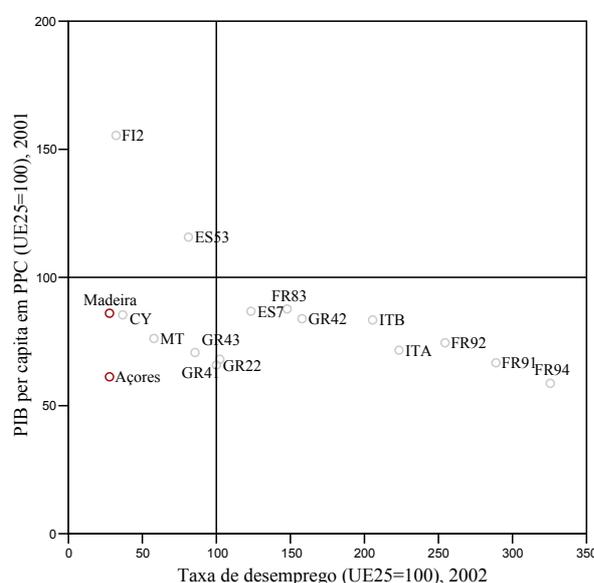
A interligação entre as esferas económica e social dita também que, no caso açoriano, a sua reduzida capacidade de prover um acesso homogéneo à formação escolar acaba por se traduzir em debilidades ao nível da formação das condições de base que garantiriam que a Região enfrentasse com sucesso um processo sustentado de crescimento económico e social, onde o equilíbrio se estabelece entre a existência de melhores condições de vida (fundamentalmente económicas) e a disponibilidade dos equipamentos, dos bens e dos serviços que permitam que a libertação dos meios financeiros subjacente à melhoria dos níveis de rendimento se traduza num processo efectivo de desenvolvimento humano (fundamentalmente social).

A Região Autónoma dos Açores apresenta um PIB *per capita* inferior à média da UE 25, embora possua, também, uma menor taxa de desemprego ou, dito de outra forma, uma maior taxa de emprego da população activa (Figura 3.2.1). Tal sugere, também aqui, que a convergência do nível de PIB *per capita* com a União Europeia não passa pelo aumento da taxa de emprego, mas, acima de tudo, pelo aumento de outros dois indicadores: taxa de participação no mercado de trabalho e produtividade do trabalho.

O peso do desemprego de longa duração na Região excede o valor verificado para Portugal, sendo manifestamente inferior ao nível médio que se atinge na União Europeia (Figura 3.2.2). É de referir, no

entanto, que este indicador parece sofrer grandes oscilações ao longo do tempo, conforme afirma Pereira (2003)²³. Por exemplo, e segundo o mesmo estudo, 50,2% dos desempregados nos Açores em 1998 eram de longa duração (contra 47,7% no País), registando-se em 2000 uma inversão desta tendência, quando os valores nacionais (42,9%) do desemprego de longa duração ultrapassavam os açorianos (41,1%). Por outro lado, o desequilíbrio regional existente na desagregação das taxas de actividade por género encontra correspondência em termos das taxas de desemprego de longa duração, uma vez que, em 2000, 60,3% do desemprego de longa duração nos Açores era masculino, contra 46,7% no País, por contrapartida, já esperada, da taxa de desemprego de longa duração feminina, que nos Açores era de 35,5% e que atingia os 40% a nível nacional.

FIGURA 3.2.1 – PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



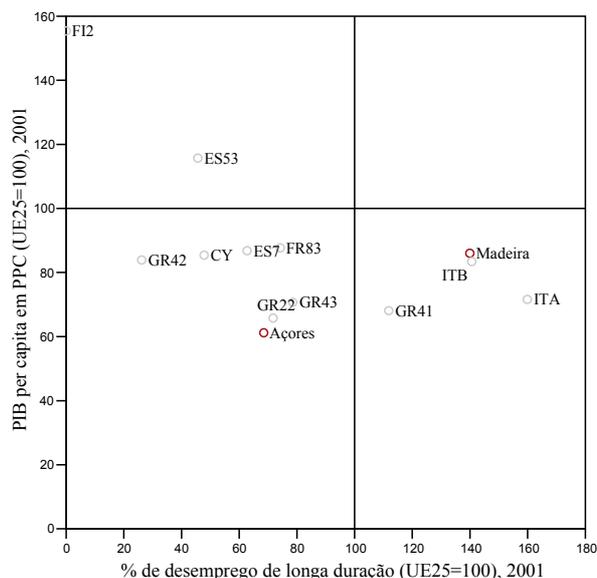
- Legenda
- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Áland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: Taxa de desemprego da UE25 (2002) = 9%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

²³ Pereira, M. (2003) *Uma Caracterização dos Desempregados de Longa Duração na Região Autónoma dos Açores Face à Formação Profissional*, Dissertação de Mestrado em Gestão Pública, Universidade dos Açores.

**FIGURA 3.2.2 – PIB PER CAPITA E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

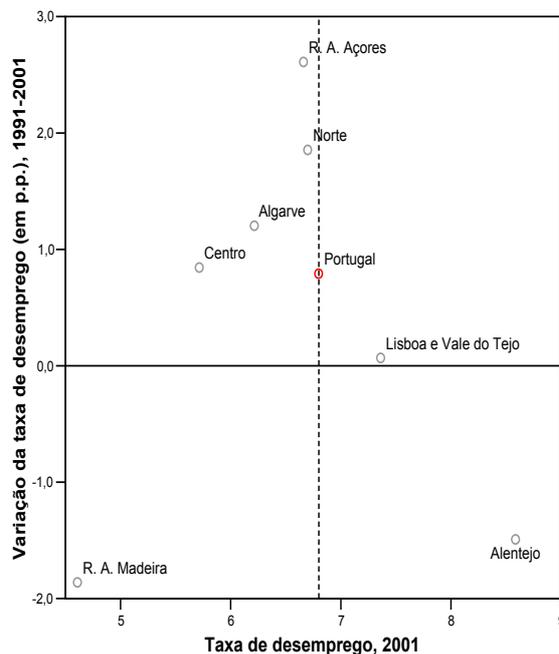
- | | | |
|--------------------|-----------------|-------------|
| GR22-Ionia Nisia | FR83-Corse | PT2-Açores |
| GR41-Voreio Aigaio | FR91-Guadeloupe | PT3-Madeira |
| GR42-Notio Aigaio | FR92-Martinique | FI2-Åland |
| GR43-Kriti | FR94-Réunion | CY-Kypros |
| ES53-Illes Balears | ITA-Sicilia | MT-Malta |
| ES7-Canarias | ITB-Sardegna | |

Nota: % de desemprego de longa duração na UE25 (2001) = 44,7%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

É de notar, ainda a respeito destas oscilações ao longo do tempo, que embora a taxa de desemprego nos Açores (6,7%) seja ligeiramente inferior à média nacional (6,8%), tal como se pode verificar na Figura 3.2.3, a variação da taxa de desemprego ao longo da década de 90 foi a mais significativa, no contexto das outras regiões portuguesas. É de salientar a correlação que se pode estabelecer entre o conceito de desemprego aqui utilizado - desemprego em sentido estrito e onde se incluem, portanto, os indivíduos desempregados que não efectuam iniciativas de procura de emprego - e as oscilações da taxa de desemprego, através do argumento de que talvez possa contribuir para esta situação a existência de um conjunto significativo de pessoas que oscilam entre a disponibilidade e a indisponibilidade para o trabalho (note-se a inferioridade da taxa de actividade dos Açores - 41,9% - em relação ao território nacional - 51,7%), talvez em função da verificação das condições necessárias à obtenção de prestações sociais compensatórias da inferioridade do rendimento, como o subsídio de desemprego, e que, em rigor, talvez devessem contribuir para aumentar os números da inactividade na Região.

**FIGURA 3.2.3 – TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**

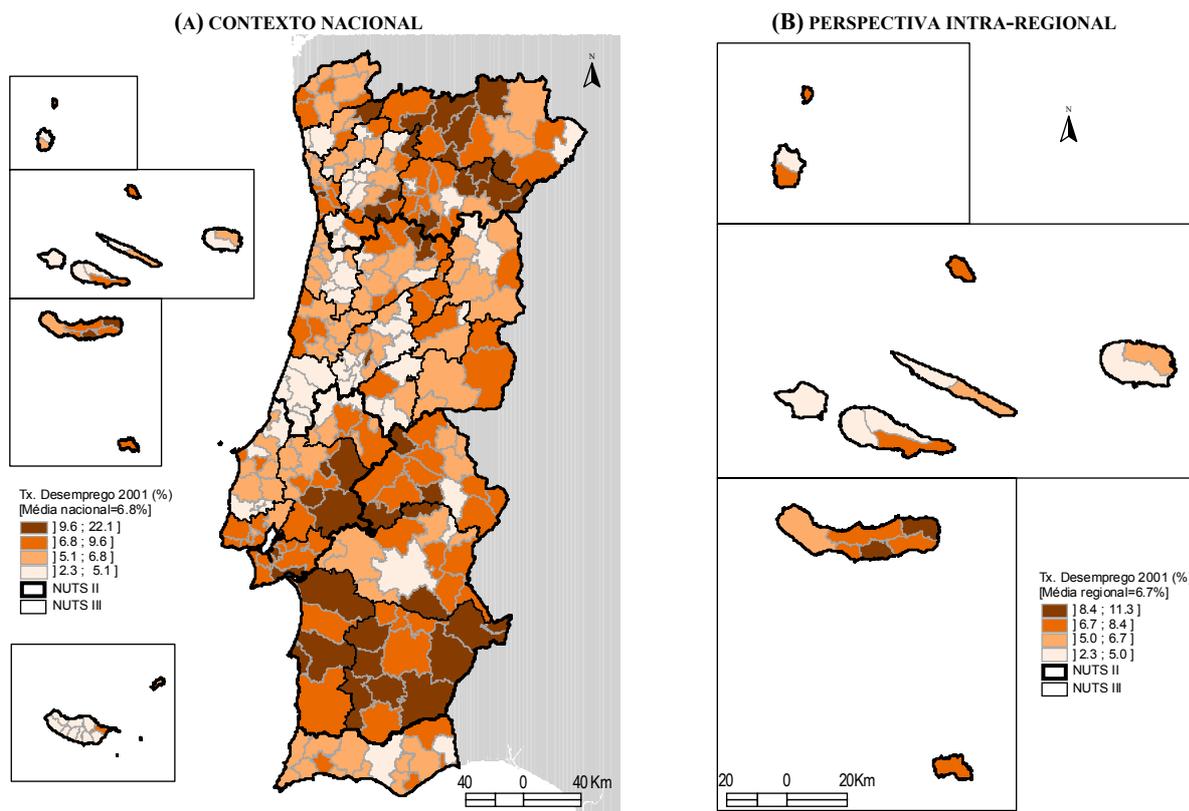


Nota: A taxa de desemprego apresentada nesta figura, que tem como fonte de informação os recenseamentos da população, reporta-se ao conceito de desemprego em sentido lato, que, no essencial, deriva do conceito de desemprego em sentido estrito, utilizado por exemplo no inquérito ao emprego, pelo facto de considerar também como desempregados os indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, independentemente do seu formato. Por referência, a taxa de desemprego em sentido estrito, proveniente do inquérito ao emprego, em 2001 (média anual) é de 4% para Portugal e de 2,3% para os Açores.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

É de referir, ainda, que existem nos Açores situações diferenciadas ao nível concelhio (Figura 3.2.4). Assim, em concelhos como Vila Franca do Campo, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande, Lagoa (todos na ilha de S. Miguel), Lajes do Pico, Lajes das Flores, Santa Cruz da Graciosa e Vila do Porto registaram-se, em 2001, taxas de desemprego iguais ou superiores à média regional. Pelo contrário, o desemprego assume menores proporções em concelhos como São Roque e Madalena (ambos na ilha do Pico), Horta na ilha do Faial, Velas na ilha de São Jorge e Angra do Heroísmo na ilha Terceira.

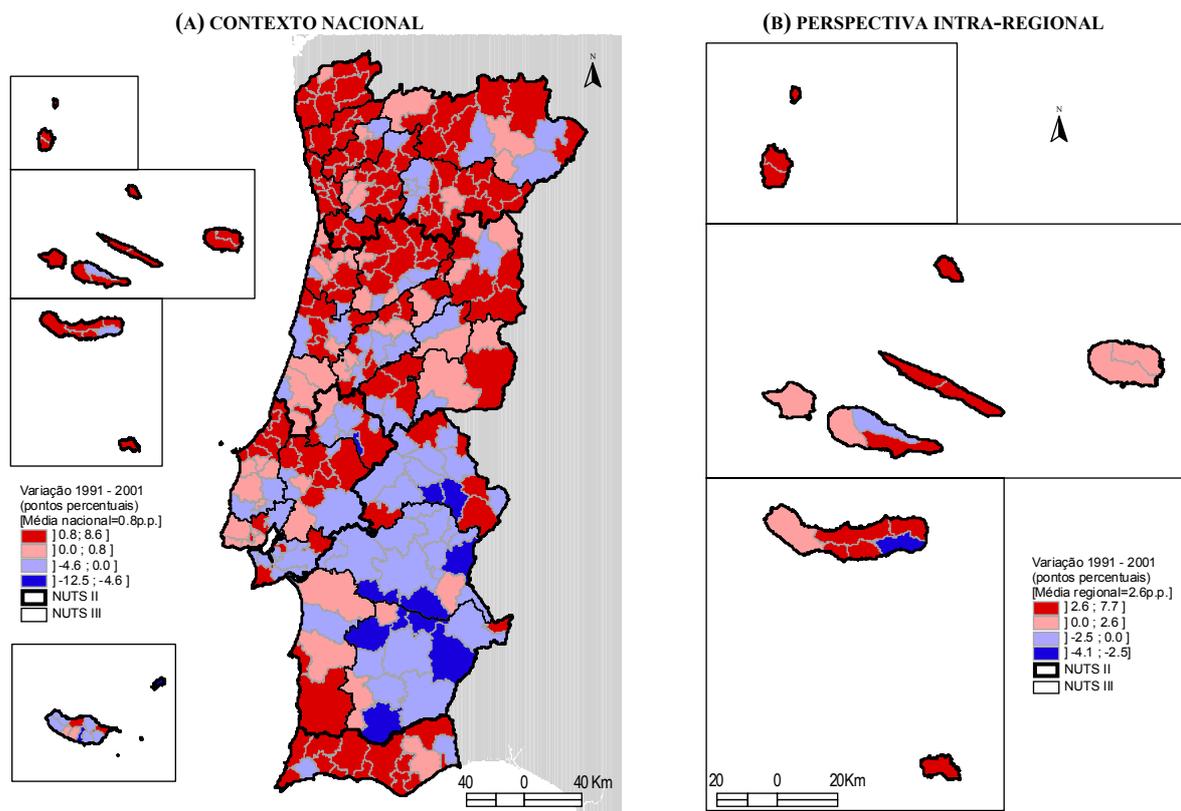
FIGURA 3.2.4 - TAXA DE DESEMPREGO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

No que concerne à evolução do desemprego ao longo da década de 90, o mesmo cresceu acima da média nacional em quase todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores, com excepção dos concelhos da Povoação e São Roque do Pico (Figura 3.2.5). Relativamente à perspectiva intra-regional, os concelhos de Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Lajes do Pico, Velas, Calheta, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, Lajes das Flores, Corvo e Vila do Porto, todos verificaram um aumento da taxa de desemprego superior à média regional.

FIGURA 3.2.5 - VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA

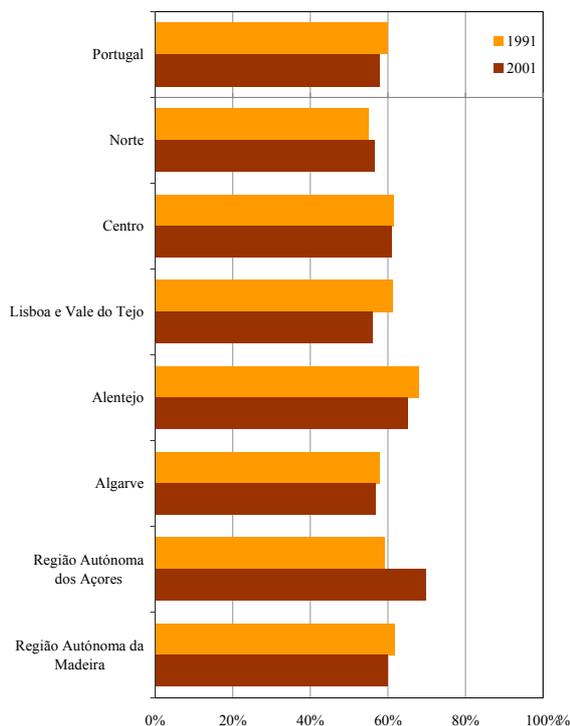


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A desagregação concelhia das flutuações registadas na região dos Açores em termos de taxa de desemprego, ainda que permita salientar a existência de disparidades regionais que contribuem para esta situação, não permite, no entanto, que se introduzam justificações de carácter qualitativo associadas a este fenómeno. Tal significa que a comparação deste indicador com o todo nacional requer uma análise não só ao longo do tempo, mas também uma decomposição por género, estrutura etária e nível de habilitações. Além disso, é um dado agregado, que dificulta o discernimento sobre as suas causas, na medida em que as mesmas podem advir de alterações ocorridas no mercado de trabalho nacional, levando a uma maior celeridade na obtenção de emprego, ou no próprio mercado de trabalho regional.

A tendência de evolução do peso do desemprego feminino no total do desemprego da região dos Açores tem sido contrária à nacional (Figura 3.2.6). Nos Açores, o aumento do desemprego feminino foi significativo (10,7 pontos percentuais), enquanto que a nível nacional a tendência global apontou no sentido da diminuição da sua representatividade (em cerca de 2 pontos percentuais). Esta tendência enquadra-se no próprio perfil do mercado de trabalho açoriano, onde a existência de uma taxa de actividade feminina tipicamente baixa (38% em 2001) orienta a oferta de trabalho no sentido da preferência por mão-de-obra masculina.

**FIGURA 3.2.6 – DESEMPREGO FEMININO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: % do desemprego feminino no total do desemprego.

Fonte: INE, Censos

As especificidades do mercado de trabalho açoriano indiciam, também, uma estrutura de desemprego mais jovem do que o padrão nacional (Figura 3.2.7). Constata-se que é na população mais jovem e sobretudo, no escalão etário com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos, que se registam os níveis de desemprego mais significativos (31% e 42%, respectivamente), principalmente se se comparar com a representatividade destes escalões etários no desemprego nacional (27% e 36%, respectivamente). Pelo contrário, a população com mais de 40 anos parece deparar-se, nos Açores, com menos dificuldades na colocação no mercado de trabalho do que o que acontece no contexto do espaço nacional.

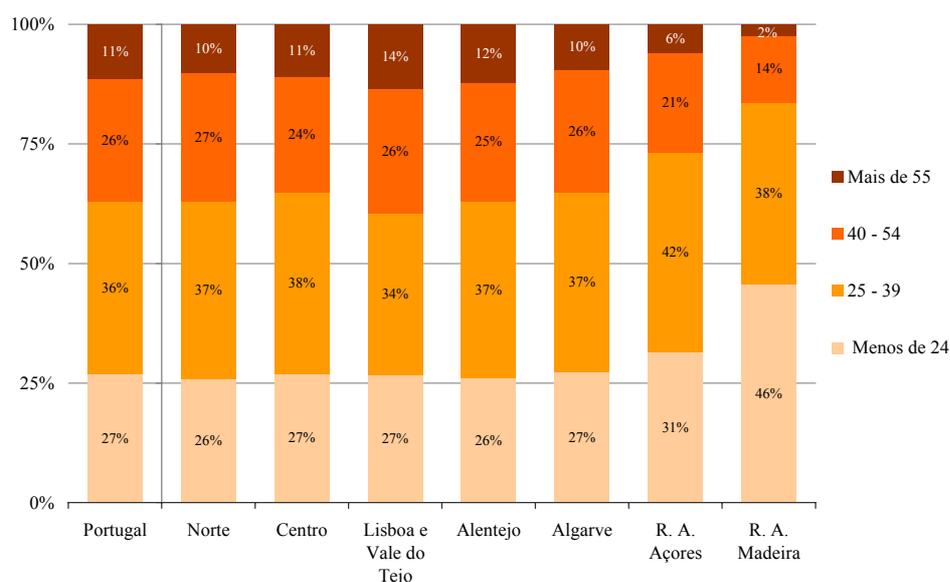
O desemprego de pessoas com habilitações de nível superior começou a ser uma realidade mais notória no final da década de 90 (Figura 3.2.8). Se no início da década a existência de um nível de habilitação mais elevado parecia constituir garantia de emprego - note-se que o desemprego de pessoas com este nível de habilitações era inferior a 1% - no final da década, a região dos Açores apresentava uma estrutura de desemprego muito aproximada da nacional, em que a existência de graus de escolaridade mais elevados não constituía imunidade suficiente contra a situação de desemprego (5,7% dos desempregados nos Açores, em 2001, tinham habilitações de nível superior). A este facto não será alheio, certamente, o aumento da população detentora de educação superior (conforme comprovado através da Figura 2.3.12).

Sendo perceptível uma evolução das características do desemprego nos Açores que sugerem uma internalização das tendências verificadas a nível nacional, nomeadamente pelo aumento do fenómeno do desemprego de pessoas jovens e de pessoas licenciadas, esta situação deve ser encarada, igualmente, na perspectiva da incapacidade da Região introduzir alterações na sua estrutura empresarial e produtiva que

absorvam uma aposta na formação de capital humano tendencialmente mais qualificado e concretizem a necessária evolução qualitativa do padrão produtivo regional em direcção a actividades com maior grau de valor acrescentado. O facto dos estratos etários mais elevados (com mais de 40 anos) revelarem uma maior capacidade de inserção no mercado de trabalho açoriano (menor taxa de desemprego) traduz, exactamente, a manutenção de hábitos e métodos de trabalho com pouca permeabilidade à introdução de novas e mais avançadas competências profissionais, uma vez que são estes os estratos etários onde é mais baixo o nível médio de escolaridade e através dos quais é possível manter uma estrutura produtiva cujo factor-chave de competitividade seja, primordialmente, o baixo custo do trabalho.

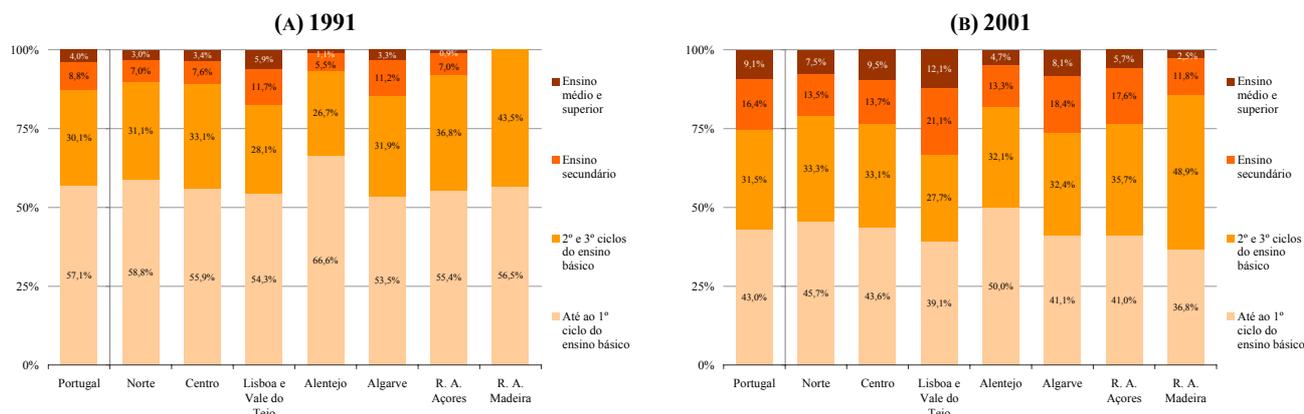
Da mesma forma, as diligências efectuadas no sentido do aumento do nível médio de formação dos recursos humanos da Região devem ser acompanhadas por esforços igualmente significativos em termos da ampliação da capacidade regional de absorção dessas qualificações, fomentando junto do tecido empresarial uma valorização mais realista do seu contributo potencial para o respectivo *up-grade* competitivo. Caso contrário, o esforço de aumento dos níveis médios de escolarização e de formação de uma bacia de mão-de-obra com um perfil técnica e profissionalmente mais elevado acabará por contribuir, não tanto para o aumento dos níveis de desenvolvimento económico e social da Região, mas para acentuar o processo já notório de desertificação de algumas ilhas e, desta forma, para dificultar cada vez mais a capacidade de atracção e fixação de pessoas mais qualificadas.

**FIGURA 3.2.7 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO:
POSICIONAMETNO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**



Fonte: INE, Censos

**FIGURA 3.2.8 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÃO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



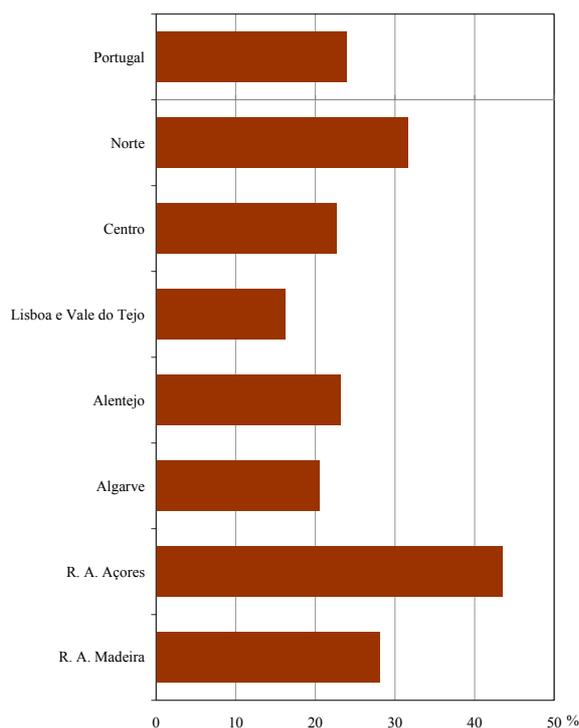
Fonte: INE, Censos

Reconhece-se que o desemprego constitui uma das variáveis que melhor caracterizam o grau de coesão social de uma Região, encarado na sua vertente primordial de integração no mercado de trabalho e enquanto elemento que exprime as características do processo produtivo regional que, com base nas condições que se encontram à sua disposição, permitem posicionar o grau de coesão social da Região no contexto mais alargado do País. Os indicadores que traduzem o grau de abandono escolar existente complementam esta abordagem, deixando de ter como principal vertente de observação a que se orienta exclusivamente para a capacidade de inserção das pessoas no mercado de trabalho, nomeadamente, enquanto fonte de provisão de rendimento (embora esta perspectiva de análise lhe esteja, por natureza, implícita, dada a forte correlação que se reconhece entre a existência de taxas elevadas de abandono escolar e a existência de situações tendencialmente mais preocupantes do ponto de vista do desemprego, pobreza e exclusão social), e que adopta uma perspectiva de análise cujo enfoque assenta no posicionamento da Região em termos do grau de coesão social originado por situações em que o acesso à formação e ao conhecimento sejam manifestamente desequilibrados.

Enquanto o desemprego assume contornos de análise terminantemente orientados pelo grau de coesão social que resulta do grau de autonomia da população residente ao nível da sua própria capacidade de inserção no mercado de trabalho e de provisão do respectivo sustento económico, a representatividade da população que antecipa a sua saída do sistema educativo (antes de completar o ensino obrigatório), assume contornos de análise que ultrapassam esta perspectiva económica da coesão social e se focalizam na sua perspectiva marcadamente social, que se torna particularmente mais acentuada à medida que se esbatem os desníveis económicos existentes (por exemplo, através da introdução de mecanismos de redistribuição social e de transferências sociais particularmente vocacionadas para a correcção de assimetrias na distribuição do rendimento). É com base nesta perspectiva de análise complementar que se explica que uma população com maior nível médio de escolaridade e mais homogénea do ponto de vista do acesso à formação tenha, à partida, melhores condições para enfrentar com sucesso um processo sustentado de crescimento económico, do que uma população com maiores desequilíbrios na capacidade de provisão das condições necessárias à existência de maiores níveis de cobertura e acesso a níveis adequados de escolarização.

Note-se que o crescimento económico resulta do equilíbrio harmonioso entre a existência de melhores condições de vida (fundamentalmente económicas) e a disponibilidade dos equipamentos, dos bens e dos serviços que permitam que a libertação dos meios financeiros subjacente à melhoria dos níveis de rendimento se traduza num processo efectivo de desenvolvimento humano (fundamentalmente social). Pressupõe-se, desta forma, que o nível de oferta existente nos Açores, em termos de serviços avançados de consumo e de capacidade de disseminação cultural, seja orientado pelas características assumidas pela procura, não só em termos do perfil marcadamente turístico em que a Região tem vindo a apostar, em que a diversidade de serviços e espaços culturais e de lazer se assume como uma necessidade imperiosa, mas também porque o próprio padrão interno de procura por este tipo de bens e serviços tem tendência a reforçar-se, em resultado da diminuição dos níveis de analfabetismo e da própria evolução de mentalidades e hábitos de vida que se lhe associa. Pese embora estas melhorias, a Região necessita, ainda, de atingir níveis mais ambiciosos de desenvolvimento humano, uma vez que se situa, por enquanto e de forma destacada no contexto nacional, no patamar onde é mais significativo o peso de população que abandona antecipadamente o sistema educativo (Figura 3.2.9), o que introduz graves condicionalismos à capacidade de crescimento sustentado da Região e restringe a relação virtuosa que se pode estabelecer na dinamização de níveis mais elevados de oferta cultural induzidos pela dinâmica da procura.

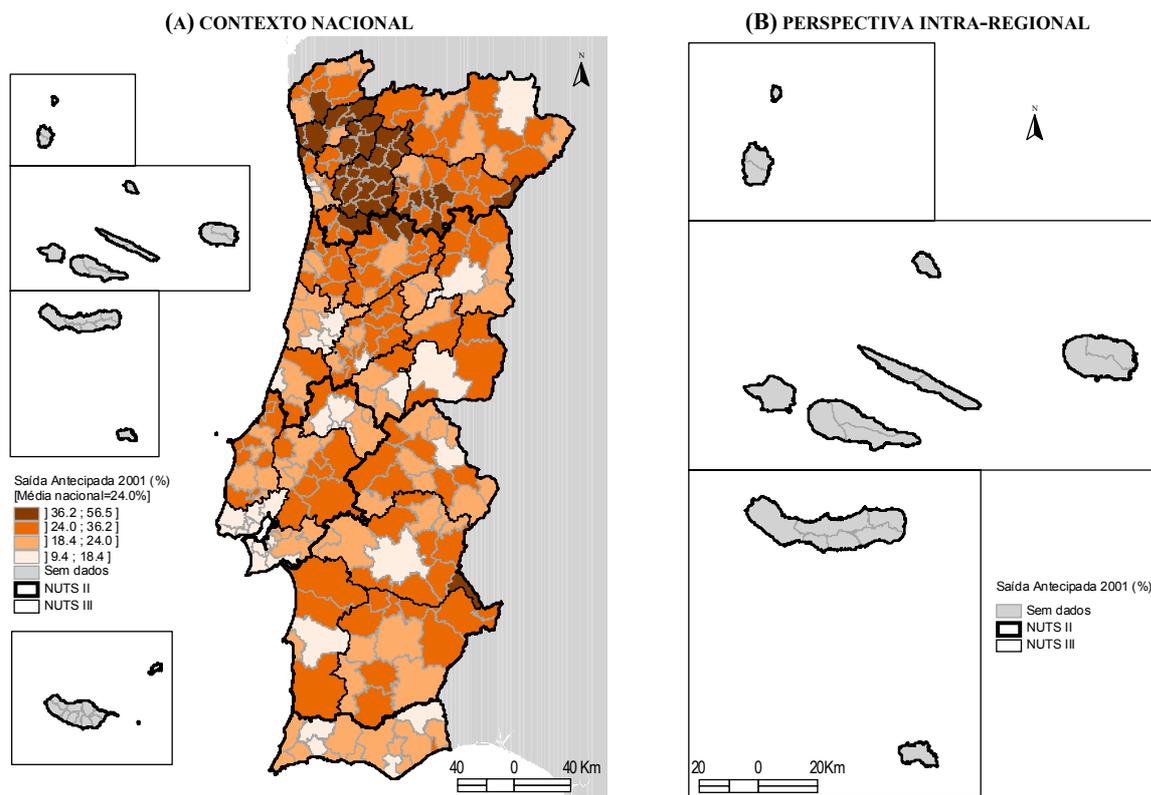
**FIGURA 3.2.9 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**



Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: INE, Censos

FIGURA 3.2.10 - SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



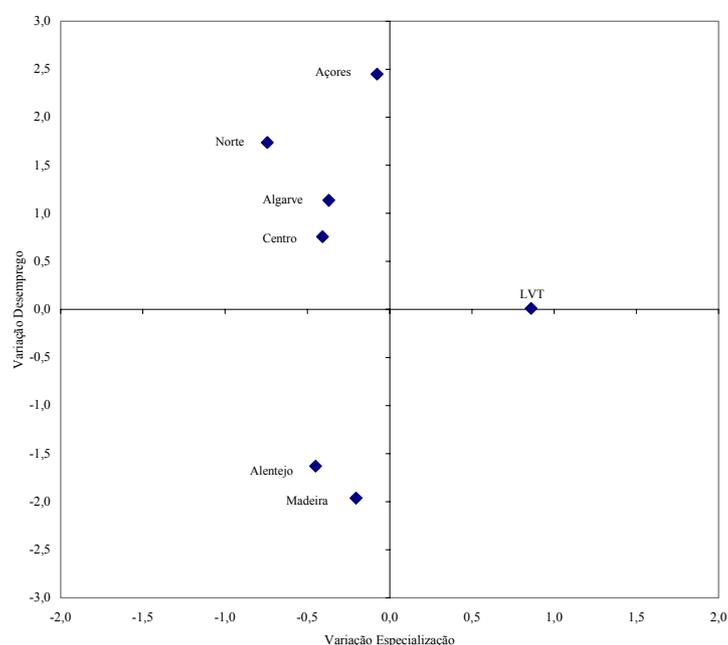
Uma perspectiva de análise especificamente centrada na articulação entre as esferas económica e social pode ser obtida através da relação que se estabelece entre a variação do desemprego e a variação da produtividade decorrente de alterações na especialização produtiva. Note-se que o equilíbrio na evolução destes dois indicadores permite avaliar em que medida o modelo de articulação entre as esferas económica e social regional se mostra mais ou menos sensível às respectivas oscilações e repercussões e, nesta medida, de que modo é que, por exemplo, uma evolução regional positiva do padrão de especialização produtiva traduz uma reacção de sensibilidade à variação da taxa de desemprego ou, pelo contrário, parece resultar duma aposta estratégica da Região neste sentido.

O posicionamento dos Açores nesta articulação entre as esferas económica e social traduz um padrão de desempenho que, de alguma forma, se pode considerar pouco sensível ao aumento do desemprego (veja-se o impacto menos significativo no nível de produtividade do que o registado noutras regiões com menor variação do desemprego) e com alguma capacidade de absorção desse desemprego. Se, por um lado, esta situação revela uma debilidade estrutural relacionada com uma utilização excessiva de mão-de-obra face aos níveis médios de produtividade obtidos (traduzida pela forte capacidade de absorção do desemprego sem que isso se traduza numa acentuada redução do padrão de especialização), por outro lado, é necessário ter presente que a tendência de evolução aponta no sentido de uma diminuição dos níveis de produtividade resultantes de recuos no padrão de especialização produtiva e que, apesar desta baixa

sensibilidade ao aumento do desemprego, a sua intensidade traduziu-se num retrocesso da posição relativa da Região no que se refere à articulação entre as esferas económica e social.

É, também, possível confirmar a relação próxima que se estabelece entre a degradação dos indicadores de coesão social e a sua tradução em termos económicos. No caso dos Açores esta correspondência torna-se particularmente penalizadora, quando analisada do ponto de vista do impacto da sua evolução face à situação de partida, quer no que diz respeito ao agravamento das já inegáveis debilidades existentes em termos de coesão social (e que, naturalmente, se agravam, não só com o aumento do desemprego mas, também, com o retrocesso no padrão de especialização), quer no que diz respeito ao agravamento dos próprios condicionalismos que o modelo de especialização produtiva da Região introduzia em termos de possibilidades de crescimento económico futuro.

FIGURA 3.2.11 – VARIAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Eixo Y - variação em pontos percentuais do desemprego, 1991-2001; Eixo X - variação da produtividade, 1995-2001, decorrente de variação da especialização produtiva (uma variação positiva significa ganhos de produtividade resultantes de avanços na especialização produtiva e vice-versa).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Contas Regionais

3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Passa-se, em seguida, depois de apresentados os principais resultados e de descrita a trajetória seguida de coesão económica e social, decorrentes do modelo de desenvolvimento português e da região Norte, a uma análise sintética, à semelhança do que foi feito para o estudo da competitividade, das condições/determinantes da coesão regional em termos, sobretudo, da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na Região, nas áreas, designadamente, da:

- Educação
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

O tratamento do ambiente foi, tendo em conta as especificidades desta dimensão temática e, de alguma maneira, da análise correspondente, autonomizado de tudo o resto para um subponto próprio (ponto 3.3.2).

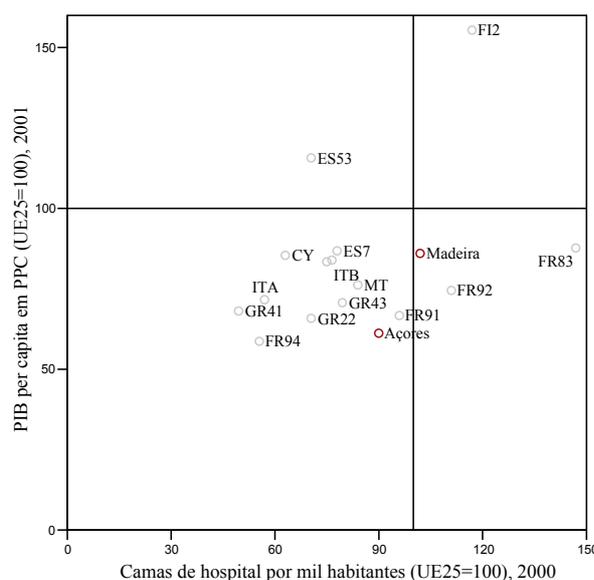
3.3.1. Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos

A perspectiva da coesão baseada na relação entre as condições que sustentam o posicionamento da região dos Açores em termos dos resultados que constituem o seu grau de coesão permite posicionar a Região num referencial relativo no contexto nacional que, se por um lado, se manifesta positivo do ponto de vista da capacidade de actuação ao nível da oferta de cuidados avançados de saúde e da disponibilização de equipamentos orientados para a difusão da cultura e para a promoção do lazer, por outro lado, já se manifesta negativo ao nível da dotação de infraestruturas com capacidade de actuação sobre a melhoria dos baixos níveis médios de escolarização e formação da população residente e da dotação de infraestruturas direccionadas para o exercício de acção social.

A análise do grau de coesão dos Açores, até aqui encarada na perspectiva dos resultados específicos que se identificam na Região, permitiu perceber a existência de níveis mais elevados de coesão no domínio económico do que no domínio social. Ao orientar a análise da coesão para uma perspectiva complementar, centrada na relação que se estabelece entre as condições existentes na Região que podem contribuir para o fomento de efectivos graus mais elevados de coesão, identificam-se um conjunto de áreas privilegiadas de análise, de carácter transversal aos domínios económico e social, que cobrem a dotação regional de redes de equipamentos sociais, de redes de transportes e de redes orientadas para a protecção ambiental e, na temática especificamente orientada para o grau de utilização concedido a estes equipamentos, de uma estrutura populacional que valorize, dinamize e justifique a sua existência.

Adoptando como *proxy* do posicionamento relativo dos Açores nos domínios relacionados com a dotação de infraestruturas que garantam um nível adequado de coesão social, a posição relativa da Região no contexto europeu no que se refere à sua capacidade de disponibilização de cuidados específicos de saúde à sua população, é possível verificar que o número de camas de hospital disponibilizado nos Açores por cada 1000 habitantes é muito próximo, embora ligeiramente inferior, à média europeia (6,7 camas de hospital por 1000 habitantes). Esta posição relativa torna-se ainda mais positiva quando se constata que as restantes regiões europeias insulares apresentam dotações regionais de camas de hospital com uma muito menor capacidade tendencial de cobertura da população residente (Figura 3.3.1).

FIGURA 3.3.1 – PIB PER CAPITA E CAMAS DE HOSPITAL POR 1000 HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

GR22-Ionia Nisia	FR83-Corse	PT2-Açores
GR41-Voreio Aigaio	FR91-Guadeloupe	PT3-Madeira
GR42-Notio Aigaio	FR92-Martiniqne	FI2-Åland
GR43-Kriti	FR94-Réunion	CY-Kypros
ES53-Illes Balears	ITA-Sicília	MT-Malta
ES7-Canarias	ITB-Sardegna	

Nota: Camas de hospital por mil habitantes na UE25 (2000) = 6,7.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

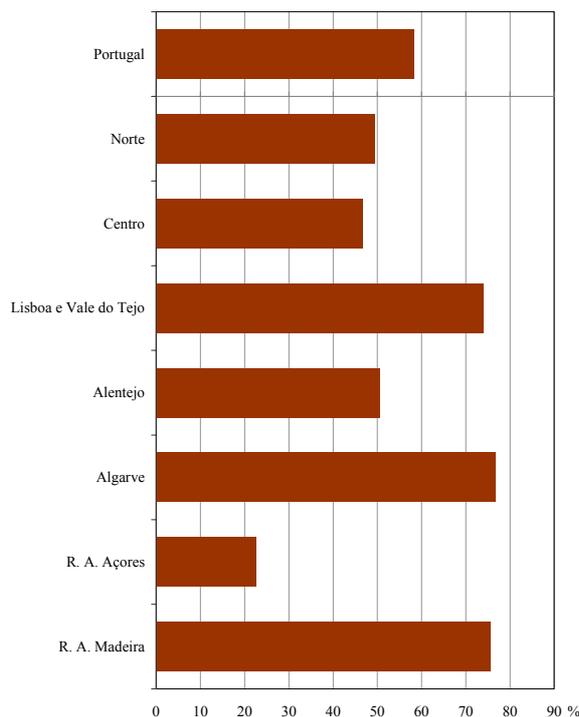
A disponibilidade de infraestruturas com carácter de provisão tipicamente público e a sua capacidade de cobertura da população residente nas freguesias e concelhos da Região Autónoma dos Açores, ao cobrir áreas representativas da responsabilidade do Governo Regional na criação de uma rede eficaz de equipamentos, visa orientar o estabelecimento de um equilíbrio eficaz e de definição de prioridades de investimento público na dotação de recursos financeiros dispendidos entre os diferentes tipos de equipamentos com capacidade de actuação ao nível da melhoria da coesão regional, nomeadamente entre:

- a dotação de infraestruturas com capacidade de actuação ao nível da disponibilidade e melhoria dos baixos níveis médios de escolarização e formação da população residente na Região (população com acesso a equipamentos de educação);

- a dotação de infraestruturas com capacidade de actuação ao nível da oferta de cuidados de saúde. A provisão de cuidados específicos de saúde constitui um domínio problemático nos Açores, uma vez que a dispersão do território e a dificuldade em garantir a adopção de critérios de eficiência na sua utilização e dotação, são aspectos fortemente contraditórios com a necessidade de garantir o acesso da população a esses bens de carácter essencial (população com acesso a centros de saúde);
- a dotação de infraestruturas com capacidade de actuação ao nível da disponibilização de equipamentos especificamente orientados para a difusão cultural, para o intercâmbio entre pessoas e actividades e para o fomento da inserção social induzida pelas actividades de lazer. A importância desta temática para a coesão social fica patente quando, entre os principais factores referidos como “custos da insularidade”, se incluem as temáticas relacionadas com a maior dificuldade de acesso a bens culturais e de lazer (população com acesso a equipamentos culturais e de lazer);
- e a dotação de infraestruturas especificamente orientadas para a cobertura de necessidades sociais onde existem manifestas falhas de mercado, nomeadamente numa Região cujos baixos níveis de actividade da população, sobretudo feminina, se relacionam de forma muito próxima com a manutenção de uma estrutura familiar orientada por padrões de organização social do trabalho fortemente restritivos à entrada das mulheres no mercado de trabalho (população com acesso a equipamentos de acção social).

Deve ressaltar-se o facto dos últimos dados disponíveis relativos à cobertura de população por equipamentos de educação, centros de saúde, equipamentos culturais e de lazer e equipamentos de acção social, serem referentes ao ano de 1997, o que introduz, quer nos critérios de avaliação da dotação absoluta destes equipamentos quer nos critérios de avaliação do posicionamento relativo face à realidade nacional, possibilidades significativas de subavaliação face à realidade actual. Ainda assim, as comparações relativas ao equilíbrio da dotação regional entre estes quatro domínios de equipamentos permitem hierarquizar algumas das prioridades públicas de actuação.

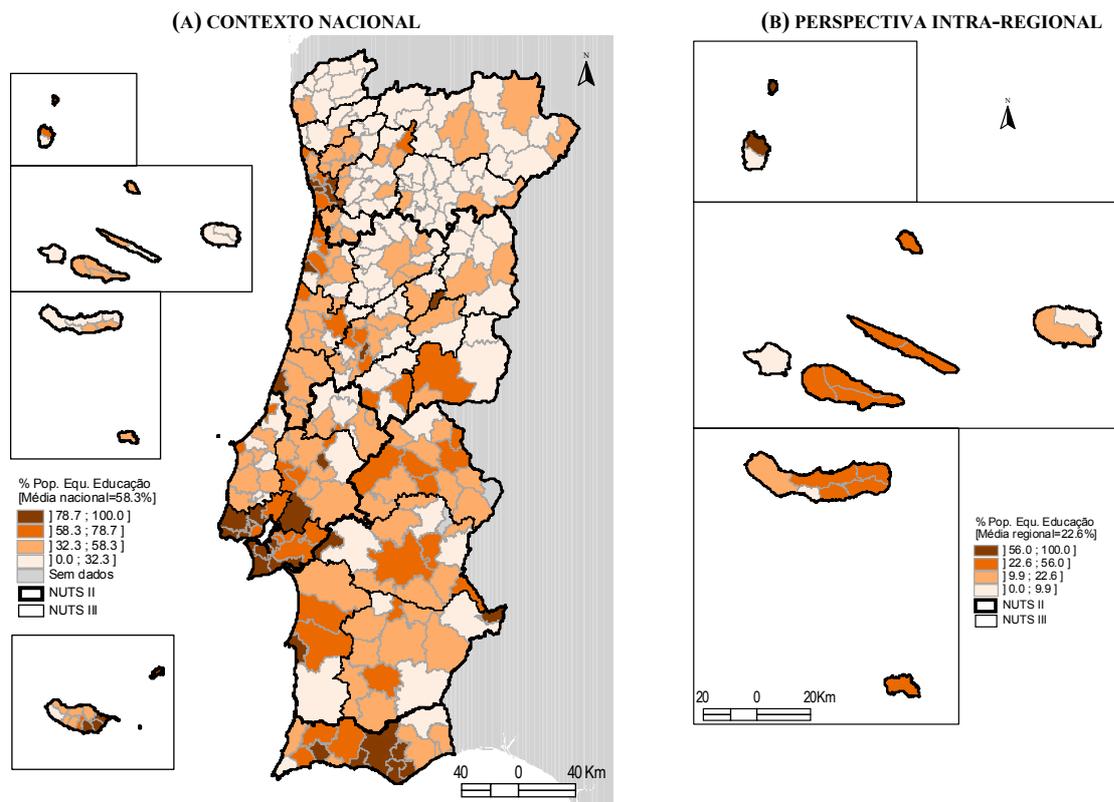
A Figura 3.3.2 transmite de forma muito clara a existência de uma acentuada divergência entre o grau de cobertura nacional de população com acesso a equipamentos de educação e o grau de cobertura existente nos Açores. Apesar das disparidades existentes entre as NUTS II portuguesas no que se refere à percentagem de população residente em freguesias ou concelhos onde existem escolas onde se ministram todos os graus de ensino necessários à conclusão do ensino obrigatório (9º ano), o nível de cobertura de apenas 22,6% da população atingido nos Açores destaca-se de forma muito expressiva, pela divergência em relação à média nacional de 58,3%.

FIGURA 3.3.2 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO (ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO), EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Em termos intra-regionais, apesar disso, parece existir um maior grau relativo de coesão, que se pode associar à própria necessidade de dispersão dos equipamentos de educação pelas nove ilhas do arquipélago e que, dados os baixos níveis de densidade populacional existentes nalgumas freguesias e, mesmo, concelhos, não justificam a replicação destes equipamentos a uma escala tão alargada quanto a melhoria deste indicador exigiria. Desta forma, ainda que uma parte significativa da população seja obrigada a percorrer distâncias mais significativas para aceder a determinados equipamentos de educação, o grau de homogeneidade intra-regional atingido acaba por ser elevado, conforme comprova a “mancha” relativamente coesa do mapa B da Figura 3.3.3.

FIGURA 3.3.3 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO (ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO), EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



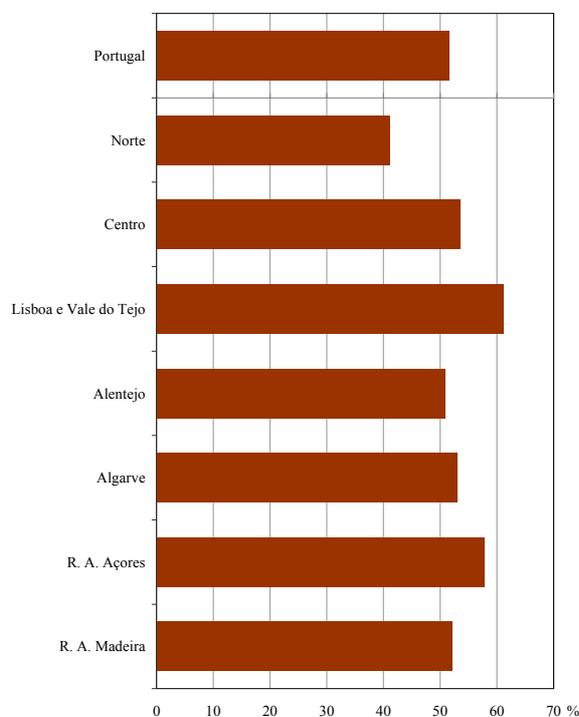
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Do ponto de vista da dotação regional de equipamentos culturais e de lazer, em que se inclui a existência de uma biblioteca aberta ao público, de um salão de festas e de uma escola de música, danças e outras artes, é possível colocar a região dos Açores num patamar em que a percentagem de população dos diversos concelhos residente em freguesias onde existem estes equipamentos é superior à nacional (Figura 3.3.4).

A justificação para este posicionamento relativo deve ser encarada no contexto da dicotomia entre o carácter mais acentuadamente rural ou urbano das freguesias e concelhos da Região. No mapa onde se representa a perspectiva concelhia da percentagem de população residente em freguesias onde existem os equipamentos culturais e de lazer considerados (Figura 3.3.5), torna-se perceptível o facto de serem os concelhos com características mais rurais os que concentram maior dotação deste tipo de equipamentos, exactamente por é mais comum nestes concelhos do que nos concelhos mais citadinos, que a população reclame e existência, sobretudo, de infraestruturas onde se incluem espaços para organização de festas e que, como tal, se organize no sentido de contribuir para a sua existência. Estabelece-se um grau de complementaridade muito benéfico entre a actuação dos organismos públicos no aumento da dotação de equipamentos de cariz cultural (muito mais centrados na dotação regional de bibliotecas, por exemplo, mas cuja dotação não se verifica de forma tão intensa ao nível das freguesias) e a actuação da própria sociedade civil neste domínio, cuja forte adesão e coesão em torno de algumas entidades recreativas locais (os clubes recreativos ou as associações de moradores, por exemplo) permitem dinamizar a

formação de um espírito agregado e orientado para a dissipação de algumas carências sentidas, dentre as quais se salientam os salões de festas com vista à realização de pequenos acontecimentos de ordem social (festas e bailes de aldeia, por exemplo) como necessidade tipicamente característica de freguesias rurais.

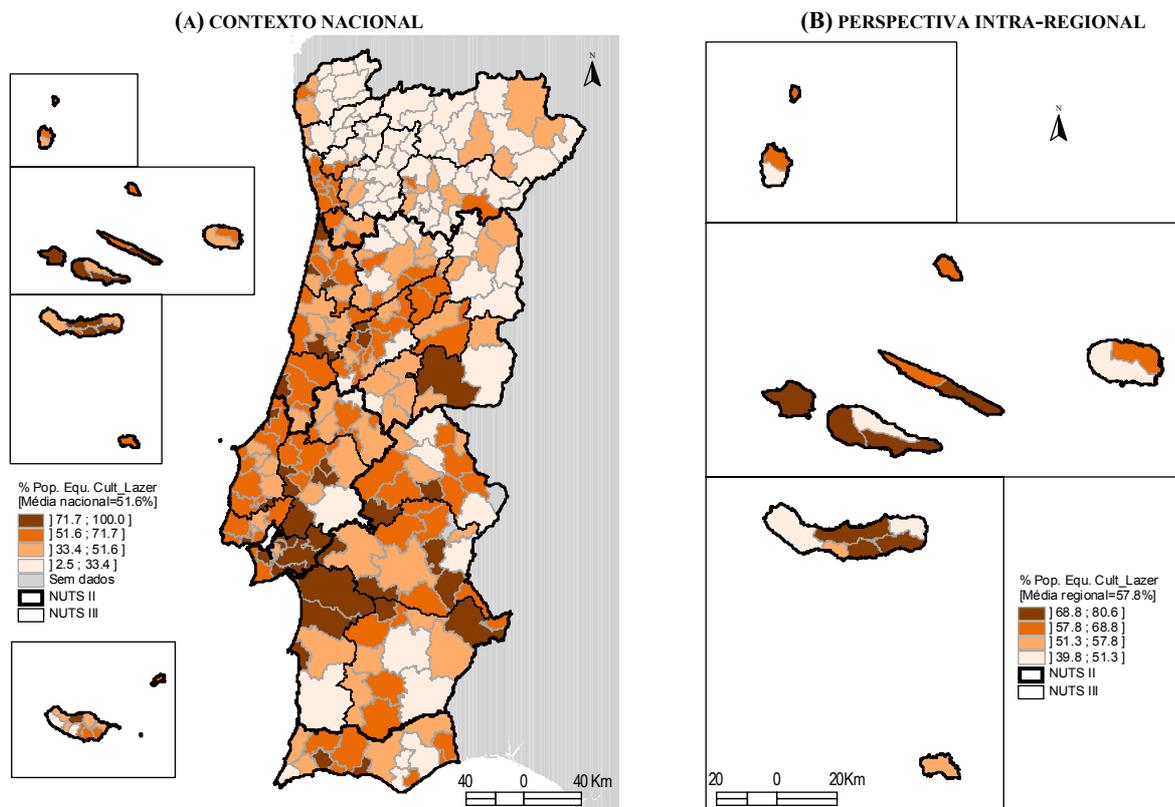
FIGURA 3.3.4 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Nesta linha de raciocínio, torna-se perceptível que os concelhos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo se situem no patamar inferior de população residente em freguesias equipadas com equipamentos de cultura e lazer e que, no seu conjunto, a região dos Açores se evidencie à escala nacional como Região onde o acesso a bens de equipamento com carácter de cultura e lazer atinge uma parcela muito significativa da população, ainda que, nalguns casos, esta leitura possa ser enviesada pelo facto do acesso a este tipo de equipamentos poder referir-se, apenas, a salões de festas e de, por outro lado, a existência de bibliotecas e de escolas de música e de dança ser tendencialmente inferior.

FIGURA 3.3.5 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



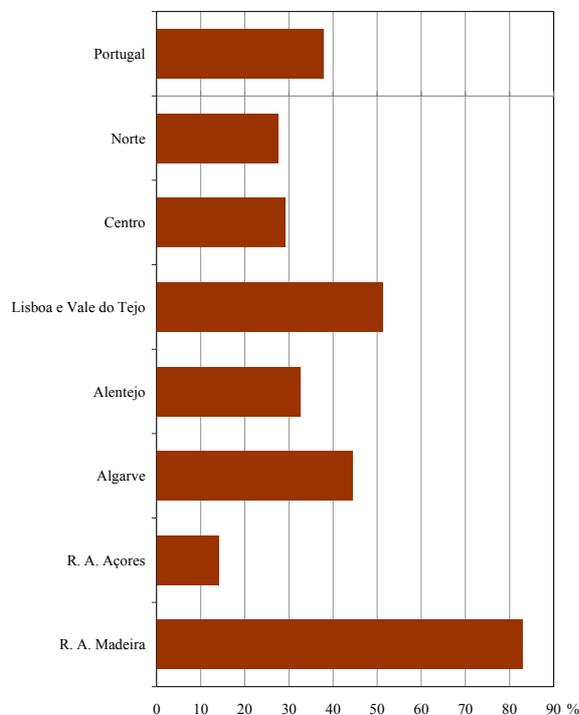
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

A prestação de cuidados de saúde nos Açores apresenta um padrão de oferta com características muito diferenciadas do ponto de vista da capacidade da prestação de cuidados de saúde com elevado grau de complexidade, gravidade e especificidade técnica (que justificam intervenção de nível hospitalar) e da capacidade de prestação de cuidados de saúde que, do ponto de vista da prevenção e diagnóstico, se revelam de importância extrema, mas que apresentam características de menor exigência ao nível dos equipamentos auxiliares de diagnóstico e de maior exigência ao nível da orientação médica, da identificação de sintomas e patologias médicas e da prescrição de tratamentos médicos (centros de saúde).

Se, por um lado, a Região apresenta uma capacidade de cobertura no acesso aos cuidados mais exigentes de saúde que supera a média nacional, a cobertura regional de freguesias equipadas com centros de saúde mostra-se muito mais debilitada (Figura 3.3.6). Ainda que seja justificável que uma parte dos tratamentos e consultas médicas passíveis de realização em sede de centros de saúde possa ser transferida para instituições hospitalares, dada a disponibilidade de equipamentos deste tipo que se origina em consequência da dispersão do território nas suas nove ilhas, verifica-se, no entanto, que esta transferência da prestação de cuidados de saúde para instituições de nível superior se traduz em níveis de menor eficiência na afectação de recursos e fundos públicos e de algum sub-aproveitamento das potencialidades da proximidade local enquanto instrumento de coesão social. O papel dos médicos de família assume, neste aspecto, uma relevância significativa, pelo acompanhamento mais próximo e regular que estabelecem com os utentes e que lhes permite canalizar o conhecimento mais aprofundado que detêm

sobre a história clínica dos seus utentes e família alargada para o aumento agregado do bem estar físico e psicológico da população residente na área de intervenção de cada centro de saúde.

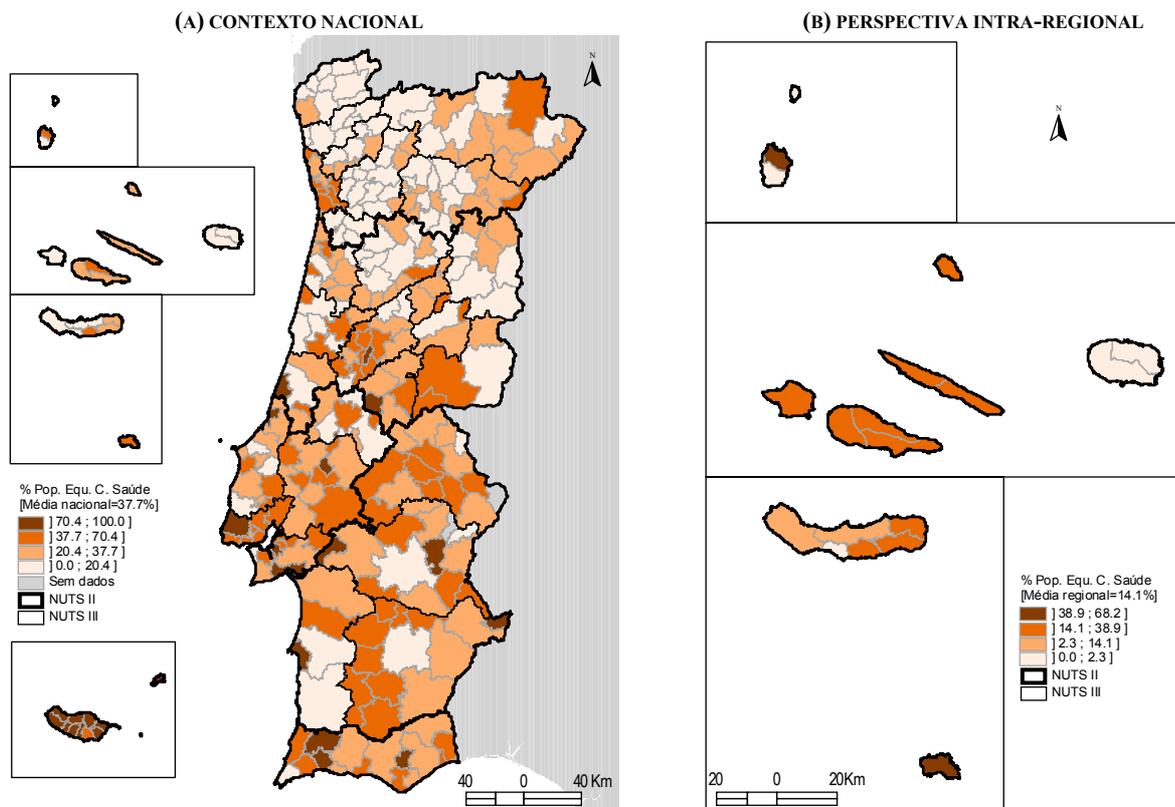
FIGURA 3.3.6 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Mais uma vez, é perceptível que o baixo nível de população residente em freguesias equipadas com centros de saúde dos Açores, quando posicionado à escala nacional, apresenta maior grau de homogeneidade do que quando relativizado, apenas, no contexto interno à Região (Figura 3.3.7).

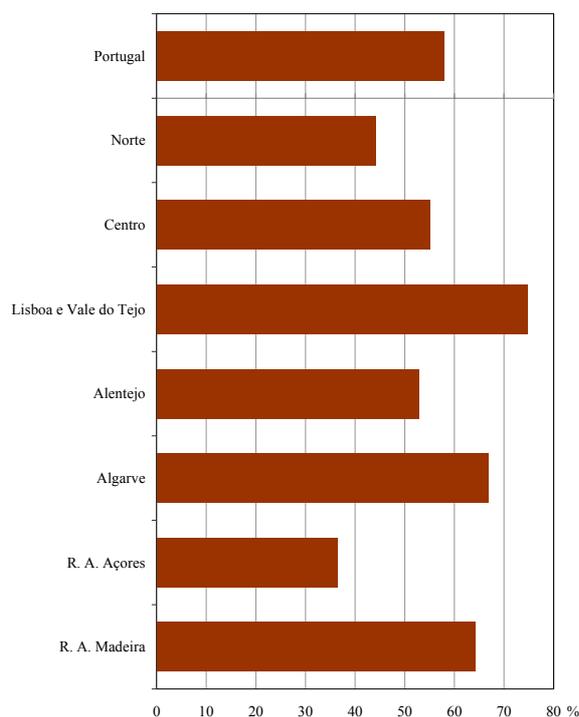
FIGURA 3.3.7 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Os equipamentos de acção social, onde se incluem creches e lares de idosos, atingem, nos Açores, um grau de cobertura populacional inferior à média nacional (Figura 3.3.8). No entanto, esta situação deve ser encarada, simultaneamente, como uma causa e uma consequência do modelo de vida dominante na Região. O predomínio de modos de vida fortemente alicerçados na estrutura familiar, em que o apoio aos elementos mais jovens e mais idosos dos agregados familiares fica quase integralmente a cargo dos elementos femininos e que, conforme já referido anteriormente, se traduz numa reduzida participação feminina no mercado de trabalho (baixa taxa de actividade feminina), introduz elementos que permitem argumentar, por um lado, que a existência de baixos níveis de cobertura de equipamentos de acção social nos Açores constitui uma causa do baixo nível de procura por este tipo de infraestruturas e, por outro lado, que este baixo nível de oferta de equipamentos de acção social inibe a própria evolução do modelo de organização social dos Açores no sentido da adopção de hábitos de vida mais modernos e mais alicerçados no auxílio prestado pelas instituições de apoio social às crianças e aos idosos.

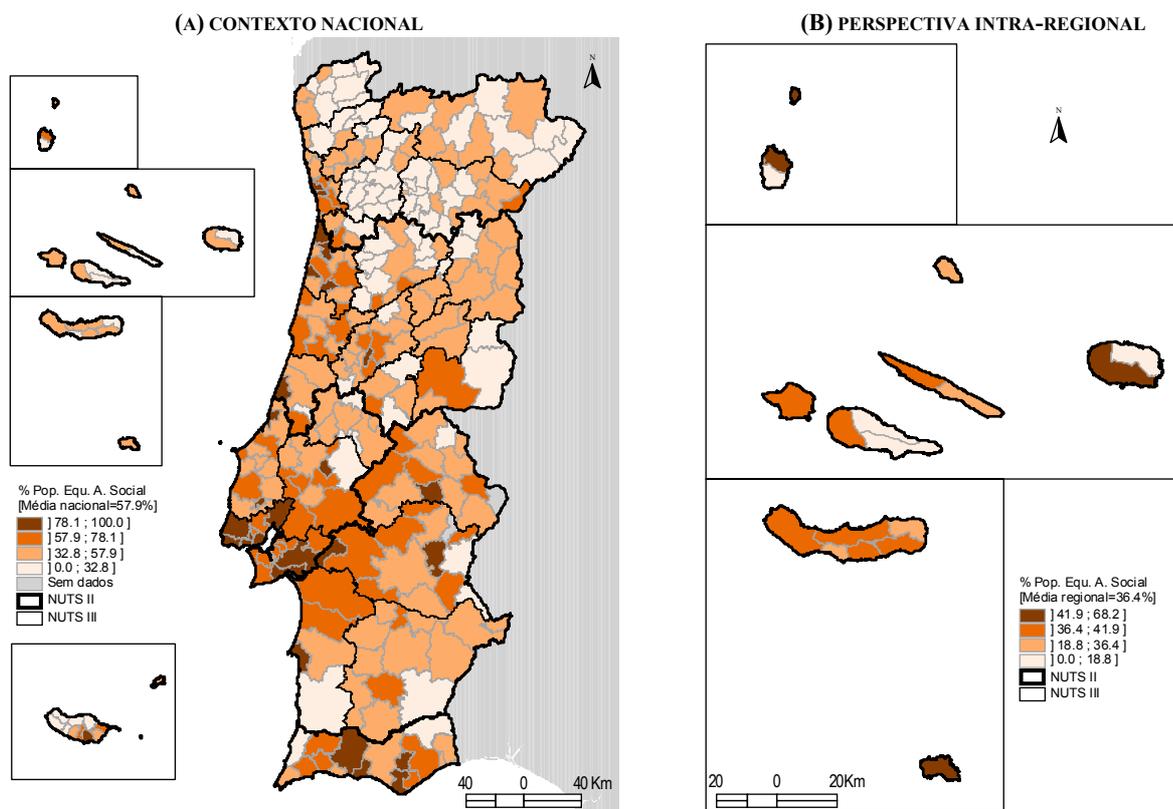
FIGURA 3.3.8 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

O posicionamento da Região no contexto nacional permite confirmar a fraca dotação em equipamentos orientados para a prestação de apoio social, conforme comprova o posicionamento global dos concelhos da Região nos patamares inferiores da escala nacional de população residente em freguesias cobertas por este tipo de equipamento (mapa A da Figura 3.3.9). Na perspectiva de análise concelhia acentuam-se as disparidades, onde se pode destacar a maior capacidade de cobertura populacional no acesso a creches e lares de idosos registada nos concelhos de Angra do Heroísmo, Vila do Porto e Santa Cruz das Flores (mapa B).

FIGURA 3.3.9 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

3.3.2. Ambiente

Do ponto de vista ambiental, o modelo de coesão traduzido pela articulação entre os progressos obtidos nos domínios da competitividade e coesão revela debilidades consideráveis, que se manifestam, sobretudo, ao nível da provisão de infraestruturas vocacionadas para a protecção ambiental.

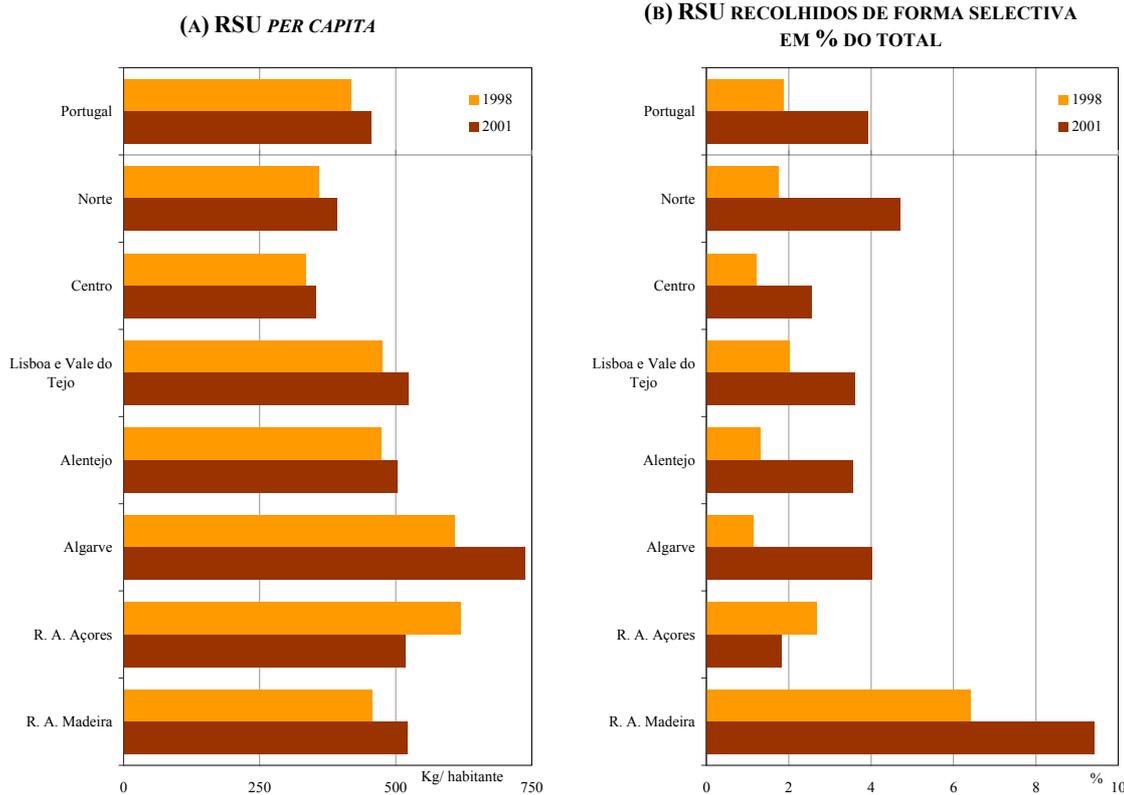
A gestão de resíduos sólidos constitui uma importante preocupação de natureza ambiental, devido aos impactes negativos que a sua inexistência ou incapacidade de cobertura populacional provoca no meio ambiente e na saúde e bem-estar geral das populações.

A análise da Figura 3.3.10 fornece dados estatísticos que permitem afirmar que os Açores se assumem como a única Região onde se reduziu o nível de eficácia dos métodos de recolha de lixo, como resultado da redução substancial da quantidade recolhida de resíduos sólidos urbanos *per capita* entre 1998 e 2001. Naturalmente, esta redução não deverá ser associada a uma efectiva redução da quantidade média de resíduos produzida, mas à pouca capacidade de cobertura populacional dos sistemas de recolha de resíduos sólidos e urbanos e, também, a alguma insensibilidade da população relativamente às consequências nefastas para o meio ambiente que resultam da deposição de resíduos sólidos de forma descontrolada e em locais sem preparação prévia para esse efeito.

Mais do que a implementação de campanhas de sensibilização da população para a necessidade de uma coordenação mais eficaz dos métodos de deposição final dos resíduos sólidos, torna-se necessário garantir que a capacidade de escoamento e recolha dos resíduos sólidos é adequada, não só em termos de cobertura universal da população (uma vez que, conforme os dados do SREA referentes ao ano de 1999, o sistema de recolha já é universal), mas, sobretudo, em termos de frequência de recolha (segundo a mesma fonte, ocorre em 2, 3 ou quatro dias por semana).

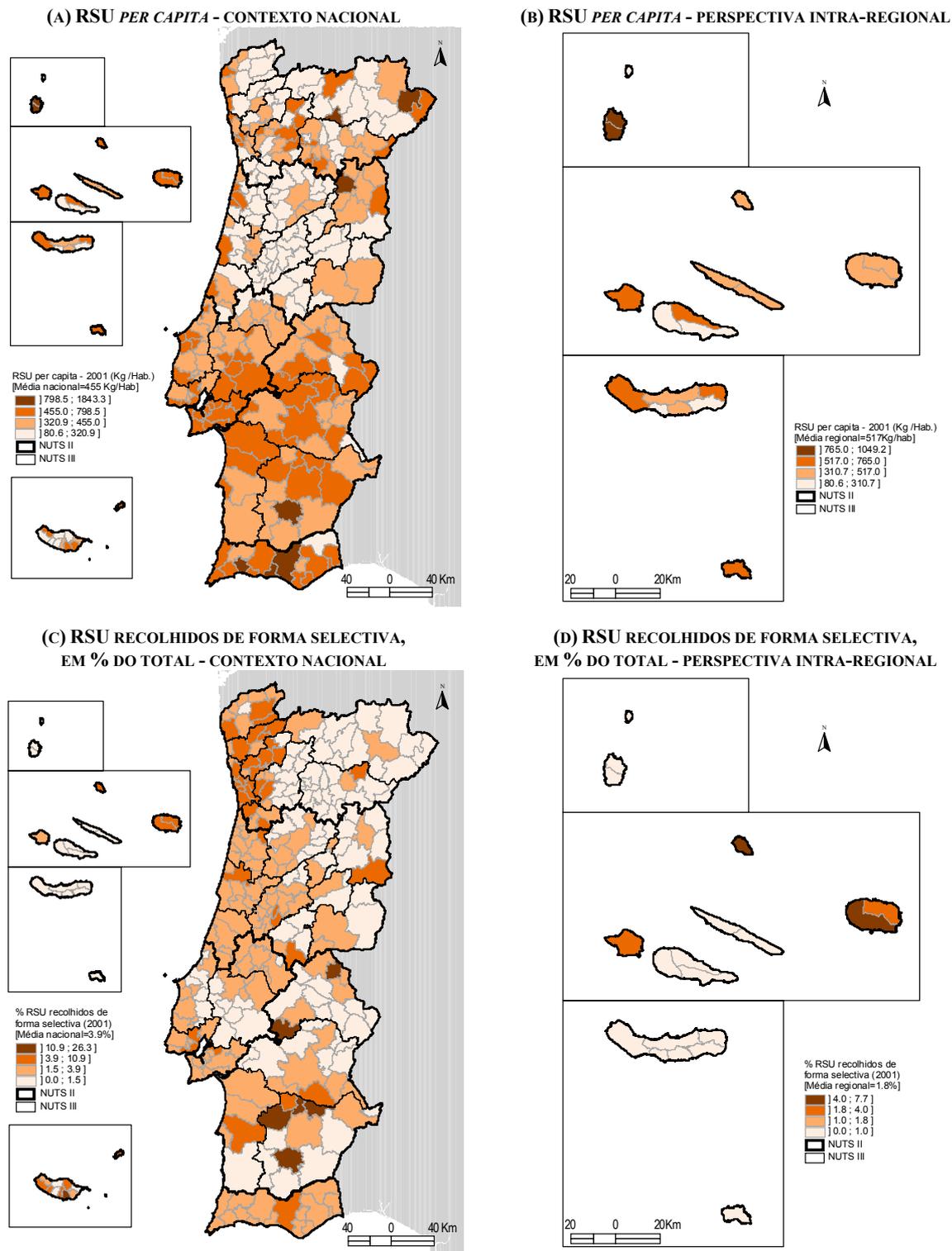
Existe, por outro lado, um desfazamento acentuado entre os níveis relativos de resíduos sólidos urbanos recolhidos e os que são objecto de recolha selectiva. Apesar de ser uma das regiões que, no contexto nacional, apresenta níveis mais elevados de recolha de resíduos sólidos urbanos, a taxa de recolha selectiva é bastante mais modesta, sobretudo se se considerar a sua redução entre 1998 e 2001. Factos como o baixo grau de cobertura de população por sistemas de recolha selectiva para reciclagem e como a inexistência de capacidade interna à Região que garanta a transformação necessária à reutilização ou reciclagem dos resíduos recolhidos (a solução consiste no transporte para o Continente para tratamento posterior), justificam as baixas taxas de recolha selectiva de resíduos nos Açores. Com base na Figura 3.3.11 é possível detectar que os concelhos mais equilibrados do ponto de vista da adequação entre os níveis de resíduos sólidos urbanos produzidos e recolhidos de forma selectiva são os situados nas ilhas do Faial e Terceira.

FIGURA 3.3.10 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS (1998 E 2001)



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

FIGURA 3.3.11 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

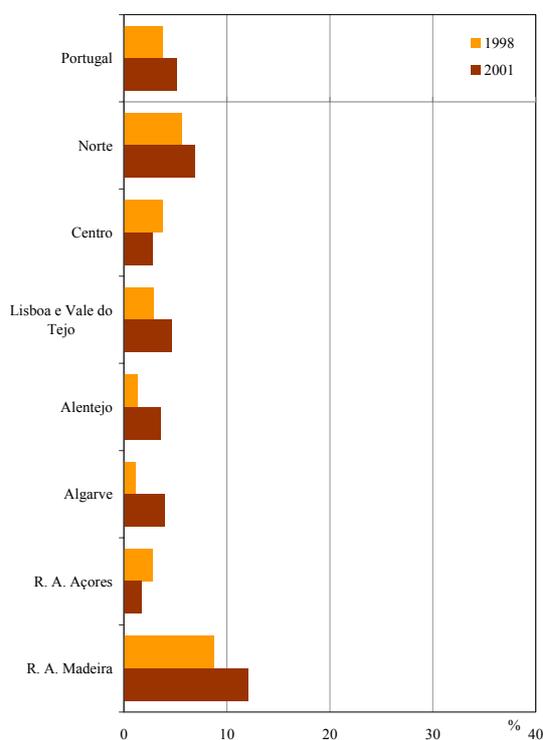


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente

Para além do baixo grau de recolha selectiva aplicado aos resíduos recolhidos nos Açores, a taxa de reciclagem mostra-se, também, consideravelmente baixa quando comparada com a média nacional (Figura 3.3.12).

É neste contexto que o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Autónoma dos Açores (PERSURAA), concluído em Julho de 1999 e inserido no PERSU nacional, definiu as acções prioritárias a implementar a nível regional com vista à melhoria da eficácia da incorporação das preocupações de carácter ambiental no conjunto de preocupações do Governo Regional, nomeadamente nas questões relativas ao tratamento e destino final dos resíduos sólidos e na implementação da recolha selectiva, devidamente acompanhadas de outras acções tais como as orientadas para a prevenção e educação/formação.

FIGURA 3.3.12 – TAXA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (1998 E 2001)



Nota: Taxa de reciclagem dos RSU = Resíduos reciclados em % dos RSU recolhidos.

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

A taxa de cobertura população servida por infra-estruturas de drenagem de águas residuais é muito reduzida nos Açores (34% de população coberta em 2001, quando o valor nacional é de 71%), e acentua-se quando a tónica de análise se coloca nas infra-estruturas de tratamento de águas residuais (15% da população coberta, quando o valor nacional é de 55%), conforme representado na Figura 3.3.13.

Na perspectiva de análise concelhia, o aspecto mais marcante que se regista é, talvez, a inexistência de dados que cubram todos os concelhos dos Açores relativamente à existência de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (Figura 3.3.14). Constitui, certamente, um facto digno de relevo, ainda que a inexistência de dados estatísticos não confirme, necessariamente, a inexistência desses sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

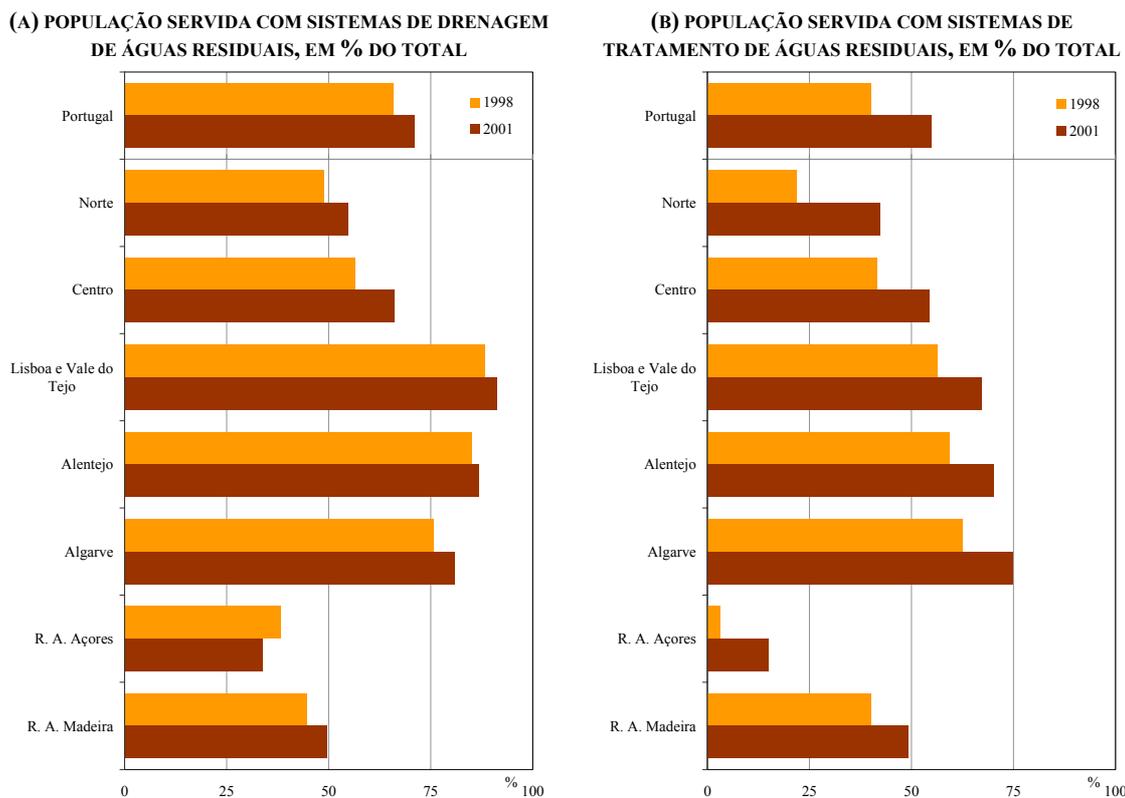
Em ligação próxima com o tratamento de águas residuais, a degradação dos recursos hídricos integrados no Património Natural e Paisagístico de muitas Lagoas dos Açores constitui, actualmente, uma das prioridades de actuação do Governo Regional dos Açores em matéria ambiental. Entre os motivos que, em termos sintéticos, levaram à actual situação de degradação das Lagoas dos Açores, de que se podem destacar as lagoas das Furnas, Sete Cidades, Fogo, Rasa, Caiado, Rosada, Paúl, Comprida e Peixinho²⁴, encontram-se algumas das práticas associadas à actividade agrícola (desflorestação e utilização de adubos), à indústria do ananás (apanha de leivas) e à indústria pecuária (arroteamento de terrenos, adubagem e produção fecal bovina), e que justificaram a recomendação de proibição tendencial de descarga de águas residuais urbanas, entre outras recomendações²⁵.

²⁴ De acordo com a Recomendação N° 23/B/99, a Provedoria de Justiça tomou posição relativamente à necessidade de adopção de medidas concretas visando a protecção ambiental das Lagoas dos Açores, com base na caracterização efectuada pela Direcção Regional do Ambiente.

²⁵ Entre outras recomendações efectuadas ao abrigo da Recomendação n° 23/B/99, com vista à recuperação ambiental das lagoas dos Açores, encontravam-se: a aprovação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas dos Açores; o início do processo de transferência das actividades económicas e sociais existentes nas áreas mais sensíveis das bacias hidrográficas que sejam incompatíveis com os objectivos de conservação definidos; o estabelecimento, de imediato e para vigorar até à data da entrada em vigor dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas dos Açores, de medidas preventivas que definam um regime excepcional de protecção ambiental e que, em especial, proibam tendencialmente: a realização de quaisquer obras de construção civil, efectuados por entidades públicas ou privadas, bem como trabalhos que impliquem alteração da topografia local (incluindo arroteias), a prática de acções que impliquem a destruição do revestimento vegetal e a alteração do relevo natural, a instalação de explorações, agrícolas ou industriais, ou a ampliação das já existentes, o derrube de árvores e a descarga de águas residuais urbanas.

Estas recomendações, posteriormente acatadas, vieram a traduzir-se nos Planos de Ordenamento das Lagoas das Sete Cidades e Furnas, no lançamento do PORAL - Programa Operacional de Requalificação Ambiental das Lagoas e, com o objectivo de adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n° 236/98, de 1 de Agosto (estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade para a melhoria da qualidade das águas em função dos seus principais usos), foram definidos o PRA - Plano Regional da Água, o Plano Integrado de para o Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ambiente e a criação da Secretaria Regional do Ambiente.

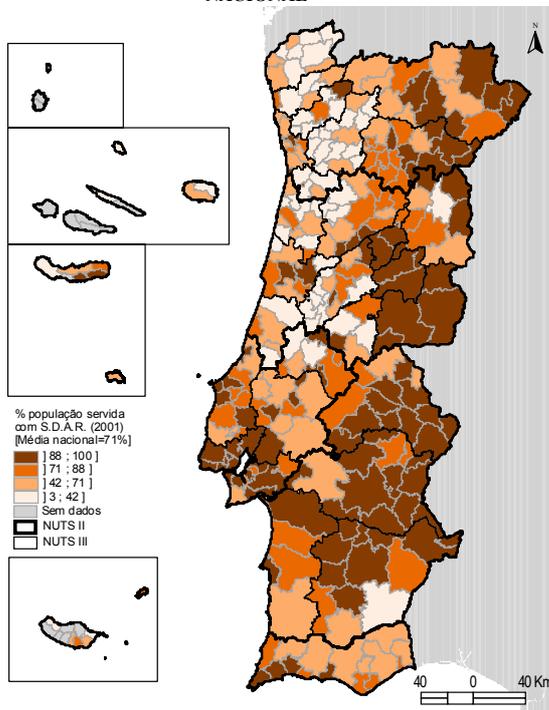
FIGURA 3.3.13 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL (1998 E 2001)



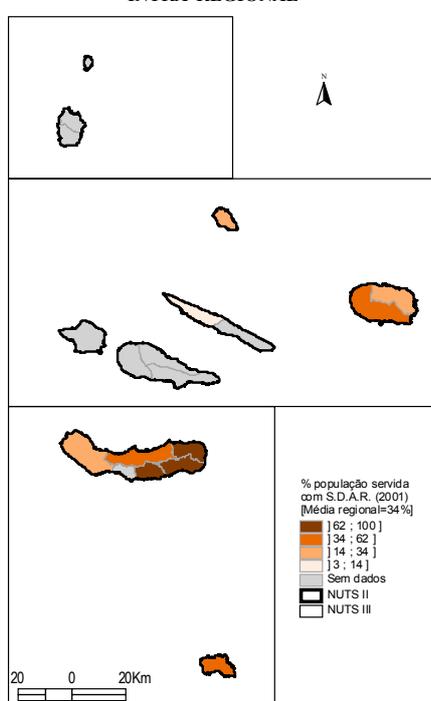
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

FIGURA 3.3.14 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

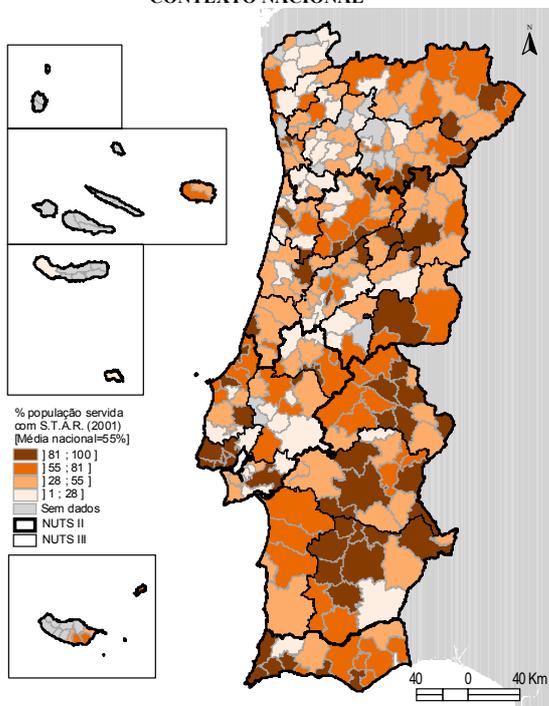
(A) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



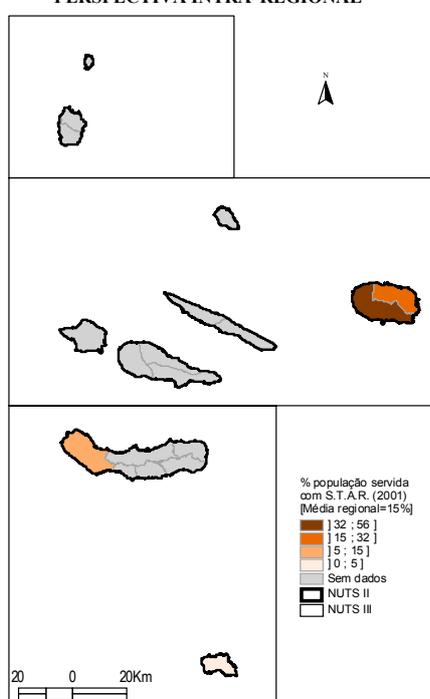
(B) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(C) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



(D) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente